

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ORIENTADOR: PROF. DR. LUIZ ODACI CORADINI

**ORIGENS SOCIAIS, ESTRATÉGIAS DE ASCENSÃO E
RECURSOS DOS COMPONENTES DA CHAMADA
“GERAÇÃO DE 1907”**

(VERSÃO FINAL REVISADA PÓS-DEFESA)

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Porto Alegre, setembro de 1998.

UFRGS
Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanas

Para Erich Vogel

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que auxiliaram direta ou indiretamente para levar à termo este trabalho, tais como os professores do PPG em Ciência Política e meus colegas do Departamento de História da UFRGS. Em especial, agradeço ao meu orientador Luiz Odaci Coradini, à colega e companheira Adriana Schmidt Dias, à secretária do PPG Eloísa S. de Almeida e ao técnico administrativo Manoel C. de Araújo Passos. Agradeço igualmente aos meus familiares José Carlos Grijó, Vera Vogel Grijó e Sony Vogel.

SUMÁRIO

Abstract.....	5
Introdução.....	6
I. <i>Fogão das Revoluções</i> : Origens Sociais, Recursos Herdados e Percursos Escolares Pré-Faculdades.....	26
1.1. Características históricas gerais da formação do mundo da estância.....	27
1.2. Origens sociais e recursos familiares.....	34
1.3. Estudos antes das faculdades.....	59
II. O <i>Bacharelismo</i> : Militância Estudantil, Político-Partidária e Exercício “Profissional”.....	73
2.1. O conflito <i>nas</i> faculdades e a “vida acadêmica”.....	79
2.2. Militância estudantil e político-partidária, as eleições de 1907.....	98
2.3. A “vida profissional”.....	124
III. <i>Champanha em Guampas</i> : Percursos e Jogo Políticos.....	144
3.1. Os percursos políticos atrelados à Borges de Medeiros.....	147
3.2. A Aliança Liberal e a Revolução de 1930.....	194
Conclusão.....	230
Bibliografia.....	238
Anexos.....	246

ABSTRACT

The present work, through the study of the "generation of 1907" member's trajectories, tries to explain how, counting with which resources and in what conditions a group of rio-grandenses' politicians achieved, at the end of the 1920, to ascend to power positions in Brazil. We also defined the contours of the political game in Rio Grande do Sul and Brazil in terms of the practices and resources that the agents that acted in it should possess to be succeed. From the parochial, regional and national levels, it was verified that this game was played as a dispute among mediators, that embodied positions reached through leadership on portions of the society that had in them its relationship channels with the juridical-political world.

O presente trabalho, através do estudo das trajetórias dos membros da "geração de 1907", busca explicar como, contando com que recursos e em quais condições um grupo de políticos rio-grandenses logrou, ao final da década de 1920, ascender a posições de poder no Brasil. Definiu-se também os contornos do jogo político no Rio Grande do Sul e no Brasil em termos das práticas e dos recursos que os agentes que nele atuavam deveriam possuir para serem bem sucedidos. Desde os níveis paroquial, estadual e nacional, se pode verificar que este jogo era jogado enquanto uma disputa entre mediadores, que encarnavam posições alcançadas, a partir da liderança sobre parcelas da sociedade que tinham neles seus canais de relação com o mundo jurídico-político.

INTRODUÇÃO

Joseph Love denominou de "geração de 1907" a um grupo de políticos rio-grandenses nascidos no final do século XIX, cujas carreiras se iniciaram à época de Borges de Medeiros como presidente do Estado e chefe do partido político dominante no Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Comporiam este grupo Getúlio Dornelles Vargas, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, José Antônio Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Firmino Paim Filho e Maurício Cardoso. Eles possuíam em comum as seguintes características: faixa etária semelhante (nascidos todos entre 1880 e 1894); eram formados em direito, exceto Collor; todos iniciaram seus percursos político-partidários na atuação no PRR quando estudantes; "em sua maioria [eram] filhos de republicanos históricos"; seis deles "eram filhos ou parentes próximos de coronéis e cinco provinham de famílias de estancieiros"; e, o que fez Love os designar como "geração de 1907", "quatro haviam-se formado na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1907 ou 1908 (Vargas, Neves, Paim e Cardoso) e começaram sua vida política em 1907, participando do Bloco Acadêmico Castilhistas, durante a campanha governamental de Carlos Barbosa Gonçalves". Eles são ainda designados como uma "segunda geração de políticos [republicanos] rio-grandenses" (Love, 1975: 233-4).

O objeto aqui em questão é o estudo das trajetórias dos componentes desta "geração" até 1930. Inicialmente enfocaram-se as suas origens sociais e os respectivos recursos e predisposições incorporadas herdadas com os quais puderam contar. Em segui-

da estudaram-se os percursos escolares e profissionais e, enfim, políticos, até o momento em que estes assumem dimensões nacionais na década de 1920. O objetivo do trabalho foi o de analisar de que forma, contando com quais recursos e em quais condições estes agentes lograram atingir posições importantes em termos político-partidários nos planos municipal-regional, estadual e, por fim, nacional. Enquanto agentes engajados em uma concorrida disputa pela conquista de posições dominantes no jogo político em termos de liderança político-partidária e ocupação de cargos públicos, analisaram-se igualmente as práticas às quais se dedicaram a fim de conquistarem estas posições, ao mesmo tempo em que se procurou estabelecer quais seriam as regras deste jogo e o que nele contavam como recursos válidos enquanto investimentos no mesmo. A partir do estudo das referidas trajetórias, pois, foi-se ao mesmo tempo distinguindo e mapeando níveis deste jogo político cujas regras e recursos nele válidos variam de acordo com os mesmos, notadamente, o nível municipal-regional, o nível estadual e o nível nacional.

O tema e os objetivos se justificam porque um estudo de trajetórias deste tipo contribui com a análise de aspectos relativos às estruturas e instituições políticas do Rio Grande do Sul e mesmo do Brasil à época da chamada República Velha e das práticas às quais se dedicavam e dos recursos com os quais contavam os que disputavam posições na elite política estadual e brasileira. Conforme Grynszpan, um estudo de trajetórias “permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam.” Ou seja, enfocando “atores estamos, ao mesmo tempo, refletindo sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos” (Grynszpan, 1990: 74-5). O recorte temporal, por sua vez, — a análise das trajetórias se encerra em 1930, mais especificamente

quando Getúlio Vargas assume o Governo Provisório depois da chamada Revolução de 1930 — foi estabelecido por ter-se optado por privilegiar, em primeiro lugar, as questões relativas ao jogo político no Rio Grande do Sul e, em segundo, tais questões em relação ao contexto brasileiro, o que fica contemplado no recorte já que as trajetórias em questão, ao final do período, se inseriram no plano nacional. Por outro lado, o trabalho se tornaria muito extenso, tendo em vista as condicionantes de uma dissertação, o número de casos em questão e o volume de material, caso fossem tomadas as trajetórias completas de todos os membros da referida “geração”.

Quanto ao material pesquisado, foi composto principalmente de textos de caráter biográfico, memorialístico e hagiográfico; entrevistas e depoimentos publicados; e estudos de historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Também foi pesquisado parte da correspondência passiva de Borges de Medeiros do Arquivo Borges de Medeiros (ABM) do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, exemplares dos jornais *A Federação* e *O Debate* e da *Revista do Globo* à disposição no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e parte da documentação constante do Arquivo Flores da Cunha (AFC) do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os textos de caráter biográfico e memorialístico, contudo, constituíram a fonte principal de dados, o mesmo tipo de documentação utilizado em outras pesquisas desenvolvidas anteriormente e com objetivos semelhantes (Miceli, 1981: 559 e segs., ver observações à nota 1, e Saint Martin, 1980: 4-5) e que não visaram “produzir [...] biografia[s], e sim produzir dados a partir das biografias disponíveis” (Grynszpan, 1990: 76).

Nos últimos anos o termo trajetória tem sofrido uma intensa vulgarização, principalmente pela forma como é utilizado nos meios de comunicação social por políticos,

jornalistas, colunistas, etc. Até bem pouco tempo atrás as referências dominantes neste campo de sentido davam-se em termos de “biografia” ou “história” de uma pessoa, mas, atualmente, o termo que tem substituído estes é “trajetória”. Contudo, este câmbio terminológico não vem acompanhado de uma modificação de sentido ou de preocupações de conceitualização, pois “trajetória” é usada como um simples sinônimo de “biografia” ou “história”. Opera-se uma mera troca de palavras que apenas reforçam o que Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”, ou seja, a noção corrente de que uma vida se organiza “como uma história (no sentido de narrativa).” Trata-se de uma construção arbitrária que tem por pressuposto o desenrolar de uma vida “segundo uma ordem cronológica que é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, e também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu fim, que é também um objetivo, uma realização (*telos*)” (Bourdieu, 1996: 74-75). Bourdieu propõe, contra esta percepção, justamente a noção de “trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (Bourdieu, 1996: 81). A noção de trajetória aqui empregada, pois, seguindo a proposta de Bourdieu, se afasta da rede de significados vulgarizados que se estruturam em torno de um binômio *arché*¹-*telos*, para se situar no campo de entendimento de que “uma vida” só tem sentido sociológico se entendida como a estreita relação entre as ações e representações de um agente (ou grupo) inseridas em posições relativas a outros agentes (ou grupos) que igualmente agem e portam representações do mundo e de seus lugares neste mundo em contextos concorrenciais por posições e por definições no e do mundo.

¹ O termo grego *arché* corresponde ao duplo sentido que Bourdieu atribui a “começo”, “origem”.

Estas observações são pertinentes não somente para marcar a especificidade do trabalho aqui empreendido, mas também como uma crítica documental. O material básico utilizado como fonte de dados pode justamente ser qualificado como composto por “histórias de vida” que se estruturam em torno deste binômio *arché-telos*, tanto para o caso de biografias ou semelhantes nas quais o biografado é apresentado de forma favorável, quanto para as que o apresentam desfavoravelmente. Se no primeiro caso a construção da unidade nominal do sujeito em questão visa reforçar supostas inteireza de caráter, coerência e/ou sinceridade, no segundo caso esses valores são invertidos e o sujeito em questão aparece como sem caráter, incoerente e/ou oportunista. Em ambos casos concepções essencialistas, metafísicas e lineares estão presentes, pois os caracteres do sujeito continuam sendo apresentados como essências a ele fixadas desde a origem e para sempre. Isto constitui uma certa dificuldade metodológica, pois o jogo das posições interrelacionadas e das motivações para a ação são constantemente veladas pelo manto deste referencial *arché-telos*. Mas tal característica é por si significativa de uma concepção de mundo e, enfim, não impede que a partir mesmo destas construções não se possa ter uma porta de entrada para a explicação do jogo das representações, posições, predisposições, recursos utilizados e ações dos agentes considerados e que só serão encontrados por trás do sentido manifesto destas biografias.

A explicitação de tais pressupostos subjacentes adverte o pesquisador contra o perigo de tomar as representações manifestas enquanto categorias do real e viabiliza a utilização científica deste tipo de material. Além de dados informativos a respeito de eventos e datas, de ações e percepções, certas relações e motivações, muitas vezes apresentadas nos textos como curiosidades ou como algo tido de menor valor pela empresa biográfica, deponencial ou memorialística, constituem dados cientificamente valiosos. Tal

empresa que objetiva a construção de percepções acabadas e perfeitamente ordenadas cronologicamente, confronta-se freqüentemente com situações, ações e alegações contraditórias, pois inscritas em momentos específicos, as quais, muitas vezes, não pode deixar de referir sob pena de sofrer acusações de fraudulenta, pois têm fundamentalmente o sentido prático manifesto de “resgatar a verdade dos fatos” que cercam as “figuras” ou “vultos” que constrói e reforça. Mesmo que os que se dedicam a esta empresa tentem apagar as contradições na busca da lógica centrada no binômio *arché-telos*, referem-nas até mesmo por ingenuidade. E é aqui que o pesquisador pode encontrar a referida porta de entrada para a obtenção dos dados empíricos pertinentes a um estudo que se pretenda de trajetórias.

Uma segunda advertência fundamental de caráter teórico-metodológico diz respeito ao perigo de se tomarem as concepções ou representações indígenas, ou seja, tais quais apresentadas pelos que as produzem, como categorias objetivas do real, o que Lacroix chama de “objetivismo da idéia”. Ou seja, tomar os sentidos manifestos atribuídos às ações ou instituições pelos agentes nelas envolvidos como sendo objetos em si mesmos que, tomados como tais pelo pesquisador, explicariam as ações e instituições. Outro perigo ao qual também adverte Lacroix é o que denomina de “objetivismo da coisa”, quando instituições ou procedimentos formalizados são tomados como objetos em si mesmos que, também tomados como tais pelo pesquisador e alcançadas suas regras explícitas-formais, estariam explicados. Enfim, Lacroix aponta para a “dificuldade dos estudos políticos em levar efetivamente em consideração as práticas para as descrever em sua economia específica” (Lacroix, 1985: 496-7). Neste sentido Coradini aponta ainda que, para o caso das ciências sociais no Brasil, o problema se complica. Os cientistas sociais brasileiros, mesmo quando “não têm uma vinculação direta com o militatismo

[político-partidário] ou com a dita ciência política” estabelecem “uma relação *prática* no sentido de *ontológica* ou *encantada*, com base numa determinada filosofia social” — o que está em jogo nas construções “objetivistas” —, com as ciências sociais e seus objetos. De modo geral, não tomam as “ciências sociais como um mero problema de conhecimento”. E, o que complica ainda mais a questão, “a utilização das ciências sociais como instrumento de tomada de posição política, implícita ou explicitamente, ou, então, como celebração de determinados valores e estilos de vida, é vista como algo completamente legítimo” (Coradini, 1997: 2-3, grifos no original). Por outra, sob o risco de se perderem de vista os objetivos das ciências sociais, é necessário ao pesquisador um posicionamento ético que o afaste das adesões práticas e das formas de objetivismos.

Na realização deste intento, cabem salientar as características gerais da formação do Estado em um contexto como o da América Latina. De acordo com Badie e Hermet, em tal caso se estabelecem “dinâmicas órfãs”, segundo as quais um “modelo estatal se desloca da história de que provém para outras histórias” e nessas “não encontra [...] elementos que o definam”. Se desenha, então, “os contornos de um *Estado híbrido*” em relação ao qual se “justapõem” lógicas diferentes (Badie e Hermet, 1993: 180-181, grifos no original). Quais sejam, a lógica propriamente estatal ocidental (com regras e *ethos* próprios) e estruturas tradicionais marcadas pela lógica de relações de reciprocidade do tipo “clientelismo” e “patronagem” ou solidariedades comunitárias ou clânicas. Tal relação entre estas lógicas diferentes não configura, entretanto, duas realidades autocentradas, mas um tipo de amalgama que passa a marcar decisivamente as estruturas políticas, econômicas, escolares, ou culturais. Não se trata, pois, de encontrar sob a capa “moderna” de um Estado de tipo ocidental o “mundo tradicional” resistente e persistente à nova cobertura. Se busca, ao contrário, explicar como os agentes envolvidos se apropriam do

importado e o instrumentalizam como recursos na luta política e, a partir disso, que concepções de política, cultura, economia e escola resultam, bem como os tipos de instituições e agentes correspondentes.

A dinâmica histórica Ocidental da qual resultou este modelo estatal também findou por estruturar a concepção de que um campo propriamente político autonomizado frente a outros campos da estrutura social é baseado no princípio da representação. Neste caso, o que Bourdieu chama de capital político, ou seja, os recursos reconhecidos como legítimos para o investimento neste campo, é “uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa — ou a um objeto — os próprios poderes que eles lhes reconhecem” (Bourdieu, 1989: 187, grifos no original).

Landé, por sua vez, marca a distinção entre um “sistema político cuja unidade estrutural [...] é o grupo” e sistemas nos quais tal unidade é “a diáde”. O grupo, ou melhor, o “grupo corporado é um agregado distinto de múltiplos membros o qual possui propriedades, objetivos e deveres que, como tais, são inerentes ao grupo, e são diferentes daqueles dos seus membros individuais. Cada membro tem direitos e deveres em relação ao grupo.” A unidade do grupo se estabelece porque seus “membros estão unidos em virtude da sua compartilhada associação no grupo e por sua obrigação comum de proteger os interesses e cumprir as obrigações do mesmo.” Seriam grupos corporados “as famílias, as linhagens, os clãs, as tribos, as guildas e, no mundo moderno, os grupos de interesse organizados, os partidos políticos e os Estados nacionais.” Destes grupos corporados se distinguem os grupos diádicos não-corporados que “têm uma espécie de organização e executam tarefas que são bem compreendidas por seus participantes”, mas

“carecem de duas características diferenciais dos grupos corporados: propriedade, objetivos e deveres individuais comuns e ligação uniforme através de comum associação no grupo como tal”. Tais grupos seriam “os grupos de ação, os grupos de amigos, as facções políticas e as clientelas” (Landé, 1977a: 16-17). Os grupos não-corporados, pois, são estruturados em redes de relações diádicas de reciprocidade que podem ser organizadas em função de um líder central, um *ego*. Landé estabelece estas diferenças para marcar tipos de sistemas políticos, os ocidentais baseados em grupos corporados e os não-ocidentais baseados em díades. Ambos seriam tipos-ideais, pois nem no Ocidente, cujo modelo de sistema político se aproxima de um sistema baseado em grupos, nem nos outros casos, grupos ou relações de reciprocidade apenas e tão somente caracterizam o todo do sistema. “Há [...] nações-estado genuínas, cujos sistemas políticos contém elementos substanciais de estrutura diádica misturados em vários níveis com elementos de uma estrutura de grupo. Na verdade, é provável que ambos os tipos de estrutura possam ser discernidos em quase qualquer sistema político” (Landé, 1977b: 1-11).

Este aporte conceitual permite estabelecer relevante distinção entre as redes de relações diádicas de reciprocidade e as relações impessoais da política categorial, o modelo de política a partir de grupos corporados. A política baseada em cada um destes tipos de estruturas apresenta, pois, características próprias e específicas que não podem ser confundidas. Segundo Landé, no “modelo de um sistema político baseado em grupos [...] os objetivos particulares do indivíduo são alcançados à medida que ele luta pelos objetivos categoriais do grupo”. O que é possível devido à “expectativa, baseada na experiência passada, de que as leis serão cumpridas rígida e impessoalmente, de que o indivíduo será beneficiado apenas através de leis que darão benefícios similares a todos os outros da mesma categoria de pessoas e de que ninguém em sua categoria será proibido

de fazer alguma coisa não proibida aos outros.” Ou seja, “o modelo pressupõe a regra das leis gerais” (Landé, 1977b: 3-4).

Concordando com Badie e Hermet que incluem o caso da política e do Estado brasileiros em seu estudo como sendo resultado de “dinâmicas órfãs”, e tendo em vista o peso e importância que as relações diádicas têm neste caso, é necessário definir aqui um tipo de relação diádica de reciprocidade importante para este trabalho, a relação patrão-cliente. Scott aponta para a diferença entre os contratos impessoais e as díades que caracterizam a patronagem: “o intercâmbio patrão-cliente se situa em algum lugar do *continuum* que vai desde os laços pessoais que unem os iguais até os vínculos puramente coercitivos” e seu caráter é “difuso, cara a cara, pessoal, por oposição a condição explícita dos contratos impessoais ou das relações formais de autoridade” (Scott, 1986: 37). Boissevain, por sua vez, destaca como os agentes, na falta de poderem contar com instituições e regras formais, notadamente com o Estado, acionam redes de relações que se entrelaçam para atingirem seus objetivos. Assim, parentes, amigos, ou relações patrão-cliente podem ser acionados para se atingir algum objetivo específico. Boissevain distingue níveis distintos onde se misturam instituições formais organizadas segundo os princípios de grupos corporados e redes de relações, a patronagem no caso, que atravessam e se ramificam nestas instituições:

“além dos níveis individual e familiar, a patronagem pode ser vista conectando vilas inteiras à estrutura de governo, a partir da rede pessoal de lideranças de vilas, embora manipulada primariamente para fins pessoais, também providencia as linhas de comunicação ao longo das quais os negócios da vila movem-se para cima, e os fundos provincial, regional e nacional fluem abaixo para a vila através de trabalhos públicos e outros projetos de desenvolvimento. Neste nível o sistema de patronagem está conectado com a estrutura e operação dos partidos políticos” (Boissevain, 1966: 29).

Por outra, a instituição de um Estado nos moldes ocidentais que pressupõe um sistema político baseado em grupos corporados formalmente constituídos como os partidos políticos não garante que mecanismos paralelos de atendimento de demandas não sejam acionados como forma de evitar a pretensa impessoalidade das burocracias e da inserção em grupos corporados de pressão. Assim, as instituições formais como o Estado, sua burocracia e os partidos políticos são atravessados pelas redes diádicas de relações como forma de atendimento de demandas. Boissevain salienta que quando a “comunicação através do sistema formal é tênue e difícil de seguir por causa da distância social entre os que querem fazer suas vozes serem ouvidas acima e os que controlam os canais através dos quais as mensagens necessariamente devem passar”, os agentes podem acionar “o sistema de patronagem [que] permite a uma pessoa contatar funcionários em bases pessoais” (Boissevain, 1966: 29).

Estes controladores dos canais de relação entre o sistema formal e os demandantes, entre o nível local e o nacional são os “mediadores”. Wolf, analisando as relações entre comunidades e nação ao longo da história do México, encontra, de um lado, a atuação de “grupos orientados para a comunidade” e, de outro, “grupos orientados para a nação”. Neste caso, no qual a legislação colonial e os agentes do reino espanhol garantiram e incentivavam as organizações comunitárias indígenas, historicamente foi-se construindo uma relação conflituosa entre este nível e o nível da organização administrativa mais ampla: o vice-reinado no período colonial e a nação mexicana depois da independência. Sem entrar em detalhes que dizem respeito ao caso específico, é importante reter aqui o papel que certos grupos desempenharam em diferentes momentos históricos enquanto “intermediários” entre comunidade e nação. Wolf identifica duas estruturas de grupos de tipo corporado, a comunidade e a nação, cuja relação entre si se dá pelos pa-

péis de intermediários que alguns agentes ou grupos de agentes passam a exercer na medida em que se tornam capazes de operar tanto “em termos das expectativas orientadas para a comunidade” quanto em termos das expectativas “orientadas para a nação”. “Eles se tornam os *brokers* econômico-políticos nas relações nação-comunidade, uma função que trás suas próprias recompensas” (Wolf, 1979: 50-60, grifos no original).

Wolf, porém, não distingue conceitualmente “intermediários” de “mediadores”, o que levou Silverman, a especificar o conceito de mediador para diferenciá-lo de intermediário. Ela aponta dois critérios para definir “o tipo especial de intermediário, o *mediador*”. Primeiro, “as funções exercidas pelos que são definidos como mediadores necessitam ser *vitais*, de grande importância para as estruturas básicas de cada um ou ambos sistemas” — parte e todo, ou comunidade e nação, na nomenclatura de Wolf. Em segundo lugar, “os mediadores [...] têm quase-exclusividade em exercer [suas funções]”, ou seja, tendem a monopolizar uma ou mais funções particulares de modo que uma ligação específica entre os dois “sistemas”, parte e todo, “deve ser feita através dos mediadores”. Estes últimos “podem tomar suas funções por causa da prévia posse de uma alta posição, ou podem atingir uma alta posição como resultado de assumir o papel de mediador. Em cada caso, a relação entre o sistema local e nacional assume uma forma *vertical*” (Silverman, 1977: 294, grifos no original). Silverman aponta ainda que, no caso da comunidade italiana que estuda, as funções de mediadores eram exercidas, até o final da II Guerra Mundial, por patrões que eram os tradicionais proprietários de terras que controlavam clientelisticamente parcelas dos camponeses mais ou menos dependentes. Monopolizavam as relações entre os sistemas local e nacional de modo que “cada patrão performava uma ampla gama de funções de mediação, o mesmo indivíduo frequentemente era para os seus clientes, ao mesmo tempo, a ligação econômica, política, social e

ideológica com a sociedade mais ampla” (Silverman, 1977: 299).

Um patrão que é já por si mesmo um mediador entre os seus clientes e outras instâncias às quais os mesmos não têm acesso ou cujo acesso deles a estas é difícil, pode também estar ao centro de uma rede de relações que incluem outros padrões que se transformam em seus clientes para fins como os político-partidários. A relação de patronagem assume o aspecto de uma “teia” na qual o “patrão” ocupa a posição focal ou central. Landé, discutindo o conceito de redes sociais, aponta que, no limite, uma rede “total” seria “infinita”, “ilimitada” e “eterna”, pois abrangeria todas as interações entre as pessoas componentes de uma sociedade. Contudo, para fins de análise, as redes devem “ser de tamanho manejável” e entre os tipos de redes manejáveis encontrariam-se as “parciais” que têm por centro uma “estrela de primeira grandeza”, como no caso das relações patrão/clientes. Para este caso, onde um *ego* focal ocupa o centro das relações assimétricas entre os indivíduos a ele vinculados, “os círculos concêntricos de uma teia de aranha sugerem as conexões diretas entre aliados do indivíduo focal que os habilitam a trabalhar diretamente uns com os outros afim de atender as necessidades do indivíduo focal, e que tornam desnecessário para eles comunicarem-se uns com os outros através do indivíduo focal” (Landé, 1977: 56-7). Uma tal teia pode ser a estrutura de uma facção política. O mesmo Landé refere que o “faccionismo” tem sido usado para designar grupos políticos rivais antes do surgimento dos partidos políticos no Ocidente e para designar as lutas internas a um partido político de tipo ocidental. Ambos os tipos de facções se caracterizam “por membros instáveis, duração incerta, liderança personalística, ausência de organização formal e um interesse maior por poder e espólios do que por ideologia ou política, isto é, por uma carência daquelas características geralmente associadas a grupos corporados.” Ou seja, “quando grupos diádicos não-corporados estão em com-

petição, cada grupo é comumente chamado de uma facção” (Landé, 1977a: 52).

Estas redes diádicas de reciprocidade estão relacionadas com o que Bourdieu chama de capital social: “o conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de reconhecimento” (Bourdieu, 1980a: 2, grifos no original). Saint Martin, partindo do conceito de capital social de Bourdieu, salienta, para o caso que estuda de um duque francês a partir de suas *Memórias*, como um filho da nobreza se ancora tanto na herança de uma posição e de relações interpessoais (um título, um patrimônio familiar, as insígnias, brasões, fações militares dos antepassados — ou seja, “uma história” — e redes de relações com demais pares, parentes e amigos), quanto na possibilidade e habilidade disto resultantes em “produzir e reproduzir ligações duráveis e úteis, próprias a permitir ganhos materiais ou simbólicos” (Bourdieu, 1980a: 2):

“O princípio de todas as suas riquezas é sem nenhuma dúvida o imenso capital social que ele recebeu de sua família e que ele não cessou de cultivar e de fazê-lo valer sabendo a ocasião de reconvertê-lo. Centro de uma rede de relações de uma extensão e de uma densidade excepcionais, relações de parentesco, relações de escola, relações de negócios, relações de vizinhança, relações de clubes, etc., que se acumulam e se complementam, ele adquiriu desde a infância a arte e o gosto de cultivar relações herdadas e de as estender. Pode-se ler assim as memórias do duque de Brissac como a história de um empreendimento de acumulação e de gestão do capital social” (Saint Martin, 1980: 4).

Coradini, porém, adverte para a diferença que existe com respeito aos estudos que visam identificar a presença e a importância do capital social em relações sociais na França e em casos como o Brasil. As relações baseadas na reciprocidade, base do capital social, “aparece como secundário nesses trabalhos relativos à França”, enquanto que, no caso do Brasil, “as relações com base na reciprocidade não apenas são constituintes do

grupo, como são oficial e solenemente admitidas e até proclamadas” (Coradini, 1995: 4).

Cabe ainda destacar o estudo já citado de Grynszpan sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti, o “Capa Preta”. A trajetória de Tenório é tomada desde o seu nascimento, sua chegada ao Rio de Janeiro, sua ascensão política, econômica e social e seu descenso à época pós-64. A partir de relações de parentesco e amizade e certos recursos econômicos que herda de seus pais, movendo-se no sentido de oferecer-se como cliente e construindo sua própria rede de relações interpessoais, Grynszpan mostra como Tenório logra sucesso tornando-se um patrão com clientela própria que atinge a posição de “um igual” ao seu antigo patrão. Neste caso fica claro como um agente se utiliza de um capital social herdado, amplia-o e o reproduz em seu próprio benefício a fim de obter cargos públicos, recursos econômicos e notoriedade. Mas, além disto, Tenório consegue, a partir destas relações e de outros recursos que adquire ao longo do tempo, como o diploma em Direito, mover-se em lógicas distintas, pois “operando com mais de um código, ele se veria em situação de vantagem, franqueando o acesso a esferas diversas e nesta posição peculiar, servindo como mediador entre aqueles que se encontravam restritos a apenas um espaço, apenas um idioma” (Grynszpan, 1990: 79). O estudo é exemplar para a presente preocupação, pois ressalta um aspecto fundamental da política brasileira de grande parte do presente século, qual seja, a importância do capital social herdado, ampliado e reproduzido para um agente que procura lograr sucesso na política partidária, atingir e manter posições e/ou cargos, bem como a importância do domínio de códigos diversos, lógicas específicas, para a conquista de posições de mediação (Tenório manejava com sucesso tanto o código da violência pura e simples dos conflitos pela posse de terra na Baixada Fluminense quanto o código da “boa sociedade” fluminense). Assim, nesta mediação das relações entre estes níveis e esferas diferentes nas quais circula-

va com desenvoltura se encontra o sucesso da ascensão político-social de Tenório Cavalcanti até o ponto a que chegou.

A partir do estudo desta trajetória Grynszpan consegue, inclusive, identificar uma concepção de política que não é a do “indivíduo” Tenório, mas estrutural e que delimita o espaço das possibilidades das escolhas possíveis dos agentes que disputam espaços na política partidária:

“O que parecia estar predominantemente em jogo nas decisões e filiações políticas de Tenório, ao invés da opção por um partido, uma determinada proposta, era a adesão ao grupo identificado com seus círculo de relações pessoais, seus parentes, seu patrão, o que implicava, ao mesmo tempo, em assumir publicamente a oposição ao grupo adversário. A visão que aqui se tinha era da política como dividida em duas bandas opostas, de tal forma que a vinculação a uma delas, mais do representar a definição dos amigos, envolvia também, num mesmo e indissociável processo, a determinação dos inimigos” (Grynszpan, 1990: 81).

Ou seja, Tenório se inseria na política partidária pela via facciosa, de acordo, primeiro, com o “grupo de suas relações sociais” e, depois, com a facção que ele próprio passou a centralizar.

Para concluir esta parte teórico-conceitual, cabe ainda ressaltar neste plano dos recursos politicamente utilizáveis o que Bourdieu denomina de capital pessoal. Este pode ser “de *notoriedade* e de *popularidade* — firmado no fato de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa (de ter um *nome*, uma *reputação*, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma *boa reputação*”, que é produto da reconversão de capitais acumulados em outros campos — como em uma profissão liberal, no jornalismo, ou enquanto um professor. Este “capital pessoal de *notável* é produto de uma acumulação lenta e contí-

nua, a qual leva em geral toda uma vida”, se distingue do “capital pessoal a que se pode chamar heróico ou profético e no qual pensa Max Weber quando fala de *carisma*.” Este “emerge” em momentos de crise enquanto produto de uma “ação profética” de doação de sentido, quando as “instituições e os aparelhos” não conseguem responder eficazmente, ação esta que “se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação proferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força de mobilização que ela realizou” (Bourdieu, 1989: 190-1).

O “capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança)” aparece, pois, neste contexto como sendo de dois tipos: o “de *notável*”, que diz respeito aos agentes vinculados aos partidos de notáveis — onde é fundamental o peso da reconversão de capitais de outros tipos, acumulados em outros campos, escolar, cultural, artístico, em capital político pela própria pessoa — e o “heróico ou profético” que se associa à noção de carisma. Para Bourdieu, preocupado, cabe insistir, com a análise de situações nas quais a política é concebida como representação, tal distinção é importante para marcar as diferenças entre os tipos de capital pessoal do “capital delegado”, aquele que depende de instituições, que em política podem ser os partidos e sindicatos. No último caso não é o agente que detém pessoalmente o capital, mas a instituição da qual faz parte (Bourdieu, 1989: 191).

Em suma, esses aportes apontam, primeiramente, para as especificidades relativas a sistemas políticos e estruturas sociais ditas ocidentais e não-ocidentais. Para o caso do Brasil, estando na última situação, é necessário recorrer aos conceitos que giram em torno das relações de reciprocidade e da importância das redes sociais a fim de explicar as práticas políticas em sua economia própria. No caso do Rio Grande do Sul é perceptível a presença das relações de reciprocidade, a importância dos grupos familiares, da tradi-

ção militar, o peso do diploma de bacharel em Direito, as relações de patronagem e clientela; tais pesos além ou aquém de instâncias ou instituições formais, como o Estado constitucional, os partidos políticos ou as burocracias públicas. O mundo no qual os agentes cujas trajetórias são aqui analisadas se moviam era entrecortado por estas lógicas específicas as quais eles, inclusive por terem sido mais ou menos bem sucedidos em suas carreiras políticas, sabiam manejar.

O problema aqui enfrentado a partir do estudo das referidas trajetórias foi o da busca de uma definição do jogo político no qual se inseriram os agentes em questão e neste qual o peso das relações de reciprocidade e das redes sociais, portanto, do capital de relações sociais, enquanto recurso determinante das possibilidades de alcance de posições de destaque. Os recursos políticos relativos aos investimentos neste jogo não eram baseados no crédito enquanto a confiança depositada em outro e que configuraria o princípio da representação a partir da seleção eleitoral, mas os recursos baseados no controle pessoal de um líder político ao centro de uma rede de relações de reciprocidade. Isto configura uma concepção de que a possibilidade do exercício da política é uma extensão da condição social de origem e cujas regras são baseadas nas relações de reciprocidade estruturadas em facções centradas em líderes-mediadores que controlam grupos não-corporados, o que viabiliza a notorização de tais líderes adquirida em comandos militares e/ou em práticas retórico-oratórias. Mas somente a condição social não explica o sucesso na ascensão e no ingresso na elite política estadual e nacional. À medida em que as trajetórias vão se desenrolando, opera-se a aquisição de recursos diversificados como os culturais e escolares ratificados por títulos em escolas superiores e o trabalho de ocupação de posições de mediação, por outra, as reconversões de recursos herdados em recursos de outros tipos que possibilitam o exercício de funções de mediação. E isto é impor-

tante porque, desde o plano mais paroquial até o plano nacional, o jogo político se desenrola como uma disputa entre mediadores. Quanto mais ao nível paroquial, maiores os graus de faccionismo no sentido de disputas que incluem alto grau de violência que se articulam com imperativos de parentesco e animosidades pessoais e, quanto mais ao nível nacional, maior a necessidade de se manejar com os formalismos institucionais do Estado e dos partidos políticos e com as sutilezas das referências a ideologias, doutrinas e/ou programas político-partidários, referências essas carregadas de linguagem jurídica que poucos dominavam.

O trabalho está dividido em três capítulos nos quais se destacam os indicadores utilizados para o desenvolvimento do estudo. No primeiro, analisam-se as origens sociais de cada um dos membros da “geração de 1907”. Ele inicia com a determinação das características histórico-sociológicas gerais que teve o mundo da estância por ter sido este marcante para todas as trajetórias em questão. A partir disto analisaram-se as posições sociais de origem dos grupos familiares e o *ethos* correspondente, além dos recursos que estes detinham em termos de capitais de relações sociais e econômicos e outros recursos como os escolares, culturais e políticos. Por fim, determinou-se de que forma tais recursos e predisposições herdados atuaram no sentido de possibilitar os estudos iniciais e secundários de Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, João Neves, Paim Filho, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor, sempre em uma perspectiva comparativa entre os casos estudados.

No segundo capítulo, tendo em vista que seis dos agentes aqui considerados estudaram e se diplomaram em direito e quatro deles o fizeram enquanto contemporâneos na Faculdade de Direito de Porto Alegre, realizou-se o estudo específico desta instituição, ao qual foi dedicado um subcapítulo, procurando estabelecer as relações entre os

agentes que a fundaram e a instituição em si e destes com os agentes do partido político dominante no Rio Grande do Sul à época, o PRR. Em um em segundo momento, estudaram-se os percursos estudantis e suas relações com a militância política estudantil e a militância político-partidária. Então ficam claras as reconversões de recursos herdados (econômicos e de capital de relações sociais) em recursos escolares e culturais, inclusive como forma de seguir os imperativos de predisposições herdadas e associadas às origens sociais para o alcance de posições de destaque social. Por fim, analisou-se a atuação “profissional” destes recém diplomados que se aproxima decisivamente de suas próprias inserções enquanto líderes partidários e ocupantes de cargos públicos, normalmente como sucessores dos pais nestas posições.

O terceiro e último capítulo é dedicado ao estudo dos percursos propriamente políticos destes que se tornariam líderes importantes do PRR. Aqui procurou-se definir os contornos do jogo político na medida em que se analisaram as práticas correntes neste e os recursos válidos e necessários nesta esfera para o alcance de posições de poder que, em diversos momentos e com diversas variantes, todos lograram alcançar não somente no Rio Grande do Sul, mas também no Brasil. Buscou-se uma síntese geral do que foi analisado nos capítulos anteriores e uma análise específica das práticas levadas à cabo neste processo de afirmação destes agentes enquanto lideranças inicialmente paroquiais, e depois estaduais e de suas afirmações no plano nacional.

I. FOGÃO DAS REVOLUÇÕES: ORIGENS SOCIAIS, RECURSOS HERDADOS E TRAJETÓRIAS ESCOLARES PRÉ-SUPERIORES

Este capítulo, referente a análise das origens sociais e dos percursos escolares pré-estudos de nível superior dos componentes da “geração de 1907”, inicia-se com breves comentários histórico-sociológicos a fim de descrever qual o caráter da elite econômico-social dominante rio-grandense associada ao que aqui é denominado mundo da estância, pois Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Paim Filho e João Neves tiveram suas origens sociais vinculadas a este mundo. Quanto a Lindolfo Collor e Maurício Cardoso, mesmo que não contassem com origens sociais semelhantes, o contexto do mundo da estância marcaria suas trajetórias na medida em que alcançavam um lugar entre as lideranças político-partidárias do Rio Grande do Sul do início do XX, pois estas em sua grande maioria eram dele oriundas. Por outra, a elite política do Rio Grande do Sul desde o período imperial era marcadamente composta por lideranças cujas origens sociais estavam vinculadas a parentes próximos estancieiros quando elas próprias não o eram.

Na seqüência destas considerações gerais, analisaram-se os casos específicos dos grupos familiares dos quais cada um dos membros da “geração de 1907” era oriundo, dando-se especial atenção ao grupo familiar Vargas por ser a documentação disponível a este respeito mais ampla e rica em detalhes, ao contrário dos demais casos para os quais,

não obstante, a documentação, embora carente em detalhes, permite constituírem-se dados suficientes para uma razoável identificação das respectivas origens sociais. Buscou-se nesta parte avaliar quais os recursos com os quais os grupos familiares, principalmente os seus chefes, os pais de família, contavam e eram passíveis de serem investidos nas formações dos filhos (recursos econômicos, capital de relações sociais, títulos, posições político-partidárias), bem como as características das predisposições incorporadas condicionadas pela posição herdada na estrutura social.

O capítulo finaliza com o estudo das respectivas trajetórias escolares antes do ingresso em instituições de ensino superior. Avaliaram-se, pois, as reconversões de recursos herdados do grupo familiar, mormente econômicos e de relações sociais, em recursos escolares e culturais. Ou seja, os recursos investidos pelos pais nas formações dos filhos em termos de cultura geral adquirida em viagens e leituras, bem como na frequência a escolas que habilitavam também formalmente ao pleito de uma vaga nas instituições superiores de ensino.

1.1. CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS GERAIS DA FORMAÇÃO DO MUNDO DA ESTÂNCIA:

Em 1958 por ocasião da inauguração, em Campos (RJ), da nova sede da Academia Campista de Letras, “à frente da qual se encontra seu busto em tamanho normal” (O’Donnell, 1980: 36), Oswaldo Aranha, então ex-revolucionário de 1930, ex-ministro de Estado, ex-embaixador em Washington e ex-presidente da seção plenária da ONU que criou o Estado de Israel, proferiu um discurso no qual referia:

“Sou filho de uma terra sem poesia, mergulhada no sangue de suas lutas. O meu berço, que marcou minha vida, foi aquecido no *fogão das revoluções*, como é cognominado o meu torrão natal.

Ao tempo em que nasci, em 1894, era o Alegrete uma fronteira em que as idéias e as armas nunca puderam ser ensarilhadas. A minha gente escreveu mais com a lança do que com a pena, com a coragem do que com a imaginação.

E para escrever com a pena, precisava molhá-la no sangue das próprias feridas, mais do que nas fontes da inteligência” (apud O’Donnell, 1980: 36, grifos no original).

Compelido a falar de letras pelas circunstâncias, Oswaldo Aranha não se furta em fazer uma digressão sobre seu passado e sua terra, contribuindo para reforçar a imagem que muitos dos brasileiros ao norte de Santa Catarina tinham (ou ainda têm) do Rio Grande do Sul: um território povoado por vaqueiros-guerreiros, o “gaúcho”, e marcado por contendas políticas violentas que não raro implicavam em lutas armadas. Segundo Love tal imagem podia variar entre a admiração pelas supostas qualidades dos seus habitantes e a percepção destes como “bárbaros”, mas, de modo geral, “a proposição segundo a qual *cada gaúcho é um soldado* foi largamente aceita pelos contemporâneos de Oliveira Vianna” (Love, 1975: 4, grifos no original). Esta representação vinha sendo firmada desde o final do século passado. Ainda segundo Love, é interessante que o “debate [referindo-se à década de 1960] a respeito da natureza do caráter do gaúcho tem focalizado exclusivamente uma das subculturas do Rio Grande, o complexo pastoril”, modo de vida compartilhado apenas por uma minoria destes na década de 1970 (Love, 1975: 4). Contudo, analisando as origens sociais dos rio-grandenses que se destacaram em nível nacional até aproximadamente a década de 60 deste século se pode constatar que, em grande parte, tinham origens sociais vinculadas a este “complexo pastoril”. Oswaldo Aranha, pois, fala de si e de suas origens, generalizando para o todo dos seus

conterrâneos a condição de compartilharem desta história de pastoreio, lutas e revoluções dentro dos valores de coragem, valentia e desprendimento guerreiro, valores estes produzidos e reproduzidos pela elite da qual é originário e da qual fez parte. Ou seja, enuncia a visão de mundo desta elite como “a” visão de mundo dominante em sua terra natal e que passou a ser também dominante para efeitos de reconhecimento por parte de outros.

Diversos trabalhos apontam para esta relação estreita entre a ocupação do solo do atual Rio Grande do Sul e os imperativos de ordem militar e geo-política que envolviam as coroas de Portugal e Espanha (César, 1979; Félix, 1996: 34-62; Love, 1975: 3-27). Em linhas gerais, a divisão do território em sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa foi a forma inicial de ocupação de parte do território do atual Rio Grande do Sul, tradicionalmente disputado por Portugal e Espanha. “Em parte devido à necessidade de abastecer Colônia [do Santíssimo Sacramento] e também pela necessidade de pastagens para a criação de gado bovino, cavalos e mulas para os campos de ouro e diamante de Minas Gerais”, deu-se, na primeira metade do século XVIII, pela ação de “homens da fronteira e soldados, brasileiros e portugueses” a ocupação do Planalto Central (Love, 1975: 8). Em 1737, o brigadeiro-general José da Silva Paes funda a vila fortificada que daria origem à cidade de Rio Grande. A partir deste forte e de penetrações ao norte pelos campos de Cima da Serra (Vacaria) e pelo litoral (Torres) os luso-brasileiros foram ocupando o território do futuro Rio Grande do Sul. Inicialmente esta ocupação deu-se em termos militares e de caçadores de gado selvagem ou roubado das Missões jesuíticas. Em um segundo momento, o território começou a ser distribuído e ocupado na forma de estâncias dedicadas à criação extensiva de gado. “Consoante a legislação do tempo, doava-se terra, de ordem do Rei, a pessoas que a pudessem povoar e defender, com seus

escravos e agregados, em caso de agressões vindas das colônias espanholas” (César, 1979: 10). A formação de estâncias de criação de gado, a partir da divisão dos territórios das sesmarias, dominou (e em parte ainda domina) a região sul e oeste do Rio Grande do Sul, mais ou menos seguindo a linha da fronteira entre os domínios portugueses austrais com os domínios espanhóis da região do rio da Prata. As características da extensão do Império português ao sul do Brasil assumiram a forma de uma deliberada ação militar em contraposição ao Império espanhol.

Segundo Ferreira Filho, estes terratenentes faziam muitas vezes parte de “corpos de milícia”, cujos membros eram, para o caso dos oficiais, “recrutados entre os homens brancos, sem mesclas, que fossem proprietários rurais ou estabelecidos em algum ramo do comércio”. Um oficial destes corpos “precisava sujeitar sua ascendência, até bisavôs, à revista comprovadora da pureza de linhagem. [...] Além disso, devia ser homem abastado para poder fardar-se com decência e armar-se à sua custa. Devia saber ler e escrever corretamente e possuir rudimentos de matemática.” Os oficiais destes corpos de milícia “nomeados pelo rei, gozavam de privilégios especiais, tendo precedência sobre seus colegas de linha. [...] Em tempos de paz, os corpos de milícias eram licenciados.” (Ferreira Filho apud Barbosa, 1983: 65-6). Com o tempo e em relação às boas oportunidades de lucro que o gado proporcionava (muare e eqüinos para monta e tração, ovinos para lã e carne e, principalmente, bovinos para sebo, couros e carne na forma de charque, o que desenvolveu nas cidades do Sul, principalmente Pelotas, uma indústria charqueadora), os espaços dominados pelas estâncias foram se expandindo seguindo as linhas pouco demarcadas da fronteira. Esse processo ainda estava em andamento em inícios do século XIX, quando a região das Missões passou definitivamente ao domínio português pelo Tratado de Badajoz (1801), sendo ocupada em suas franjas ocidentais também por es-

tâncias.

As concessões de sesmarias por parte da coroa portuguesa criou um cinturão de grandes propriedades ao longo da fronteira sul e oeste defendidas por seus posseiros armados e militarizados. Porém, outras formas de ocupação de espaços deram-se mais ou menos paralelamente, como as pequenas propriedades coloniais desde o início do século XIX dos imigrantes europeus não-lusos, os entrepostos comerciais e administrativos do litoral e os assentamentos de açorianos no século XVIII, casais de imigrantes das ilhas dos Açores e Madeira incentivados por Portugal a estabelecerem-se em pequenas propriedades voltadas à produção de trigo na região litorânea (César, 1979: 10 e 17). Contudo, o desenvolvimento das atividades pecuárias e charqueadoras e seu sucesso econômico “eclipsou a agricultura”, ainda mais que “uma ferrugem [...] atacou o cereal” (Love, 1975: 11). O agricultor açoriano “seduzido pelos atrativos da gadaria, para esta carreara alguns de seus elementos humanos mais enérgicos e empreendedores” (César, 1979: 22). Isto se explica em parte por ter sido esta “política de casais” uma forma de contrabalançar o peso dos *pueblos* indígenas das Missões jesuíticas espanholas. Quando o território das Missões passou para o controle português depois da destruição militar dos *pueblos* empreendida desde meados do século XVIII e que só se completaria no início do século seguinte, novas terras passaram a estar disponíveis para a ocupação. Alguns destes açorianos ou seus descendentes passaram a apossar-se de tal território, tornando-se alguns deles estancieiros.

O século XIX no Rio Grande do Sul foi, como nos períodos anteriores, pontuado por conflitos militares amplos que envolviam desde reflexos de guerras européias, a Guerra Cisplatina (1817-28), passando pelos levantes de parcelas da elite rio-grandense, principalmente estancieiros e charqueadores com seus escravos e clientes, contra o Impé-

rio brasileiro, a Revolução Farroupilha (1835-45), e as Guerras Platinas (1849-52) e a Guerra do Paraguai (1864-70). As próprias fronteiras do Brasil com os vizinhos platinos não estariam diplomaticamente acordadas, apesar de já estarem mais ou menos estabelecidas de fato desde a Guerra Cisplatina, até o início do século XX, quando um tratado com o Uruguai foi firmado por Rio Branco à época do terceiro mandato de Borges de Medeiros na presidência do Estado (1913-1918), estabelecendo o condomínio do uso da Lagoa Mirim e fixando a fronteira seca entre os dois países (Ferreira Filho, 1957: 20). Além disto, estancieiros brasileiros possuíam terras nas “fronteiras” tanto no Uruguai quanto no Brasil, tendo, portanto, interesses nas questões internas dos dois países. Continuava, pois, comum a participação destes proprietários nos conflitos do que se poderia considerar a macro-região que compreendia o su-sudoeste do Brasil, o Uruguai, o centro-norte da Argentina e o Paraguai.

O estancieiro, que interessa aqui mais diretamente, era, pois, um misto de miliciano e produtor rural, e ocupava uma posição que, seja por imperativos de ordem econômica, seja por imperativos de ordem militar, levava à necessidade de cercar-se de peões, cujas relações com ele se estabeleciam em termos de dependência pessoal. Enquanto proprietário de terra e empregador de mão-de-obra mantinha com seus empregados, genericamente designados de “peonada”, relações estreitas e personalizadas, pois o próprio vínculo empregatício não passava por um contrato formal de trabalho, mas por um acordo informal entre o estancieiro e o peão, o chamado “conchavo”. A “estância, com seus posteiros e peões, foi o primeiro veto oposto à liberdade sem peias do gaúcho nômade. Este não morreu, entretanto. Deixou-se *conchavar*, isto é passou a servir, assalariado, sob as ordens dos grandes proprietários” (César, 1979: 14, grifos no original). As relações de trabalho, pois, configuravam já relações clientelísticas, o que fica claro em se

considerando que os serviços prestados pelos peões abrangiam não só o trabalho de natureza econômica, mas incluíam a proteção armada das terras e das pessoas da família do estancieiro, e, em épocas de crise (guerras, revoluções, eleições com disputa), o acompanhamento do estancieiro enquanto chefe político-guerreiro. O patrão torna-se controlador de uma clientela formada por esta peonada, muitos dos quais dispostos inclusive a morrer por ele nos conflitos armados que, na chamada Revolução Federalista de 1893, entre outros casos, assumiram um caráter de extrema violência como demonstra a prática corriqueira da degola de adversários capturados. A peonada devia ao patrão, além de sua sobrevivência e de sua família (comida, agasalho, moradia, assistência médica, cuidados na velhice), a segurança frente a agentes de poderes do Estado, principalmente policiais e judiciários, de modo que um estancieiro bem relacionado poderia recorrer a seus amigos para livrar um seu peão com problemas, ou ele próprio o fazia diretamente na medida em que ocupasse um cargo público (ver dados analisados em Elmir, 1993: 32 e segs.). Esta patronagem, pois, poderia, ou quase que obrigatoriamente deveria, ser exercida por qualquer grande proprietário, não só para garantir a exploração econômica de seus domínios e a segurança de seu patrimônio e de sua família, mas também para permitir-lhe uma posição na relação com os demais estancieiros.

A “autoridade dos *chefes de bandos de guerrilheiros* e dos *chefes de parentela* [os estancieiros em questão] passou a ser reconhecida pelo grupo social e também pelo Estado e, com o reconhecimento, passaram a dominar o aparelho estatal” a partir do que o “estancieiro era o chefe no seu grupo social e o coronel que dominava a política do distrito e do município” (Félix, 1996: 41, grifos no original). A condição de militar, dentre os oficiais, poderia trazer em retribuição a serviços prestados a concessão de sesmaria, ao mesmo tempo em que a condição de estancieiro poderia também ser seguida de

um posto de oficial nas milícias e, depois de 1831, na Guarda Nacional. O título de coronel, primeiro das milícias organizadas pelo Império português e depois da Guarda Nacional, ou um título vinculado a uma posição no Exército que poderia mesmo ser honorífica, passou também a ser o designativo destes líderes político-guerreiros locais. Os coronéis, pois, reforçavam sua legitimidade frente ao domínio que exerciam sobre os seus clientes-peões e ampliavam-na na medida em que passavam a atuar no plano provincial. Pela patronagem exercida socialmente abaixo em relação aos seus peões e pela legitimidade político-militar que recebiam do Estado, tornavam-se mediadores por excelência entre estes dois planos. E era enquanto tais que se relacionavam com os demais coronéis e com as instâncias formais do Estado.

Estas breves considerações gerais são importantes como uma introdução ao seguinte item deste capítulo que analisa as origens sociais dos membros da “geração de 1907”, já que, em sua maioria, nasceram neste contexto do mundo da estância controlado pelos patrões que eram ou se tornaram seus próprios pais.

1.2. ORIGENS SOCIAIS E RECURSOS FAMILIARES:

A respeito da estreita relação entre a condição de estancieiro, as atividades militares e o posicionamento dos patrões enquanto controladores de redes clientelísticas, a análise da trajetória de Manoel Vargas, pai de Getúlio Vargas, é representativa. Esta é aqui abordada em relação a de um seu contemporâneo e amigo, José Gomes Pinheiro Machado, para a qual há dados disponíveis também ricos em detalhes. Isto permitiu in-

troduzir algumas questões relativas às inserções e atuações destes padrões de estância desde os planos locais até o nacional em relação com os recursos com os quais contavam para tal.

Manoel do Nascimento Vargas descendia dos primeiros colonizadores europeus do Rio Grande do Sul de origem açoriana. No século XVIII, Manoel José de Vargas engajou-se no Exército imperial português em um regimento na fronteira com as colônias espanholas do Prata, chegando a atingir o posto de major. Este militar tornaria-se ainda sesmeiro na região do atual município de Camaquã. Segundo Araújo, ele:

“sentou praça em um regimento de fronteira, e de guerra em guerra foi ganhando galões até major. Instalou-se então com índios e soldados numa grande área de campo [...] e defendeu a posse da terra a ponta de espada e arcabuzos. Estes campos, que constituíram a famosa *sesmaria dos Vargas*, situava-se na beira do rio Camaquã, sobre o Passo dos Ladrões, onde hoje se ergue a localidade de Amaral Ferrador. Uma sesmaria de campo media uma extensão de 3 léguas quadradas — 13 mil hectares — mais ou menos. Naturalmente ele assenhorou-se de outras áreas circunjacentes, e a primitiva sesmaria com o tempo duplicou de extensão” (Araújo, 1985:3, grifos no original).

Uma filha de Manoel José de Vargas casou-se com “um Bueno” de origens desconhecidas (Araújo, 1985: 3). Este levou-a para a região das Missões, depois de 1801, mas finda por estabelecer-se em um lugar chamado Pulador, próximo a atual cidade de Passo Fundo, onde organiza uma estância. Deste casamento nasceu, entre outros, Evaristo, pai de Manoel Vargas. Este Bueno teria abandonado a família, deixando os filhos ainda pequenos, e sua esposa passa a tomar conta das terras junto com os filhos, nomeando-os com seu sobrenome de solteira: Vargas. Evaristo Vargas lutou na Revolução Farroupilha e teve “o seu posto de major do Exército farroupilha confirmado pelo tratado de Ponche Verde [...] mas [...] não se incorporou ao exército monarquista” (Araújo,

1993: 9). Teria ainda combatido nas Guerras Platinas contra Rosas no Uruguai e Argentina, quando obteve o reconhecimento de seu posto de oficial no Exército imperial, acompanhando um dos filhos que se engajara e que morreria nos combates. Depois de sua participação nestas guerras, “comprou, em 1856, cinco anos depois do regresso de Caceros [guerra contra Rosas] a sesmaria do Cerro, na Porteirinha, em Santiago do Boqueirão” (Araújo, 1993: 177).

Manoel Vargas, filho de Evaristo, por sua vez, também engajou-se no Exército imperial, mas quando da Guerra do Paraguai. Apresentou-se como recruta em São Borja, trazendo “uma carta de apresentação de um vizinho, o Rufino, para o coronel Fernandes Lima, de quem era amigo” (Araújo, 1993: 226). Araújo relata um diálogo, provavelmente imaginário, porém representativo, entre Manoel Vargas e o coronel Fernandes, que teria conhecido seu pai em Montevideu em 1851. O coronel teria dito a Manoel: “qualquer coisa que precisares, me procura. Sou amigo do teu pai” (Araújo, 1993: 227). O mesmo coronel o promoveria à cabo, condição na qual Manoel veio a se apresentar ao general Canabarro, partindo depois como seu comandado para o Paraguai. Nesta época teria conhecido Antônio Pinheiro Machado, auditor militar e bacharel em direito, cujo filho, José Gomes Pinheiro Machado, havia alistado-se no Exército contra a sua vontade. Com José Gomes, Manoel teria travado “uma grande amizade” (Araújo: 277-8). Ao retornar da guerra, com o posto de capitão (segundo Araújo, 1985: 5 e Vargas, 1993), ou com o de tenente-coronel (segundo o DHBB, 1984: 3436), Manoel Vargas estabeleceu-se em São Borja, “onde instalou um escritório que abrangia um campo de ação vastíssimo: advocacia, contabilidade, compra e venda de gado”, tendo sido, igualmente, “tropeiro”, segundo Manuel Sarmanho Vargas (Vargas, 1993). Casou-se com Cândida Dornelles, a “herdeira mais rica da cidade”, pois “os Dornelles eram os maiores, ou dos maio-

res, estancieiros da região” (Araújo, 1985: 5). Passou a dedicar-se aos seus negócios e se torna também estancieiro, indo residir com a família na estância Santos Reis, herdada por sua esposa. Participou da organização do clube republicano local, identificando-se com o recém formado PRR. À proclamação da República era o presidente local deste partido, encontrando-se na posição político-partidária oposta à de seu cunhado, Dinarte Dornelles, líder do Partido Liberal e, depois de 1892, do Partido Federalista no município, seguidor, portanto, da liderança do conselheiro Gaspar Silveira Martins.

Como fica claro até este ponto da trajetória dos ascendentes de Getúlio Vargas, o engajamento militar era uma constante, tanto como forma de obter recursos mobiliários — através de furtos, Evaristo Vargas teria participado de roubo de montaria e gêneros do próprio Exército brasileiro quando no Uruguai (Araújo, 1993: 65-66) e saques que podem ser inferidos pela presença de Manoel Vargas em Assunção ao final da Guerra do Paraguai (Araújo, 1993: 380-381) —, imobiliários — concessão de sesmaria por serviços prestados ou garantias de posse de terras —, ou monetários — soldos —, quanto como uma necessidade de proteger o próprio patrimônio — os paraguaios chegaram a fazer razias na região de São Borja, Itaqui e Uruguiana durante a guerra. Mas a guerra também permitia o reconhecimento por façanhas militares e capacidade de liderança legitimadas por promoções, pontuadas por ações calcadas na honra, na coragem, na valentia, no desprendimento e na palavra mobilizadora. Sob o aspecto econômico, a guerra era um bom “negócio”, mas o era também sob o aspecto de permitir reconhecimento e interreconhecimento entre os “companheiros de armas” horizontal e verticalmente na própria hierarquia militar. Verticalmente, na relação com subordinados, principalmente a massa dos não-oficiais analfabetos, dispostos muito mais a seguir líderes tangíveis como os comandantes imediatos do que um imperador distante. Horizontalmente, com relação

aos demais oficiais-comandantes de mesma patente ou superiores. Lealdade, honra, valentia, e um relativo domínio da palavra, bem como os amigos certos permitiam, nestes espaços dos contingentes militares mobilizados, atingir-se posições de destaque, ou seja, galgar postos na hierarquia militar e receber e exercer comandos.

Cabe também ressaltar que a hierarquia do Exército refletia a estrutura da sociedade brasileira: a soldadesca composta por mestiços, índios ou negros, pobres e analfabetos, e a oficialidade de origem luso-brasileira que, no caso dos rio-grandenses, era composta por estancieiros, descendentes destes ou aspirantes a o serem. Boris Fausto, apontando as origens sociais dos componentes do Exército à época da Guerra do Paraguai, salienta que “a maioria dos novos oficiais provinha de municípios do interior do Nordeste e do Rio Grande do Sul. Em geral, os do Nordeste eram originários de famílias tradicionais em declínio, que não podiam pagar o estudo de seus filhos”. Quanto aos oriundos do Rio Grande do Sul, “região de fronteira onde se concentravam contingentes militares, a carreira no Exército se apresentava como relativamente prestigiosa” (Fausto, 1995: 230). Manoel Vargas e Pinheiro Machado não foram, pois, exceção. Poderia-se citar ainda os casos dos generais Canabarro e Osório, entre outros tantos, distribuídos pelas fileiras do Exército imperial em postos os mais diversos de acordo com posições anteriormente alcançadas, socialmente, enquanto proprietários de terras ou filhos destes capazes de mobilizar peões ou outros clientes para as campanhas militares, ou enquanto membros do próprio Exército, militares de carreira, os chamados “tarimbeiros” (oficiais que galgaram postos em promoções no próprio Exército e não por estudos em academias militares, ou ainda por vínculos político-partidários²) que poderiam vir a se tornar

² Osório era identificado com o Partido Liberal, o que valeu-lhe a indicação para o comando das tropas

proprietários de terras na medida em que agraciados pelo imperador com uma sesmaria ou comprando terras com recursos auferidos enquanto militares. No caso dos rio-grandenses há que se salientar também que os oficiais do Exército farroupilha foram integrados ao Exército brasileiro depois de encerrado o conflito

A Guerra do Paraguai aproximou Manoel Vargas de José Gomes Pinheiro Machado. Como já referido, este último era filho de um bacharel paulista e auditor militar, à época da Guerra do Paraguai, que radicou-se no Rio Grande do Sul, no município de Cruz Alta, tornando-se estancieiro. Foi também deputado provincial (1856) e deputado à Assembléia Geral (1863). Descendia “da nobilíssima família dos Taques Pompeu” (Silva, 1982: 26) e, antes de se deslocar ao Rio Grande, advogou em Itapetininga (SP), quando casou-se com Maria Manoela de Oliveira Aires, filha do tenente-coronel Salvador de Oliveira Aires, “chefe político local. [...] *Em Itapetininga, quem não era Aires era-lhes afim ou amigo.* [...] O Dr. Pinheiro Machado era ainda cunhado do eminente propagandista Venâncio de Oliveira Aires” (Silva, 1982: 26-7, grifos no original).

José Gomes Pinheiro Machado, nascido no Rio Grande do Sul, cursava a Escola Militar no Rio de Janeiro quando, sem o consentimento do pai, alistou-se no Exército para lutar na Guerra do Paraguai. Em 1874 ingressa na Academia de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo. Foi então um dos fundadores do Clube Republicano Acadêmico e do jornal *A República*, do qual foi um dos redatores, da mesma forma que o seriam, posteriormente, entre outros, os rio-grandenses Júlio de Castilhos, Homero Batista, Vitorino Monteiro, Borges de Medeiros e Germano Hasslocher, todos com destacada participação nas ações político-partidárias do final do século XIX e início do XX.

em certa altura do conflito, ocorrendo o mesmo depois com Caxias, este ligado ao Partido Conservador.

Formado e casado, retorna ao Rio Grande do Sul, instalando-se em São Luiz das Missões, onde abre “banca de advocacia, dedicando-se concomitantemente à indústria pastoreira, na qual fora iniciado pelo seu finado pai” (Silva, 1982: 35).

Pinheiro Machado participou também da organização do PRR e da reunião da fazenda da Reserva. Esta ocorreu em março de 1889, na fazenda de Júlio de Castilhos, e nela participaram também, entre outros, Assis Brasil, Homero Batista, Vitorino Monteiro, Fernando Abbott e o irmão de José Gomes Pinheiro Machado, Salvador Pinheiro Machado. Segundo Love, o encontro teria sido importante sob o aspecto de consolidar a “preeminência” de Júlio de Castilhos como líder do PRR (Love, 1975: 41). À proclamação da República, era José Gomes Pinheiro Machado estancieiro e advogado em São Luiz e foi indicado na chapa republicana para as eleições à Constituinte federal como senador.

Pinheiro Machado e Manoel Vargas, pois, eram ambos filhos de estancieiros e de ativos participantes em conflitos militares, formaram ou ajudaram a formar clubes republicanos à época do Império em suas regiões, situadas ambas na zona missioneira, e os dois, a exemplo de seus respectivos pais, também se tornariam estancieiros. Carrazzoni refere que Pinheiro Machado “costumava viajar de S. Luiz para S. Borja, em longas visitas ao seu amigo, coronel Vargas. Conversavam de política, dos passos vacilantes da República recentemente implantada, exaltavam-se no amor e no serviço do novo regime, ambos republicanos ortodoxos, falavam tudo” (Carrazzoni, 1939: 19-20). Os dois tiveram papel importante no apoio à consolidação da posição de Júlio de Castilhos como chefe do governo no Rio Grande do Sul. Participaram da reunião entre exilados castilhistas, que visavam escapar de perseguições, em Monte Caceros, na Argentina, no período em que um grupo de chamados republicanos dissidentes apoiados por gasparistas

derrubou Júlio de Castilhos e assumiu o governo, o que fez este último, em seus escritos no jornal *A Federação*, apelidar o novo governo de “governicho” (novembro de 1891 a julho de 1892). Segundo Love, desta reunião teria resultado a decisão de “dirigentes do PRR”, como Pinheiro Machado, Manoel Vargas, Evaristo Amaral, Hipólito Ribeiro e João Francisco, de “colocar em jogo suas carreiras políticas, e quiçá suas vidas, numa conspiração para restaurar Castilhos no poder” (Love, 1975: 54). A capacidade de mobilização de recursos humanos para a esperada luta armada em favor de Júlio de Castilhos dava já a importância de cada um destes líderes em seus municípios de residência:

“jurando todos pela honra, envidar todos os esforços para a vitória da legalidade, para a salvação de nossos brios, para a salvação da Pátria rio-grandense declararam os cidadãos general Hipólito, coronel Portugal e Ataliba Gomes que os municípios de Livramento e Uruguaiana dariam mil homens armados de carabina; o Dr. Pinheiro Machado declarou que São Luiz daria trezentos homens; o coronel Firmino, Aguiar e Horácio, que Itaquí daria trezentos homens; o general Lima, Aparício e Vargas, que São Borja daria trezentos” (apud Silva, 1982: 52).

Na Revolução Federalista Pinheiro Machado é designado comandante de um dos contingentes militares castilhistas denominado Divisão do Norte, licenciando-se do Senado, e arregimentando “provisórios³” em São Luiz. Manoel Vargas, constituindo também um corpo provisório, mas em São Borja, passa a compor a tal Divisão. Este último entra em conflito militar direto com seu cunhado, Dinarte Dornelles, chefe federalista em São Borja, que reuniu “uma força revolucionária” (Araújo, 1985: 5). A formação da Divisão do Norte teria se dado em encontro na estância Santos Reis, do qual participaram,

³ Os “provisórios” ou “corpos provisórios” eram grupos de civis arregimentados normalmente por grandes estancieiros ligados ao PRR a fim de serem mobilizados como forças auxiliares às da Brigada Militar. Foi uma espécie de enquadramento oficial dos bandos de clientes armados controlados por patrões-estancieiros identificados com o PRR.

além do anfitrião Manoel Vargas, Pinheiro Machado e Aparício Mariense, sendo que Manoel Vargas e Pinheiro teriam dividido a liderança das duas brigadas nas quais se dividia o contingente (Araújo, 1993: 482).

Findo o conflito e tendo sido vitoriosos os castilhistas, tanto Pinheiro Machado quanto Manoel Vargas receberiam títulos de generais honorários do Exército brasileiro. Isto se justifica porque a Revolução Federalista no sul do país se confundiu com a revolta de setores da Marinha brasileira (Custódio de Melo e Saldanha da Gama) e foi explorada pelo governo federal da República e pelo governo do PRR no Rio Grande do Sul como sendo “sebastianista”, “monarquista”, enfim, como um movimento restaurador da monarquia. Os títulos de generais honorários do Exército nacional dado a estes líderes militares foram em reconhecimento por suas ações terem sido consideradas de relevância nacional, enquanto serviços prestados à “causa republicana” brasileira e não somente resultado de lutas político-partidárias restritas ao plano estadual.

Esta ampla participação nos conflitos político-partidários do final do século passado não pode ser explicada somente por terem sido ambos estancieiros e, em consequência, controlarem uma clientela de peões. Ao contrário de um proprietário que residisse exclusivamente em sua estância e cujos interesses poderiam se restringir *somente* à criação de gado ou a outras atividades de caráter apenas rural⁴, Vargas e Pinheiro, como já referido, não eram *apenas* estancieiros, mas *também* estancieiros. O primeiro tinha um escritório de negócios comerciais em São Borja e o segundo um escritório de advocacia

⁴ O que seria o caso dos estancieiros semi-analfabetos que, no máximo, se tornavam comandantes militares em tempos de guerras, pois controlavam ao menos o referido nível de clientela da peonada, que, ao mesmo tempo que era sua mão-de-obra, poderia sempre ser mobilizável e transformada em um recurso guerreiro. Mas estes patrões dificilmente alcançam eles próprios posições de maior destaque além do que poderiam conseguir em suas regiões e, mesmo nestas, normalmente acabam por se situar em segundo plano frente a outros líderes políticos mais importantes.

em São Luiz e os dois contavam com títulos, posições e histórico de atuações militares. As atividades realizadas e posições alcançadas fora do mundo da estância, principalmente nas sedes municipais, eram tanto rentáveis economicamente quanto permitiam a constituição de uma clientela em um nível que extrapola o da peonada da estância e alcança o âmbito municipal-regional e mesmo estadual.

Paralelamente à teia clientelística composta pela peonada, estes estancieiros poderiam também possuir clientes neste outro espaço, as cidades-centros municipais. Nestas se localizavam as sedes locais de instâncias administrativas ou de serviços públicos e privados: correios, telégrafos, polícia, juizados, intendência, conselho municipal, clubes, escolas, bancos, escritórios de advocacia, consultórios médicos, casas comerciais e outros. Este centro paroquial, portanto, contava com uma população urbana mais heterogênea, em relação a das estâncias, com a qual os grandes proprietários de terra tinham relações as mais diversas. Possuíam parentes ocupando cargos ou exercendo alguma profissão liberal e eles próprios se dedicavam também a alguma profissão liberal ou a outros “negócios”, igualmente ocupando algum cargo político-partidário e/ou burocrático (intendente, conselheiro municipal, membro da Comissão Executiva de um partido político ou seu chefe local, juizados, delegado de polícia), com o que poderiam gerir a concessão de empregos públicos a pessoas mais ou menos qualificadas (desde o porteiro da intendência ao professor da escola municipal). Tanto a posse de riqueza auferida com a atividade rural, quanto em genéricos “negócios”, mas também a ocupação de um cargo público ou partidário (formal, como membro da Comissão Executiva do partido no município, ou como chefe reconhecido deste sem ocupar um cargo formal) permitia a um ou mais destes estancieiros constituir, tanto com seus recursos próprios quanto com recursos públicos, uma clientela mais ampla e diferenciada. Os recursos próprios seriam os

monetários (auxílio direto a um necessitado), de relações sociais ou de parentela (acionar amigos, parentes ou clientes para resolver alguma demanda de um solicitante), ou a prestação de um serviço vinculado a alguma habilitação técnica e/ou escolar que possuísse (apoio jurídico ou médico). Os recursos públicos seriam os vinculados à ocupação de um cargo ou à influência que se poderia exercer sobre um ocupante de cargo (concessão de emprego, promoções, aumentos salariais, facilidades e desembaraços burocráticos, soltar pessoas da prisão, entravar ou apressar processos, gerir recursos oriundos de impostos). A influência que um proprietário de terras poderia exercer, formando uma clientela urbana, tinha como contrapartida por parte dos clientes o atendimento dos pedidos de favores que seriam exigidos em troca. Os agentes diretos da concessão de um emprego, da soltura de alguém da prisão, da prestação de algum serviço à terceiros, da deposição de votos nas urnas, da administração de eleições, não eram, freqüentemente, os próprios patrões, mas seus clientes, parentes ou amigos. A satisfação destas demandas emanadas do patrão configurariam as obrigações dos clientes. E esta clientela, de modo geral, era mais bem situada socialmente do que a peonada da estância e se constituía em um recurso fundamental para um patrão que se lançasse candidato a cargos eletivos ou que se propusesse ser um chefe político-partidário. Para isto precisava controlar uma teia mais ampla de relações sociais nas quais se colocava ao centro. E, neste caso, novamente o patrão exercia funções de mediador entre parcelas da população local e outros níveis, notadamente o estadual e até mesmo o federal. Tal mediação era exercida fundamentalmente no que dizia respeito à política-partidária e às relações com instâncias burocráticas, contando decisivamente as relações do patrão com pessoas situadas em posições mais importantes que a sua, principalmente nos governos estadual e federal. Para isto, muitas vezes, o patrão local se transformava em cliente de um outro patrão mais bem

situado e/ou relacionado do que ele.

Esboça-se, então, “uma rede contínua de estrelas de primeira grandeza entrelaçadas” (Landé, 1977: 21). Os estancieiros de um modo geral controlavam teias compostas por seus clientes-peões e alguns deles logram estendê-las a uma clientela urbana. Em sendo um destes patrões filiado a um partido político, uma organização em princípio baseada em estatutos e em programas, em uma “doutrina”, para usar um termo da época, de fato seu poder na organização não será dado simplesmente por ocupar um cargo partidário ou por uma fidelidade doutrinária aos princípios explícitos formais da organização. Sua inserção em um partido se dava pela capacidade de relação com os demais membros do mesmo a partir da notoriedade adquirida em ações militares e do acúmulo de um capital de relações sociais composto pela sua capacidade de formar e controlar teias clientelísticas mais amplas, inclusive transformando em seus clientes patrões menores, por suas relações de amizade com outras estrelas de primeira grandeza e também por contar com parentelas extensas.

A consolidação do PRR no governo do Rio Grande do Sul, após a proclamação da República, trouxe uma crise que se traduziu por uma grande flutuação nas definições e redefinições constantes de estrelas de primeira grandeza em trono da perda de prestígio do então chamado “dono do Rio Grande” nos últimos anos do Império, o líder do Partido Liberal, Gaspar Silveira Martins, e a ascensão do líder do PRR, Júlio de Castilhos, crise que só foi parcialmente resolvida pelas armas durante a Revolução Federalista. Aqui importa referir que, de modo geral, a constituição das facções em disputa deu-se em torno da aceitação de uma ou outra das lideranças referidas como centro de redes diversas que abarcavam grande parte dos grandes estancieiros do Estado que, por sua vez, mobilizavam as teias que eles próprios controlavam, terminando por envolver nos

conflitos grande parte da população do Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões nas quais dominavam as estâncias. Sobre este caráter do conflito, Félix salienta que a Revolução Federalista foi “coronelista”, ou seja, partiu de uma revolta dos coronéis gasparistas contra o governo de Júlio de Castilhos. Este reagiu envolvendo igualmente coronéis castilhistas, além de outros recursos como o Exército e a Brigada Militar que recém formara. Ou seja, estes coronéis, os grandes patrões do Estado, alinhavam-se de um ou outro lado, mesmo que o lado federalista fosse majoritário em termos de tais adesões (Félix, 1996: 63 e segs.).

Finda a Revolução Federalista, os que se opuseram à Castilhos tiveram que aceitar, em um primeiro momento, a sua exclusão da possibilidade de participar do governo. Como referido para o caso de São Borja, a disputa que se abriu entre as duas facções encabeçadas por patrões importantes (Manoel Vargas e Dinarte Dornelles) terminou por gerar um câmbio na liderança político-partidária do município e na possibilidade de exercício de patronagem pela relação com o controle de recursos públicos e com as lideranças político-partidárias em nível estadual. Manoel Vargas se torna o líder político de São Borja enquanto chefe local do PRR, possibilitando-o distribuir cargos nos órgãos públicos do município, estender sua clientela e colocar-se na posição de principal mediador no que dizia respeito às questões que envolviam a relação entre o “seu território” e o governo estadual, frente à Castilhos e aos demais órgãos do governo.

Segundo Landé, “é comum para as clientelas serem dispostas em forma de pirâmide de maneira que vários patrões, cada um com seu próprio conjunto de clientes, sejam, por sua vez, os clientes de um patrão superior que, por sua vez, é o cliente de um patrão ainda mais superior do que ele” (Landé, 1977: 21). Castilhos, em relação aos seus partidários deste tipo, ocupava, pois, a posição de uma estrela de primeira grandeza ao

centro de uma “constelação” piramidal que atravessava o Estado do Rio Grande do Sul como um todo, tornando-se ele o mediador entre esta rede e as instâncias do governo nacional, principalmente no que diz respeito aos presidentes da República, ao Exército e à distribuição dos cargos federais no Estado. Mas também Castilhos exercia o controle dos cargos, instituições e recursos financeiros estaduais. Neste último caso, à testa de Secretarias de Estado ou em postos de comando da Brigada Militar que ele próprio organiza, Castilhos colocava pessoas de sua estrita confiança pessoal e que passam a dever suas posições exclusivamente ao seu arbítrio, ele que era tanto presidente do Estado quanto chefe do PRR, tendendo a se tornar seus clientes. Igualmente, em sendo seu o poder de nomear funcionários das burocracias estaduais, estes cargos se tornam objeto de barganha entre ele e os partidários mais importantes que detêm teias de clientes que desejam privilegiar. Este poder de nomear funcionários e de controlar os cofres públicos era um dos grandes troféus em jogo na disputa pela liderança máxima do governo no Estado que se abriu depois de 15 de novembro de 1889. Como a disputa no Rio Grande do Sul assumiu características de uma guerra aberta entre as facções em disputa, os perdedores tiveram que se resignar com a perda quase que completa do controle sobre os recursos que o exercício do governo trazia. Segundo Félix:

“Fica evidente que o clima de animosidade repousava na perda de privilégios econômicos e políticos por parte dos liberais [do Partido Liberal de Gaspar Martins] e na consciência que tinham os castilhistas da importância da desmontar os sustentáculos desse poder representado pelos governos municipais (Guarda Nacional, Conselhos Municipais, juizes de direito, delegados de polícia, etc.) substituindo-os por elementos de sua confiança. Torna-se assim fácil entendermos o porquê da luta [Revolução Federalista]: essencialmente anticastilhista, por ser de cunho coronelista” (Félix, 1996: 69).

E há ainda um outro aspecto fundamental neste sentido que era a garantia jurídica

da posse de terras. João Neves da Fontoura refere que, mesmo durante o início do século XX, eram acirradas as disputas por terras e pelas tentativas de “legalizar” ocupações que, em última instância, passavam pela burocracia do Estado:

“Eu mesmo, quando comecei a advogar, cansei de receber as propostas mais sedutoras para regularizar situações que não tinham a seu favor nem os requisitos da propriedade nem os da posse mansa e pacífica [...]. Bastante política se fazia por esse método. Certos atrabiliários coronéis mandavam a polícia enxotar o *posseiro*, já de longo prazo com casa e roças, para dar a terra ao correligionário. O *intruso* era um personagem conhecido. Conhecido e reconhecido. Mas, se alcançava proteção dos poderosos, atravessava anos no uso e gozo do alheio” (Fontoura, 1969: 54-5, grifos no original).

A vitória da facção de Castilhos levou a que a administração pública e os cargos eletivos fossem ocupados em sua quase totalidade por seus “partidários” ou por indicados destes. Como já referido ou esboçado, um partido deste tipo — constituído em forma piramidal em cujo ápice se encontrava o líder do partido e do governo e composto por uma constelação de estrelas de primeira grandeza que controlavam teias clientelísticas formadas por patronos menores, por parcelas de população urbana e por peões nas estâncias — é uma estrutura eminentemente segmentada. O PRR, pois, neste plano se estruturou em função de nichos de autoridades pessoais, de grandes patrões que controlavam segmentos do território e/ou da população do Estado ou certos órgãos burocráticos. Os primeiros mais independentes do chefe do governo e do partido — pois sua autoridade advinha em grande parte devido a recursos próprios — e os segundos absolutamente dependentes do mesmo — pois deviam-lhe diretamente suas posições atreladas a ocupação de cargos remunerados.

Uma estrutura política marcada pela importância destas redes sociais trás consigo um grande ônus econômico para os grandes patronos em disputa. Pinheiro Machado, em

1901, discursando no Senado, lembra aos seus colegas a sua participação na Revolução Federalista:

“durante esses dois anos malbaratei a minha fortuna. Sustentei muitas vezes os soldados da República à minha custa; vestidos, e até armamento lhes forneci, porque, Sr. Presidente, durante a primeira fase da revolução na campanha do Sul, três mil e tantos homens, que nos acompanharam, nunca receberam soldo, vencimento algum da Nação, nem jamais o reclamaram. [...] Nunca reclamei, nem do governo federal, nem do governo estadual, um único centil, como indenização das despesas pessoais que fiz e que chegaram ao ponto, Sr. Presidente, de mandar vender animais de raça, animais de corrida, que eu tinha na capital do meu Estado, a fim de que o Sr. Júlio de Castilhos me mandasse recursos, tendo até tirado nessa ocasião quantias à prêmio, como poderia atestar o ilustre membro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Dr. Hermínio do Espírito Santo, para auxiliar os meus amigos pobres que me acompanhavam” (apud Silva, 1982: 59-60).

Neste caso em que a “autoridade é sempre percebida como uma propriedade da pessoa”, a forma de dominação se exerce com custos econômicos para os que a personificam, mas enquanto uma forma de investimento que redundam em ganhos em termos de relações sociais (Bourdieu, 1980: 221). Pinheiro Machado não estava cobrando de seus pares senadores um ressarcimento monetário por suas despesas com o sustento dos referidos amigos, ao contrário, descreve como reconverteu riquezas financeiras e patrimoniais em um capital de relações sociais que, no caso, era o reforço de sua autoridade pessoal enquanto líder carismático (carisma a ele atribuído em função de suas ações político-guerreiras) e enquanto estrela de primeira grandeza. Enunciar isto frente aos seus pares congressistas é lembrar-lhes a força desta autoridade⁵. Mas o que pontualmente teria perdido em termos de recursos econômicos, ganhou em termos de capital de relações

⁵ É interessante notar que quantidades mensuráveis objetivamente não aparecem no relato de Pinheiro,

sociais e em prestígio, reforçando sua autoridade pessoal, que, enfim, o permitiram alcançar e legitimar a posição que passou a ocupar como uma espécie de senador vitalício do PRR⁶ e mesmo a, devido a tal posição, repor os recursos econômicos investidos que novamente eram reconvertidos em capital social. Love salienta que, “falando mais às claras, Pinheiro simplesmente fez da política um meio de se tornar mais rico do que seria possível normalmente; pairava ao seu redor um ar inconfundível de corrupção.” Mas qual o destino de sua riqueza? “Os espalhafatosos banquetes do período pareciam reproduzir o estilo esbanjador de Pinheiro, um mestre na arte do consumo requintado.” Love continua descrevendo um destes banquetes que contava com inúmeros “ilustres” convidados (senadores, deputados, militares, enfim, a “boa sociedade” da Capital Federal), em honra e às expensas de Pinheiro Machado (Love, 1975: 158).

Manoel Vargas e Pinheiro Machado, sob os aspectos de recursos econômicos e de notoriedade político-partidária, conquistada e legitimada pelas atuações guerreiras e na fidelidade ao líder do PRR, se equívalem. Pinheiro Machado, no entanto, se destacaria em nível nacional em sua atividade enquanto senador pelo PRR e Manoel Vargas teria seu campo de liderança fundamentalmente restrito à sua região, São Borja, com ramificações ao nível do estadual. As razões para isto não podem ser encontradas por motivos de ordem econômica ou pelo empenho de ambos na mobilização e participação político-partidária e militar. É que, embora se equivalesssem sob os aspectos citados, Manoel Vargas e Pinheiro Machado diferenciavam-se em outros tantos.

Primeiramente, deve ser destacada a escolarização. Pinheiro, além de cursar a Escola Militar, formou-se posteriormente em direito, enquanto Vargas, ao que as fontes

mas apenas quantidades “qualitativas”, o “valor” de cavalos de raça e de “prêmios” não especificados.

deixam transparecer, não teria adquirido uma educação escolar formal. Contudo, há no Arquivo Borges de Medeiros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul cartas deste à Borges de Medeiros cuja leitura demonstra que ele dominava bem a palavra escrita, o que, entre outras, pode ser verificado na longa missiva que remete à Borges datada de 2 de junho de 1911 (ABM, doc. 8628). Seu neto, Manuel Sarmanho Vargas, referiu que o avô “sabia ler e escrever, o que era raro naquele tempo” (Vargas, 1993). Manoel Vargas, pois, tinha mesmo certo “nível” cultural, adquirido em estudos informais, como autodidata, ou na prática do cultivo de relações com amigos diplomados, como com o próprio Pinheiro Machado com quem “falava tudo”.

Em segundo lugar, Pinheiro Machado podia contar com a herança de um capital de relações sociais qualitativamente mais importante do que Manoel Vargas. Pinheiro descendia de família paulista, seu pai ocupara cargos públicos no centro do país e a sua própria convivência com colegas no seu período de estudos e mesmo na época da Guerra do Paraguai configuravam um capital de relações sociais herdado, entretido e estendido pelo grupo familiar e por ele próprio que extrapolavam em muito o nível regional. Manoel Vargas, embora também tenha herdado certas relações deste tipo — como demonstra o caso citado envolvendo o coronel Fernandes Lima⁷, que seria amigo de seu pai, ou relações que estabeleceu com “companheiros de armas” quando no Exército, notadamente com os Pinheiro Machado, pai e filho —, estas não tinham a qualidade e extensão que as de Pinheiro Machado. Isso restringia os recursos com os quais Manoel Vargas poderia contar para ampliar suas relações muito além do território do Rio Grande

⁶ Reeleito sucessivamente, Pinheiro Machado só deixou o cargo porque foi assassinado em 1915.

⁷ Que também deve ter participado da reunião da fazenda da Reserva em 1892. Na ata de reunião há referência a Firmino Fernandes Lima que pode ser o mesmo coronel Fernandes Lima.

do Sul, seja por não tê-los herdado, seja por suas próprias limitações dentre os partidários de Júlio de Castilhos, como não ser bacharel. O diploma em direito é considerado por Carvalho como importante recurso para o ingresso na elite política imperial, sendo este inclusive um dos distintivos entre os que chama de “políticos” e os “donos de terra sem educação superior” (Carvalho, 1980: 77).

Pinheiro ocuparia a posição de grande mediador entre os líderes do governo do Rio Grande do Sul — primeiro Castilhos e depois Borges de Medeiros — e o governo federal (Love, 1975: 162), mas sem deixar de manter e reforçar suas “bases” locais, tanto em seu município quanto no Estado como um todo, empreendendo viagens constantes ao Rio Grande do Sul. Pinheiro contava com a educação formal e com um nível cultural mais adequados ao trânsito na ex-corte, Rio de Janeiro, além deste espaço já ser dele conhecido desde o tempo de estudante e no qual poderia ser reconhecido, seja por seus ex-colegas, seja por “amigos” do seu pai. Além disto, contava com as relações de parentesco que possuía e cultivava com os ramos paulistas de sua família, e, segundo Love, “continuou a possuir propriedades no Estado de São Paulo” (1975: 148).

Pinheiro Machado, além de ter sido filho de estancieiro, era também filho de um “político” do Império nacionalmente reconhecido. Herdando relações sociais que se estendiam pelo Brasil, alcança reconhecimento e título honorífico militares na Revolução Federalista, fortalece sua posição no Rio Grande do Sul e, com isso, legitima-se frente a seus partidários, quer dizer, nas relações horizontais entre as estrelas de primeira grandeza que compunham a elite do PRR, para chegar e manter-se na posição que passa a ocupar na Capital Federal. Enfim, Pinheiro Machado, dominava a lógica político-partidária rio-grandense e a lógica dos procedimentos parlamentares formais marcados pelo bacharelismo, além é claro da lógica da patronagem que exercia enquanto centro de teias com-

postas por seus clientes na estância, na cidade de São Luiz, no Rio Grande do Sul, e no Brasil, que englobavam outros patronos menores (desde estancieiros do seu município e região até deputados e senadores de Estados menos importantes da federação, ver Love, 1975: 162). Para Manoel Vargas, por sua vez, faltavam recursos e legitimidade escolar-cultural relacionados com a formação bacharelesca ou com um diploma escolar reconhecido socialmente (direito ou medicina, principalmente), bem como um capital de relações sociais adequado, ou seja, que contasse com “cabeças de ponte” em outros Estados da federação. Sua liderança político-partidária, pois, terminou por se restringir ao âmbito local devido a estas limitações. Mas não faltaram-lhe recursos econômicos e o discernimento de que os seus filhos deveriam obter diplomas em cursos superiores.

Como já sublinhado, João Neves, Paim Filho, Oswaldo Aranha e Flores da Cunha eram também filhos de famílias com origens vinculadas ao mundo da estância. Maurício Cardoso, por seu turno, era filho de um magistrado, desembargador e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, de família nordestina na qual se contavam, entre alguns tios paternos, “políticos” (Braga, 1975: 182). Pais ou familiares próximos de todos estes tinham alguma identificação com o PRR, seja como líderes partidários em seus municípios, o que pressupunha o controle de teias de clientelas mais ou menos extensas — o pai de João Neves, “coronel” Isidoro Neves da Fontoura; pai e tio de Paim Filho, “coronéis” Firmino Paim e Avelino Paim; pai de Getúlio Vargas, “general” Manoel Vargas; pai de Oswaldo Aranha, “coronel” Euclides Aranha; e o pai e o irmão mais velho de José Antônio Flores da Cunha, Miguel Luís da Cunha e o “coronel” Francisco Flores da Cunha —, seja como simples partidários — desembargador Melchisedech Cardoso⁸.

⁸ As aspas em “coronel” se justificam aqui porque esta é a forma como os respectivos são referidos nas

O caso de Lindolfo Collor, por sua vez, destoa bastante destes. Lindolfo Boekel Collor era filho de João Boekel que, a exemplo de sua mãe, era descendente dos primeiros colonos alemães no Rio Grande do Sul. O pai fora sapateiro e músico em São Leopoldo, município no qual nasceu Lindolfo, mas morreu quando os filhos eram ainda pequenos. A viúva passa a trabalhar em um hotel na região do atual município de Setembrina, até mudar-se para Barra do Ribeiro e casar-se com João Antônio Collor, de nacionalidade alemã, que empresta o sobrenome aos filhos pequenos da esposa. Collor, portanto, não tinha relações familiares com as regiões do interior do Estado identificadas com as estâncias de criação de gado, ou contava com “políticos” ou bacharéis em sua família. Seus pais possuíam poucos recursos econômicos.

Euclides Aranha, pai de Oswaldo, era natural de Campinas (SP), onde iniciou fazenda de café. Casou-se com Luiza Jacques de Freitas Vale, filha por parte de pai de um estancieiro de origem paulista radicado em Alegrete, onde fora auxiliado a instalar-se por seu sogro. Em 1891-2 Euclides desiste dos “negócios” em Campinas e se transfere com a esposa para o Rio Grande do Sul. Auxiliado pelo sogro, instala uma estância, a Alto Uruguai, em Itaqui, município na mesma região de Alegrete, a Campanha. Sofre perdas devido à Revolução Federalista, época em que parece não ter tomado partido entre as facções contendoras. Em carta ao amigo Normélio Rosa queixa-se sobre confiscos de cavalos por parte de tropas castilhistas, terminando a mesma dizendo que “apesar de ter meu sogro pertencido ao partido federal não me envolvo em política neste Estado” (apud Lago, 1996: 12). Em outra carta, segundo Lago, Euclides Aranha chegou a ex-

fontes que, muitas vezes, não esclarecem qual a origem da designação (se o título é de cunho militar em virtude de vinculação com o Exército, Brigada Militar ou Guarda Nacional, honorífico ou de reconhecimento social). “Coronel”, porém, não deixa de ser uma referência que denota a importância dos assim nomeados que eram ao menos reconhecidos socialmente como tais.

pressar “franca simpatia pelos federalistas” e consta ainda que fora “amigo” de Assis Brasil⁹ (Lago, 1996: 14-15 e 20). Mesmo que esboçasse tais “simpatias”, poucos anos depois da Revolução Federalista, na virada do século, Euclides é referido nas fontes como líder do PRR em Itaqui e como “coronel”, tendo sido intendente do município entre 1912 e 1916.

Em 1949, Oswaldo Aranha lembrou seu pai em um discurso dedicado à Joaquim Nabuco, no qual refere que Euclides Aranha teria sido colega deste na Faculdade de Direito em São Paulo, sem, contudo, haver indicações de que teria concluído o curso. Ainda segundo Oswaldo Aranha, seu pai, de “formação aristocrática e [...de] cultura literária, política e musical”, nunca teria se “ajustado” à “fronteira”. Assim, “povoou” a sua estância “com as figuras do seu tempo, da sua terra e da sua origem e nela a família cresceu entre livros e leituras, entre músicas e serões que estariam bem, em São Paulo ou no Rio, mas completamente estranhos à vida e aos hábitos pastoris das margens do Uruguai” (apud Lago, 1996: 19). Destas indicações se pode concluir que Euclides Aranha contava com uma formação cultural aprimorada e razoável formação escolar formal, embora não possuindo um título escolar de nível superior.

José Antônio Flores da Cunha era também filho de estancieiro da Campanha. Seu pai, Miguel Luiz da Cunha, casado com Evarista Flores, filha de estancieiro da região, era filho de um coronel da Guarda Nacional que lutou na guerra contra Rosas e foi agraciado com uma sesmaria pelo imperador, em cujos limites foi montada, entre outras, a estância de São Miguel, no município de Santana do Livramento. Esta, inicialmente, pos-

⁹ Que, mesmo tendo sido identificado ao PRR, rompeu com o cunhado, Júlio de Castilhos, e passou a opor-se a este. Contudo, não se envolve diretamente, ao menos pegando em armas, na Revolução Federalista.

suía “uma casa modesta, de meia água, coberta de telhas portuguesas” e foi passada em herança a Miguel Luiz da Cunha, que, “embora não tivesse instrução muito apurada, era homem esclarecido e progressista, tanto nos negócios como na criação de gado, [...e] além do que recebeu por herança, conseguiu, através de uma vida de trabalho e dedicação, aumentar consideravelmente o seu patrimônio” (Caggiani, 1996: 17 e 19). Na estância de São Miguel nasceu José Antônio Flores da Cunha. Sua bisavó paterna, filha de um coronel do Exército também agraciado com sesmaria na mesma região, foi dama honorária da corte imperial. Consta que o imperador D. Pedro II e comitiva pernoveram na estância dos avós de Flores da Cunha, quando da visita que fizeram à província do Rio Grande do Sul por ocasião da Guerra do Paraguai em 1865. O conde d’Eu registrou em seu diário:

“A casa é de uma elegância absolutamente desusada nestes desertos; sobretudo a sala ostenta o extraordinário luxo de um piano. Este piano torna-se, como era natural, um excelente objeto de conversação com todo esta sociedade feminina. O Imperador convida logo as meninas a mostrar seu talento musical. O repertório não é variado [...] Além disso, o piano está horrivelmente desafinado. Desculpam-se dizendo que seu mestre alemão as deixou para regressar ao Rio Grande. [...] O jantar compensa o concerto. Nada falta, nem mesmo um esplêndido aparelho: vidros dourados e bela porcelana de beira verde, com o nome do falecido esposo da dona da casa escrito em letras de ouro” (conde d’Eu apud Caggiani, 1996: 14-5).

Firmino Paim Filho tinha também origens sociais semelhantes. O grupo familiar Paim estava radicado no Rio Grande do Sul desde o século XVIII na região de Gravataí. Seu pai aparece referido como “coronel” Firmino Paim. Teve, no entanto, forte influência sobre Paim Filho o seu tio e estancieiro em Vacaria, também “coronel”, Avelino Paim, líder local do PRR e que apadrinharia o sobrinho na política-partidária em sua cidade.

João Neves, por sua vez, era também filho de um partidário do PRR com origens sociais identificadas com a propriedade de estâncias. O coronel Isidoro Neves, seu pai, no entanto, mesmo sendo sobrinho do Barão do Triunfo e filho de um coronel reformado do Exército e proprietário de terras em Cachoeira, iniciou-se nos “negócios” no comércio. Segundo Trindade, “trabalhou como empregado durante nove anos”. Mas, a partir de 1877, “tornar-se-ia um próspero homem de negócios, também no ramo do comércio”, e desde estes anos finais do Império, já aparece como “chefe político local”, tendo sido um dos fundadores do PRR em Cachoeira, conselheiro municipal e intendente (1908-12). Ao findar seu mandato, “em 1912, começou a transferir suas atividades para a lavoura (plantação de arroz em terras arrendadas), e, desde esta época, abandonando as responsabilidades políticas, dedica-se basicamente à pecuária e à agricultura, transformando-se num dos grandes proprietários do município” (Trindade, 1978: 16). O período desta “saída” do coronel Isidoro da chefia partidária coincide com os inícios da atividade nesta área de seu filho João Neves em Cachoeira, então recém-formado em direito.

Este último, pois, não foi exatamente um filho de estancieiro, como Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Flores da Cunha e Paim Filho. Mas, mesmo o pai tendo feito fortuna no comércio, era ele filho de estancieiro que se torna também um criador de gado e agricultor. De resto, como já referido, também Manoel Vargas não tinha suas atividades econômicas vinculadas exclusivamente ao pastoreio, tendo, inclusive, se iniciado nos “negócios” como comprador/vendedor de gado. Euclides Aranha, paulista imigrado que vendeu bens e liquidou negócios em São Paulo para transferir-se para o sul e estabelecer-se com o auxílio do sogro, também não era originalmente um estancieiro. Estas observações são pertinente até mesmo para discutir algo ainda não muito bem estudado em termos das atividades econômicas destes grandes proprietários de terras rio-

grandenses, ou seja, de que, ao menos alguns deles, não eram *somente* criadores de gado, mas *também*, pois seus “empreendimentos” compreendiam igualmente outros “negócios”. As fontes são um pouco dúbias com respeito a exatamente quais seriam estes “negócios”, ou outras atividades às quais se dedicavam. O que é sempre ressaltado são as origens dos grupos familiares vinculadas a este mundo da estância, pois assim se pode reforçar, principalmente no caso dos apologistas, um aspecto da formação destes filhos de estancieiros que cresciam “aprendendo as lides campeiras, ensinadas, quase sempre, pela peonada, que tinha satisfação em cuidar, ensinar e tudo prover ao filho do coronel”, caso de Oswaldo Aranha (O’Donnell, 1980: 27). Manoel Vargas, por sua vez, “não descuidava a educação e a instrução dos filhos. Sabiam atirar o laço, carnear a rês, montar o potro bravo, galopar, na planície, como os cossacos, eram, enfim, mestres nos prodígios equestres da sua raça” (Carrazzoni, 1939: 25). “José Antônio [Flores da Cunha] viveu sua primeira infância na estância de seus pais. Montava a cavalo, tentava laçar novinhos xucros, fingia pastorear o rebanho de ovelhas — mais solto na vida do que qualquer potro bravo” (Caggiani, 1996: 21). Contudo, esporadicamente se encontram indicações de que estes “negócios” se comporiam principalmente de transações com gado, atividades como advogados formados, rábulas ou outra “profissão liberal”, transações imobiliárias, empréstimo de dinheiro, investimento em títulos mobiliários, como já apontado para os casos de Manoel Vargas e Pinheiro Machado.

Em parte, pois, estes chefes dos grupos familiares em questão não podem ser confundidos com “senhores de terras” com interesses limitados às produções em seus campos, mas “empreendedores” que não perdiam oportunidade de lucrar, tendo interesses econômicos não restritos à produção rural direta, mas também voltados para o comércio, transações imobiliárias ou outros empreendimentos. Assim, pois, podiam manter

escritórios de “negócios” nas cidades-sedes dos municípios nos quais possuíam suas terras e onde mantinham também residências. Isto não significava apenas outras ou mais variadas fontes de rendimentos econômicos, mas também o estabelecimento, como já salientado, de relações sociais que extrapolavam os limites das estâncias e mesmo das regiões de origem, pois tais atividades exigiam esta ampliação que poderia favorecer os “negócios” tanto quanto estes poderiam ser boa oportunidade para o exercício de troca de “favores”, que poderia tomar a forma de teias de relações clientelísticas que se estendiam às cidades, e para a inserção na rede de relações entre as estrelas de primeira grandeza.

1.3. ESTUDOS ANTES DAS FACULDADES:

Quanto aos estudos iniciais, todos os fizeram em cidades do interior do Estado, seja em escolas de “professores”, como a do “prof. Chaves”, que dava “aulas desde às 8 da manhã até às 22 horas, por vezes, em dois turnos diários” (Caggiani, 1996: 22), com o qual Flores da Cunha estudou, seja, como no caso de Oswaldo Aranha, tendo sido “alfabetizado em casa, por sua mãe” (Lago, 1996: 31). Paim fez os estudos iniciais em Vacaria, Maurício Cardoso em Rio Grande, no colégio do prof. Charles Dupont, Getúlio em São Borja, João Neves em Cachoeira, no Ginásio Cachoeirense, dirigido por seu tio Artur Godoy. Desde então, já se pode identificar a ampliação do círculo de relações sociais com outros jovens de condições sociais semelhantes. Flores da Cunha, estudando até a época dos preparatórios em Livramento, no Colégio 15 de Novembro, do citado

professor Chaves, foi contemporâneo de outros alunos que se tornariam “escritores”, “militares”, “comerciantes”, “fazendeiros” (Caggiani, 1996: 22-3). João Neves, Maurício Cardoso, Paim Filho e Oswaldo Aranha estudaram no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, colégio administrado por padres da ordem jesuíta em São Leopoldo. João Neves, que para o internato foi mandado junto com seu primo Jacinto Godoy, foi também colega de turma do catarinense Nereu Ramos. As características de escola de elite desta instituição ficam claras quando, à colação de grau, estava “o salão cheio de gente, homens importantes vindos de Porto Alegre, o bispo D. João Becker, militares, senhoras de chapéu, e eu recitando meu discurso” (Fontoura, 1969: 61-2). Por outra, tanto os estudos nos municípios de origem, quanto a frequência a internatos eram oportunidades para ampliar relações sociais e/ou solidificar relações herdadas. Outra via era a das escolas militares que Oswaldo Aranha, após um curto tempo em São Leopoldo, frequentou no Rio de Janeiro, onde foi colega dos irmãos Cordeiro de Farias, Henrique Lott, Estillac Leal e outros: “alguns desses colegas estariam entre os *tenentes* dos anos 20 e outros alcançariam os mais altos postos da hierarquia militar ou posição política de destaque, mantendo laços de amizade com Oswaldo” (Lago, 1996:, 33). Flores da Cunha, por seu turno, fez seus estudos e exames preparatórios em São Paulo.

Quanto a Lindolfo Collor, também fez seus estudos iniciais no interior do Estado, em Setembrina e Barra do Ribeiro. Seu padastro, “homem de modestos recursos [...] não podia dar aos enteados senão a instrução proporcionada pela escola pública”. Lindolfo Collor ajudava “o padastro, trabalhando na lavoura [...] que cultivava no terreno anexo à residência. Também era entregador de leite em várias casas do povoado” (Costa, 1990: 13). Após o casamento da irmã, que seria a “oportunidade para que o irmão fosse continuar os estudos” (1990: 15), passou a frequentar o seminário da Igreja Episcopal em Rio

Grande, quando presta “serviços religiosos”, como visitas pastorais à detentos, e escreve artigos religiosos e poesias no jornal da Igreja. Em 1907 muda-se para Porto Alegre “e continua suas atividades religiosas na Igreja da Trindade, como colaborador do seu pároco, Rev. Américo Vespúcio Cabral, com quem vai em missão de doutrinação a várias cidades do Estado” (Costa, 1990: 15). Nestas condições é que estudou para os exames preparatórios com Emílio Meyer (1907) e ingressou na Faculdade de Farmácia.

Getúlio Vargas teve um percurso escolar antes do ingresso na Faculdade um tanto mais atribulado que os demais, mas significativo sob o ponto de vista dos recursos econômicos paternos e da lógica da solidariedade do grupo familiar e entre amigos estudantes de mesma condição social. Estudando em São Borja até 1897, parte, por volta dos 15 anos de idade, para Ouro Preto (MG) a fim de realizar os estudos visando os exames preparatórios. Lá já se encontravam seus irmãos Protásio e Viriato estudando na Escola de Engenharia. Neste mesmo ano ocorreu um desentendimento entre estes últimos — ou somente Viriato — e um estudante paulista chamado Carlos de Almeida Prado Jr., que terminou por ser morto. Viriato foi pronunciado pelo promotor público como autor do assassinato. As versões são discordantes quanto aos motivos, circunstâncias e data do desentendimento, mas o desfecho, com certeza, foi a morte do estudante paulista. Fernando Jorge cita a maior parte das versões sobre o caso (Jorge, 1987: 417-460). Para Affonso Henriques, declaradamente anti-Vargas, os “gaúchos” Protásio e Viriato Vargas, Baltazar de Bem e outros estariam espancando um “pobre moço mineiro” no bilhar Helena. Carlos Prado teria vindo em socorro do agredido e posto em fuga os agressores. No dia seguinte, os “gaúchos” teriam preparado uma “tocaia” e morto o defeto e entre eles estaria Getúlio Vargas (Henriques, 1961: 22-8). Alzira Peixoto, filha de Getúlio, apenas refere o evento como “um conflito entre estudantes, motivado por

exaltações de juventude fogosa e irresponsável”, no qual Getúlio não teria tomado parte (Peixoto: 1960: 5) e Fritschauer, “biógrafo oficial”, refere que Getúlio “não assistiu ao incidente” (apud Henriques, 1961: 26). O que se pode depreender da forma como o caso foi construído ao longo das décadas, tendo sido “resgatado” à época da candidatura de Getúlio Vargas à presidência em 1929-30, portanto, mais de trinta anos depois do ocorrido, é que, de um lado, operou-se um esforço em implicar Getúlio Vargas no assassinato ao mesmo tempo em que se mostrava os “gaúchos” envolvidos como “covardes assassinos” e “semi-bárbaros”; e de outro lado, as versões mais “simpáticas” à Getúlio que, sem conseguirem eximir de culpa na participação o seu irmão Viriato, mostram os “gaúchos” como tendo sido envolvidos em uma disputa na qual se portaram com “honra”, mas na qual Getúlio não teve a menor participação. Sem dúvida, o que é importante é que em torno de trinta anos depois do evento, este assumiu proporções enormes por sua exploração político-eleitoral. Fernando Jorge chega a concluir que “punindo São Paulo em 1932, Getúlio estaria castigando o Almeida Prado de 1897” (Jorge, 1987: 450). Há indicação, também, de que o irmão de José Antônio Flores da Cunha, o posterior “coronel” Francisco Flores, estivesse em Ouro Preto à mesma época, mas não é preciso se teria tomado parte no caso (Araújo, 1985: 33).

O resultado foi que os três irmãos retornaram à São Borja, sendo que Manoel Vargas chegou a se deslocar para lá a fim de trazer os filhos de volta ao Rio Grande do Sul. É importante aqui destacar que o assassinato do estudante paulista, de família tradicional naquele Estado, levou a que todos os filhos de Manoel Vargas que se encontravam em Minas tivessem de retornar a São Borja, seja por solidariedade a um dos irmãos, seja por estarem fugindo por efetivamente terem tido culpa, ou terem sido acusados em comum. O episódio tanto revela as condições econômicas de Manoel Vargas, as de po-

der manter os três filhos simultaneamente em Ouro Preto, quanto a dinâmica da solidariedade entre os irmãos. Este último aspecto não só pelo retorno comum de todos ao Rio Grande do Sul como uma espécie de apoio a um ou mais irmãos envolvidos, mas pelo motivo de que, mesmo que apenas um fosse o culpado, a permanência de qualquer deles em Ouro Preto tornou-se insustentável, pois poderiam sofrer uma possível vingança de amigos do morto.

De volta ao Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas ingressou no Exército em São Borja (1899) a fim de pleitear vaga na Escola Preparatória de Tática de Rio Pardo, para onde seguiria no ano seguinte. Alzira Peixoto refere que Getúlio estaria disposto a “ser militar como o pai” (Peixoto, 1960: 4). A passagem pela Escola militar foi curta, pois em 1902 uma revolta de cadetes na qual estava envolvido levou Getúlio a ser desligado da mesma e ser reconduzido à tropa como soldado, mas então designado para um batalhão em Porto Alegre. Foi nesta condição que Getúlio matriculou-se como ouvinte na recém fundada Faculdade de Direito.

Antes, porém, de se desligar do Exército, tendo já posto em tramitação requerimento neste sentido, ocorreu a “questão do Acre” entre o Brasil e a Bolívia. Getúlio Vargas, então, “conseguiu [...] impedir o andamento de seu requerimento e se apresentou ao comandante de seu Batalhão”, designado para Corumbá no Mato Grosso (Peixoto, 1960: 7). Seguiu como sargento. Alzira comenta que seu pai teria escrito a um amigo “uma carta cheia de melancolia, decepção e saudades”, na qual se declarava um “patriota” e que gostaria de “voltar herói como o pai ou derramar todo o seu sangue em luta gloriosa. [Mas] só encontrou marasmo, desordem e indisciplina e regressou com uma ilusão desfeita” (Peixoto, 1960: 7).

A “desilusão” de Getúlio é provável que não tenha sido algo tão individual, inti-

mo ou singular, mas pode refletir uma transformação nas possibilidades de destaque social para os filhos desta geração de estancieiros-guerreiros rio-grandenses. O Exército no começo do século XX não era, sob os aspectos disciplinar e material, mais ou menos rígido ou bem equipado do que fora durante as guerras de fronteira do século anterior. Por outro lado, “ser militar como o pai”, não significava, se seguido à risca, necessariamente uma “carreira militar”, mas o engajamento pontual em contendas guerreiras e a possibilidade de um título militar. Com efeito, processavam-se mudanças quanto às possibilidades de destaque social para os filhos da elite vinculada ao mundo da estância rio-grandense. A vinculação dos jovens filhos de proprietários ou mesmo “aventureiros” do século passado com o Exército era instrumental e eminentemente não profissional. Tratavam-se mais propriamente de “guerreiros” e não de “soldados”, no sentido de profissionais vinculados a uma carreira militar regular, e, além disto, era um engajamento nas lutas a fim mesmo de defender o patrimônio próprio. Desde a Guerra do Paraguai, no entanto, as disputas nas fronteiras mais ou menos se aplacaram na região sul do Brasil e o grande conflito bélico do fim do século XIX ocorrido no Rio Grande do Sul foi uma guerra entre facções políticas internas ao Estado, a Revolução Federalista, na qual estavam novamente em jogo o patrimônio e posições de poder. Por outro lado, o final do século passado representou para o Rio Grande do Sul um crescimento econômico, tecnológico e populacional, acompanhados de acentuada complexificação social, sendo que a população dobrou entre 1872 e 1890 (Love, 1975: 17-9). Getúlio Vargas tinha tudo para “desiludir-se” com as condições que encontrou no Exército. Escaramuças de fronteira no Mato Grosso não seriam muito propícias para o alcance de uma notoriedade militar almejada, já que Getúlio declaradamente espelhou-se em seu pai para entrar no Exército. Por outra, as façanhas guerreiras não eram mais a forma *predominante* para

alcançar notoriedade e outras formas passavam a se sobrepor a esta, formas mais “civilizadas”, em grande medida. Estas estariam cada vez mais associadas ao domínio da palavra e à formação intelectual e cultural e o curso de direito despontava como uma via mais adequada para a instrumentalização técnica e prática para tal. Enfim, a referida “desilusão” pode ser também entendida como uma justificativa para a escolha de uma via mais condizente com as possibilidades de destaque social à época para a qual as predisposições herdadas direcionavam: o curso de direito.

Oswaldo Aranha, por sua vez, também esteve relacionado a uma Escola militar. O ingresso no Colégio Militar do Rio de Janeiro, que trouxe-lhe a possibilidade de estabelecer relações com outros alunos que contribuíram para aumentar seu capital de relações sociais, segundo O’Donnell, deu-se porque “a carreira das armas” inspirava “simpatias a seus pais” (O’Donnell, 1980: 106). Foi Euclides Aranha quem enviou requerimento “ao Marechal Hermes da Fonseca, [então] ministro da Guerra, para inscrição de seu filho Oswaldo, que já preencheria as formalidades regulamentares, *no número dos alunos do Colégio Militar*” (Lago, 1996: 32, grifos no original). Ao final do curso, no entanto, Oswaldo Aranha também abdica de seguir carreira militar e opta pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Não obstante, o período na Academia Militar possibilitou-lhe “amizades [que] permitiram a Oswaldo entrar em contato direto com as forças militares, quando dos preparativos para deflagrar a Revolução de Trinta” (O’Donnell, 1980: 106).

José Antônio Flores da Cunha, por sua vez, pôde ser enviado pela família à São Paulo, onde fez os estudos e exames preparatórios no curso anexo à Faculdade de Direito, ao contrário de outros irmãos seus.

“Devido às dificuldades econômicas surgidas com a Revolu-

ção de 1893/1895, durante a qual os rebanhos de gado foram dizimados, a família Flores da Cunha só pôde educar os dois filhos mais velhos. Francisco foi cursar farmácia em Ouro Preto, Minas Gerais, e José Antônio foi estudar direito, primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Os três que se seguiram não puderam se diplomar num curso superior, dedicando-se muito cedo a outras atividades. Já os mais moços, Guilherme e João, tiveram novamente oportunidade de seguir os estudos, formando-se o primeiro em Agronomia e o segundo em Direito, devido à melhoria das condições econômicas da família” (Caggiani, 1996: 20).

A partir deste esforço de Miguel Luiz da Cunha em dar condições para o estudo dos filhos, José Antônio Flores da Cunha, prestados os exames preparatórios, retorna ao Rio Grande do Sul (1897) e ingressa na recém fundada Escola de Engenharia de Porto Alegre, estudando mineralogia e “sem o pai saber, cursou Física, Química e História Natural na Instrução Pública” (Schneider, 1981: 36). Neste momento da trajetória de Flores se pode identificar outro indicador destas transformações quanto as possibilidades de alcançar notoriedade para os filhos da elite rio-grandense. A Escola de Engenharia, “fruto de iniciativa particular [foi fundada por] ex-professores da Escola Militar de Porto Alegre, muitos deles amigos e discípulos de Benjamin Constant, todos de inspiração positivista” (Soares e Silva: 1992: 30). Flores da Cunha, retornando à Livramento, decide-se por não continuar o curso de engenharia. Seu pai, então, “encaminhou o filho para as lides campesinas. [...] Certa manhã, mandou que ele fosse preparar um pedaço de campo [...]. Assim, foi visto de ceroulas, fraque e cartola, arando a terra, como para mostrar que o fazia a contra-gosto. No dia seguinte decidiu reiniciar os estudos em São Paulo” (Schneider, 1981: 36): estudos em direito no Largo de São Francisco. Caggiani dá outra versão sobre o ocorrido: Flores teria retornado à Livramento, após desistir do curso de engenharia, tencionando abandonar os estudos, “recolhendo-se à estância do pai. Este

mostrou-se muito contrariado com a atitude de José Antônio, a quem desejava ver formado em um curso superior”. Isto levou “seu pai a obrigá-lo a trabalhar, nas mesmas condições dos demais empregados”. Assim, “sentindo que teria que trabalhar duro na estância optou por regressar à São Paulo, não para continuar o curso de engenharia, mas sim ingressar na Faculdade de Direito” (Caggiani, 1996: 25).

A “parábola” poderia ser considerada como um pequeno “conflito de gerações” entre os velhos estancieiros-guerreiros e seus filhos que passassem a procurar outras formas de destacarem-se socialmente que não o preparo militar, seja a guerra “academizada” em escolas militares, seja, indiretamente, em cursos de “engenharia” profundamente marcados por suas origens militares (pois constituídas em grande parte por professores militares ou ex-militares “acadêmicos”, ou seja, oriundos de escolas militares). A escolha dos cursos de direito, no entanto, não era uma alternativa totalmente nova para os jovens oriundos de famílias de elites brasileiras ou mesmo para os filhos de certas famílias da elite provincial do século XIX, como mostra não só o caso de Pinheiro Machado, mas também de vários outros líderes político-partidários rio-grandenses, como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Assis Brasil e Gaspar Martins, todos bacharéis. Grande parte dos “propagandistas” do PRR que passaram a ocupar posições de destaque no Estado depois de 1889 eram bacharéis. Estes casos demonstram que o bacharelismo no Rio Grande não era excludente com a liderança guerreira. O ponto, pois, a destacar é que, com exceção do pai de Maurício Cardoso, bacharel nordestino, nenhum dos pais dos demais membros da “geração de 1907” eram formados em algum curso superior, mesmo o “aristocrático” Euclides Aranha. Deve, pois, ter pesado no “desejo” de alguns desses de que os filhos seguissem “carreiras” militares condicionamentos que estavam relacionados às suas próprias trajetórias vinculadas, senão a carreiras militares, ao menos

a títulos, valores, e ações deste tipo que os notorizaram enquanto tais e compunham recursos importantes com que contavam para alcançarem posições mais ou menos importantes na esfera político-partidária.

Este “conflito de gerações” reflete em parte a relativa “paz” que se seguiu à Revolução Federalista com a consolidação da liderança de Castilhos e a própria abertura dos cursos superiores no Rio Grande do Sul no final do século XIX (Engenharia, Medicina, Farmácia, Direito), que possibilitou a condução de um maior número de jovens às faculdades até mesmo pelas facilidades em termos econômicos. Porto Alegre, como será visto no capítulo seguinte, tornou-se também um centro estudantil, concentrando muitos dos filhos das famílias mais ricas do Estado, e um pólo de atração para estes jovens. Por outro lado, é possível também que tenha pesado nesta certa recusa em seguir carreiras militares a própria conjuntura nacional. Certos militares notorizaram-se e prestigiaram-se quando da Proclamação da República e nos governos Deodoro e, principalmente, Floriano Peixoto. Mas, a partir do fim do período presidencial deste último (1894), os setores militares foram afastados dos cargos político-administrativos mais importantes em benefício dos bacharéis. A carreira militar perdia prestígio. João Neves, referindo-se a um encontro que tivera com Borges de Medeiros na casa deste, aos tempos de estudante, quando acompanhou seu tio, Olavo Godoy, então diretor do jornal do PRR, *A Federação*, escreveu que ouvia em um canto, “atento”, o diálogo entre os dois e teria concluído que a “política já era, então, talvez hereditariamente, a minha fatalidade” (Fontoura, 1969: 29). À sua época e geração, o caminho para a concretização deste “destino” era muito mais claramente o curso de direito do que outra carreira qualquer.

Há ainda um outro aspecto que pode ser levantado, quanto às injunções familiares na formação escolar dos filhos, referente às famílias mais numerosas e que, não por

acaso, eram as mais ricas em termos patrimoniais: Vargas, Aranha e Flores da Cunha. Pode-se perceber uma estratégia em termos da diversificação da escolarização dos mesmos. De quatro irmãos de Getúlio, contam-se Viriato, formado em direito; Protásio, formado em engenharia; e Espártaco, dentista. Dos irmãos formados em cursos superiores de Flores da Cunha, contam-se Francisco Flores, farmácia; João, bacharel em direito; e Guilherme, agronomia. Dos irmãos formados de Oswaldo Aranha, contam-se Ciro, Escola de Comércio de Porto Alegre; Luiz (Lulu), direito; e Manuel, oficial do Exército. As vantagens de tal diversificação para o grupo familiar como um todo e para cada membro individualmente eram grandes, pois permitia a ampliação das redes de relações sociais nos âmbitos de conhecimento e atuação de cada um dos membros individualmente tomados. Sob o ponto de vista dos chefes das famílias, os patriarcas, era também não só uma garantia de sucessão (ter muitos filhos em época de alta mortalidade infantil e de guerras), mas também representava a ampliação dos âmbitos de ação dos filhos e, por extensão, do grupo familiar. Note-se que todos os citados, com exceção de Espártaco Vargas, apesar do sugestivo nome, ocuparam cargos ou funções públicas, ou atuaram na política-partidária, normalmente em conformidade, ou mesmo como elementos-chave de confiança, com o membro da família mais bem posicionado em termos de cargos ou prestígio, primeiro os pais, e depois os irmãos Oswaldo Aranha, José Antônio Flores da Cunha e Getúlio Vargas.

Para os casos dos pais de família mais abastados economicamente, o investimento, não desprezível em termos de gastos econômicos, na educação escolar dos filhos, era um imperativo. Seja mandando-os ao internato do Colégio da elite provincial por excelência, a escola dos jesuítas em São Leopoldo, seja mandando-os para Minas Gerais, Rio de Janeiro ou São Paulo para escolas bem mais prestigiadas em nível nacional. Tais gas-

tos só se justificavam na medida em que visavam preparar os filhos para o ingresso em instituições de nível superior. Além disto, os ambientes encontrados entre os colegas de escola predispunha, aproximando estes jovens que compartilhavam uma condição social de elite, a reforçarem relações sociais herdadas e a estendê-las ainda mais.

Este investimento, contudo, assume características diferentes das que tinham para o caso dos filhos nascidos “nas casas de senhores de grandes plantações” do nordeste do país, economicamente periféricos e em decadência. Estudando as trajetórias de dois deles, Juarez Távora e José Américo de Almeida, Garcia Jr. argumenta, quanto aos estudos aos quais se dedicaram (escola militar e politécnica e direito, respectivamente), que, em não sendo ambos os herdeiros do patrimônio imobiliário dos pais, tiveram “liberdade em relação à herança” que os permitiu “investir pesadamente nos estudos, percebidos desde o começo como um meio de fazer carreira, em particular na alta administração do Estado ou na política” (Garcia Jr., 1993: 92-3). Para um bom número de filhos destas famílias senhoriais nordestinas sobrava apenas o investimento escolar como forma de escapar do declínio econômico relativo das famílias e a reconversão a carreiras nas quais o capital escolar e cultural fossem condições necessárias de acesso e sucesso. O próprio pai de Maurício Cardoso e um grande número de juizes, professores de direito, desembargadores e advogados formados que se radicaram no Rio Grande do Sul tinham origens sociais e trajetórias semelhantes. Contudo, como já apontado para o caso do Exército, cujo engajamento se tornava uma opção para estes nordestinos evitarem um descenso social acentuado, enquanto que, para os rio-grandenses, o engajamento na instituição era até mesmo prestigioso, o investimento nos estudos era igualmente não uma forma de evitar um descenso social pela reconversão de capital de relações sociais e poucos recursos econômicos familiares disponíveis em capital cultural e escolar, ao contrário, era um in-

vestimento que se enquadrava em uma estratégia de ascensão do grupo familiar e de seus membros.

Juarez Távora e José Américo passaram a habitar permanentemente centros urbanos regionais, as capitais de seus Estado, ou nacionais, Rio de Janeiro, já nos inícios de suas carreiras, o primeiro como militar e o segundo como magistrado e escritor, abandonando fisicamente seus locais de nascimento uma vez emigrados. Como será visto no capítulo seguinte, Getúlio, Flores, Neves, Paim e Aranha, os cinco que tem origens sociais vinculadas ao mundo da estância fazem um caminho diferente. Uma vez formados, retornam a seus municípios de origem onde abrem bancas de advocacia e entram na política-partidária, atuando ao lado dos pais e, eventualmente, sucedendo-os.

Pelo momento é importante ressaltar que os investimentos escolares, enquanto patrocínios dos chefes familiares, possíveis pelos recursos econômicos e pelo capital de relações sociais de que dispunham e que lhes garantia uma posição na elite provincial, são melhor entendidos, nos casos em questão, como estratégias de famílias em ascensão econômico-social. O título escolar seria um adendo importante para consolidar e reforçar as posições sociais de origem e a escolarização formal, as viagens que empreenderam, as relações sociais que estenderam e a aquisição de um capital cultural significativo permitiriam a estes futuros “políticos” um descolamento social de suas origens “campeiras” e novos espaços de atuação nos quais podiam lucrar também economicamente.

Voltando ao discurso de Oswaldo Aranha em Campos (RJ) de 1958 citado no início deste capítulo, ele ainda referiu que:

“Nasci mais para crer e agir do que para pensar e escrever. Não me deu a vida tempo para meditar, estilo para escrever, impulso para criar... Fui um assíduo leitor, jamais um autor. Não conheci o gosto literário, como emoção pura e nem o amor das letras, como vocação pessoal. Tudo que li, pensei e

escrevi o fiz para agir. A arte para mim foi sempre um lazer necessário e útil, jamais uma vocação, um gosto um prazer. Não mereci jamais o prêmio dos eleitos. Vivi entre poetas, músicos e escritores e, graças à minha formação, não fui levado a invejá-los. Trazia, em mim, um destino irrevogável, que nada conseguiria modificar” (apud O’Donnell, 1980: 36).

O Oswaldo Aranha de 1958 não foi convidado pela cidade referida para inaugurar sua sede cultural por ter sido um filho de estancieiro, tenente-coronel e chefe de provisórios na chamada Revolução de 1923 e conspirador na Revolução de 1930 — o que deixara de ser há muito —, mas pelas suas reconhecidas qualidades enquanto jurista, ministro de Estado e embaixador as quais devia em grande parte ao fato de ter sido antes um coronel, filho de estancieiro, etc.. A referência elogiosa que faz à “sua” história e aos valores que compartilhava têm o duplo sentido de, em enaltecendo suas origens sociais “campeiras”, distanciar-se não da cultura e das artes, das quais declara ter “vivido próximo”, mas destas enquanto profissões, enquanto especializações. Oswaldo Aranha reforçava assim sua imagem de “homem de ação” e a notoriedade que adquiriu enquanto tal. A aparente contradição se anula, pois de Oswaldo Aranha resta a imagem por ele próprio reproduzida de um homem culto que bebe da cultura para instrumentalizar-se para agir no mundo.

II. O *BACHARELISMO*: MILITÂNCIA ESTUDANTIL, POLÍTICO-PARTIDÁRIA E EXERCÍCIO “PROFISSIONAL”

Neste capítulo se busca, a partir dos percursos acadêmicos, analisar as relações destes estudantes com as instituições que freqüentaram e com os próprios estudos. No caso das instituições, fica claro o vínculo estreito entre estas e a política partidária da época, principalmente no caso da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. A militância estudantil, na maioria dos casos, levou a uma iniciação na prática das lutas político-partidárias e a um reconhecimento por parte dos “velhos chefes políticos” mais destacados do Rio Grande do Sul destes jovens enquanto “valores” importantes para o PRR, ao qual a maioria veio a se filiar herdando dos pais tal vinculação. Em primeiro lugar analisou-se especificamente a instituição Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre e, de forma geral, as faculdades de direito cujos bancos foram freqüentados por estes então jovens estudantes. Na seqüência, abordou-se a militância estudantil em relação com a militância político-partidária e, enfim, os usos dos diplomas nos inícios das “carreiras profissionais” e o início das atividades político-partidárias então não mais como estudantes, mas como pleiteantes a posições de destaque no PRR.

Sob estes aspectos, cabe citar trechos, embora um pouco longos, de carta enviada por Getúlio Vargas ao filho “Maneco” Vargas em setembro de 1934, que, ao que parece, pretendia desligar-se do curso de engenharia agrônômica que vinha seguindo no

Rio Grande do Sul para cursar uma escola de direito. O então presidente da República salienta:

“Quando provei a escolha que fizeste do estudo de agronomia, não estava no meu espírito que forçosamente fizesses profissão de agrônomo. Quis somente que aprendesses um método de trabalho, que adquirisses os conhecimentos técnicos necessários ao preparo de um homem p.a a vida.

Os instrumentos de trabalho eu depois, t’os colocaria nas mãos.

Finaldo o 2º ano virias concluir o curso em Viçosa ou Piracicaba. Visitarias ambas p.a escolher a que mais te agradasse. Aí encontrarias os filhos das famílias mais abastadas de Minas e S. Paulo, cheias de amor pelo estudo da terra e da técnica agrícola.

Estás enamorado pela bacharelise em direito e ser depois um pretendente à burocracia [...].

Só os grandes advogados, dotados de aptidões especiais, fazem carreira, na proporção de um para mil.

Mas o próprio campo de ação destes vai se restringindo, pela formação de sindicatos, cooperativas, associações de classe, etc.

Essas migalhas são avaramente disputadas pelos advogados de partida. Muitos bacharéis triunfaram na vida mas tomaram a si outros encargos, outra espécie de atividade que não a profissional.

E aí os vemos na política, no jornalismo, nas indústrias. No Rio Grande há muitos fazendeiros bacharéis em direito que ganham dinheiro porque profissão de fazendeiro é rendosa mas, poderiam ganhar muito mais e dando outro sentido a sua atividade, se tivessem base mais sólida, nos seus estudos, pois, em muita coisa comem por mão alheia, pela falta de preparo.

[...]

Se após a conclusão deste que deves encarar mais como um preparo prático p.a vida, do que como uma profissão, ainda tiveres a coceira da bacharelise estudarás direito. Há tempo. E até lá tenhas juízo e estudes (Getúlio Vargas apud Doria, 1994: 92-3).

Getúlio Vargas, vinte e sete anos depois de ele próprio ter-se formado em direito, desaconselha ao filho a mudança de curso, argumentando que, enquanto uma profissão, o exercício do direito não trazia nenhuma vantagem, pelo contrário. Estaria ele fazendo

pouco caso de sua própria “profissão”? Apesar de outras conclusões que se poderiam tirar desta carta, interessa aqui ressaltar que o conselho, quase imposição, ao filho para que não trocasse de curso se sustentava no discernimento paterno do que seria melhor para o filho em termos de sua “vida prática”, no caso, uma “base mais sólida” para atuar enquanto produtor rural e, em sendo esta uma “profissão rendosa”, enriquecer pelos meios que o pai assegurava colocar nas “mãos” do filho. Além disto, Getúlio, tendo sido promotor público e tendo exercido a advocacia durante certo tempo, não parece considerar-se um advogado exercendo o cargo de presidente da República, apresentando-se fora e muito acima desta condição. Em sendo o presidente da República, coloca-se fora das questões “profissionais” ou “corporativas”.

Getúlio Vargas de fato está recomendando ao filho que se instrumentalize para ter sucesso social (estude com os filhos das famílias mais abastadas de Minas e São Paulo) e econômico (adquirindo conhecimentos que o permitam otimizar recursos e melhor aproveitar as terras). Estudar direito e ser um “pretendente à burocracia” seria algo menor e de pouco prestígio que, além disto, estaria sujeito às modificações constantes nos nomes dos ocupantes de cargos de mando na República, dinâmica que Getúlio conhecia e dominava muito bem. Segundo Miceli, depois de 1930, ocorreu uma desvalorização do título escolar de nível superior, principalmente dos relativos às profissões liberais, devido à proliferação e diferenciação dos cursos superiores, acirrando a concorrência pelo limitado número de postos e “a baixa cotação do título de bacharel tendia a se firmar em virtude da incipiente diferenciação que a formação escolar adquirida nesses institutos superiores imprimia à competência técnica e cultural de seus respectivos públicos.” De forma geral:

“no início dos anos 30, o diploma superior deixava de ser um

símbolo de apreço social como o fora para os proprietários de terras, ou então, um sinal de distinção capaz de validar lucros provenientes de outras atividades econômicas das famílias dirigentes. [...] O contingente de bacharéis que pressionava o mercado de postos nessa época começou a utilizar o diploma como sendo uma prerrogativa da qual só se podia esperar vantagens estritamente profissionais. Assim, o futuro de classe dessa leva avultada de *parentes pobres* que dispunham de um título universitário, adquirido em condições adversas que o haviam desvalorizado brutalmente, passou a depender, cada vez mais, da ampliação das oportunidades de serem cooptados pelo serviço público” (Miceli, 1979: 38 e 41, grifos no original).

Enfim, o zeloso pai parece estar preocupado com duas questões que o afligem: o futuro de seu filho e de sua linhagem. Primeiro, assegurar um sustento próprio e folgado ao filho na forma de um patrimônio de terras bem administrado e, segundo, legar a condição de “fazendeiro” e de patrão são-borjense a um de seus herdeiros. Este segundo ponto fica claro na medida em que, dos cinco filhos do casal Getúlio Vargas e Darcy Sarmanho, resultaram três homens e duas mulheres. Lutero, o mais velho, tornou-se médico, fez viagens de estudos à Itália (1939-40) e foi cirurgião-chefe do Centro Médico-Pedagógico Oswaldo Cruz (1940). Ao que parece, afastou-se ou tendeu a afastar-se do Rio Grande do Sul e das terras da família em São Borja. O outro filho homem, o caçula Getúlio Vargas Filho, cursou química industrial, passou a trabalhar em uma firma ligada ao grupo Klabin em São Paulo e morreu jovem em 1943. As esperanças do pai de continuidade da presença de seu núcleo familiar em São Borja, administrando as suas terras e a patronagem, repousavam em Maneco¹⁰.

¹⁰ Este se formou em agronomia e tornou-se fazendeiro. Foi também secretário da agricultura do Estado do Rio Grande do Sul e prefeito de Porto Alegre. Suicidou-se com um tiro em 1997 na sua fazenda em São Borja. Das filhas de Getúlio, Jandira casou-se com um aviador militar e civil e Alzira, mais nova, formou-se em direito e casou-se com Ernani do Amaral Peixoto, oficial da marinha, ajudante de ordens de Getúlio e interventor no estado do Rio de Janeiro durante o Estado Novo. Estes dados permitem con-

Quanto ao primeiro ponto, note-se que, qualquer que fosse a formação superior dos filhos, Getúlio preocupava-se com a necessidade de que o sustento material dos mesmos se desse autonomamente em relação a cargos burocráticos ou político-partidários, o que estaria de acordo com a sua própria experiência pessoal e com a trajetória mais ampla do grupo familiar do qual é originário. Como visto, as posições político-partidárias dos grandes estancieiros eram devidas a suas condições de grandes proprietários e empreendedores que permitiam o acúmulo e reconversão de recursos econômicos (dinheiro e terras) e sociais (teias clientelísticas) em recursos político-partidários e/ou militares. Suas posições sociais independiam de recursos oriundos de cargos burocráticos ou eletivos, embora ocupar tais cargos ou exercer influência sobre seus ocupantes pudessem reverter em aumento de prestígio, capital de relações sociais e mesmo de recursos econômicos. Isto era comum quanto ao modo como estes “políticos” se viam enquanto tais e frente aos outros. Trata-se da imagem do desinteresse e da independência material quanto a cargos burocráticos ou eleitorais contra os que destes dependiam, os que eles próprios, com desprezo, chamavam de “políticos profissionais”. João Neves sintetiza isto quando, ao justificar sua renúncia em ocupar cargos no Governo Provisório pós-30 (acusavam-no de ter estado contra Vargas em 1932 por não ter conseguido os cargos que queria), escreveu a Getúlio Vargas dizendo: “Não me levou à renúncia sequer a nobre razão de precisar trabalhar, aliás a melhor prova de que nunca fui político profissional, mas um escravo sempre dos imperativos da comunhão, jamais me havendo valido das

firmar o relativo desprestígio do diploma de direito que, entre os filhos de Getúlio, foi conseguido apenas por uma filha da qual se esperava principalmente um “bom casamento”. À época Getúlio contava em São Borja com os irmãos Viriato, Benjamim e Protásio, sendo que este último administrava os interesses econômicos do então presidente da República no seu município natal e Benjamim era um dos articuladores do Partido Republicano Liberal (PRL) formado no Rio Grande do Sul em apoio à Getúlio no governo federal e à Flores da Cunha na interventoria do Estado depois de 1932.

posições em benefício próprio” (Fontoura, 1969: 135).

Quanto ao prestígio do diploma de direito no Rio Grande do Sul no início do século XX, porém, a situação era a inversa da que apontou Vargas em sua carta e da que descreve Miceli. Ou seja, ao lado dos diplomas em medicina e engenharia, o diploma de bacharel aportava à quem o detinha prestígio, a possibilidade de ocupar uma série de cargos públicos que pressupunham a formação jurídica e, principalmente, rendimentos importantes no exercício da advocacia. Isto fica claro se se considera o enorme afluxo de nordestinos formados em direito ao Rio Grande do Sul para ocupar cargos públicos, principalmente na magistratura, advogar, ou tornar-se professor de direito. Por outra, o diploma de bacharel era um bem raro. Além disto, a primeira Faculdade de Direito só foi organizada e passou a funcionar no Rio Grande do Sul em 1900.

Para Getúlio Vargas, Paim Filho, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e João Neves a frequência às escolas de direito estiveram relacionadas tanto com os investimento em recursos econômicos e capitais sociais detidos pelos respectivos pais quanto pelas predisposições herdadas para assumir posições de destaque social que abririam a estes jovens as portas da “sociedade” rio-grandense e mesmo brasileira. O diploma representava nestes casos uma forma de manter a posição social de origem e, sob os aspectos estritos do diploma escolar e dos ganhos em termos de capital cultural, representava mesmo ascensão social, pois permitia atingir uma notoriedade mais ampla que a restrita aos municípios de origem ou ao Estado do Rio Grande do Sul. Este seria também o caso de Maurício Cardoso, filho de desembargador, com a ressalva de que para ele o diploma era absolutamente essencial para conservar a posição social alcançada pelo pai. No caso de Collor, atípico nesta amostra, nota-se que, vindo de uma extração social “colonial” e sem os recursos herdados pelos demais, não pôde frequentar a Faculdade de Direito e teve de

se contentar com o diploma em um curso eminentemente técnico e de relativo desprestígio social, farmácia, a fim de ao menos contar com um diploma superior, pois tornou-se um farmacêutico somente por breve período. João Neves refere que Collor teria tido uma “efêmera farmácia [...] na rua da Praia, a dois passos da Praça da Alfândega. Durou, conforme suponho, tanto quanto a circulação de um livro de versos, cuja edição ele mesmo recolheu” (Fontoura, 1969: 241). Um biógrafo, por seu turno, refere que Collor, formado, “não exerce a profissão” (Costa, 1990: 16). Mesmo que tenha tido ou trabalhado em uma farmácia, o fez por muito pouco tempo.

2.1. O CONFLITO NAS FACULDADES E A “VIDA ACADÊMICA”:

A Constituição do Rio Grande do Sul de 1891 contemplava a liberdade do exercício profissional, sendo os diplomas desnecessários para o exercício da medicina, da advocacia ou de qualquer outra atividade profissional. Assim, apenas a “escolha” de dedicar-se a uma “profissão” não explica a frequência às instituições superiores. Por outro lado, as primeiras instituições de ensino superior no Estado foram organizadas apenas no final do século XIX, quando foram instaladas em Porto Alegre a Faculdade de Farmácia (1896), a Escola de Engenharia (1898), a Faculdade de Medicina (1898) e a Faculdade de Direito (1900). O ingresso nestas instituições e a obtenção de diplomas, além do que isto representava enquanto reforço e mesmo ascensão em relação às posições sociais de origem, não podem ser explicadas se levar-se em conta tão somente os possíveis conhecimentos técnicos que o estudante poderia adquirir nas mesmas. Devem ser ressaltados

também os ganhos sociais e culturais, ganhos mais propriamente “mundanos”, e econômicos. Um biógrafo de Vargas comenta, considerando as possibilidades de um bacharel, que “a advocacia não era a *monotonia de um caminho*, mas a *surpresa de muitos caminhos*. A política, por exemplo [...]. Um advogado *podia aspirar a tudo*, *podia ser tudo*, *menos advogado até*, sempre que não lhe faltasse audácia de atravessar o seu Rubicão” (Carrazzoni, 1939: 73-4, grifos apostos ao original).

Estudando as universidades francesas, Bourdieu demonstra a existência de um campo propriamente universitário estruturado em torno de dois pólos antagônicos:

“à hierarquia social segundo o capital herdado e o capital econômico e político efetivamente possuído se opõe a hierarquia específica, propriamente cultural, segundo o capital de autoridade científica ou de notoriedade intelectual. Esta oposição está inscrita nas estruturas mesmas do campo universitário que é o lugar do confronto entre *dois princípios de legitimação* concorrentes: o primeiro, que é propriamente temporal e político, e que manifesta, na lógica do campo universitário, a dependência deste campo frente aos princípios em vigor no campo do poder, se impõe cada vez mais completamente à medida em que se eleve na hierarquia propriamente temporal que vai das faculdades de ciências às faculdades de direito ou de medicina; o outro, que é fundado sobre a autonomia da ordem científica e intelectual, se impõe cada vez mais claramente quando se vai do direito e medicina às ciências” (Bourdieu, 1984: 70).

Tal confronto estrutural entre estes princípios de legitimação caracterizam a autonomia relativa do campo universitário que, mesmo sendo homólogo ao campo do poder, torna os conflitos característicos presentes neste último, os conflitos entre as frações de classe, no que Bourdieu, tomando de empréstimo a expressão de Kant, chama de “conflito de faculdades” (Bourdieu, 1984: 75).

Optou-se pelo título deste sub-capítulo, “o conflito *nas* faculdades”, porque, no caso específico da Faculdade de Direito de Porto Alegre, pode-se concordar com Cora-

dini no que diz respeito ao que constatou para o caso da Academia Brasileira de Medicina. Um modelo de Academia, explicitamente importado da França, ao ser trazido para o Brasil, apresenta característica que acabam por redefinir a própria instituição enquanto tal e em relação aos agentes que nela atuam. Tomando os casos francês e brasileiro, Coradini salienta que, no primeiro “o eixo básico [dos princípios de legitimação e hierarquização que estruturam os campos acadêmico, escolar e científico] está sempre centrado em dois pólos”: primeiro, os determinantes baseados “no capital escolar ou científico, com seu *ethos* e regras próprias” e, segundo, as “correlações com determinadas origens e trajetórias sociais que predispõem às estratégias de investimento nesse sentido”. Assim:

“os princípios de legitimação e hierarquização menos diretamente decorrentes do capital escolar e portanto, determinados pela origem e posição social e respectivas relações com a cultura dominante e o poder (econômico, político, cultural, etc.), cujas relações com o campo educacional se pautam principalmente por um uso instrumental com seus produtos, mais que pela inserção em sua racionalidade e *ethos* próprio. [...] Os dois pólos que compõem o eixo básico do campo são estruturalmente interdependentes, mas no caso em pauta [a Academia Brasileira de Medicina], o pólo que representa o *ethos* e as regras próprias da racionalidade escolar está ausente” (Coradini, 1995: 6).

Por outra, não há no caso brasileiro um “conflito *de* faculdades”, umas mais próximas do *ethos* escolar e científico e outras mais próximas de *ethos* de origem social, porque não se objetivaram instituições especificamente voltadas para a lógica científica e/ou escolar. Assim, os conflitos que obedecem a lógicas político-partidárias, familiares ou de amizades não encontram o pólo antagônico nas instituições escolares, reproduzindo-se tais quais no seio mesmo destas instituições. Não se trata, portanto, de tomar o estudo de Bourdieu para a França — que mostra que as faculdades de direito e medicina estão povoadas por agentes de origens sociais mais elevadas e de setores sociais mais

tradicionais e econômica ou culturalmente privilegiados da sociedade, ao contrário das faculdades de ciências, nas quais os estudantes de origens interioranas e de setores socialmente menos bem situados são predominantes (Bourdieu, 1984: 65 e segs.) — e concluir que as faculdades de direito e medicina no Brasil ocupariam posições semelhantes na sociedade e frente ao campo do poder. Bourdieu estuda um campo, o universitário, e revela os princípios estruturantes de tal campo que, mesmo antagônicos, configuram um espaço de lutas no qual os capitais possuídos pelos agentes devem ser reconvertidos em boa medida em capital escolar e/ou científico para terem eficácia enquanto tais, tornar-se recursos investíveis no jogo das disputas propriamente acadêmico-científicas neste campo autonomizado. Ou seja, enquanto um campo, os capitais detidos a outros títulos não têm eficácia enquanto tais no campo universitário, os agentes devem ser capazes de reconvertê-los em capitais propriamente científico-escolares para investir com eficácia, sejam quais forem suas origens sociais. Como no caso em estudo não há o pólo que representa o *ethos* escolar e nem mesmo uma instituição centralizadora, uma universidade, na Faculdade “Livre¹¹” de Direito de Porto Alegre se reproduzem as clivagens do campo do poder e a lógica das clivagens e disputas entre facções e grupos familiares se impõe.

O aprofundamento do estudo desta instituição, quanto aos agentes que a fundaram, suas características estruturais, sua posição na sociedade e as relações entre professores/instituição, professores/alunos e alunos/instituição, auxilia no entendimento das trajetórias dos agentes em questão, mais diretamente, Getúlio Vargas, Paim Filho, João Neves e Maurício Cardoso, que a freqüentaram à mesma época. Mas é relevante também

¹¹ “Livre” neste caso significa que a instituição é uma sociedade de direito privado.

para os casos de Flores da Cunha e Oswaldo Aranha, que, mesmo não tendo sido alunos desta Faculdade, cursaram direito em São Paulo e Rio de Janeiro e tiveram uma relação semelhante com as escolas que freqüentaram a que tiveram os que foram alunos da Faculdade de Porto Alegre. Além disto, os indicadores permitem até certo ponto perceber que estas instituições do centro do país não eram estruturalmente muito diferentes da porto-alegrense.

Braga, em trabalho comemorativo dos 75 anos da fundação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, salienta que Júlio de Castilhos teve a “iniciativa” da formação de uma “Academia de Direito”, sendo ainda presidente do Estado, quando “começara a propagar a criação da Faculdade [...] com o máximo de interesse de auxiliar sua realização” (Braga, 1975a: 14). João Neves também aponta a estreita vinculação entre os líderes do PRR e a criação das instituições superiores de ensino no Estado. Estas “foram obra de Castilhos e Borges de Medeiros” que:

“lendo pela cartilha da organização política do positivismo, não as oficializaram, o que, aliás, não constitui mandamento exclusivo de A. Comte, pois nos Estados Unidos, as universidades — as famosas Harvard, Yale, Princetown e tantas outras — nunca cessaram de ser institutos privados, antigos colégios dos tempos coloniais promovidos a luminosos focos de cultura. De qualquer forma, aos dois estadistas republicanos é que o Rio Grande deve, em magna parte, a fundação das Faculdades de Medicina e Direito e a Escola de Engenharia. Filho espiritual de uma delas, posso dizer quanto fizeram, para elevá-las, outros ilustres compatriotas: Protásio Alves, Sarmiento Leite, Serapião Mariante, Carlos Flores, Parobé, André da Rocha, Leonardo Macedônia, João Simplicio, Farias Santos e tantos organizadores dos tempos difíceis” (Fontoura, 1969: 41-2).

Braga, por seu turno, também destaca o papel dos que considerou os principais agentes para a formação da instituição que teve “a inspiração [...] de Júlio de Castilhos

que emprestou o máximo de apoio à criação da Faculdade e que, segundo alguns, *teria mandado* — o que era muito de seu feitio político — organizar mais este instituto de ensino superior” e contou com o “amparo moral e material [...] de parte do presidente Borges de Medeiros.” Ele destaca ainda que “sob a égide do Tribunal de Justiça do Estado, encontrou a Faculdade na pessoa do des. James Franco um vibrante entusiasta” e “é imperioso, todavia, que se diga que notável mérito em todos os passos alcançou a personalidade invulgar do des. Thompson Flores que soube coordenar como líder incontestado o empreendimento, com visível demonstração de criatividade” (Braga, 1975a: 14-5, grifos apostos ao original).

Fica claro que os movimentos iniciais para a fundação da Faculdade seguiram, ao menos, a orientação de Júlio de Castilhos, com a participação de outros detentores de cargos importantes no Estado: o presidente Borges de Medeiros, que era também desembargador, e os desembargadores do Superior Tribunal do Estado, James Franco, então presidente do órgão, e Thompson Flores, ex-vice-presidente do mesmo e então procurador geral do Estado. Thompson Flores havia sido ainda constituinte estadual em 1891 e membro da Assembléia dos Representantes até 1896 pelo partido de Castilhos. O jornal do PRR, *A Federação*, destacou em primeira página a cerimônia de instalação da Faculdade, estando presentes ao evento, além dos “fundadores”, várias autoridades civis e militares e membros da “sociedade” porto-alegrense (ver anexo 1).

Mas estas estreitas relações entre ocupantes de cargos públicos e a fundação da Faculdade fica ainda mais evidente se é tomado o conjunto dos considerados “fundadores” da instituição por Braga: os que participaram das reuniões prévias e os que se tornariam professores (as informações recolhidas sobre a instituição e seus professores foram retiradas do trabalho de Braga, 1975a: 45-142, sendo algumas relativas a cargos políti-

co-eletivos retiradas de Aita et al., 1996). Dentre os fundadores contavam-se trinta e dois bacharéis e dois médicos da área de medicina pública. Dos trinta e dois bacharéis, sete não foram designados professores. Cinco destes sete haviam sido juizes e promotores públicos em cidades do interior e em Porto Alegre, sendo dois deles pernambucanos e um paranaense. Vários exerceram a advocacia e dois ocuparam acentos na Assembléia Provincial. O acima citado James Franco foi um dos fundadores deste tipo, mas, apesar de não se ter tornado professor, permaneceu vinculado à Faculdade por ter sido nomeado delegado fiscal do Ministério do Interior junto à instituição, chegando a renunciar aos honorários relativos a este cargo em favor da biblioteca da Faculdade e para a construção do prédio da mesma.

Quanto aos “professores fundadores” foram designados vinte e cinco bacharéis em direito e os dois médicos referidos acima, sendo dezenove lentes catedráticos e oito lentes substitutos. O quadro (anexo 2) traz informações sobre estes professores quanto a: nomes, ano e local de nascimento e morte; ano e local de conclusão do curso de direito; posição e atividades na Faculdade; cargos públicos em geral e atividades que exerceram ligadas ao direito; informações complementares. Os dados referentes aos cargos públicos e atividades ligadas ao direito apontam cargos e posições que poderiam ser divididos em cargos político-partidários (de indicação dos chefes de Executivos ou de partidos políticos), magistratura e advocacia. Optou-se, porém, por não fazer tal divisão pela dificuldade de, principalmente, identificar “carreiras” específicas; com algumas exceções, como Germano Hasslocher e James Darcy, mais propriamente “políticos”, ou Plínio Alvim, mais identificável como “jurista”. De modo geral, o que se evidencia neste ponto é a grande variedade de cargos ocupados ou de atividades: promotorias públicas, juizados, auditorias, procuradorias, exercício da advocacia, desembargadores, cargos

eletivos, secretarias de Estado, cargos em empresas públicas ou privadas, jornalismo, produção rural e outros. No entanto, a advocacia ou promotorias e juizados no interior do Estado aparecem como as primeiras atividades de dezesseis dos aqui considerados, indicando um certo padrão para os inícios de “carreiras”.

A partir dos dados aqui apenas inicialmente levantados e que mereceriam estudo específico mais aprofundado que escaparia dos objetivos e possibilidades do presente trabalho¹², fica claro o envolvimento de grande parte destes professores fundadores com diversas atividades e, principalmente, com cargos de indicação político-partidária: secretarias de Estado, assentos em parlamentos, intendências, conselhos municipais, cargos em empresas públicas, a colaboração ou direção em/de jornais partidários — como *A Reforma*, do Partido Liberal do Império, e *A Federação*, do PRR — e cargos para os quais, em princípio, bastaria a especialização profissional, como promotorias, auditorias ou procuradorias, mas que eram de indicação dos chefes dos Executivos estadual ou federal. Quanto à magistratura, uma “carreira” formalmente jurídica *stricto sensu*, portanto, supostamente paralela e autônoma frente à política partidária, João Neves refere que, até 1915, “compunha-se em sua grande maioria de nortistas ou nordestinos”. Somente em 1904 formou-se a primeira turma da Faculdade de Direito de Porto Alegre e, até então, a oportunidade de estudar direito era reservada aos rio-grandenses “que dispunham de alguns bens de fortuna” para o fazerem no Rio de Janeiro, São Paulo ou Recife, que, ao retornarem, não se inclinavam para “cargos públicos” por serem estes “mal remunerados, mas para a advocacia e a política”. Mas, os nortistas ou nordestinos que

¹² Para a busca de lógicas mais definidas nas trajetórias destes agentes seria necessário um estudo específico mais aprofundado, principalmente no que diz respeito a dados mais precisos sobre as origens sociais, as participações em atividades políticas informais, patrimônios, que levariam ao preenchimento de

terminavam por migrar para o Rio Grande do Sul deveriam cumprir um certo caminho: “o pretendente recorria ao governador do seu Estado, e este o recomendava a Pinheiro Machado, aqui no Rio, de onde o jovem interessado seguia para o Sul, com carta de apresentação, lá encontrando todas as facilidades” (Fontoura, 1969: 90).

Costa Franco, comentando as reformas judiciais de Júlio de Castilhos a partir de conclusões retiradas das declarações do próprio sobre a promulgação do Código de Organização Judiciária de 1895¹³, refere que este teria procurado “cercar de garantias a magistratura, fazendo questão cerrada de assegurar-lhe a independência ante o Poder Executivo estadual, num grau talvez maior que a dos dias atuais” (Franco, 1988: 155). João Neves, porém, aponta qual o caminho “regular” para a ocupação destes cargos, permitindo a constatação de que tais cargos eram político-partidarizados enquanto objeto de patronagem. O recém chegado, devidamente credenciado, encontrava uma posição que devia aos favores obtidos a partir deste segmento de rede que iniciava em seu Estado natal, envolvia Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e a sua nomeação para o almejado cargo, normalmente um juizado em alguma comarca do interior. As possibilidades de que este viesse a tornar-se um cliente do próprio Borges ou, ao menos, um “simpatizante” do partido político dominante eram enormes, sob pena de cair em desgraça e ter sua “carreira” truncada, além é claro de poder cair na teia clientelística do chefe partidário do município ao qual foi designado. Enfim, o pleiteante, provido de um capital de relações sociais em sua terra natal e do título escolar de bacharel, acionava um ou mais conterrâneos bem situados politicamente que, por seu turno, acionavam Pinheiro

lacunas nas informações preliminares aqui levantadas e apenas inicialmente tabuladas.

¹³ Lei que em seu texto contemplava critérios de ingresso na magistratura por concurso público e de ascensão na carreira, principalmente acesso ao Superior Tribunal, por antiguidade. Contemplava ainda a vitaliciedade e inamovibilidade dos ocupantes dos cargos.

Machado. Este usava suas relações com Borges ou com outros partidários e/ou desembargadores para “indicar” o nome do candidato. Assim, este último aportava no Rio Grande do Sul com um emprego garantido. A indicação era já o ato de nomeação, mas que vinha acompanhada de uma dívida para com os mediadores acionados para resolverem a “questão” do pleiteante. É claro que era esperado deste a fidelidade para com seus “padrinhos”, por outra, a disposição de prestar “favores”, de acordo com o princípio da reciprocidade, quando solicitados. O novo magistrado inicia sua atividade já inserido em redes de relações que, no caso da política regional tinha ao centro a figura do presidente do Estado.

E se este era o caso para os imigrados do Norte do país, o caso de rio-grandenses não era diferente, sendo apenas outros os mediadores acionados para a ocupação dos cargos, além do próprio Pinheiro. Ou seja, o que regravava o acesso aos cargos da magistratura e as promoções não eram somente critérios objetivos de competência técnica, escolar, profissional ou de antigüidade que estariam contemplados na Constituição de 1891 e no Código de 1895, ratificados principalmente pelo instituto do concurso público, mas o jogo das relações de patronagem e clientela. E a identificação direta de quinze dos professores fundadores com “cargos políticos” e com o PRR¹⁴ no início do século se ampliaria em se considerando que muitos dos que ocupavam cargos na magistratura ou

¹⁴ O critério foi o da identificação dos que ocuparam cargos eletivos, secretarias de Estado, chefia de polícia, intendências ou vice-intendências, conselhos municipais e direção ou colaboração com jornais partidários entre 1889-1930 no Rio Grande do Sul. Todos estes cargos dependiam de indicação ou aquiescência do presidente do Estado. A este respeito é interessante notar que nos casos de Thompson Flores, Manoel Cartier e Germano Hasslocher há a mudança em termos de facções políticas, pois todos tiveram vínculos com o Partido Liberal de Silveira Martins e passaram para o PRR no final do século XIX. Alguns se tornariam “dissidentes”, como Arthur Pinto da Rocha, que apoiou Abbott em 1906-7, ou Plínio Casado, que, depois de ter sido deputado federal pelo PRR, passa para o Partido Libertador de Assis Brasil. Se fossem também tomados como critério os cargos de procurador e desembargador, se incluiria ainda no número dos quinze citados Andrade Neves Neto e Epaminondas Brasileiro Ferreira. Resultaria que apenas dez dos vinte e sete fundadores poderiam ter tido ou não ligações mais estreitas com o PRR.

no ministério público o faziam por relações estreitas com integrantes importantes do PRR ou enquanto membros ativos do próprio partido.

Outros pontos a destacarem-se na relação entre os professores fundadores e a Faculdade são a regência de disciplinas e o tempo de permanência na instituição. Dos vinte e sete bacharéis-professores, dezoito foram designados lentes catedráticos e os outros oito lentes substitutos à época da fundação. Dos dezenove lentes catedráticos, apenas onze chegaram a reger disciplinas e apenas quatro ainda estariam vinculados à instituição após 1911, ano no qual a Congregação dispensou diversos professores, alguns já afastados de fato, provavelmente, segundo Braga, em função da Lei Rivadávia Corrêa (federal), do mesmo ano, e que estabelecia a liberdade de ensino (Braga, 1975b: 86). Dentre os seis lentes substitutos, quatro não lecionaram e apenas três ainda se encontravam vinculados à Faculdade em 1911, já como lentes catedráticos. Isto reforça o argumento de que, desde a origem, a instituição também se apresentava como um espaço de consagração social. Sob o ponto de vista dos seus professores, a Faculdade era uma oportunidade de exercer mais uma atividade de prestígio social e a possibilidade de obter mais um título — “lente” e/ou “fundador” — para ilustrar seus currículos, sendo para estes, portanto, mais um espaço de consagração social, um aumento de um capital de notoriedade que poderia ser reconvertido em capital político, ou vir em reforço a este, como, por exemplo, foram os casos mais evidentes dos quinze professores-fundadores para os quais se pode identificar vinculação explícita a partidos políticos — notadamente ao PRR em torno da virada do século. Em 1908, por ocasião do início das obras do prédio-sede da instituição, onde se encontra até hoje, os professores “lecionavam gratuitamente, sem qualquer retribuição pecuniária” (Braga: 1975b: 102), o que atesta, também, a baixa profissionalização e que, de fato, a importância das retribuições simbólicas

era considerável para os lentes ligados à instituição no sentido do acúmulo de um capital de notoriedade investido principalmente no jogo político ou na economicamente rentável advocacia. Mas este capital é tanto fruto de uma acumulação anterior em atuações no jogo político-partidário e na ocupação de cargos a ele relativos, quanto da reconversão de capitais de relações sociais acumulados no jogo das posições ocupadas nas redes de relações, processos estes relacionados às predisposições para alcançar posições de destaque social¹⁵. Desta forma, o capital de notoriedade era ampliado pela participação na Faculdade e possibilitava recompensas em termos de cargos públicos e/ou posições político-partidárias mais importantes e conseqüentes retornos em remunerações monetárias.

A relação estreita entre a esfera político-partidária e a Faculdade também pode ser atestada pela constatação de Braga sobre os objetivos explícitos da instituição, que “iria coordenar a formação de uma nova estrutura na tessitura social, a de dar formação jurídica à mocidade conformada aos princípios republicanos” (Braga, 1975a: 15-6), “princípios” estes que à época se confundiam com os que professava Júlio de Castilhos e o seu partido. A Faculdade seria uma espécie de escola de formação jurídica para jovens partidários — a passagem citada não se refere a formar “republicanos”, mas em dar formação jurídica aos que já o eram. Assim, pode-se identificar outro elemento da relação entre a Faculdade e a política-partidária que pode ser traduzido em termos da relação entre a Faculdade e o PRR, a Faculdade legitimando social, cultural e escolarmente o

¹⁵ Pode-se inferir, mesmo dependendo-se ainda de estudos mais aprofundados, a partir de indicadores como local e ano de nascimento e local de realização do curso de direito — 23 dos professores eram nascido no Rio Grande do Sul e apenas 7 após 1870, sendo que todos diplomaram-se no Rio de Janeiro, São Paulo ou Recife, com exceção de um formado em Coimbra —, que, em sua grande maioria, tratavam-se de pessoas oriundas de grupos familiares identificados com o mundo da estância ou com relações estreitas com este, tanto por terem nascido no Rio Grande do Sul em meados do século XIX, quanto por terem podido arcar com as despesas em outras capitais do país durante os estudos. Possuiriam, pois, origens sociais semelhantes as de Castilhos, Borges e Pinheiro Machado.

“republicanismo” associado aos membros ou proto-membros do partido.

Outro aspecto ainda a salientar com respeito à posição social da Faculdade é o que se poderia chamar de vida acadêmica. João Neves refere que encontrou, quando ingressou na Faculdade de Direito, uma Porto Alegre que “tinha tudo de centro provinciano”, mas na qual “uma coisa [se] destacava: sua tumultuosa mocidade acadêmica. [...] No problema de qualquer rapaz, a medida da sua importância provinha de ser ou não ser acadêmico”, pois estes “dominavam realmente Porto Alegre; constituíam uma força à parte, influíam na sociedade, na literatura, nos jornais, nos teatros, nos cafés, nas ruas.” Ainda segundo Neves, “em breve [os acadêmicos] iriam invadir a área dos partidos políticos e iniciar, por um grupo de alta categoria, a marcha de uma tremenda reforma nas instituições, que ainda hoje perdura”, ou seja, “o movimento de 1929-30”, cujas “nascentes”, aconselha Neves a “quem [as] quiser buscar [...] é ali e naquele tempo que vai encontrá-las.” Nesta Porto Alegre “pequena, patriarcal, sem nenhuma das atrações que desviam os estudantes das cogitações da inteligência”, não haviam cinemas e “ninguém conhecia uma roleta”. Havia ainda as temporadas de teatro, as festas — os “fogos do Espírito Santo”, quando “a sociedade da Capital e o mundo dos arrabaldes [...] confundiam-se todos na mesma alegria, namorando, comendo do tabuleiro das quitandeiras.” Os estudantes também se dedicavam à “vida noturna”, que se concentrava “nos cafés, repletos de estudantes, discutindo entre fumaradas boêmias, enchendo de debates filosóficos ou literários os dois velhos armazéns da esquina da Ladeira ou escrevendo versos nos mármores das mesas”, enquanto “na cidade baixa, o violão dos serenatistas acordava, por noites de luar, a vizinhança das dulcinéias adormecidas” (Fontoura, 1969: 38-40).
E mais:

“Com a chegada da Escola de Guerra, transferida para o Sul

depois da revolta contra Rodrigues Alves, Porto Alegre sofreu a ‘invasão dos cadetes’, vindos de todos os pontos do país. Era mais um poderoso fator para que a mocidade acadêmica ganhasse decisiva influência na vida da Capital, nos centros sociais e literários, na imprensa e afinal na política. Coube-lhe desde logo e sem contestação a ditadura da rua da Praia e da Praça da Alfândega, onde os grupos espalhados por todos os pontos, com o colorido dos uniformes de vistosas calças de ganga vermelha, como os zuavos de Napoleão III, imprimiam um tom de animação quase revolucionário na morosa pacatez provinciana. Os estudantes civis usavam e abusavam do fraque, feito a primor no Germano, e do chapéu alto. Um concurso dos ‘dez mais elegantes’ seria, então, um páreo duro para um júri imparcial. Ainda estou vendo o Pinto Dias, Joaquim Pinto Dias, que depois fui encontrar Cônsul Geral em Lisboa, e o Telmo de Escobar, subindo e descendo, encartolados e de luvas, saudados à direita e à esquerda como árbitros do bom gosto. Um fraque, de casimira inglesa, custava oitenta mil réis, e os esterlinos-ouro circulavam de mão a mão! Logo surgiu, como é ou era dos livros, o órgão da classe: a Federação dos Estudantes, uma associação tumultuosa, procurando intervir em tudo, ter opinião sobre tudo, especialmente contradizer. O estudante sempre gostou da contradição e da rebeldia” (Fontoura, 1969: 42).

João Neves continua o relato destacando estes aspectos mundanos da chamada vida acadêmica: “Algumas centenas de estudantes formavam [...] uma sociedade própria, com seus clubes, seus pequenos jornais, seus pontos de encontro, seus grupos, suas *repúblicas*, suas pensões, seus bailes e até às vezes seus conflitos. Mas em tudo predominava um instintivo espírito universitário, pairava uma preocupação intelectual” (Fontoura, 1969: 40, grifos no original). O ser estudante de uma das escolas superiores identificava socialmente a “importância” do jovem, sendo, pois, um distintivo social. Era a ratificação de posições herdadas destes jovens filhos das famílias mais ricas do Estado. Roupas adequadas, lugares sobre os quais exerciam sua “ditadura”, esbanjamento de dinheiro, a intervenção “em tudo”, criavam de fato “uma força à parte”, um espaço próprio de conhecimento e interreconhecimento que reunia jovens de famílias abastadas vindos de

todo o Estado, “todos, entretanto, com forte individualismo muito pronunciado na terra gaúcha” (Braga: 1975b: 93).

A solidariedade criada, porém, não era tanto a “de classe” estudantil, do grupo de estudantes agindo em conjunto a partir de representantes próprios movidos por interesses escolares, mas uma solidariedade quase que somente etário-social, uma solidariedade baseada no inter-reconhecimento e inter-relacionamento entre os jovens socialmente bem situados. Tratava-se de um espaço ocupado por filhos de ricas famílias que se permitiam viver uma “vida de estudantes” um pouco à margem da “sociedade” porto-alegrense, sem, contudo, estar dela independente. Braga ainda salienta:

“Nos primeiros anos, não havia homogeneidade de comportamentos dos estudantes nem uma consciência coletiva a ponto de produzir uma coesão ou solidariedade social, mesmo porque não se havia fixado padrões permanentes, de tal maneira que a perturbação das relações interpessoais seria de certo modo exaustiva quando um toque de fora, de uma sociedade já estruturada mas condicionada a padrões arcaicos e tradicionais, vinha sensibilizar o meio estudantil” (Braga, 1975b: 92).

Um dos signos da inserção no mundo acadêmico se dava, pois, com respeito a aspectos eminentemente mundanos: as roupas, certos pontos de frequência e encontro, as festas, o “subir e descer” as ruas trajando fraque e cartola, o “desejo” de intervir em “tudo”, as discussões “intelectuais” nos cafés. Enfim, não se tratava de uma unidade associativa entre os estudantes que gravitasse eminentemente em torno da própria ou das próprias instituições de ensino, justamente o que Braga sublinha ao referir-se à falta de uma “consciência coletiva” para a “coesão ou solidariedade social”. “Social” este que aqui significa a sociabilidade *dentro* da escola, que Braga lamenta não existir. Ele completa:

“Era natural a fraca sociabilidade estudantil. Vindos dos mais diversos rincões do Estado, um taciturno das missões, um altaneiro da serra, um filho de chefe clânico do pastoreio, um originário das colônias ainda sem a vibração da alma democrática das tradições rio-grandenses, egocêntricos todos, de forte individualidade, quase sempre de sensibilidade epidérmica, desconhecendo as sanções a lhes regrar a conduta.” (Braga, 1975b: 92-3).

A “perturbação das relações interpessoais”, ou seja, as relações de reciprocidade entretidas no universo social, herdadas ou não, entre amigos, parentes, ex-colegas de colégio, atravessam a instituição escolar. João Neves comenta que, ao chegar a Porto Alegre como estudante de direito, “devagar e com aplicação, fui tratando de incorporar-me à minha nova condição, *estendendo a rede de relações com os colegas da minha e das outras Escolas* [...] observando, formando meus juízos, tirando conclusões.” Resumidamente: “*integrando-me como podia e devia ao mundo*, a que me filiara e que daí em diante seria *o meu*, antecipação do que havia de vir nos embates daquilo que chamávamos com ênfase, ‘a vida prática’” (Fontoura, 1969: 43, grifos apostos ao original). João Neves ainda adenda que se foi “identificando com o meio acadêmico [...] fazendo amigos, entrando nas *rodas*, que se reuniam na Cigarraria Manon, bem em frente à Faculdade. Ali é que se tomavam as primeiras deliberações para o dia e se faziam os primeiros contatos” (Fontoura, 1969: 67, grifos no original).

A integração a esta nova condição de acadêmico comportava a extensão das relações sociais, era a *necessidade* — tanto uma possibilidade, entendida enquanto recursos prévios, “*como podia*”, quanto um “dever”, enquanto predisposições herdadas, “*como devia*” — de integração “*ao mundo*”, que Neves, escrevendo suas *Memórias* no final da década de 50, considerou a “antecipação” da “vida prática”. Isto pode ser traduzido em termos de predisposições — um *ethos* para alcançar posições de destaque social —, e

recursos herdados — capitais econômicos e sociais reconvertidos em capital cultural e escolar. O “instintivo espírito universitário”, a “preocupação intelectual”, que era de fato uma *bricolage* de textos filosóficos, literários, técnico-jurídicos e políticos (os “clássicos” da Antigüidade e os “modernos” europeus, principalmente franceses) que viabilizavam o tal desejo de intervir em “tudo”, só possível a partir de um certo verniz “intelectual” composto por conhecimentos em poesia, literatura, política, filosofia. Daqui se depreende o que significava para estes estudantes o ser “intelectual”, ou seja, o estar apto a manifestar-se e agir sobre “tudo”, o que também designava o que era para eles este “mundo” o qual Neves declarou ser “o seu”: não “um” mundo, o acadêmico-jurídico, mas o vasto e amplo mundo que compreendia “tudo”. Neves ainda comenta que compartilhavam “a sede de notoriedade [que] tinha [...] de saciar-se nas fontes da oratória, muito mais recheada de palavras do que de idéias” (Fontoura, 1969: 68), “sede de notoriedade” que designa justamente a predisposição para o alcance de destaque social e para ocupar posições de mando.

E a prática oratória aparece aqui como um trunfo fundamental que instrumentaliza os ganhos culturais e escolares em termos de suas possibilidades de aparecência no vasto “mundo”. Como referido, a intervenção neste é um objetivo procurado. Ao lado das intervenções relativas ao seguir as orientações dos chefes dos grupos familiares e dos chefes dos partidos políticos, de agir conforme a reciprocidade devida a um “amigo”, padrinho, cliente, ou patrão, no plano da “cultura” e da notorização é a retórica formal que conta enquanto instrumento privilegiado. Mas, no caso, uma instrumentalização explicitamente considerada não como um modo de tentar discutir e fazer triunfar a partir das técnicas retóricas “idéias”, mas como uma espécie de forma “elegante” de vencer o adversário. Os “debates” se tornam, pois, espécies de duelos — os referidos “duelos

oratórios” — cujas armas são as retoricamente arranjadas palavras. E é possível mesmo estabelecer-se aqui a tênue linha que separa a discussão nestes termos das chamadas “vias de fato”. A oratória só tem sentido se levada à cabo em público, ou seja, em presença de assistentes. Neste contexto do mundo acadêmico, com seus segmentos reunidos em torno das mesas de cafés, os oradores têm como público seus próprios colegas. Provar-se um grande orador possibilita a notorização intelectual do produtor do discurso entre seus pares e a prática dos duelos oratórios, nestes espaços cativos destes filhos da elite local, apresenta-se como uma experiência importante tanto no sentido da prática em si mesma quanto com respeito ao fato de que os formadores de juízos sobre os debates eram tão qualificados intelectual e socialmente quanto os próprios oradores — formavam a geração que herdaria as posições de destaque no âmbito da sociedade rio-grandense. Esses “amigos” ao se dedicarem a tal prática também se cercavam, em certa medida, da garantia de que o jogo retórico-oratório não se transforme em luta corporal. Enquanto práticas restritas a um público de “camaradas” é minimizada a possibilidade de o “duelo oratório” descambar para um “duelo de honra”, algo comum nos espaços mais amplos das disputas entre as facções políticas, clãs, ou, especialmente, na guerra, enfim, no “vasto mundo”.

Esta notoriedade, contudo, não deve ser confundida com a espécie de capital político que Bourdieu chama de “capital pessoal de *notável*”, definido como a reconversão de um capital de notoriedade adquirido em “uma lenta e contínua” acumulação em outros campos, principalmente no exercício de profissões liberais, em capital político. A notoriedade no presente caso deve ser associada mais a um “capital pessoal a que se pode chamar heróico ou profético e no qual pensa Max Weber quando fala de carisma”. Bourdieu define esta espécie de capital político como sendo produto “de uma ação inau-

gural, realizada em situações de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos: ação profética de doação de sentido” (Bourdieu, 1989: 191). Estes espaços propiciados pela inserção na vida acadêmica não permitiam, bem certo, a ereção carismática neste sentido, mas possibilitavam uma iniciação prática a uma das qualidades necessárias ao herói ou ao profeta, a tentativa de buscar assenhorar-se da palavra eficaz, palavra que “institui, por virtude própria, um mundo simbólico [...] que é o próprio real” (Detienne, 1988: 17). Em uma espécie de metonímia, do duelo guerreiro ao duelo oratório, estas experiências contribuía para a “necessidade” de ação de acordo com um *ethos* herdado que impulsionava para o alcance de posições de destaque social. Faltava a estes jovens ainda o momento para o reconhecimento carismático que as flutuações conjunturais iriam propiciar.

Mas estes estudantes dedicavam-se também com afincamento a ampliação e entretenimento do capital de relações sociais herdado. Neste aspecto é importante considerar que as cidades nas quais se localizavam as faculdades cursadas eram centros estaduais ou nacionais onde se localizavam as sedes das instituições públicas, bem como as grandes casas comerciais, bancárias, livrarias, sendo os pontos de convergência das pessoas da “boa sociedade” estadual. A inserção neste “mundo” se dava pela via do adequado gerenciamento do capital de relações sociais, recurso fundamental para a “abertura de portas”, ou seja, para as possibilidades de atingir posições importantes nas malhas das redes de relações, o que poderia se materializar em termos de cargos, de espaços na imprensa, da obtenção de informações privilegiadas, de oportunidades de destaque em termos de liderança político-partidária, empresarial ou militar. É importante notar que muitos destes estudantes eram filhos das estrelas de primeira grandeza que formavam a constelação social máxima do Estado e, dentre estas, várias ocupando posições de liderança político-

partidária. Muito do trabalho de gerenciamento do capital de relações sociais herdado era comprovar e ampliar a *dignitas* do nome, ou seja, a sua glória, posição, grandeza, honra. A própria forma como João Neves descreve os encontros na cigarraria Manon mostra um “ambiente” que se parece mais com o de parlamentares nas ante-salas dos plenários do que de estudantes prestes a assistir aulas, ou não, pois a frequência era livre ao menos até 1915, quando “previu-se a frequência obrigatória” que só passou a “prevaler a partir de 9 de maio de 1925”, depois de uma revolta dos alunos contra a medida (Braga, 1975a: 118).

É, pois, neste sentido do gerenciamento do capital social que se deve tomar a assertiva de João Neves de que neste seu tempo de estudante é que se encontrariam as bases do movimento de 1929-30. Sem contar os agentes aqui em pauta, João Neves, Maurício Cardoso, Getúlio Vargas e Paim Filho, e que teriam participação decisiva em tal movimento, Góes Monteiro e Eurico Dutra, entre outros, eram estudantes na Escola de Guerra em Porto Alegre no mesmo período e co-signatários do manifesto do Bloco Acadêmico Castilhistas. Estes pontos ficam mais claros a partir da análise do jogo das posições e da interdependência entre a escola e a política-partidária que se explicitou na clivagem ocorrida quando das eleições ao governo do Estado em 1907.

2.2. MILITÂNCIA ESTUDANTIL E POLÍTICO-PARTIDÁRIA, AS ELEIÇÕES DE 1907:

Pouco tempo depois da sua fundação, em 1906-7, eclodiria uma divisão interna na Faculdade de Direito de Porto Alegre entre duas facções que englobariam professores

e alunos. O conflito não foi movido por questões propriamente acadêmicas ou científicas, enfim, por uma disputa interna de agentes ou grupos de agentes em torno de princípios de classificação associados a posições dentro da Faculdade e/ou representações sobre a instituição em si, ou sobre doutrinas jurídicas. Foi, no entanto, a extensão de um conflito que se deu entre membros do PRR. A cisão interna na Faculdade espelhava a cisão político-eleitoral que se traduziu na disputa de 1907 pelo governo do Estado entre o candidato “oficial”, Carlos Barbosa Gonçalves, apoiado pelo chefe do PRR e presidente do Estado, Borges de Medeiros, e o candidato “dissidente”, Fernando Abbott, que se desligara do PRR para concorrer e que recebeu o apoio de parte dos membros e de ex-membros deste partido, mas também de parte da oposição vinculada ao Partido Federalista. Este episódio e a participação dos estudantes João Neves, Paim Filho, Getúlio Vargas e Maurício Cardoso é que fez Love identificar uma “geração de 1907”:

“um grupo de jovens politicamente ambiciosos, em vias de concluir os cursos nas novas faculdades de Porto Alegre, juntou-se à batalha, a favor de Barbosa Gonçalves, de longe o favorito. Autocognominaram-se Bloco Acadêmico Castilhistas, organizaram-se em abril de 1907 no propósito expresso de lutar pelo candidato do PRR. Num banquete oferecido ao grupo, um funcionário ergueu sua taça num brinde aos estudantes, declarando que ‘do meio deles havia de surgir um novo Júlio de Castilhos’. Efetivamente, ele se demonstrou um bom profeta: um dos jovens, Getúlio Vargas, estudante de Direito e filho de um general castilhista, Manoel N. Vargas, iria dirigir os destinos do Brasil por quase 19 anos, como Presidente e Ditador. Maurício Cardoso e João Neves da Fontoura, igualmente estudantes de Direito, seriam futuramente Ministros, e dois cadetes da recém-organizada academia militar de Porto Alegre, Pedro Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, seriam Ministros da Guerra de Vargas; Dutra haveria de ser também Presidente” (Love, 1975: 90).

Braga, por sua vez, comenta as repercussões da disputa político-eleitoral na Faculdade que ia “incompatibilizando as alas estudantis, sobrepujando os interesses meno-

res da classe dentro da Faculdade. Servia muito bem para aviventar os delineamentos clânicos, tão pronunciados nas áreas rurais do Rio Grande do Sul.” Assim, “se agrupam alunos nas correntes abertas pela dissidência republicana que levantou a candidatura de Fernando Abbott.” Um dos professores da Faculdade, Arthur Pinto da Rocha, “poeta e escritor exímio, orador eloqüente, com grande cultura trazida de Coimbra, é dos primeiros a aderir à dissidência, aglutinando em torno de si considerável ala de estudantes, talvez a maioria”. Pinto da Rocha organiza o jornal *Gazeta do Comércio* que “granjeou a simpatia da mocidade.” A ala de estudantes que se manteve fiel à facção de Borges reagiu formando o Bloco Acadêmico Castilhistas e “amparados pelo partido do governo, arregimentam-se e fundam o *Debate* que, segundo Silvio Romero, fora criado com o fim exclusivo de injuriar, difamar e aviltar a honra dos adversários” (Braga, 1975b: 95-7).

Pelas características já apontadas dos agentes que compunham a instituição, não é, pois, de se estranhar que os movimentos da política-partidária afetassem diretamente o comportamento dos estudantes e professores que se lançaram ativamente na campanha eleitoral. E quando Braga refere-se aos “delineamentos clânicos” parece tocar em um ponto importante da dissensão. Ao menos quanto a João Neves, Paim Filho, Maurício Cardoso e Getúlio Vargas, mas certamente quanto a muitos outros, os respectivos pais ou familiares próximos apoiavam o lado borgista do conflito, o que os vinculava “de casa” aos apoiadores desta facção na disputa eleitoral de 1906-7. O confronto assume contornos interessantes por ter sido não uma disputa eleitoral entre dois partidos, mas uma divisão de facções internas ao PRR, o que explica a própria clivagem entre os componentes das escolas superiores e da Faculdade de Direito que tinham ligações estreitas com este partido.

Estava em jogo a afirmação de Borges de Medeiros no poder do Estado e do

partido após a morte de Júlio de Castilhos em 1903. Este falecera durante o segundo mandato de Borges no governo, que o exercia até então sob o consentimento e “à sombra” do líder do PRR (Love, 1975: 81 e segs.). Aos primeiros movimentos que apontavam no sentido da “dissidência”, João Neves sublinha que Borges teria se conduzido “com explicável reserva” e seu “objetivo transparente consistia em ver se frustrava o choque” com os descontentes que já se articulavam dentro do PRR. “Mas, desde logo, ficou claro que não o faria [evitaria o choque] a preço *de liquidação do espólio sob sua guarda*.” Transigir no sentido de aceitar a candidatura Abbott “só porque ela vinha na crista de uma onda rebelde seria o naufrágio de sua autoridade, ainda não firmada” (Fontoura, 1969: 74-5, grifos apostos ao original). Segundo esta versão, o que estava em jogo era a guarda do “espólio”, ou seja, nessa metáfora jurídica, do “patrimônio político” do falecido Júlio de Castilhos: o controle do PRR e do governo do Estado.

A “dissidência” se deu em torno do “prestigioso nome [do] chefe de São Gabriel [Abbott, em torno do qual] agrupavam-se numerosos valores” (Fontoura, 1969: 74). Tratava-se, pois, em grande medida, da cisão de algumas estrelas de primeira grandeza, que antes estavam atreladas à Júlio de Castilhos, constituindo uma facção em torno de Abbott, e que não reconheciam em Borges de Medeiros um sucessor legítimo. Contudo, Borges contava com seus próprios seguidores arregimentados ao longo de seus dois mandatos na presidência do Estado. Abriu-se uma disputa entre facções centradas em líderes bem definidos procurando a afirmação de suas posições, arregimentando “aliados” dentro e fora do PRR, recosturando as redes de relações, buscando, no limite, restaurar a teia originalmente centrada em torno de Castilhos.

Trindade, citando o mesmo João Neves, dá importância fundamental à assertiva deste último de que “vinha de longe uma cisão latente no grêmio majoritário. Era a surda

luta entre a corrente ortodoxa, inspirada nas diretrizes da Política Positiva, e a que desejava marchar para caminhos diversos, embora sob a mesma bandeira política” (Fontoura, 1969: 74 e apud Trindade, 1979: 148). Isto vem ao encontro da tese de Trindade de que a “política” no Rio Grande do Sul na chamada República Velha era caracterizada por uma “clivagem ideológica entre duas famílias políticas que se confrontam, ao longo do período, inserindo-se em diferentes movimentos e estruturas partidárias: os conservadores-liberais versus os conservadores-autoritários” (Trindade, 1979: 119). Cita do texto de João Neves apenas esta passagem sobre a disputa eleitoral de 1907, não referindo as aqui citadas acima, dando a impressão, pois apenas se refere ao “Manifesto” lançado por Abbott, de que a cisão deu-se por questões de incompatibilidades “ideológicas”, vindo em reforço de sua tese central sobre a referida “clivagem”. Isto de fato aparece nas manifestações “públicas”, através das quais as referências “ideológicas” se dão em termos de um “castilhismo-positivismo” situacionista contraposto aos discursos dos que estavam alijados do poder que geralmente se nutriam no “liberalismo”. Este aspecto fica claro ao se consultarem os jornais da época, principalmente os explicitamente vinculados a partidos políticos, bem como os *Anais* dos pronunciamentos na Assembléia dos Representantes. No âmbito jornalístico e parlamentar, espaços públicos formalmente institucionalizados e pretensamente “cultos” e/ou “doutos”, o jogo político normalmente assumia a forma de disputas retórico-oratórias pontuadas por citações dos “grandes mestres” convocados a legitimar as posições tomadas. Os borgistas, buscando se afirmarem como “verdadeiros” seguidores e herdeiros de Castilhos¹⁶, a exemplo do que ele próprio fizera, se nutriam em Comte e no próprio “patriarca”, repetindo à exaustão os motes “incorpo-

¹⁶ Castilhos, depois de morto, passará a ser incluído, pelos que reivindicavam ser seus seguidores, sendo

ração do proletariado na sociedade moderna”, “o progresso dentro da ordem”, “a ditadura científica” na tentativa de legitimarem-se. Os opositores, por seu turno, se nutriam nos “clássicos” modernos para exigir “democracia”, “representação” e “liberdade” marcando um contraponto com os situacionistas.

O próprio João Neves, porém, aponta para outras questões que envolvem a prática do jogo político que pouco ou nada têm de relação com o que se apregoava nos discursos oficiais. Ele aponta claramente a posição de Borges no centro de uma das facções, quanto a posição de Pinheiro Machado, de quem Borges obtém apoio: “Pinheiro Machado, a quem de forma alguma convinha briga que afetasse sua posição nacional, procurou conter o Sr. Fernando Abbott e seus companheiros. Baldado o empenho, declarou-se publicamente pelo acatamento à liderança do Sr. Borges de Medeiros”; o mesmo Pinheiro Machado que declarou em um telegrama “que o cumprimento do dever cívico obriga muitas vezes o homem público *a pisar o coração dos amigos*”. No verão de 1907, Pinheiro estava em sua fazenda em São Luiz “numa das excursões que anualmente fazia aos pagos, para as retomadas de contato”, pois costumava, “periodicamente”, visitar sua região natal, onde “metia-se [...] com uma pequena corte, que levava aqui do Rio, entregando-se ao prazer das caçadas. Para lá rumavam os amigos e os velhos companheiros da paz e da guerra.” Ainda segundo João Neves, “Pinheiro gostava imensamente de sentir-se centro da curiosidade, da admiração, da convergência do interesse geral. Era um de seus fracos. Nos homens públicos há muito das vaidades femininas” (Fontoura: 1969: 76, grifos no original).

Como já apontado no capítulo anterior, este aspecto da centralidade de alguns

dos principais líderes políticos rio-grandenses configuravam relações entre estrelas de primeira grandeza e Júlio de Castilhos logrou ocupar, quanto ao PRR e quanto ao governo do Estado, uma posição central nestas complexas teias de relações que assumiam a forma piramidal. Uma vez morto, mesmo tendo preparado um possível sucessor, Borges de Medeiros, era para este último virtualmente impossível herdar a totalidade do “espólio” do antecessor, pois, era ele um dos componentes do primeiro degrau da pirâmide (de cima para baixo) ao lado de vários outros. Estes eram os que poderiam ser chamados de “velha guarda” do PRR, os que restaram ligados à Júlio de Castilhos até a sua morte dentre os “republicanos” do chamado período da “propaganda” e que tiveram papel importante principalmente na Revolução Federalista. Não por acaso Abbott e Pinheiro compartilhavam com Borges tal posição, todos eles “republicanos históricos”, segundo as palavras da época, mas, mais do que isto, estrelas de primeira grandeza.

Ao romper com Borges de Medeiros, pois, Abbott levou consigo seus próprios seguidores e outros descontentes com a afirmação do novo proponente a líder no poder, mas também velhos “dissidentes”, como Assis Brasil, ou velhos opositores, como alguns chefes federalistas. Pelo seu caráter heterogêneo em termos das vinculações políticas anteriores de seus membros, este grupo opositor até poderia parecer ser uma espécie de frente ideológica “anti-positivista”, o que as referências contidas nos discursos formais deixam transparecer, mas constituiu-se principalmente de uma facção política *ad hoc* formada para barrar as pretensões de Borges de Medeiros de controlar o partido e o governo do Estado. Sob o ponto de vista de Borges de Medeiros, ele também na posição central de uma facção que contava com diversos “coronéis” do interior, além de controlar instituições do Estado, como a Brigada Militar e a magistratura, foi fundamental o arranjo feito com Pinheiro. João Neves, na citação acima, deixa claro que não interessava

ao segundo disputas que viessem a desestabilizar as relações de força no Rio Grande do Sul, pois um enfraquecimento da centralização do poder em seu Estado natal poderia representar perda de poder de barganha para ele no plano nacional. É, pois, provável que tenha visto em Borges o aliado mais vantajoso, pois, em sendo ele o presidente do Estado e chefe do partido, poderia mobilizar maior quantidade de recursos humanos e materiais para vencer os adversários. Borges, por seu lado, precisava do apoio de Pinheiro que, se se passasse para o lado contrário, provavelmente teria tornado precária, ao menos neste momento, a sua liderança, já que Pinheiro também contava com vários “amigos” e clientes no Estado. De qualquer modo, os níveis preferenciais de ação de ambos não conflituavam, ao contrário, pois Borges aspirava suceder Castilhos no Estado e Pinheiro manter seu poder no plano federal. Os termos de um “acordo” entre ambos se podem vislumbrar quando, logo depois, Borges teria permitido a Pinheiro intervir na escolha dos candidatos do PRR ao Congresso, “pois o Senador precisava de uma delegação estadual que lhe fosse pessoalmente leal. O chefe do partido, no entanto, reservou-se o direito exclusivo de distribuir o patronato federal e estadual” no Rio Grande do Sul (Love, 1975: 162-3).

O resultado do conflito foi, com a vitória da facção borgista, o reforço da posição de seu líder enquanto sucessor de Castilhos no controle do PRR e do governo do Estado, presidido então por um seu fiel seguidor, Carlos Barbosa¹⁷, enquanto ele se mantinha na liderança do PRR, mesmo que a pirâmide original em torno de Castilhos não se tenha mantido. João Neves refere que:

“Embora, de 1922 até 1928, um grupo da nossa geração se haja constituído no quadrado de ferro, dentro do qual se

¹⁷ Borges retornaria à presidência em 1913, permanecendo até 1928.

apoiou vitoriosamente a autoridade dele, não há contestar *que todos — sem exceção — chegaram aos mais altos postos pela sua mão, sua livre escolha, sua incontrastável autoridade sobre o Partido e o Rio Grande*. Na parte, que me toca, é confissão que faço com garbo, nesta hora em que o outrora poderoso sucessor de Júlio de Castilhos não tem força para nomear um agente de polícia” (Fontoura, 1969: 102, grifos apostos ao original).

Borges é representado e reconhecido aqui como uma espécie de grande patrão de todos, reforçando a constatação de que seu poder se baseava em sua habilidade de se colocar no cume desta pirâmide de relações de reciprocidade estruturada em torno de um “quadrado de ferro”, ou seja, em torno de uma constelação de estrelas de primeira grandeza. No caso de Neves, Paim, Getúlio, Flores, Cardoso e Oswaldo, estrelas que se firmaram por herdarem as posições dos pais — do tio, para o caso de Paim, e, no caso dos estudantes que lideraram o Bloco Castilhista¹⁸, a partir da afirmação inicial no sentido de mostrarem-se capazes de sustentar o peso de tal herança.

A formação do Bloco Acadêmico Castilhista, que congregou os estudantes das escolas superiores de Porto Alegre que apoiavam o candidato Carlos Barbosa, deu-se neste contexto de lutas entre facções e mostra o caráter do que foi referido como o “conflito *nas* faculdades”. Neves é uma fonte privilegiada para compreender a formação e atuação do referido Bloco e de como se inter-relacionavam os interesses do PRR borgista e de parte dos estudantes, muitos deles borgistas “desde casa”. Quanto à formação do Bloco, João Neves conta que foi estruturado a partir de uma iniciativa sua, de seu primo Jacinto Godoy e de Maurício Cardoso. Tendo a “geração da propaganda” entrado no “outono da vida” e “novas aquisições pessoais” não tendo sido feitas: “impunha-se

¹⁸ Entre eles João Neves, Paim Filho, Maurício Cardoso e Getúlio Vargas.

uma colheita de valores nas gerações mais recentes. Na pior das hipóteses para que não tomassem o caminho da oposição” (Fontoura, 1969: 77). Cardoso, Neves e Godoy queriam “promover, no seio da classe [estudantil], um levante político, ao lado do Sr. Borges de Medeiros, canalizando para o Partido a cooperação, o ardor, a audácia da mocidade das escolas superiores.” Se propunham a organizar um “movimento estudantil” que tomasse na “luta próxima, um lugar de primeiro plano, como ala da juventude incorporada ao Partido Republicano para nele influir e renová-lo, sem perda da substância política” (Fontoura, 1969: 78). Os três idealizadores do Bloco redigem um rascunho de manifesto e buscam o apoio de colegas: “deliberamos iniciar a coordenação, como agora se diria. Havia na Faculdade de Direito dois colegas dos quais o apoio nos parecia indispensável por motivos diversos e até contrários. Um era Getúlio Vargas. O outro, Firmino Paim Filho.” Os motivos de procurá-los foram que Getúlio, “vivendo fora de correntes e capelas, gozava de grande destaque entre os rapazes pela sua inteligência já comprovada, sua serenidade, sua irradiação pessoal.” Paim, por seu turno, foi procurado “por motivos opostos: sua conhecida definição partidária, sua combatividade, sua intransigência” (Fontoura, 1969: 78).

Os três dirigiram-se à Pensão Medeiros, onde Getúlio residia, e propuseram-lhe “que tomasse a frente da iniciativa. Dizendo-se republicano, *como toda sua família*, recusou, entretanto o posto. Afirmou que a política não constituía para ele uma sedução. Limitou-se a aconselhar-nos uma visita a Paim, o que fizemos na mesma noite, acompanhados por ele.” Neves ainda comenta que “Getúlio e Paim eram grandes amigos. Mais tarde se tornaram duplamente compadres, o que não impediu, que na vida pública, se chocassem mais de uma vez” (Fontoura, 1969: 78, grifos apostos ao original). Paim se junta ao grupo, após ressaltar ser tenente da Guarda Nacional e ter compromissos com

“a política” em Vacaria. “Nos dias seguintes, a vaga de proselitismo cresceu enormemente. Já não estávamos sós. Paim desenvolvia uma atividade fantástica, aliciando, visitando, conferenciando. Cedo era encontrado a postos, dando e pedindo audiências.” Paim teria ainda papel importante na articulação com os alunos da Escola de Guerra: “invadiu o campo militar com aquela tenacidade que sempre foi das suas melhores qualidades.” Paim tornou-se presidente de honra do Bloco (Fontoura, 1969: 79).

A consagração do Bloco deu-se em recepção à Pinheiro Machado em Porto Alegre, quando este vinha de sua fazenda em São Luiz, de passagem, rumo ao Rio de Janeiro: “compacta multidão, com o Bloco Acadêmico à frente, se dirigiu para o antigo Palácio presidencial [...]. Em nome do Partido, falou Melquisedec Cardoso, pai de Maurício.” Pelos estudantes falou Getúlio Vargas, que recém havia sido orador pelos estudantes na recepção ao presidente eleito Afonso Pena em visita ao Rio Grande do Sul. Na ocasião, “Pinheiro esteve num momento particularmente feliz” (Fontoura, 1969: 82-3).

No dia seguinte, apoiadores de Abbott revidaram com um comício na mesma praça. Os estudantes do Bloco se reuniram próximos ao encontro, enquanto Pinheiro Machado, alvo das críticas do orador Pedro Moacyr¹⁹, assistia ao *meeting* de uma das janelas do palácio presidencial. Um tiro de revólver, partido em meio aos estudantes, ocasionou um tumulto. Alzira Peixoto escreve que um dos participantes do Bloco, anos depois, contou-lhe que os “*castilhistas* receberam instruções para perturbar e impedir, se possível, a realização do comício monstro”, mas, “estavam muito *verdes* para tal empreitada. Inútil tentar dissolver com palavras ou ameaças ao povo que se aglomerava, atraído pela fama do tribuno [Pedro Moacyr]”. O mesmo informante teria lhe dito para

¹⁹ Pedro Moacyr fora redator do jornal do PRR, *A Federação*, deputado estadual e federal pelo PRR.

perguntar ao seu pai quem fora o autor do disparo. “Ousei perguntar, só eu sei como. Olhou-me feio, por cima dos óculos, enquanto assinava um decreto e falou: *Era o único meio de dissolver o comício.*” (Peixoto, 1960: 9, grifos no original). Se Getúlio disparou ou não o tiro não vem ao caso, mas sim a ação planejada para tumultuar o encontro oposicionista sob os olhos de Pinheiro Machado, demonstração de fidelidade, despreendimento e domínio de meios violentos de coação. Getúlio, Neves, Paim, Cardoso e os demais membros do Bloco certamente não estavam alheios ao tal disparo e o “incidente serviu apenas de pano de amostra da campanha: deu a medida da virulência que ia caracterizá-la” (Fontoura, 1969: 84). Este episódio mostra bem o lugar da violência enquanto um recurso até certo ponto lícito no jogo político. Se outros meios não atingem resultados, o recurso à violência se faz necessário. E os jovens “militantes” não se furaram em demonstrar para os velhos chefes que também eram capazes de fazer uso desta espécie de último recurso.

Na Faculdade o professor Arthur Pinto da Rocha exercia influência sobre os estudantes e através do seu jornal passa a apregoar a candidatura de Abbott, tornando-se alvo de ataques de *A Federação*. João Neves comenta que: “não constituiu tarefa fácil desligá-los da ascendência que Pinto exercia sobre a classe [dos estudantes]. Acolhendone nos em sua casa, no recinto de sua esplêndida biblioteca, ganhara dedicações e simpatias, que a política vinha a amortecer, se não a extinguir” (Fontoura, 1969: 86). À esta “ascendência” os estudantes borgistas retrucaram com a formação do Bloco e com a publicação de um jornal próprio. “Antes de seguir viagem para aqui [Rio de Janeiro], teve Pinheiro a iniciativa da organização de um jornal diário, que seria confiado ao Bloco Acadêmico. Aprovada a idéia, o Cel. Marcos de Andrade, chefe republicano da Capital, combinou com elementos do Partido a compra das oficinas gráficas de *O Sul*, cuja publi-

cação se achava suspensa” (Fontoura, 1969: 85). O jornal chamou-se *O Debate*, do qual Paim Filho tornou-se o diretor e João Neves, seu primo Jacinto Godoy, Maurício Cardoso e Getúlio Vargas, entre outros, tornaram-se redatores. “A administração financeira ia caber ao Partido” (Fontoura, 1969: 86). Neves comenta que *O Debate* “adquirira, de saída, uma grande massa de leitores” — certamente “emprestados” pela *A Federação* e que o jornal, para seus responsáveis, “não significava apenas instrumento de uma campanha na imprensa. Era o centro dos nossos encontros, a sede do Bloco, uma espécie de casa da família que passamos a constituir desde que entramos na política” (Fontoura, 1969: 92).

O jornal *O Debate* era graficamente idêntico ao jornal *A Federação*. Contava com seções lúdicas (poemas e sonetos parnasianos e pueris), notícias, publicação de editais, anúncios de produtos e casas comerciais, enfim, seguia os padrões gráficos e de distribuição de conteúdos semelhantes a qualquer outro jornal corrente. A sua parte propriamente de “opinião” se restringia à primeira página, onde se publicava o que hoje se chamaria editorial — primeira coluna do jornal —, na qual os redatores se revezavam em ataques à candidatura e ao candidato Abbott, em um estilo retórico muito semelhante ao dos redatores de *A Federação* nos finais do Império e inícios da República, quanto era seu diretor e principal redator Júlio de Castilhos. *A Federação* saudou, segundo Neves, o novo periódico declarando que este vinha “*renovar uma época refulgente*. E realmente foi assim. A brusca entrada na vida pública daquele numeroso e escolhido núcleo de moços deu, aos que ainda tinham sido contemporâneos da propaganda, a impressão de que reviviam os dias de gloriosa jornada” (Fontoura, 1969: 92, grifos no original). Exercitava-se, pois, a retórica que seguia o exemplo do período da chamada propaganda. 1907, enfim, foi o ano das primeiras eleições disputadas no Rio Grande do Sul entre dois can-

didatos desde a afirmação de Castilhos no poder após a Revolução Federalista e as primeiras depois de sua morte. E neste plano da retórica política o mote preferido era a denúncia da palavra-chave do discurso do candidato Abbott, a “democracia”: “democracia, vontade popular, governo do povo pelo povo, são as fórmulas absolutórias com que a inópia de convicções encobre a ausência de um critério seguro e uniforme” (*O Debate*, 08/06/1907: 1). As “convicções” estariam ao lado dos que, como os participantes do Bloco, segundo referiu *A Federação* em matéria transcrita em *O Debate*, eram “castilhistas”, e dirigiam um jornal que “assinala, pois, um sucesso de educação cívica ao lado da cultura intelectual” (apud *O Debate*, 05/06/1907: 1). O jornal, financiado por um coronel de Porto Alegre e incentivado por Pinheiro Machado, recebia uma consagração “oficial” por parte de *A Federação*, legitimando o movimento de estudantes e sua participação na política-partidária, mas também consagrando a posição de intelectuais de seus redatores. Estes jovens e cada vez mais conhecidos estudantes recebiam assim um reconhecimento importante para si próprios legitimado pelo poder estabelecido, em última instância, por Borges de Medeiros.

Os dois jornais formavam um dueto conveniente. “*A Federação* saía ao escurecer, ao passo que *O Debate* era matutino. Desse modo, completavam-se, sem competição nem ciúmeiras. Ao contrário. Muitas vezes, Otávio Rocha me mandava à noite pequenas notas, de seu punho, que sentavam melhor a *O Debate* do que a *A Federação*” (Fontoura, 1969: 93). Aos antigos membros do PRR os jovens membros respondiam com a possibilidade do uso de um radicalismo estudantil, bastante útil na campanha eleitoral. Além disto os velhos membros, sendo seus patrocinadores, podiam estabelecer com os jovens uma dívida de gratidão. Para os jovens, esta foi uma experiência privilegiada não somente em termos do dirigir e redigir um jornal, âmbito do exercício retórico e

da notorização intelectual, mas também foi a possibilidade de participar de encontros no interior do Estado “em caravanas [...] junto com líderes partidários” (Fontoura, 1969: 93). Nestes apareciam ao lado de reconhecidos chefes do partido e certamente eram apontados como os responsáveis pelo jornal e pela liderança do Bloco, de modo que iam estabelecendo novas relações e adquirindo notoriedade em diversos pontos do Rio Grande do Sul. Em 30 de junho o jornal do Bloco descreve os eventos do dia anterior: a reunião para as eleições prévias do PRR em Porto Alegre, quando Paim é convidado a sentar-se à mesa apuradora, ao lado do coronel Marcos de Andrade; a “romaria” que se realizou ao túmulo de Júlio de Castilhos, quando Maurício Cardoso foi um dos oradores; e a “seção cívica” que se deu à noite, quando Neves e Paim compõem a mesa ao lado do mesmo coronel Marcos, de Carlos Barbosa e de Borges de Medeiros (*O Debate*, 30/06/1907: 1).

A participação no Bloco Acadêmico e no jornal *O Debate* foram também, principalmente para os seus líderes, a oportunidade aproveitada para estabelecerem relações estreitas com os líderes do PRR borgista e com o próprio Borges, colocando-se como interlocutores diretos em relação a estes. Lograram, pois, mediar as relações entre parcelas dos estudantes das escolas superiores de Porto Alegre e as lideranças partidárias. A experiência oportunizou para os filhos de líderes republicanos locais, como Neves, Getúlio e Paim, o reconhecimento em um universo mais amplo que o de suas regiões de nascimento, onde eram os “filhos do coronel”: o âmbito estadual, onde, além de “filhos do coronel e correligionário”, mostraram qualidades próprias que certificavam as origens de “boa cepa republicana”. Se os conflitos político-guerreiros do século XIX eram uma via importante para este reconhecimento mais amplo, nos inícios do século XX a ação heróica que possibilitava tal reconhecimento passava pela militância político-partidária, usan-

do como armas mais as palavras do que a espada. Se trata, pois, também de uma questão de “gerações”, no sentido de que os filhos destes líderes já consolidados eram, em princípio, apenas seus filhos, um trunfo, por certo, mas que tinham de ter seu valor provado. Tal “provação” assumia quase as características de uma espécie de ritual de passagem para a vida adulta “no mundo” para aqueles que, por suas posições e imposições de origem, deveriam nele obter sucesso. Tais atos da “provação” terminavam por repercutir tanto em ganhos pessoais, quanto em ganhos para os próprios grupos familiares como um todo, pois tal aparecência individual confirmava o valor da estirpe. Assim, a comparação que *A Federação* faz destes jovens com a “geração da propaganda” pode ser entendida como o momento criado e aproveitado para gerar uma “geração”. A formação do Bloco e suas atividades, principalmente de seus membros mais atuantes, que, não por acaso, acabaram por fazer “carreira política”, ratificavam suas predisposições a assumir posições de destaque social e, no caso, pela via político-partidária.

No caso de Maurício Cardoso, que não era filho de “coronel”, mas de um simples partidário do PRR, pesou decisivamente o “ambiente escolar” a partir do qual travou relações de amizade mais estreitas com, entre outros, seu ex-colega de colégio em São Leopoldo, João Neves. No momento de uma crise, no caso a crise de sucessão de Júlio de Castilhos, as tomadas de posição e a disposição para a ação, ao lado da capacitação cultural e intelectual (retórica, oratória, juridicismo, filosofia, literatura, etc.), contam como recursos importantes. Cardoso era filho de um bacharel nordestino que veio ao Rio Grande do Sul para ser juiz, mas, como visto no capítulo anterior, de família na qual se “contavam políticos”. Seu pai, como referido acima, foi orador pelo PRR em uma recepção à Pinheiro Machado, tendo, pois, vínculos com alguns de seus membros. Se a crise tivesse tomado os rumos de uma guerra, Maurício Cardoso e seu pai estariam em des-

vantagem frente a outros por não poderem mobilizar tropas e assumir comandos importantes. Contudo, a crise tomou a forma de uma disputa eleitoral e as mobilizações foram em palanques de *meetings* e no jornalismo, onde o encanto da palavra sedutora e os dotes intelectuais têm um papel privilegiado. Aqui Maurício Cardoso pôde “combater” com desenvoltura.

O destino do Bloco e do seu jornal não resistiram ao final do conflito eleitoral e, ao início das férias escolares: “os principais componentes do Bloco Acadêmico naturalmente se dispersaram. *O Debate* continuou a publicar-se ainda alguns meses. Mas seu ciclo se achava visivelmente encerrado. Fora criado para uma luta. Finda esta, nada mais exigia sua continuação, sobretudo porque nós não éramos profissionais do jornalismo” (Fontoura, 1969: 109). A passagem, além de mostrar a efemeridade do grupo de estudantes e do seu jornal, também permite traçar um paralelo entre a mobilização de tropas de “provisórios” para uma campanha político-guerreira e a arregimentação do grupo de estudantes para a disputa político-eleitoral. Uma vez finda a guerra, desmobilizam-se os “provisórios”, finda a campanha eleitoral, desmobilizam-se os “companheiros”. Tanto quanto a guerra permitia a emergência de líderes-mobilizadores, a disputa eleitoral de 1907 também o permitiu e, pelo exposto, se podem identificar alguns deles: João Neves, Maurício Cardoso, Paim Filho e Getúlio Vargas.

Cardoso e Neves, junto com Jacinto Godoy e Arnaldo Ferreira, dirigiram ainda uma revista, *Panthum*, a qual “não tirou mais de três números porque sobrevieram as férias” (Fontoura, 1969: 124). Nesta revista Getúlio Vargas publicou o artigo *Zola e a crítica*, no qual se pode ler: “Ninguém melhor que Zola tinha o sentimento da conflagração das massas e sabia objetivar, no romance, o movimento das multidões. [...] Observando as classes inferiores, deu ao romance essa larga feição social, amenizada de uma

grande dose de bondade humana” (apud Carrazzoni, 1939: 71). Se pode vislumbrar, mesmo neste ensaio que se propunha literário, a preocupação com a liderança e a condução das “massas” e em colocar-se “acima” dos comuns dos mortais, manifestando a forma como eram apropriados os bens culturais. Ou seja, a literatura era também um bem do qual se podia retirar “ensinamentos políticos”. De outro lado, a própria preocupação em editar-se uma revista de caráter cultural reforça o aspecto já levantado da busca de um reconhecimento enquanto intelectuais por parte destes jovens estudantes.

No ano de 1907 formaram-se Paim Filho e Getúlio Vargas. O segundo foi o orador da turma. Maurício Cardoso se formou no ano seguinte (1908) e João Neves um ano depois (1909). O primeiro “concluiu o curso e recebeu o grau e a láurea, [...] havendo-se, na ocasião, inaugurado o Panteon Acadêmico com o seu retrato” e, no ano seguinte, o Panteon receberia o seu segundo retrato, o de João Neves da Fontoura (Braga, 1975b: 183).

Flores da Cunha e Oswaldo Aranha, por seu turno, não estiveram envolvidos diretamente nestes episódios relacionados aos estudantes e a campanha eleitoral de 1906-7²⁰. Ambos, porém, também se formariam em direito, mas no centro do país. Depois do pequeno conflito com o pai referido no capítulo anterior, Flores retornou para São Paulo e passou a cursar direito no Largo de São Francisco. Segundo Schneider, ele contou com o auxílio paterno para as despesas de “moradia e alimentação”, sendo que as demais despesas correriam por sua conta. Assim, “trabalhou [...] como repórter num jornal de propriedade dos Srs. Pedro Toledo e Herculano de Freitas”. Então, Flores já

²⁰ Flores da Cunha formou-se em 1902 e retornou ao Rio Grande do Sul em 1904. Pode ter participado da campanha eleitoral em sua região, a Campanha, mas as fontes não esclarecem este ponto. De qualquer forma, não era mais estudante e não seria nesta condição que teria atuado.

contava com participações como “orador político”, quando, ainda estudante de engenharia em Porto Alegre, “saudara, em 15 de novembro de 1897, o Dr. Júlio Prates de Castilhos, ao deixar este o governo do Rio Grande do Sul”. Em São Paulo teve uma vida acadêmica pontuada por participações na militância política estudantil e partidária. Teria sido “iniciativa sua pedir a suspensão das aulas da Faculdade por ocasião da morte do Conselheiro Gaspar Silveira Martins”, além de ligar-se a atividades estudantis vinculadas ao Partido Republicano Paulista (PRP), “amigo que era de Herculano de Freitas, chefe daquele partido”. Além disto, participou como advogado de defesa de um “réu miserável” no tribunal do júri à pedido do juiz de direito. Flores morava em uma república de estudantes na qual residiam também dois sobrinhos órfãos do senador Leopoldo de Bulhões. “Quando ia visitar os sobrinhos, em suas férias parlamentares, o senador hospedava-se na república estudantil e era José Antônio quem lhe cedia sua cama e dormia no chão. Conversavam todos até altas horas” (Schneider, 1981: 37). Flores, no entanto, não concluiu o curso em São Paulo, pois teria tido um “desentendimento com o diretor da Faculdade em que estudava” (DHBB, 1984: 1015), transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde diplomou-se em 1902. Schneider transcreve o “perfil acadêmico” de Flores da Cunha publicado nos jornais da Capital Federal:

“É natural dos pampas e gaúcho da velha têmpera. É ‘marechal de ferro’ desde a medula dos ossos até as pontas dos seus cabelos loiros: cronista — correspondente do ‘Marechal de Ferro’, jornal que se publica no Rio Grande, a 29 de junho do corrente ano foi ao túmulo de Floriano e lá pronunciou, em nome da Faculdade, um bellissimo discurso, que foi uma tocante oração cívica de sua alma de moço ardente e patriótico, à memória do grande morto. Traz na corrente do relógio a efigie (essa não é de ferro, é de prata) do marechal e muitas outras manifestações do seu elevado culto de florianista intransigente.

É um belo talento. Como orador, estamos certos de que Flores da Cunha, com a prática da tribuna, terá sua época,

pois a clareza da dicção, a fluência das frases e a felicidade das imagens ela as tem com evidente facilidade que, reunida à sua insinuante fisionomia emoldurada por bastos cabelos e canhaque loiros, entre os quais movem-se, rútilos e penetrantes, dois grandes olhos azuis, estatura regular, altura mediana e a doce inflexão da voz, tudo concorre para que se torne ao auditório imediatamente simpática a sua figura na tribuna.

Parece que inicia a sua vida publica entrando para a política; oh! a política... sorri com tanta meiguice ao espírito dos moços que bem raros são os que resistem às suas insidiosas seduções” (apud Schneider, 1981: 38).

Alguns dos aspectos já tratados para o caso dos estudantes em Porto Alegre podem ser reforçados a partir desta passagem. Primeiro, o tom da nota jornalística que se preocupa em descrever o “belo” jovem formando em seus aspectos físicos. Segundo, a oratória como um privilegiado objeto de analtecimento nas qualidades de Flores da Cunha. Terceiro, o relato de suas preferências enquanto florianista, portanto, ressaltando um posicionamento político-partidário prévio de Flores da Cunha. E, quarto, o ingresso na vida pública, na “insidiosa política”. Não há sequer uma referência a um saber acadêmico-jurídico adquirido nos anos de estudos em um tal “perfil” que se pretende “acadêmico”, o que leva a supor ser este um atributo menos importante ou simplesmente evidente pelo fato mesmo de o jovem estar se formando em direito. De qualquer modo, não é propriamente o saber jurídico que conta, mas a beleza física e o encanto oratório. Ou seja, a atribuição e o reconhecimento de qualidades que estariam atreladas à construção carismática do jovem formado, de sua notoriedade, atribuindo-lhe qualidades naturais, inatas, que configurariam o carisma de Flores da Cunha revelado por estas qualidades e por suas ações.

Quanto aos colegas de Flores, a “turma de formandos era brilhante e muitos deles, mais tarde, tornaram-se deputados, desembargadores, ministros, secretários de Esta-

do, etc.” (Schneider, 1981: 38). Enfim, uma trajetória estudantil que também trouxe à Flores da Cunha um capital importante de relações sociais nos dois maiores centros do país.

Oswaldo Aranha, por sua vez, ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. “Data dessa época sua amizade com Virgílio de Mello Franco, com Rubens Antunes Maciel e com José Antônio Flores da Cunha” (Beloch/Abreu apud Lago, 1996: 35). A vida acadêmica de Oswaldo também transcorreu pontuada por participações na militância política estudantil, mas “aproximou-se de colegas que na política gaúcha se ligavam às oposições, embora o seu pai fosse do Partido Republicano. [...] Preocupado com a intensa participação de Oswaldo na política estudantil, Pinheiro Machado escreveu a Euclides Aranha pedindo-lhe que interviesse junto ao filho de modo *a acalmar o ânimo dos estudantes*” (Beloch/Abreu apud Lago, 1996: 35, grifos no original). Oswaldo Aranha foi co-signatário²¹ de um telegrama à Pinheiro que o acusava de ser responsável pelo ferimento à bala de um colega estudante em uma manifestação e no qual os jovens se declaravam solidários ao ferido e se ofereciam “à sanha homicida”, se propondo a serem “as vítimas que necessitardes [Pinheiro] para consolidar o vosso pedestal de cadáveres” (apud Lago, 1996: 50). Ele teria mesmo liderado uma campanha estudantil contra Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, “participando de comícios e manifestações no largo de São Francisco, no Rio. Embora não fosse gasparista [...] passou a freqüentar, provavelmente influenciado por Antunes Maciel e outros gaúchos que estudavam no Rio,

²¹ Entre outros, assinaram o telegrama dois Antunes Maciel, e mais três de sobrenome Maciel, Demétrio Mércio Xavier, mais três pessoas de sobrenome Mércio, além de Laudário Cabeda, todos os nomes identificados com o Partido Federalista no Rio Grande do Sul. Aqui se poderia levantar a hipótese de que os filhos de gasparistas, ao menos nos inícios do século, não freqüentavam a escola de direito de Porto Alegre, tendo que se matricular em outros Estados, pois, como já referido, a Faculdade rio-grandense estava por demais identificada com o PRR. Indício forte disto é o grande número de filhos de gasparistas

o grupo Gaspar Martins, formado por universitários” (Beloch/Abreu apud Lago, 1996: 35). O pai de Oswaldo não ficou alheio a atitude do filho que se associava a atividades anti-Pinheiro e anti-Hermes, além de fazer constar o nome Aranha em meio a nomes de tradicionais adversários do PRR. Em carta de julho de 1915 à sua então noiva, Benvinda Gudole, Oswaldo diz que estava “profundamente abalado pelo desgosto que causei a papai, que se colocou ao lado do Hermes. Eu já esperava isso. Minha posição, entretanto, como a de todos os nossos companheiros não era política e simplesmente de combate a essa candidatura²² que, minha doce querida, é uma vergonha e um ultraje.” Concluiu dizendo-se “sincero” e estando seguro de que “papai é solidário — esta certeza me consola — não com o Hermes... e sim com o seu partido. Eu aqui, se não tivesse essa conduta viveria envergonhado de mim mesmo e desprezado de todos!” (apud Lago, 1996: 51).

As declarações deixam transparecer a posição delicada de Oswaldo Aranha quando destas circunstâncias, pois, se se recusasse a subscrever o telegrama se tornaria “desprezado de todos”. Ou seja, para impor-se frente aos colegas deveria tomar a posição adequada. Mas, ao fazê-lo, pôs seu pai em uma situação também difícil — era então intendente de Itaquí pelo PRR. “A atuação política de Oswaldo Aranha no Rio de Janeiro resultaria em intrigas contra Euclides Aranha no Rio Grande do Sul” (Lago, 1996: 55). Pinheiro pressionou Euclides que, por sua vez, pressionou o filho. As fontes não citam o telegrama que Euclides teria então passado à Oswaldo devido às pressões que

colegas de Oswaldo Aranha.

²² Tratou-se da articulação entre Pinheiro, Hermes e Borges para a eleição do ex-presidente da República para o senado pelo PRR. O episódio levou a uma ruptura entre Borges e Ramiro Barcellos, senador pelo PRR, que teria de ceder sua reeleição em favor de Hermes. Sob o pseudônimo de Amaro Juvenal, Ramiro escreveu *Antônio Chimango*, poema que atacava moralmente Borges e Pinheiro e que se tornou uma espécie de bandeira dos adversários do presidente do Estado.

sofrera, mas Lago transcreve uma carta do coronel ao filho de agosto de 1915, na qual se pode ler: “Precisas [...] ser um pouco mais egoísta e viveres mais para ti e para os teus do que para os outros... assombrarás! Não te lembres mais do que se passou e guarda o teu futuro para ti e não para servir a *amigos* que realmente não o são²³” (apud Lago, 1996: 53-4, grifos no original). É importante destacar aqui a referência aos pseudo-amigos e o chamamento à Oswaldo para que viva mais “para os teus”, ou seja, seus pais e “verdadeiros” amigos. Revela-se aqui uma tensão entre as solidariedades familiares e político-partidárias, das quais o pai é o guardião para o caso de seu grupo familiar, e as novas “amizades” e a posição do filho. O “egoísmo” é entendido em relação com os laços de família que, na ótica do coronel Euclides, devem se sobrepor a qualquer outra solidariedade, laços que contém em si mesmos já implícitos uma vinculação político-partidária. O ocorrido também pode demonstrar que a experiência nas escolas oportunizava uma outra perspectiva com respeito aos laços familiares devido às relações sociais estabelecidas à título pessoal no próprio ambiente da vida acadêmica, ainda mais neste

²³ Esta carta, transcrita por Lago, ainda contém: “Qual o dever de um pai senão o de mostrar ao filho que vai seguindo um caminho errado? Se o fiz é porque estou convencido de que andaste errado.” E completa: “O que importa no caso (e é o que me fez ir em teu auxílio, isto é, aconselhar-te) é que tu, com teu entusiasmo, com o teu fogo da mocidade foste levado a todos os excessos de uma luta tremenda, que carregava consigo além de grande responsabilidade dos atos que adviriam maus ou bons (os maus sempre predominam) a responsabilidade dos *atos* quando os promotores se puseram à socapa e senão vejamos: Conselheiro Maciel e Macielzinho ficaram de fora na questão, o Maragato grita contra Maurício Lacerda que quer a revolução e Maurício que vinha agitar o Rio Grande, revolvendo cochilhas, lá se mete na sua toca aconselhando depois que se acabem com os *meetings*? E assim todos eles! Todos a mesma coisa! E os moços, os que têm brios e se atiram de coração nas coisas, sem egoísmo, sem *arrière pensée*, esses sim que pagam a mula roubada! Cabeda, o tipo mais acabado do caudilho *oriental*, (um Aparício ou Gumercindo) aí vem falar em honra e desonra como se de consciência soubesse ele o que significam na vida prática essas palavras! Meu filho: conhecedor como sou das coisas e dos homens, conhecimento esse adquirido com a idade, com os *cabelos brancos* (que eu os tenho pelas desilusões recebidas) e com a calma e espírito de justiça de que me procuro cercar, foi que te aconselhei; e o meu telegrama não foi com outra intenção, senão a de um conselho paternal. Homens políticos de hoje, e quem sabe os antigos também, são egoístas que sobem e vivem do nosso esforço.” As referências à Cabeda, Rafael Cabeda, comparado aos Saraiva (Gumercindo e Aparício, tendo sido o primeiro o principal chefe guerreiro federalista na Revolução de 1893), e aos Maciel (o conselheiro e o filho) dizem respeito direto a alguns dos signatários do telegrama enviado a Pinheiro.

caso, no qual Oswaldo Aranha estava cercado de filhos de tradicionais opositores ao PRR e longe do Rio Grande do Sul. E este justamente o objeto da lembrança de Euclydes à solidariedade do grupo familiar, a posição social deste era mais ou menos indissociável da posição político-partidária de seu chefe. No mês seguinte ao da citada carta de seu pai, tendo sido já assassinado Pinheiro Machado, Oswaldo Aranha escreveu a sua noiva declarando “horror” ao ocorrido. Reiterando sua posição de desacordo com Pinheiro, diz, no entanto, que sentiu “revolta” e que repudiava a “frase mais repetida”, os “parabéns” trocados entre o “povo”, mesmo não sabendo se sentia “as tristezas do papai!” (apud Lago, 1996: 54). Causara efeito a reprimenda paterna. Estas relações com os filhos de opositores ao PRR, no entanto, seriam úteis à Oswaldo Aranha depois de 1928 e, particularmente, em 1929/30, quanto se formaria a Frente Única que uniu o PRR e grande parte dos antigos opositores de Castilhos e depois Borges em torno da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República.

O período de estudos superiores de Oswaldo Aranha foi ainda marcado por uma viagem que fez à Europa, no ano anterior a estas divergências com Pinheiro e com o pai, sob o patrocínio do último e em companhia de Rubens Antunes Maciel (janeiro a setembro de 1914). Em Paris, Oswaldo Aranha se estabelece no *Quartier Latin*. Em carta a seus pais declara que estava sendo “parisiense em Paris [...] Já penteei minha cabeleira à poeta, deixei-a crescer, faço *flirts* com as *étudiantes*, amizade com os estudantes”. Ele freqüentou conferências na Sorbone, de direito e sociologia, mas “só um curso farei completo²⁴ [...], porém sem diploma, porque não me sujeitei ao exame de admissão” (apud Lago, 1996: 38-9). Na capital francesa também teve a oportunidade de passar por

²⁴ Na École des Hautes Études Sociales, denominado *Journalisme et Préparation à la Vie Publique*.

uma experiência algo insólita, como conta em carta a sua noiva: “imagina que fui parar na polícia por ter dado uns tapas num francês arrevesado. Na polícia o chefe me deu uma lição de comportamento social. Disse-me que em Paris os costumes não são os mesmos dos *américains* e que aqui os homens são civilizados e não *sauvages* como eu fui” (apud Lago, 1996: 39). Em carta à mãe, depois de dizer ser um “habitante” do referido bairro parisiense, comenta que: “se amanhã não vou ao baile dos estudantes é porque é o dia do mais sensacional *Bal Masqué* da Ópera e eu... [e] o Rubens resolvemos ir para conhecer” (apud Lago, 1996: 40). Em abril foi para Cannes, visitando outras cidades francesas e italianas, e depois, maio, seguiu para Roma. Em Paris tomou lições de francês e em Roma de italiano, assistindo também nesta cidade a conferências. Retornou ao Brasil quando da declaração de guerra da Áustria à Sérvia. “Oswaldo chegaria ao Rio em 14 de setembro de 1914, trazendo numerosos livros de direito e literatura” (Lago, 1996: 47-8).

A viagem é mais um indicador dos recursos econômicos da família, bem como da relação instrumental com os “estudos” e do caráter mundano do *tour* que empreendeu pela Europa. Circulou por cidades e cursos universitários, por cafés, boates e cabarés, por museus, bibliotecas e livrarias. Travestiu-se de poeta e deu “uns tapas” em um nativo, sendo chamado de selvagem por um policial, mostrando bem os limites de sua pretensão de ser um parisiense, mas, pela forma jocosa com que se refere ao episódio, faz pouco caso do mesmo. Se uma viagem como esta não representava um ganho significativo em termos de capital de relações sociais, o foi para a aquisição de um grande trunfo cultural (o contato com as línguas francesa e italiana e as aulas que tomou, os museus, bibliotecas, galerias, livrarias, etc. justificavam o ganho cultural, bem como os livros que trouxe na bagagem legitimavam materialmente tais ganhos). Um misto de biógrafo e hagiógrafo de Aranha, O’Donnell, chega a afirmar que este fizera um “curso de especiali-

zação” em Paris (O’Donnell, 1980: 111). Chamar os cursos que Aranha fez em Paris de especialização é bem o caso de tentar buscar uma legitimidade eminentemente acadêmica para a viagem à Europa que, como visto, não teve exatamente esta característica. Além disto, Oswaldo nem era formado à época, o que impediria um curso de especialização no sentido escolar.

Em 1915, Oswaldo Aranha foi ainda escolhido representante de sua Faculdade em um encontro de estudantes em Montevideú. Formou-se em 1916, tendo sido designado orador da turma, o que mostra ter ele conseguido administrar bem sua relação com os “amigos” e os imperativos que vinham de seu pai desde Itaqui, pois a “escolha do orador era uma decisão política. A escolha de Aranha foi significativa por essa honra estar sendo concedida a um estudante de província relativamente obscuro. Lacombe recorda que vários estudantes romperam antigas alianças políticas e familiares para apoiar Aranha” (Berson apud Lago, 1996: 56).

Quanto a Lindolfo Collor, João Neves salienta:

“Não sei por quê — suponho que por escassos recursos financeiros — se diplomara na escola de farmácia, então anexa à Faculdade de Medicina. A primeira vez que o vi foi numa daquelas tumultuosas assembléias da Federação dos Estudantes, no Salão da Leopoldina. Não me recordo mais o tema que mantinha acesa a discussão. De repente, pediu a palavra um rapaz magro, de óculos, exprimindo-se com modelar clareza e acentuada lógica na sua argumentação. Era Collor” (Fontoura, 1969: 241).

Tendo ingressado na Escola de Farmácia em 1907, Collor foi estudante à mesma época que João Neves, Paim Filho, Maurício Cardoso e Getúlio Vargas. Mas, apesar desta indicação de João Neves sobre uma manifestação que Collor teria feito no encontro estudantil, não há referências de que tenha participado de atividades na militância

estudantil fora deste âmbito. Ele permanecia vinculado à Igreja Episcopal, dava “aulas de português na Associação Cristã de Moços e, na Escola Dominical da Igreja da Trindade, dirigia um curso de estudos bíblicos” (Costa, 1990: 15). Lindolfo Collor não pôde, pois, contar com recursos econômicos paternos para desfrutar de uma vida acadêmica nos moldes já referidos. No entanto, sua vinculação a uma instituição religiosa permitiu-lhe obter alguns recursos econômicos para, ao menos, completar o curso de farmácia, reduto de pessoas de poucas posses, segundo João Neves. Mesmo sendo um tanto marginal ao mundo acadêmico, é possível identificar ao menos um “conhecido” com o qual deve ter travado relações neste período. Trata-se de Adolfo Dupont, co-signatário do manifesto do Bloco Acadêmico Castilhistas e estudante do primeiro ano do curso de direito em 1907. Adolpho Luiz Dupont é referido nas fontes como “major”, tendo tomado assento na Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul na legislatura de 1921/4 pelo PRR e como constituinte estadual e deputado em 1935/7 (Aita et al., 1996: 91 e 119 e Bertol, 1993: 141 e segs.). Em 1909, ano de sua formatura, Collor “inicia sua vida de jornalista, como redator do jornal *O Dever*, editado em Bagé, sob a direção de Adolfo Dupont” (Costa, 1990: 16). A partir de então, Lindolfo Collor se desliga da Igreja, e inicia sua participação em jornais em Bagé devido a sua amizade com o bem situado socialmente Dupont que, ao menos à época, tinha relações com o PRR e era diretor de um jornal.

2.3. A “VIDA PROFISSIONAL”:

Os períodos de escolarização, desde os primeiros estudos até as faculdades constituíram-se em momentos importantes no sentido das reconversões de recursos herdados, notadamente capital econômico e capital de relações sociais em capital cultural e escolar ratificados por títulos de nível superior. Para os estudantes de direito de modo geral e, principalmente, para os participantes do Bloco Acadêmico Castilhistas, a vida acadêmica representou também a conquista de ampla notoriedade social e entre os partidários do PRR, legitimada pelo reconhecimento de “intelectuais” que obtiveram e pelo engajamento ativo nas disputas eleitorais. Quanto ao capital de relações sociais, foram também oportunidades de diversificá-lo e acumulá-lo, entretendo e estendendo as redes de relações já herdadas do grupo familiar. Se poderia ainda adendar que houve também uma reconversão no sentido da aquisição de recursos técnicos transmitidos pela escola relacionados com o exercício da profissão de advogado à qual se dedicaram todos os que se formaram em direito. Apontou-se acima que estes estudantes de direito mantinham com as escolas que freqüentavam uma relação eminentemente instrumental, o que se verifica também em relação aos estudos que pudessem visar *apenas* uma carreira ou profissão ligada ao direito — advocacia, magistratura, ou outras. Foi igualmente salientado que as aquisições em termos culturais — naquilo que diz respeito a um reconhecimento social *de* intelectual, aquele que pode falar “de tudo” —, da prática oratória, da construção de carisma — exercitados na prática da militância política estudantil na Faculdade e fora dela —, de relações sociais, da vida mundana foram as tônicas dos percursos escolares. Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Maurício Cardoso, João Neves e Paim Filho, no entanto, se lançaram à prática advocatícia em bancas nas quais se tornaram os expoentes, tornaram-se reconhecidos “grandes advogados”. Estes ex-estudantes, habilitados por meio de diplomas à prática do direito, também tomaram contato com os

textos jurídicos de modo geral e com os códigos de leis em particular em seus períodos escolares, não se podendo negligenciar, pois, um “saber jurídico” adquirido, o que os diferia, neste aspecto, dos simples rábulas e da absoluta maioria de seus conterrâneos não iniciados nos textos canônicos da área.

Por outro lado, é importante ressaltar que, da mesma forma que não se havia constituído um campo escolar relativamente autônomo, como já apontado, também não parece ser possível identificar um campo propriamente jurídico, provavelmente com mais clareza ainda que para o caso escolar. Ao invés de uma especialização tendente à tecnificação, o exercício de atividades ligadas ao direito era uma forma privilegiada tanto de lucrar economicamente quanto de aparecer socialmente, principalmente as atividades que envolviam a participação em júris. Neves aponta que, em inícios do século, “a grande atração, a moda, era a polêmica. A polêmica na imprensa e a oratória nas sessões do Tribunal do Júri. Nestas, *o réu como que desaparecia.*” Os estudantes assistiam às sessões do júri nas quais “os Plínio Casado, os Pinto da Rocha, os Pereira da Cunha, os Andrade Neves, os Sousa Lôbo e outros menos notáveis digladiavam-se *literariamente* até ao amanhecer” (Fontoura, 1969: 26, grifos apostos ao original). Sobre Flores da Cunha, um biógrafo comenta que a “fama do jovem advogado espalhou-se de maneira vertiginosa por toda a fronteira do Rio Grande, não só pelos conhecimentos jurídicos, mas principalmente, pela sua grande eloquência e pela sua ação combativa e por vezes arrojada.” Flores da Cunha dedicou-se em sua banca principalmente às causas criminais e “júri do qual participava, assumia características sensacionais, atraindo verdadeiras multidões”. Assim, as “dependências dos tribunais tornavam-se pequenas para receber todos aqueles que desejavam ter o privilégio de ouvir sua palavra, que ora tinha o ímpeto e a fúria de um vendaval, ora era suave, como que bordada de líricas imagens ou comovente

que provocava lágrimas”. Ele, porém, “*não costumava ler os autos dos processos criminais louvando-se apenas no Relatório do Juiz, na acusação do Promotor e nos debates que se seguiam, embora fosse capaz de falar durante várias horas sobre o assunto que conhecia apenas de oitiva*”, enfim, “*costumava dirigir-se mais ao coração do que à razão*” (Caggiani, 1996: 33, grifos apostos ao original). O próprio Flores comentou sua atuação em um júri, em discurso na Câmara Federal, que “*durou dois dias e uma noite, e eu, ao produzir a defesa, não consultei tratados jurídicos, não descii ao exame metuculoso aos fatos colhidos. Fiz um discurso de ocasião, com certa emoção [...]. Meu defendido foi absolvido por maioria de votos*” (apud Caggiani, 1996: 38).

Ou seja, ao contrário do que exigiria uma especialização técnico-profissional com respeito ao exercício da advocacia — o que demandaria uma preocupação precípua com o réu e com os processos, enfim, com tempo dedicado ao estudo dos casos e à preparação técnico-jurídica dos mesmos —, observa-se, ao contrário, a atuação em júris transformados em espetáculo, em mais um espaço de aparecência e reconhecimento sociais, em um lugar privilegiado para o alcance de notoriedade, para o alcance de uma imagem heróica e carismática para a qual contribuía principalmente os trejeitos, a retórica e a “cultura geral”. A argumentação nos tribunais se dá, pois, em torno de citações literárias, de rompantes emotivos e do apelo moral. Já em 1950, Flores da Cunha atuou como defensor de policiais acusados de matar quatro “comunistas” em Livramento. “Ocupando a tribuna, Flores da Cunha intercalou na brilhante defesa dos policiais, a comunicação de sua conversão à Igreja Católica Apostólica Romana, fato que comoveu a todos os que assistiam o júri e que teve grande repercussão até em outros Estados” (Caggiani, 1996: 40).

Bourdieu aponta para as especificidades das estruturas dos campos jurídicos em

países da Europa ocidental e Estados Unidos. Um campo jurídico é propriamente “o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito”, concorrência esta “na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* [...] um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social.” Este monopólio e a conseqüente concorrência entre os especialistas levam ao distanciamento entre os profissionais e os profanos, “favorecendo um trabalho contínuo de racionalização próprio para aumentar cada vez mais o desvio entre os vereditos armados do direito e as instituições ingênuas da equidade” e favorecendo também a que o “sistema das normas jurídicas apareça aos que o impõem e mesmo aos que a ele estão sujeitos, como *totalmente independente* das relações de força que ele sanciona e consagra” (Bourdieu, 1989: 212). Relevando estas características, Bourdieu visa justamente mostrar que o universo do “Direito”, ao contrário das representações que dele fazem profissionais e mesmo profanos, funcionando como um campo, é um lugar de lutas relativamente autônomo, mas condicionado pelos estados sucessivos destas mesmas lutas entre os agentes-profissionais e suas relações com outros estados de lutas em outros campos. No estudo em questão, Bourdieu está mais preocupado em deslindar as lógicas em jogo nas disputas entre os agentes do campo jurídico, identificando, de um lado, os praticantes da “teoria” da matéria — professores de direito e juristas — e, de outro, os praticantes da aplicação prática das normas — juízes e advogados. Pôde assim demonstrar que, ao contrário “da hermenêutica filosófica ou literária, a prática teórica da interpretação de textos jurídicos não tem em si própria a sua finalidade”, pois, “diretamente orientada para fins práticos, e adequada à determinação de efeitos práticos, ela mantém a sua eficácia à custa de uma restrição de sua autonomia.” Isto porque o princípio estruturante do campo participa tanto “da lógica

positiva da ciência” quanto “da lógica normativa da moral”, permitindo a imposição universal das regras, procedimentos e instituições jurídicos devido ao “reconhecimento por uma necessidade simultaneamente lógica e ética” (Bourdieu, 1989: 213), ou seja, racional e moralmente *imprescindíveis*. Esta restrição relativa da autonomia, poder-se-ia ajuntar, é fruto mesmo desta universalidade do “Direito”, tal qual se foi objetivando historicamente no mundo ocidental, de forma que sua eficácia de fato só se pode dar em função dos resultados sucessivos das lutas entre os agentes no campo mais ou menos permeáveis às transformações em outros campos sociais. Bourdieu ainda salienta que:

“esta retórica da autonomia, da neutralidade e da universalidade, que pode ser o princípio de uma autonomia real dos pensamentos e das práticas, está longe de ser uma simples máscara ideológica. Ela é a própria expressão de todo o funcionamento do campo jurídico e, em especial, do trabalho de racionalização, no duplo sentido de Freud e de Weber, a que o sistema das normas jurídicas está continuamente sujeito, e isto desde há séculos. Com efeito, aquilo a que se chama *o espírito jurídico* ou *o sentido jurídico* e que constitui o verdadeiro direito de entrada no campo (evidentemente, com uma mestria mínima dos meios jurídicos acumulados pelas sucessivas gerações, quer dizer, do *corpus* de textos canônicos e do modo de pensamento, de expressão e de ação, em que ele se reproduz e que o reproduz) consiste precisamente nesta *postura universalizante*. Esta pretensão estatutária a uma forma específica de juízo, irredutível às instituições frequentemente inconstantes do sentido da equidade, pois que se baseia na dedução conseqüente a partir de um corpo de regras sustentado pela sua coerência interna, é um dos fundamentos da cumplicidade, geradora de convergência e de cumulatividade, que une, na concorrência pelas coisas em jogo e por meio dessa concorrência, o conjunto, todavia muito diferenciado, dos agentes que vivem da produção e da venda de bens e de serviços jurídicos” (Bourdieu, 1989: 216, grifos no original).

Retornando ao caso do Rio Grande do Sul, há que se salientar algumas observações em relação a estas levantadas por Bourdieu. Em primeiro lugar, o pólo que Bourdi-

eu aproxima da lógica científica na constituição do campo jurídico não está presente, ou seja, não se podem identificar, com poucas prováveis exceções, “profissionais” dedicados à hermenêutica dos textos sagrados e consagrados, agentes que vivessem *de e para* tal, e ao apego doutrinário à doutrina que eles próprios produzem — segundo mesmo o que já foi demonstrado para a Faculdade de Direito de Porto Alegre e os seus professores, o *locus* privilegiado onde se esperaria encontrar um grupo ativo de produtores de teorizações sobre o direito, os que Bourdieu aponta como os principais agentes, ao lado dos altos magistrados, identificados a este pólo “da *Wissenschaft*, da doutrina”, da prática teórica do direito (Bourdieu, 1989: 218), não tinham tais características. Sem estes profissionais identificados com um pólo teórico-científico estabelecido, resta que as influências de outras lógicas se fazem presentes nos procedimentos e instituições jurídicos sem o filtro dos especialistas da doutrina, ciosos estatutariamente da ortodoxia enquanto seus sumos-sacerdotes. Desta forma, se abre um leque bastante grande de possibilidades de interferências e mesmo interpenetrações entre lógicas como a da patronagem, da violência, da política-partidária, da economia das relações de reciprocidade, dos apelos aos valores morais e a propalada lógica jurídica, que finda por permanecer enquanto formalidade legitimadora dos juízos e deliberações muitas vezes produzidos e tomados em outros lugares que não o tribunal (tais como o gabinete do presidente do Estado, os círculos dos grupos familiares ou as “rodas” de amigos). O tribunal do júri resta como teatralização e legitimação de procedimentos através de seus procedimentos. Além disto a lógica da “equidade ingênua” invade o espaço dos tribunais de modo que os júris são carregados de apelos morais.

Em segundo lugar, mesmo que não houvesse se constituído um corpo mais ou menos homogêneo de especialistas da doutrina jurídica, há que se ressaltar a presença de

certas “figuras” isoladas consideradas como “juristas” e reconhecidos como notáveis por sua “cultura jurídica”. O caso de Arthur Pinto da Rocha parece ser esclarecedor. Como já apontado, este exercia influência sobre os alunos da Faculdade de Direito por franquear-lhes sua biblioteca e por sua “cultura trazida de Coimbra”. Estes bacharéis e professores “cultos” desempenhavam em muitos casos o papel de mediadores culturais entre os jovens estudantes e “a cultura” européia e da antigüidade clássica. Tornam-se os importadores de “idéias e ideologias” jurídicas, sociais e políticas por excelência, não só por suas imposições pessoais enquanto “autoridades” intelectuais, mas também enquanto possuidores de bibliotecas diversificadas que legitimavam esta condição e enquanto detentores de cargos prestigiosos, como membros do Superior Tribunal, como professores da Faculdade de Direito e por diplomas de estudos anteriores nas escolas do centro do país ou do exterior. Oswaldo Aranha, ao retornar de sua viagem à Europa onde assistiu a cursos diversos em unidades universitárias, trouxe em sua bagagem vários livros de “direito e literatura”, dando os primeiros passos no sentido de vir a ser reconhecido enquanto um especialista deste tipo. É importante não esquecer também que o próprio título que os bacharéis recebiam era de “bacharel em ciências jurídicas e sociais”. A notoriedade intelectual passava pela construção e reconhecimento de uma autoridade cultural ancorada em um saber propício para a prescrição de receitas para o mundo social.

Júlio de Castilhos foi o caso mais característico. Quando estudante de direito em São Paulo entrou em contato com os textos de Comte. Usava citações deste filósofo francês no jornal *A Federação*, ilustrando, legitimando e pontuando seu discurso com a presença desta autoridade reconhecida no “velho mundo”, além de agradar aos círculos de jovens militares que se identificavam também com as idéias deste filósofo. Quando lhe coube, ou quanto tomou a si, a tarefa de escrever a Constituição do Rio Grande do Sul

de 1891 (Franco, 1988: 97), usou idéias explicitamente retiradas da filosofia comtiana. Júlio de Castilhos, pois, além de líder político-partidário e centro de uma pirâmide clientelística, erigiu-se e foi cultuado como um “intelectual”, “constitucionalista”, como um “doutrinador” e como o “patriarca”, enquanto “construtor”, do Rio Grande do Sul. Neste caso vale ainda mais do que para o caso francês analisado por Lacroix a conclusão que este tira sobre os usos que os políticos fazem dos produtos elaborados pelos constitucionalistas. Se mesmo na França, como já visto, onde as relações entre o campo jurídico e o campo político se dão enquanto relações entre campos relativamente autônomos, “*o problema jurídico* para o homem político não consiste em conhecer aquilo que, em função da regra, ele pode ou não fazer, mas em saber, seja lá o que se resolva fazer, como colocar a regra ao seu lado, o importante é sempre fazer saber que possui o direito em seu favor” (Lacroix, 1992: 28), no caso em questão no qual o homem político e o constitucionalista são a mesma pessoa, o poder de fazer estando ao lado da regra jurídica se multiplica.

Assim, pela posição e reconhecimento que obteve e pelos poderes que pôde manejar, Júlio de Castilhos e seus seguidores mais próximos foram os grandes responsáveis pela vulgarização de palavras de ordem retiradas de Augusto Comte, erigidas em “doutrina” do PRR e do governo do Estado por quase quarenta anos, de modo que um peão analfabeto no interior do município de Itaqui provavelmente já ouvira falar em positivismo e até mesmo poderia dizer uma ou duas palavras sobre ele. E este caso é importante também para esclarecer a questão já esboçada dos “processos de importação” do modelo de Estado, de idéias, procedimentos e/ou instituições. No Rio Grande do Sul de finais do século passado e início deste, os “construtores de Estado” se basearam nos textos filosóficos de Comte, que escrevia na e sobre a sociedade burguesa ocidental propondo em sua

filosofia caminhos de racionalização científica das estruturas sociais e políticas, para criarem instituições formais em uma sociedade largamente estruturada a partir de redes sociais e relações de patronagem e clientela. Assim se pode entender que um Júlio de Castilhos ou um Borges de Medeiros eram tanto governadores do Estado eleitos e com poderes constitucionais definidos, quanto centros controladores de extensas redes sociais. Exerciam comando direto sobre um exército estadual, a Brigada Militar, mas quando das crises mais agudas se valiam de “provisórios” sobre os quais não tinham comando direto, pois eram recrutados entre clientes dos grandes estancieiros e/ou de outros líderes do partido. Ao mesmo tempo em que professavam uma “ideologia” ocidental racionalista e cientificista, não se furtavam em incentivar, mesmo por omissão, carnificinas como as “degolas” ou em ignorar os procedimentos formais eleitorais legais para “eleger” os companheiros de partido, pois as eleições, com efeito, não selecionam a elite política, legitimavam-na formalmente.

No caso do “Direito”, há ainda um outro aspecto importante que diz respeito às próprias características originais disto que é importado. Na medida em que se constrói um Estado baseado no modelo ocidental, a proeminência do “Direito”, das leis universais, também se impõe. Ou seja, pelas características de universalidade e pelo valor que os juristas e constitucionalistas ocidentais deram ao “Direito” enquanto construtor da ordem política e social, regras e procedimentos jurídicos necessariamente acompanham a importação do modelo de Estado, até porque este não pode existir enquanto tal sem o apoio das regras jurídicas. Assim, importa-se também a crença na força do “Direito” e de que o estabelecimento das regras jurídico-constitucionais criam o Estado, ou seja, a ordem política e a ordem social. Em si, pois, o conhecimento das filosofias jurídico-sociais e dos mecanismos de elaboração das leis são bens nobres pelos quais setores das elites

passaram a se interessar, pois o domínio destes bens se prestam tanto para fins de pensar a sociedade, supostamente desde fora dela, em suas linhas organizacionais mais gerais, quanto também habilitam a atuar diretamente na própria organização desta sociedade. Neste sentido João Neves relaciona assim as “carreiras políticas” e o conhecimento das regras jurídicas pelos advogados:

“É profissão que não se exerce, em sua plenitude, sem qualidades excepcionais, que vão da cultura e inteligência até a bravura e a infatigabilidade. [...] De certo modo, no Brasil, a classe dos advogados era até pouco a dominante. Uma espécie de *patriciado intelectual*. Do seu seio é que saiu a maioria dos Presidentes da República, dos Ministros de Estado, dos Presidentes de Conselho, na Monarquia, dos deputados, dos senadores, dos Governadores estaduais, dos jornalistas, dos diplomatas e por aí além. O diploma de bacharel em Direito *abria todas as portas*, sobretudo quando o valorizavam prediçados de capacidade em seu portador e quando este exercera com destaque a profissão de advogado. *A linha quase invariável partia do foro para a política*. Até os rúbulas, como Francisco Glicério, vinham dos auditórios de Justiça para a representação parlamentar. E a explicação é óbvia: a condição de legislador exige o conhecimento do Direito. Do mesmo modo, na administração, em qualquer dos seus ramos, predomina a familiaridade com as leis e as regras jurídicas. Por isso, as Faculdades de Direito foram sempre as mais freqüentadas, as mais disputadas” (Fontoura, 1969: 139, grifos apostos ao original).

Como no Rio Grande do Sul, de modo geral, o homem político é também intelectual, jurista, legislador e, em certos casos como o de Júlio de Castilhos, constitucionalista e doutrinador o jogo de servir-se da lei, inclusive deixando-a de lado, se torna ainda mais flagrante. Havia uma máxima reconhecida à época e que é esclarecedora: “aos amigos, tudo, aos inimigos, o rigor das leis” (Grynszpan, 1990: 84). As regras eram em grande parte instrumentos para triunfar sobre os adversários. Conhecê-las, portanto, constituía um recurso importante até mesmo para que as concessões de “tudo aos ami-

gos” ou a imposição das injunções legais “aos inimigos” não se tornassem por demais grosseiras, além de habilitar o bacharel a acumular notoriedade e pleitear cargos e encargos de destaque social, principalmente os públicos. E isto é resultado destas tensões entre regras pretensamente universais e válidas para todos e os particularismos das reciprocidades devidas.

Neves descreve um caso explícito deste deixar de lado os procedimentos legais que, ao contrário do que se poderia esperar de um advogado que fosse cioso de tais procedimentos, conta para enaltecer um dos envolvidos. Argumentando que na “Província, a política, as amizades, o prestígio dos advogados, a cabala decidiam muitas vezes a sorte dos réus” e que as decisões do júri “não se harmonizam geralmente com a prova” — e legitima esta constatação citando um “mestre” internacional, G. Tarde, que teria considerado o “direito [...] de decidir segundo a consciência dos jurados [...] *um mal-entendido democrático*” —, lembra que, certa vez, Germano Hasslocher achava muito difícil absolver o seu constituinte. “Ao chegar ao foro, encontrou um devotado amigo, que fazia parte do corpo de jurados”, e interpelou-o em “um canto”. Teria lhe dito: “Meu caro, *quero dever-lhe um grande favor*. Se você for sorteado, empregue todos os seus esforços, na sala secreta, para que o réu seja condenado no mínimo” (Fontoura, 1969: 117, grifos apostos ao original). Isto revela claramente um caso no qual relações de reciprocidade são acionadas para resolver pendengas jurídicas no próprio recinto da sala de julgamentos. Para concluir a pequena história, João Neves conta que o referido amigo de Hasslocher foi sorteado para compor o júri. Hasslocher, “na forma do costume, produziu notável defesa, que impressionou fundamente a todos”, e o réu terminou por ser condenado à pena mínima. “Encerrada a sessão, Germano se dirigiu ao amigo: *Muito obrigado, comendador, pelo serviço que me prestou*. E o outro a responder: *E olhe que não foi*

fácil; os demais jurados queriam absolver!” (Fontoura, 1969: 117, grifos no original).

O caso exposto por João Neves é contado como uma forma de enaltecimento das qualidades de Germano Hasslocher, uma espécie de homenagem na forma de um chiste. Enfim, sob o ponto de vista das regras jurídicas universais e válidas para todos a ação de Hasslocher seria interpretada como corrupta ou, ao menos, como um favorecimento ilícito. No entanto, nem Neves e muito menos Hasslocher parecem ter-se constrangido com a ação que foi a de envidar todos os esforços, utilizar qualquer meio, para atingir o fim desejado. A “grandeza” de Hasslocher estaria justamente em utilizar-se destes meios para atingir os fins. Como advogado, apresenta uma causa de acordo com as formalidades jurídicas, percebendo que não teria chances por estes meios formais, apela para a troca de favores com um “devotado amigo”.

João Neves, Paim Filho, Getúlio Vargas, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha, uma vez formados, retornaram aos seus municípios de origem para advogar e onde os respectivos pais ou familiares próximos exerciam ou exerceram cargos de intendente e/ou ocupavam posições de chefia do PRR local. Neste ponto é importante reproduzir o que relata Neves sobre a sua decisão de seguir para Cachoeira. Mesmo antes de formado, foi designado promotor público em Porto Alegre substituindo Getúlio Vargas que se formara e retornara à São Borja. Neves conta que se encontrava ante o “dilema” de continuar como promotor público e “abrir escritório de advogado em Porto Alegre” ou instalar-se “definitivamente” em sua “terra natal” e lá dedicar-se “à profissão” (Fontoura, 1969: 146). Neves solicitou entrevista com o presidente Borges. Colocando-se na “posição de todos os consulentes: querem uma opinião autorizada, mas que coincida com o que eles desejam”, buscava do presidente “um decisivo conselho”, qual seja, o que deveria fazer, permanecer em Porto Alegre ou retornar para Cachoeira. Borges o aconselha a

voltar para sua terra por “várias razões”:

“Era a tradição dos moços do Rio Grande: formados, retornavam aos seus municípios para o exercício de suas profissões, sobretudo os advogados. *Repara mesmo* — acrescentou — *na tua geração: o Getúlio e o Paim já se acham em suas cidades natais*. Além disso, fez-me ver que meu pai precisava de mim a seu lado, a fim de ajudá-lo na direção partidária e na administração. Ajudá-lo hoje, para suceder-lhe amanhã. E rematou: *Tua carreira não vai circunscrever-se ao foro. Tens um grande futuro na política e precisas ganhá-lo desde baixo*” (Fontoura, 1969: 155, grifos no original).

Como o próprio Neves deixa transparecer, não foi o conselho em si que buscava, mas a “opinião autorizada” que era também uma autorização. Envolver a pessoa do presidente do Estado em seu dilema aparentemente pessoal era buscar o consentimento do chefe ao mesmo tempo em que se por a sua disposição, quase como um filho. Mas a passagem também esclarece esta relação entre os filhos das grandes famílias do Estado e suas “profissões” e as predisposições no sentido de herdar as posições paternas. “Começar desde baixo” nada mais era do que, a partir das posições já alcançadas por parentes importantes, notadamente os pais, a tentativa de mostrar-se apto a gerir os recursos herdados em sendo dignos da herança. Ou seja, gerir o capital de relações sociais acumulado pelos familiares em termos das teias clientelísticas, das relações horizontais com as demais estrelas de primeira grandeza e com o líder do partido, bem como na busca de recursos econômicos próprios que o exercício da profissão poderia trazer, muitas vezes em adendo à recursos herdados. Getúlio Vargas recebe de presente do pai em São Borja “parte do imenso terreno que possuía à rua 7 de Setembro” e Manoel Vargas ainda “ajudou-o financeiramente para que começasse a construir seu lar não longe do seu próprio” (Peixoto, 1960: 17).

De forma geral, o exercício da advocacia a que passaram a dedicar-se estes novos

advogados, todos em suas regiões de origem, com exceção de Maurício Cardoso, não era incompatível com a ocupação de cargos públicos eletivos ou não e muito menos com atividades ligadas ao PRR e aos respectivos pais ou familiares próximos que ocupavam posições importantes no partido. Getúlio Vargas, que retornara à São Borja e abria banca de advocacia, no mesmo ano (1908) foi indicado candidato à Assembléia dos Representantes do Estado e eleito em 1909. Paim Filho retornara à Vacaria (1908) e foi indicado intendente em 1909, cargo que ocupou até 1912, quando assume uma cadeira na Assembléia dos Representantes. Flores da Cunha, formado no Rio de Janeiro (1902), fora nomeado delegado de polícia na Capital Federal por Leopoldo de Bulhões (1903), então ministro da fazenda do governo Rodrigues Alves, o mesmo a quem cedia sua cama quando este visitava os sobrinhos seus colegas em São Paulo. Em 1904, no entanto, retorna ao Rio Grande do Sul, estabelecendo banca de advocacia em Santana do Livramento e atuando em outras cidades vizinhas. Em 1909 é eleito para a Assembléia dos Representantes. Oswaldo Aranha, por sua vez, formou-se em 1916 e retornou ao Rio Grande do Sul no ano seguinte. Abriu banca de advocacia em Uruguaiana, segundo O'Donnell, a convite de Flores da Cunha, então intendente deste município (O'Donnell, 1980: 113) limítrofe à Itaqui, onde se localizavam as terras do pai. Abriria depois escritórios também em Itaqui e Alegrete. Teria declarado que “minha vida profissional foi rápida mas rendosa pois iniciada em 1917, encerrei-a praticamente em 1923, envolvido no ciclo político revolucionário de meu Estado natal” (apud Lago, 1996: 67). Em 1923, Oswaldo Aranha é indicado para a subchefia de polícia de Alegrete, recruta “provisórios” para as lutas contra os chamados assististas²⁵ e ganha o posto de tenente-coronel da

²⁵ Assim foram chamados os “republicanos dissidentes” e federalistas que apoiaram a candidatura de

Brigada Militar. João Neves, como visto, retorna à Cachoeira em 1910, abre banca de advocacia e passa a secundar o pai em suas atividades vinculadas ao PRR. Em 1921 foi eleito à Assembléia dos Representantes. Maurício Cardoso, por fim, abriu banca em Porto Alegre e seria eleito para a Assembléia dos Representantes em 1913. Já em 1911, tornou-se professor da Faculdade de Direito.

Em todos estes casos, pois, fica difícil discernir exatamente exercício profissional de ocupação de cargos públicos e das atividades vinculadas à política-partidária, mesmo por não serem incompatíveis legal ou praticamente. A Assembléia dos Representantes se reunia apenas por três meses a cada ano e os cargos de intendentês eram exercidos nos próprios municípios, claro, e nenhum destes cargos requeriam legalmente a desincompatibilização com outras atividades. Portanto, estes bacharéis não se tornam *apenas* advogados que construíram “carreiras” nos *fora* para depois ingressarem na “política”. Nunca foram *apenas* advogados, mas *também* advogados, ao mesmo tempo em que ocupavam cargos de indicação do presidente do Estado eletivos ou não ou exerciam alguma função partidária. Com isto, recebiam rendimentos pelos cargos ocupados ao mesmo tempo em que recebiam honorários por suas atividades advocatícias.

Há ainda indicações de que, estes especificamente e mais alguns outros contemporâneos, se correspondiam mutuamente tratando “de assuntos sérios, advocacia, política, projetos para o futuro” (Peixoto, 1960: 14) e advogavam em diversas comarcas, normalmente em municípios próximos aos quais residiam. Atuavam em causas criminais, contratos de compra e venda de terras ou gado, ou como advogados de firmas impor-

Assis Brasil à presidência do Estado em 1922 e que se rebelariam, contra o resultado do pleito que reelegera Borges de Medeiros, na chamada Revolução de 23. Formaram logo depois a Aliança Libertadora que se tornou, em 1928, o Partido Libertador.

tantes (Lago, 1996: 66; Peixoto, 1960: 14 e segs.; Fontoura, 1969: 234). Não somente recursos econômicos ou posições entre os líderes do PRR adquiriam a partir da atividade advocatícia. Havia “constituente que [Getúlio Vargas] defendera de graça” (Peixoto, 1960: 14) e Flores da Cunha “cobrava de quem pudesse pagar e trabalhava gratuitamente para os correligionários, amigos, parentes e pessoas sem recursos” (Caggiani, 1996: 34). Como visto, pois, a atividade como advogados contribuía tanto para reforçar relações sociais herdadas quanto para ampliá-las enquanto prestadores de “favores” a necessitados de diversos tipos: “correligionários, amigos, parentes e pessoas sem recursos”. Enfim, estes advogados recém-formados e retornados aos seus locais de nascimento, onde contavam com relações herdadas importantes em termos das teias clientelísticas, inseriam-se nas mesmas enquanto dignos herdeiros desta herança. Ao lado de irmãos, pais ou outros parentes próximos contribuía para manter o poder local do grupo familiar ao mesmo tempo em que se transformavam em agentes importantes de acumulação do capital de relações sociais. Daí a importância de retornar ao interior, de começar “desde baixo”.

Mesmo Lindolfo Collor, desprovido dos recursos herdados e/ou acumulados pelos outros, também experimentaria uma trajetória “profissional” semelhante. Embora, como já citado, não exercesse a profissão de farmacêutico, findou por dedicar-se ao jornalismo. Desde que se mudou para Bagé (1909) passa a escrever para jornais e chega a publicar um livro de poesias. Em 1911, transfere-se para o Rio de Janeiro com uma “carta de recomendação” — segundo Costa, que relata o ocorrido, “uma benemérita instituição, [...] *uma chave mágica que substituía o diploma, o concurso* e nunca será demais realçar os imensos serviços que ela prestou ao Brasil, *na formação de suas elites*” (Costa, 1990: 17, grifos apostos ao original) — ao dono do jornal *O Paiz*, João Lage,

onde passou a escrever semanalmente. Collor consegue também uma colocação como diarista no Jardim Botânico. Depois de trabalhar neste jornal, passa pelo *Jornal do Comércio* e pelo *Jornal do Brasil*, estabelecendo relações com Alcides Maya, escritor rio-grandense que morava no Rio de Janeiro, e com o senador Pinheiro Machado, o que “influiria no comprometimento definitivo de Collor com esta agremiação [PRR]” (DHBB, 1984: 837). Ele casa-se com a filha do deputado federal paranaense Bartolomeu de Souza e Silva, também dono do jornal *A Tribuna* do qual passa a ser diretor (1914). Neste período Collor constrói um “nome” na sociedade da Capital Federal e uma posição no jornalismo e entre poetas e escritores, como Olavo Billac e Coelho Neto. Candidata-se inclusive para a Academia Brasileira de Letras, não sendo, contudo, eleito. Acompanha também um outro curso superior, na Escola de Altos Estudos Sociais Jurídicos e Econômicos, ingressando em 1916 e bacharelando-se em 1917. Até então, tudo indica, além é claro da construção de um capital de relações sociais importante no Rio de Janeiro, Collor investia em uma “carreira intelectual”, enquanto “jornalista” e “escritor” que pleiteava inclusive uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, mas, ao mesmo tempo, além de relações estabelecidas com rio-grandenses vinculados à política partidária de seu Estado natal, tenta também uma cadeira no Conselho Municipal do Rio de Janeiro sem sucesso (1917). Dois anos depois é convidado por Borges de Medeiros para trabalhar no jornal *A Federação* e retorna para o Rio Grande do Sul. Em 1921 é eleito pelo PRR para a Assembléia dos Representantes e em 1923 para a Câmara Federal, retornando ao Rio de Janeiro agora como deputado.

Guardadas as proporções, Lindolfo Collor também teve de “voltar” para “começar desde baixo”. Sem os mesmos recursos herdados que os demais, não tinha a possibilidade de sustentar-se fortemente em redes já consolidadas controladas pelos patriarcas

das grandes famílias rio-grandenses. Contando com um título em escola superior menos valorizado, foi no entanto hábil em estabelecer amizades e em construir-se enquanto um escritor. Uma vez no Rio de Janeiro estabelece relações com rio-grandenses lá radicados e consegue emprego em jornais e no Jardim Botânico — João Neves deixa transparecer que Collor teria, após os primeiros anos no Rio de Janeiro, retornado por breve período à Porto Alegre, onde criou “um círculo de amizades no mundo das letras, no social e partidário” (Fontoura, 1969: 241). Mas seria no jornalismo que se destacaria, sendo muito em função disto que seria convidado a trabalhar em *A Federação*, para o que contribuiu também o casamento com a filha de um senador e dono de jornal. Parece ter sido o próprio Borges, certamente por indicação de alguém que conhecia Lindolfo Collor pessoalmente, que convidou-o a assumir um cargo de redator no jornal do PRR. Leda Collor de Mello, sua filha, comenta que:

“precedeu-o, na redação de *A Federação*, uma recomendação do velho e respeitado chefe republicano [Borges]: *Aí vai um patricio ilustre, Lindolfo Collor. Recebam-no bem. Relata o Pe. Jaegger: Os redatores entreolharam-se e um deles indagou: — O que é que ele é? — Parece que é farmacêutico, respondeu um outro. A dívida inicial acerca do recém-chegado em breve trocou-se por admiração: volvido um ano, contando Collor apenas 30 anos, já era diretor do jornal*” (Mello, 1990: 19-20, grifos no original).

Em menos de um ano, portanto, passou a ser diretor do jornal do PRR. Nesta função é que Lindolfo Collor se aproximou dos demais líderes do PRR em ascensão, entre os quais Getúlio Vargas, João Neves, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Paim Filho e Maurício Cardoso, além do próprio Borges e de outros chefes da “velha guarda”, logrando também adquirir uma notoriedade bastante grande, pois os espaços nos jornais em parte se equívalem aos das tribunas dos júris em termos de aparescência social, pres-

tígio e popularização.

O importante a destacar para este caso aparentemente tão diverso dos demais, é que Lindolfo Collor, mesmo com as diferenças apontadas, quanto ao aspecto profissional e quanto ao uso do título escolar se assemelha ao demais. Com a evidente desvantagem em termos de formação escolar, buscou estudos especializados em “ciências sociais, jurídicas e econômicas” no curso realizado no Rio de Janeiro, tanto visando maior legitimidade e reconhecimento “intelectual”, quanto visando o tal verniz jurídico-cultural já referido e um saber mais apropriado para pensar a sociedade e mover-se nela, algo que já vinha fazendo desde os tempos em que dependia da Igreja Presbiteriana para viver e estudar. Seu investimento nesta carreira jornalística e literária foi bem maior que os dos outros, com exceção de Maurício Cardoso, em suas profissões, mas em grande parte a relação instrumental com os títulos escolares e com as profissões se mantém. Quer dizer, Lindolfo Collor buscava uma colocação na sociedade, e para tal usou relações de amizade, casou-se com a filha de um dono de jornal, retornou ao Rio Grande do Sul e passou a prestar serviços ao PRR. Seu “esforço” foi retribuído com o início das indicações de Borges de Medeiros para ocupar cadeiras legislativas, o que tentara no Rio de Janeiro sem sucesso. Enfim, mesmo tendo investido muito mais em seus estudos, Collor não escapou do jogo das redes de reciprocidade já estruturadas nas quais foi-se inserindo e que lhe possibilitariam o reconhecimento mais amplo entre colegas de partido e os presidentes do Estado, Borges e depois Getúlio Vargas, tentando sempre compensar a falta da herança de uma posição social de elite. Lindolfo Collor, como será visto no capítulo subsequente, foi um *parvenue* social que soube muito bem administrar sua trajetória ascensional em conjunturas que se mostrariam extremamente favoráveis a ele e aos recursos de que passou a dispor para jogar o jogo político.

III. *CHAMPANHA EM GUAMPAS: PERCURSOS E JOGO POLÍTICOS*

Grynszpan, no já citado estudo sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti, aponta que o grande trunfo de “Capa Preta” foi sua capacidade de operar “com mais de um código” o que lhe possibilitava “acesso a esferas diversas e nesta posição peculiar, servindo como mediador entre aqueles que se encontravam restritos a apenas um espaço” (Grynszpan, 1990: 79). Flores da Cunha descreveu assim uma viagem que ele e João Francisco, acompanhando Pinheiro Machado, fizeram pelo interior do Estado na região da Campanha: “era uma grande caravana, organizada pelo então Coronel João Francisco e por mim. Pinheiro Machado não quis viajar em caleça — naquele tempo não havia automóvel — fez todo o percurso a cavalo. Tivemos a alegria de poder servir-lhe champanha em guampas, que os gaúchos usam na cabeceira do lombinho (Flores da Cunha apud Caggiani, 1996: 53). A “champanha em guampas” pode ser tomada como uma metáfora destes recursos que também podem ser identificados para o caso dos líderes políticos do Rio Grande do Sul, quais sejam, os que lhes permitiam operar com vários códigos e lhes possibilitavam a conquista de posições de mediação. A champanha pode ser lida como o universal dos hábitos e padrões de consumo das elites ocidentais em geral, e da brasileira especificamente, enquanto que a guampa diz respeito ao particular dos hábitos deste mundo da estância do qual grande parte dos membros da elite rio-grandense eram originários. Enfim, tanto o mundo da estância, onde a guampa era usada para ser preenchida

com aguardente, quanto o mundo das elites tradicionais do Ocidente, onde a champanha é sorvida desde a sua garrafa original em copos de cristal, não são desconhecidos e são até mesmo dominados em suas regras e práticas. A “champanha na guampa” deixa de ser propriamente champanha sem contudo ser cachaça, aparecendo como uma metáfora desta capacidade de operar com vários códigos, de circular em mais de um mundo.

Neste capítulo busca-se apresentar uma definição dos contornos do jogo político no qual estavam inseridos os agentes aqui considerados e dar conta das diferentes lógicas que eles dominavam, lógicas que Grinszpan chama de códigos, das posições de mediação que passaram a ocupar, do modo como se moviam ou passaram a se mover nos mais diferentes espaços e com quais trunfos contavam para atingir posições importantes e, inclusive, se colocarem à frente de um movimento de conquista do poder político em nível nacional. Não se trata, portanto, de tomar como objeto “a política” no Rio Grande do Sul ou mesmo um “universo político” rio-grandense. Ou seja, a “política” não é o objeto deste estudo, mas é o objetivo na medida em que se busca uma definição do jogo político através das trajetórias em questão.

Inicialmente, o que assemelha as trajetórias dos componentes da “geração de 1907” é que, a partir da década de 1920, todos passaram a ocupar cargos públicos importantes que instrumentalizaram para alcançar posições cada vez mais importantes e de maior poder frente aos demais líderes políticos rio-grandenses e brasileiros ao ponto em que todos, ao final desta década, puderam ter participações destacadas nas ações que levaram à chamada Revolução de 1930, o que os franqueou um novo espaço para a ocupação de outros tantos cargos e posições de poder também no plano do governo nacional. Foi na década de 1920 que se pode perceber ou conceber estes agentes como formando um grupo, do qual não eram os únicos componentes e cujo núcleo básico poderia

variado, mas que os unia em ações comuns ou visando objetivos comuns. Primeiro, formando em torno de Borges de Medeiros um núcleo de apoio e, depois, em torno de um de seus membros que alcança o governo do Estado, Getúlio Vargas, articulando o movimento político-eleitoral da Aliança Liberal e sua continuidade no movimento armado de 1930.

Nos capítulos anteriores já foram analisados e definidos alguns dos elementos constituintes deste jogo político bem como os recursos sociais em termos de origens sociais e os adquiridos ao longo dos percursos estudantis e profissionais que nele poderiam ser investidos. Primeiramente, as predisposições incorporadas para alcançar posições de prestígio associadas às origens sociais e os recursos herdados em termos de um capital de relações sociais e recursos econômicos que possibilitaram o investimento nas formações escolares e na aquisição de um lugar entre os “profissionais” da prática do direito ou do jornalismo, o que desembocava na notorização de um nome conhecido e reconhecido. Para os casos de Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Paim Filho e Maurício Cardoso, apesar das especificidades, pode-se identificar trajetórias muito semelhantes neste sentido. Lindolfo Collor, apesar da origem social bastante diferente e dos poucos recursos herdados, ao retornar para o Rio Grande do Sul, depois de sua estada no Rio de Janeiro, e assumir funções no jornal *A Federação* ingressa nos círculos da elite do PRR, contando com um grande capital cultural e com um razoável capital de relações sociais acumulado na Capital Federal onde já conquistara uma posição como jornalista. Passa, pois, a compartilhar dos valores e das predisposições que os demais traziam desde os grupos familiares e passa igualmente a atuar dentro destes determinantes.

Assim, organizou-se o presente capítulo em duas partes. Uma primeira busca

apresentar as trajetórias em questão quanto aos dados referentes a ocupação de cargos públicos, a participação em eventos importantes relacionados com o jogo político e a ocupação de posições de mediação até o início da campanha da Aliança Liberal que lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Na segunda parte tratou-se em conjunto da participação dos elementos da “geração de 1907” nas articulações e ações de 1929 e 1930 que desembocariam na Revolução de 30, quando o grupo dos rio-grandenses se desarticula e os políticos em questão passam agora a assumir, almejar e disputar, mesmo entre si, cargos e posições de nível nacional.

3.1. OS PERCURSOS POLÍTICOS ATRELADOS À BORGES DE MEDEIROS:

Como visto, muitos dos aspectos das vidas familiares, profissionais, escolares e sociais estavam perpassadas por inter-relações com o jogo político, cuja lógica influenciava as mais diferentes relações, âmbitos, instituições ou ações sociais. Para os filhos da elite um certo domínio da lógica do jogo político impunha-se como uma forma de garantia de sucesso até mesmo profissional, notadamente para os aspirantes a cargos jurídicos, advogados, jornalistas e professores. Se nem todos se tornaram “políticos”, tinham entre estes parentes ou amigos e, em certos momentos, tinham mesmo que optar por uma das facções políticas em disputa, como nos casos de crises como a Revolução Federalista ou nas disputas político-eleitorais. Para Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Paim Filho, Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor a participação no jogo político tornou-se uma aspiração e uma especialização no sentido de que paulati-

namente a maior parte de seu tempo era dedicada a tal atividade. Como visto, com exceção de Collor, todos os demais tinham já desde casa parentes próximos vinculados a partidos políticos ou ocupantes de cargos de indicação político-partidária, contando, portanto, em suas “escolhas” fortes constrangimentos vindos dos próprios grupos familiares para que se engajassem em partidos e almejassem cargos vinculados a estas participações.

Contudo, somente isto não explica a adesão ou o sucesso no jogo político. Como já apontado, certas circunstâncias bem aproveitadas, como a campanha eleitoral de 1907 para os casos de Neves, Vargas, Cardoso e Paim, ou a amizade com Pinheiro Machado, caso de Flores da Cunha, ou ainda o engajamento na militância política nas escolas superiores, como no caso de Aranha, ou mesmo a atividade na imprensa, como no caso de Collor, ou ainda uma bem sucedida banca de advocacia e a docência do direito em escola superior, como no caso de Maurício Cardoso, constituíram vias para o acesso aos círculos de partidários de um partido político, no caso o PRR, e a oportunidade de mostrar-se capazes de arcar com o peso das tarefas ou empreendimentos valorados como adequados e mesmo necessários para a integração e aceitação no número destes partidários com possibilidades de obter cargos ou posições de destaque. Quanto a estes cargos, os de representante na Assembléia estadual, deputado na Câmara Federal, senador, intendente municipal, ministro ou secretário de Estado eram os mais disputados pelas possibilidades em termos de instrumentalização dos mesmos como forma de obter maior reconhecimento político e social, bem como para o exercício de patronagem em graus variados dependendo do cargo. Como as eleições não decidiam de fato quem ocuparia os cargos, embora muitos fossem formalmente de caráter eletivo, e muito menos os de indicação direta ou indireta de Borges de Medeiros, que, em última instância, era o respon-

sável pelo controle de todos estes, a inclusão do nome na nominata de candidatos já significava um certo grau de prestígio ou de importância do proponente. Este, não obstante, tinha que fazer por merecer o cargo, pois lançava mão de seus próprios recursos para colher os apoios necessários ou mesmo aspirar a poder propor o nome à ratificação do líder do governo e do PRR. Muito do que se disputava neste âmbito era o reconhecimento do chefe do partido, o dono das chaves para as portas das ascensões, estagnações ou entraves para as carreiras dos proponentes a posições partidárias ou a cargos eletivos ou no governo, bem como a consolidação de um poder pessoal enquanto estrela de primeira grandeza.

Esta relação complexa entre os recursos próprios, as “bases locais”, e a indicação pelo chefe do partido não se dava sem tensões e mesmo sem possibilidades de rupturas. O que sobressai nas trajetórias em questão é que, apesar das tensões, estes agentes lograram construir-se, em um primeiro momento, enquanto mediadores entre as tais “bases” e o governo de Borges, “bases” estas compostas por familiares, amigos e clientes em regiões do interior do Estado. Em um segundo momento, já enquanto líderes reconhecidos e gozando de suficiente notoriedade que extrapolava em muito o plano paroquial, findam por alcançar posições de suficiente autonomia frente a Borges de Medeiros que os possibilitou inclusive agir sem o necessário conhecimento prévio ou com o beneplácito do chefe do PRR, embora sempre o consultassem e buscassem seu “conselho”. A década de 1920 representou para estes então jovens (Flores, o mais velho, tinha 40 anos e Aranha, o mais novo, 26 anos em 1920) o momento aproveitado para virem a se tornar alguns dos principais responsáveis pela conspiração que levou à Revolução de 30.

O primeiro caso a enfatizar é o de Lindolfo Collor. As origens sociais e o percurso escolar e profissional de Lindolfo Collor foram marcados, de forma geral, por uma ambi-

güidade fundamental que findaria por ser o seu grande trunfo quando do ingresso no PRR e em sua carreira política. “Para os de origem germânica, apegados às tradições avoengas, ele era o trãnsfuga, o apóstata do germanismo. Para os luso-brasileiros, que não acompanhavam com bons olhos sua ascensão, ele era o alemão que queria vender-se como brasileiro” (Moog apud Mello, 1990: 138). Nascido em São Leopoldo e de pais de origem germânica, bem como o seu padastro, já aos oito anos foi afastado deste tradicional município de colonização alemã por força da viuvez de sua mãe e do novo casamento. Em Barra do Ribeiro, cursando uma escola pública, portanto de ensino na língua portuguesa, Lindolfo Collor teria adotado o sobrenome do padastro, “o nome Collor [pois] soava melhor do que Boeckel, mais eufônico e com melhor trãnsito nos meios em que atuava” (Moog apud Mello, 1990: 137). Enfim, Collor se encontrava entre dois mundos, de um lado o mundo colonial alemão e de outro o mundo luso-brasileiro. Nascido no primeiro, dominando desde casa a língua alemã, passa a cursar escolas onde o ensino era ministrado em português e se esforça no sentido de adaptar-se ou integrar-se ao mundo luso-brasileiro, política e socialmente dominante.

Até o seu retorno à Porto Alegre em 1919, Lindolfo Collor procurou integrar-se nos meios literários, jornalísticos e sociais do Rio de Janeiro enquanto exercitava o domínio da palavra escrita em português. Publicou livros de poesia e escrevia em jornais, pleiteando inclusive uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Tentou ainda a eleição para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro. Ambas as tentativas foram frustradas. Para Collor, que “desfrutava de relações nos altos círculos” do Rio de Janeiro (Fontoura, 1969: 241), logrando inclusive casar-se com a filha de um senador, a notoriedade jornalístico-literária e as relações nos “altos círculos” não bastaram para que obtivesse um reconhecimento maior ou cargos e títulos mais importantes que o de redator ou mesmo

diretor do jornal do sogro e funcionário público federal.

A volta ao Rio Grande do Sul como redator do jornal do PRR, *A Federação*, é que possibilitou a ele a chance de obter o tal reconhecimento. Assumindo o cargo a convite de Borges de Medeiros, Collor inseriu-se no meio das disputas políticas em uma posição privilegiada, pois escrevia no principal órgão de divulgação do partido, o veículo das posições oficiais de Borges de Medeiros. Uma das fontes aponta que Collor, “fracassada [a] candidatura à vereança [...] passou a aspirar a uma cadeira na Câmara Federal, pelo Distrito Federal. Seus correligionários gaúchos, entretanto, aconselharam-no a concorrer à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.” A partir disto, aceita o convite de Borges para ser redator de *A Federação* (DHBB, 1984: 837).

Collor não se limitou a ser apenas um dos redatores e depois diretor de *A Federação*, o que avalizava seu domínio da língua portuguesa e sua desenvoltura em circular entre os partidários de Borges. O retorno ao Rio Grande do Sul nesta posição permitiu-lhe também usar sua condição de filho de imigrantes alemães nascido em São Leopoldo. Em 1921 Collor foi eleito para a Assembléia dos Representantes com votos obtidos nas colônias alemãs, segundo Vianna Moog que dá indicações de qual seria o “reduto eleitoral” de Collor. Em 1928, quando Collor era já deputado federal, Moog conheceu-o quando “encontrava-se eventualmente em São Leopoldo, em campanha eleitoral para a renovação de seu segundo mandato à Câmara dos Deputados”, onde participava, além de comícios e caminhadas, de festas comuns nas regiões de colonização alemã, os “*kerbs*”, “circunstância que constituía excelente ocasião para [...] promoção eleitoral” (apud Mello, 1990: 141 e 143).

Tanto quanto os demais membros da “geração de 1907” que seguiram o caminho de retorno aos municípios ou regiões de origem no interior do Estado, retorno relativo

que não significava uma fixação definitiva em pequenos municípios do interior, Collor também “retornou” a São Leopoldo e à região do vale do rio dos Sinos, ou seja, estruturou contatos e apoios entre os colonizadores e descendentes de origem alemã valendo-se de sua condição de filho de alemães, de leopoldense de nascimento e de dominar o idioma alemão. Collor não fixou residência em São Leopoldo, até porque o município é muito próximo a Porto Alegre, mas “eventualmente” lá se fazia presente em *meetings*, bailes, reuniões nos clubes, enfim, alcança a posição de mediador entre este mundo colonial e o governo estadual. Seu grande trunfo, pois, foi justamente ter-se desligado destas origens para enveredar por uma trajetória semelhante a de muitos luso-brasileiros, ou seja, escolas públicas, curso superior, emprego público, escritor e jornalista, um bom casamento. Mas suas possibilidades neste caminho se viram limitadas. O retorno ao Rio Grande do Sul em uma posição relativamente importante no conjunto dos partidários de Borges possibilitou a Collor também um “retorno” às suas origens coloniais com as quais passa também a jogar. O domínio de relações em ambos os mundos, o colonial alemão e o luso-brasileiro, permitiram a Collor conquistar uma posição importante no jogo político mediando as relações entre estas duas esferas nas quais podia circular com desenvoltura e com legitimidade que logra conquistar (escritor, intelectual e jornalista “combati-vo” para o mundo luso-brasileiro e filho de alemães bem sucedido, “ilustre”, para o mundo colonial de origem alemã).

A ambivalência referida, pois, foi de fato o grande trunfo de Collor. Entre o “alemão arrivista” e o “traidor da germanidade”, ou seja, nestas aparentes desvantagens de Lindolfo Collor, estava a sua possibilidade de conquistar um espaço próprio no jogo político. No encontro destas condições é que Collor logrou ascender e se firmar entre os líderes do PRR. Até 1930 Collor foi representante na Assembléia estadual (1921-1923) e

deputado federal (1924-1930), já que “o posto de diretor da *A Federação* [...era] diploma de prioridade para o ingresso na bancada federal”, cadeira para a qual foi indicado para ocupar a vaga, por falecimento, de Evaristo do Amaral (Fontoura, 1969: 241 e 287). Participou ainda da campanha da Reação Republicana, aliança em apoio à candidatura Nilo Peçanha contra Arthur Bernardes à presidência da República em 1922, secundando a posição assumida por Borges de Medeiros, dentre outros líderes de outros Estados, quando “os editoriais de *A Federação* ganharam notoriedade nacional” (Fontoura, 1969: 241). Nas conturbações do início da década de 1920, Collor teve a oportunidade, pois, de adquirir notoriedade enquanto diretor de *A Federação* e enquanto redator da primeira coluna do jornal, equivalente ao que hoje é chamado editorial, na qual defendia as posições de Borges de Medeiros. Dirigindo o jornal atuou na campanha eleitoral de 1922 e na chamada Revolução de 1923 contra a facção liderada por Assis Brasil e teria sido o redator do artigo-manifesto *Pela Ordem*, publicado em *A Federação* com a aquiescência de Borges, no qual o PRR oficialmente manifestava-se no sentido de colocar-se contra as agitações militares que visavam impedir a posse do presidente eleito Arthur Bernardes e que desembocariam nas revoltas chamadas “tenentistas”.

Lindolfo Collor, portanto, na primeira metade da década de 1920 torna-se um nome conhecido e reconhecido entre os rio-grandenses, de origens lusas ou não, como um importante e fiel partidário de Borges que finda por obter a possibilidade do retorno à Capital Federal “por cima”, ou seja, como um deputado federal pelo PRR. De volta ao Rio de Janeiro, tornou-se também redator-chefe do jornal *O Paiz*, participou das comissões de finanças e de relações exteriores da Câmara, e fez diversas viagens de representação parlamentar ao exterior até 1928, como para o Centenário da Independência do Uruguai (1925), à Buenos Aires e Santiago do Chile (1926), à VI Conferência Pan-

Americana em Havana (1928) e, no mesmo ano, à Conferência Inter-Parlamentar do Comércio em Paris (Mello, 1990: 10). Sua nova posição, portanto, permitiu-lhe também adquirir os meios materiais para empreender viagens ao exterior em “missões” oficiais que lhe revertiam em ganhos culturais e em notoriedade. Foi nesta condição que Collor integrou-se à campanha da Aliança Liberal em 1929 que lançou o nome de Getúlio Vargas à presidência da República.

Maurício Cardoso, filho de um jurista, professor de direito e desembargador vinculado ao PRR, apresenta algumas singularidades importantes em sua trajetória. Ex-aluno do colégio dos jesuítas de São Leopoldo e ex-dirigente do Bloco Acadêmico Castilista, não tinha origens familiares no interior do Estado. Depois de formado em direito, passou a advogar em Porto Alegre e, após 1910, tornou-se, a exemplo do que fora seu pai, professor da Faculdade de Direito, primeiro como lente substituto e, no ano seguinte, promovido a lente catedrático (Braga, 1975b: 182). Maurício Cardoso foi o único dos componentes da “geração de 1907” a permanecer residindo e atuando profissionalmente em Porto Alegre durante todo o período aqui considerado. Embora tenha ocupado uma cadeira na Assembléia dos Representantes em 1913, renunciou no ano seguinte alegando discordar com a decisão de Borges de Medeiros de proibir “a exportação de cereais para a Europa durante a Primeira Guerra Mundial” (DHBB, 1984: 628). Maurício Cardoso somente retornaria a ocupar cargos públicos em 1925, na mesma Assembléia.

Maurício Cardoso passa então a dedicar-se ao estudo, à docência e à prática do direito, ganhando notoriedade e reconhecimento como advogado, professor e jurista. Em 1917, quando Getúlio Vargas volta a assumir uma cadeira na Assembléia dos Representantes, “conseguiu desfrutar de um outro prazer, no seu retorno à capital gaúcha: as palestras com Maurício Cardoso”, encontros que se davam na biblioteca deste último,

“rica, grande, na qual abundavam os livros de direito, de filosofia, de literatura” (Jorge, 1994: 343). Como já salientado, Maurício Cardoso foi o primeiro aluno laureado da Faculdade de Direito de Porto Alegre e teria ainda feito, “um esquema dos pontos novos”, um “roteiro” de estudos para seu então colega João Neves para os exames de final de ano, pois, “ainda estudante, já se poderia considerá-lo um jurista, capaz de dar quinau em muitos titulados” (Fontoura, 1969: 113 e 44).

Os grandes trunfos de Maurício Cardoso foram, pois, a especialização intelectual e profissional e o cultivo ao longo do tempo das relações de amizade que ia tecendo, desde o colégio em São Leopoldo, passando pela Faculdade de Direito, enquanto aluno e, depois, enquanto professor, bem como na prática advocatícia. Depois da renúncia ao mandato parlamentar em 1914, Maurício Cardoso somente retornaria à militância partidária e a ocupar cargos eletivos na década de 1920. À época da revolta dos assististas em 1923, ao lado de Collor e Neves, Maurício Cardoso aparece como um dos principais oradores do congresso do PRR e em 1925 retorna à Assembléia dos Representantes onde permanece até a Revolução de 1930.

Se, por um lado, sua ascensão política deveu-se a reconversão de recursos jurídico-culturais e do prestígio enquanto advogado e orador em recursos políticos, por outro, uma série de coincidências apontam também para a importância das relações de amizade com os líderes políticos também em ascensão ligados ao PRR que vinham seguindo trajetórias desde o interior do Estado para as posições estaduais de destaque, principalmente João Neves e Getúlio Vargas. A renúncia em 1914 foi contemporânea a conflitos intra-partidários com Borges de Medeiros que enfrentavam Manoel Vargas, general e líder do PRR em São Borja, e Isidoro Neves da Fontoura, “coronel” e líder do PRR em Cachoeira do Sul, pais, respectivamente, de Getúlio e João Neves. Seu “retorno” à polí-

tica partidária, por sua vez, foi também contemporânea à participação decisiva de todos os componentes da “geração de 1907” na luta contra os partidários de Assis Brasil, quando estes passam a ocupar cada vez mais posições de destaque em termos de cargos públicos e de liderança partidária, alguns deles também acumulando honrarias militares. Estes casos serão desenvolvidos em detalhe adiante. Basta por enquanto salientar que o percurso político de Maurício Cardoso estava atrelado ao de seus “amigos” que vinham construindo suas carreiras desde o interior do Estado. É nesta condição que Maurício Cardoso apareceria como um dos agentes importantes na articulação da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 1930.

Os casos dos percursos políticos de Paim Filho, Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e João Neves, por sua vez, são bastante semelhantes. Contavam com relações familiares fortes em municípios do interior, onde parentes próximos exerciam ou exerceram cargos político-partidários (intendências e chefias locais do PRR) e contavam com uma história de militância no PRR que vinha da época da chamada “propaganda”. Eram todos formados em direito e atuavam política e profissionalmente em comarcas do interior do Estado. Tais percursos desenrolaram-se a partir do gerenciamento das relações do grupo familiar e dos “amigos e correligionários” do interior, com o governo do Estado e a liderança partidária de Borges de Medeiros. Colocando-se enquanto mediadores entre estas várias instâncias, foram galgando posições, não sem recuos e conflitos, até o ponto em que um destes logrou suceder Borges de Medeiros no governo do Estado. Embora mantivessem relações entre si, tais como troca de correspondência, atuação conjunta em júris, solicitação de conselhos profissionais, estas foram, até a campanha da Aliança Liberal, pontuais e diziam respeito a relações específicas entre dois ou mais deles. Por outra, não havia uma estratégia comum de ascensão e uma atuação enquanto um

grupo, mas trajetórias individuais que se cruzavam em um ou outro momento de acordo com as conjunturas ou laços de amizade ou compadrio que eram estabelecidos ou cultivados.

Getúlio Vargas, como já referido, teve participação ativa e destacada enquanto membro do Bloco Acadêmico Castilhista. Antes mesmo de formado, foi indicado para a promotoria pública em Porto Alegre por Borges de Medeiros e, então já advogando em São Borja, foi eleito para a Assembléia estadual em 1909. Nas eleições de 1913 Getúlio Vargas foi reeleito para a mesma Assembléia, mas acaba por renunciar ao mandato. As eleições deste ano marcaram o retorno de Borges de Medeiros à presidência do Estado, substituindo Carlos Barbosa, para cuja campanha eleitoral fora criado o Bloco Acadêmico Castilhista. Esta renúncia estava inserida no já citado contexto de tentativa de Borges de reforçar seu poder pessoal em detrimento de antigos líderes municipais ligados ao PRR desde a época do Império, mas envolvia também divergências entre grupos familiares capitaneados por chefes político-partidários do interior do Estado.

Para as eleições de 1913, a fim de “ajudar alguns candidatos em detrimento de outros, Odom Cavalcanti e João Neves da Fontoura resolveram modificar as cédulas eleitorais do partido de Getúlio”. Em Cachoeira do Sul, onde o pai de João Neves exercia o comando partidário e a intendência, houve “cenas de pugilato, altercações entre os republicanos” (Jorge, 1994: 254). A “manipulação” das cédulas resultou na eleição de dois candidatos fora da lista oficial, a “chapa” ratificada por Borges, que exige e obtém a renúncia dos assim eleitos. Getúlio Vargas, que obtivera votos também em “chapa especial”, renuncia ao seu mandato por considerar-se em situação semelhante a dos atingidos pela exigência do chefe do PRR. Justificou desta forma a renúncia em manifestação na Assembléia dos Representantes em 6 de outubro de 1913:

“uma vez que, como em Cachoeira, também na minha terra natal alguns correligionários nossos votaram em chapa especial, sufragando o meu nome, e tendo, por outro lado, o digno e ilustrado chefe do partido republicano, dr. Borges de Medeiros, adotado como critério em relação a esses dois candidatos o alvitre de renunciarem eles os seus mandatos, como medida disciplinar, que se impunha, sinto-me compelido a renunciar, como ora renuncio, o meu mandato, para que os meus dignos colegas não julguem que eu pretendi ascender às escadarias deste recinto praticando um ato de deslealdade política.

[...]

Não os solicitei de ninguém [os votos], do mesmo modo que não solicitei este mandato, nem alguém o solicitou por mim; não. Recebi-o como *uma investidura de confiança política do chefe do meu partido*, mas uma vez que a minha eleição infringiu as normas da disciplina implantada entre nós, *devolvo-o a esse mesmo chefe que me o confiou*, para que *dele faça o uso que lhe aprouver*” (apud Trindade, 1980: 137-8, grifos apostos ao original).

Getúlio, portanto, justifica sua renúncia como um ato de solidariedade aos candidatos obrigados a renunciar, um ato “moral” que se depreende de seu desejo de não ser considerado “desleal”, mas deixa também transparecer o caráter dos mandatos enquanto de distribuição e controle pessoal de Borges. O mandato é percebido como “investidura de confiança política do chefe” e não como produto de um ato de delegação de representação. Segundo depoimento de Benjamim Vargas, irmão de Getúlio, este teria dito a um amigo que largara o mandato “porque o político que fica de cócoras, isto é, que muito se agacha, perde com a indignidade do gesto o respeito que lhe é devido” (apud Jorge, 1994: 256 e Vergara, 1960: 24).

A renúncia de Getúlio não foi um ato isolado. As evidências indicam que em Cachoeira estava em jogo a liderança partidária local que era exercida pelo pai de João Neves, o coronel Isidoro Neves da Fontoura, o que será tratado adiante. Ao mesmo tempo, também na região da fronteira Oeste dava-se “uma dissidência no Partido Republicano

[...] e o Chico Flores [Francisco Flores da Cunha, irmão de José Antônio Flores da Cunha], novo chefe político da região, atritou-se com” o coronel João Francisco, comandante de um regimento de provisórios e de um regimento da Brigada Militar na região desde a Revolução de 1893, que, não obstante, “rejeitou a autoridade de Borges após a morte de Castilhos” (Love, 1975: 86), ao que Borges responderia “retirando de João Francisco não só o seu poder político como, principalmente, o seu poder militar” (Caggiani, 1996: 41). “Temeroso de que João Francisco se tornasse um obstáculo a sua indefinida permanência no poder, [Borges] passou ao prestigiamto de outros segmentos dentro do próprio Partido Republicano, escolhendo para isto os Flores da Cunha” (Caggiani, 1996: 42). Este conflito também será tratado adiante. Por enquanto basta salientar que, depois de ter tido seu poder retirado, João Francisco, por volta de 1910, abriu uma charqueada em São Borja.

Enfim, os conflitos em São Borja não eram isolados, mas estavam associados a diversos outros que irromperam no Estado. Borges tentava consolidar o seu poder buscando reconstruir a rede antes estruturada em torno de Júlio de Castilhos. Ao mesmo tempo, no interior do Estado, conflitos entre clãs e respectivas clientelas se desenrolavam. Especificamente em São Borja, o general Vargas, seus filhos e vários parentes estariam no centro das disputas. Tanto quanto Borges tentava afastar a influência de João Francisco na fronteira Oeste, parece que buscava também afastar ou diminuir a influência do grupo familiar Vargas em São Borja. O general Manuel Vargas estava a passar a liderança partidária local ao seu filho Viriato Vargas. A questão aqui não é se Borges planejava a destituição do clã e pôs meios a disposição de outros membros do PRR local para enfrentar os Vargas ou se Borges aproveitou-se das dissidências prévias ou dos descontentamentos no PRR de São Borja para tentar contrabalançar o poder dos Vargas. Como

já apontado, o início da década de 1910 foi marcado pelo retorno de Borges à presidência do Estado depois do período Carlos Barbosa. Por um lado, pois, havia a intenção de Borges de afastar ou abafar possíveis fortes competidores que pudessem por em risco sua posição, mas, ao mesmo tempo, a continuidade da liderança do grupo familiar Vargas em São Borja também era questionada por partidários do PRR local e pelo chefe do Partido Federalista da região, Rafael Escobar.

As fontes apontam no sentido do que se poderia qualificar como uma crise de sucessão. Manuel Vargas, em carta de 02/06/1911 à Borges de Medeiros, solicita-lhe uma decisão sobre a ratificação do nome de seu filho Viriato Vargas para a intendência local. Escreve que “eu aqui não falo como pai e sim como político” e que “não vejo outro nome para exercer esse cargo”, findando por perguntar ao chefe do PRR: “qual o candidato que V. Ex. deseja?”. Ele ainda manifesta que se encontrava em processo de “aposentadoria política”, após ressaltar as qualidades de seu filho (Manuel Vargas à Borges de Medeiros, 02/06/1911, ABM, doc. 8628). A carta é enviada a Borges três meses depois de uma carta de Viriato ao mesmo Borges, na qual este se diz “escolhido candidato ao cargo de intendente” pelo “Partido Republicano desta cidade”, solicitando de Borges a aquiescência (ABM, doc. 8626). Em resumo, Manuel Vargas se propõe à “aposentadoria política” passando os cargos e encargos ao filho mais velho. O que poderia ser apenas uma formalidade, a solicitação do beneplácito de Borges, se torna uma questão. Viriato, no entanto, finda por tornar-se intendente, mas as hesitações de Borges deixam transparecer certa indisposição com a situação.

Em 1913 ocorre a renúncia de Getúlio Vargas à sua cadeira na Assembléia dos Representantes. No ano seguinte, “o dr. Benjamim Torres lançou acusações tremendas contra os Vargas, vítimas também de libelos, boletins e brochuras. [...] Borges de Medei-

ros recebeu um memorial com centenas de assinaturas, redigido por Rafael Escobar e Benjamim Torres, texto repleto de graves denúncias contra os Vargas”. Assim, “uma notícia — falsa ou autêntica — começou a correr”, a de que Borges “estomagado com a renúncia de Getúlio, e ainda com o desprestígio dos Vargas, pretendia derrubá-los em São Borja [...] abandonou-os e aproximara-se de Escobar e de Torres” (Jorge, 1994: 259). Benjamim Torres era um médico formado em Ouro Preto (MG) na casa de cujos pais teria se refugiado Viriato quando da acusação de assassinato do estudante paulista Almeida Prado. Quando Benjamim Torres se formara, “o general Vargas, em retribuição ao auxílio prestado por sua família na evasão do Viriato, convidou-o para abrir um consultório em São Borja”. Tendo aceito o convite, Torres, “com a proteção dos Vargas, adquiriu uma grande reputação profissional na cidade e nos municípios vizinhos. O general tinha uma grande estima por ele, tanto que ao nascer o seu último filho deu-lhe o nome de Benjamim, em sua homenagem” (Araújo, 1985: 35).

Apesar desta estreita reciprocidade com o general Vargas e mesmo com Viriato, Torres e este último terminariam por romper relações. Há indicações de que Viriato teria interesse especial na esposa de Torres a quem chegou a cortejar com presentes, mas também há indicações de que Torres estaria “levando aos inimigos as notícias do que ocorria ou se dizia na casa do general Vargas” (Araújo, 1985: 36). Enfim, questões de ordem pessoal e facciosas se misturaram para levar ao rompimento de relações entre o proponente à novo chefe político do PRR e sucessor de Manuel Vargas em São Borja e o “protegido” da família. “Os Vargas, depois que Viriato assumira a chefia do Partido Republicano, tiveram de aumentar o número de capangas”, e um destes era um tal Falkemback, cujo “pai era um alemão, e a mãe uma guarani” e era “homem de confiança do Viriato”. Um outro destes “capangas” foi fornecido por Firmino Paim Filho, então

“chefe republicano de Vacaria, Lagoa Vermelha e São Francisco de Paula” e secretário do Interior de Borges de Medeiros, um tal “Pedro Burro” que “possuía uma belíssima folha de serviços prestados à arte de eliminar os inimigos” (Araújo, 1985: 36-37).

Importante em todo este processo de atrito entre o grupo familiar Vargas e “inimigos” federalistas, de dentro do PRR local e com o próprio Borges de Medeiros é o papel que Getúlio Vargas desempenhou. Em 20/11/1913 Getúlio enviou carta a Borges de Medeiros solicitando a intervenção deste no sentido de tomar uma atitude quanto às disputas em São Borja: “não tenho a intenção de fazer censuras, nem insinuações a V. Ex., cuja superioridade moral coloco acima de umas e de outras. Não vejo em minhas palavras mais do que a justa mágoa por ver vacilante a solução de um caso *que afeta a honra de meu irmão e o bom conceito de minha família que coloco acima de tudo*” (ABM, doc. 8636, grifos apostos ao original). Getúlio fazia ainda viagens a Porto Alegre e mantinha contatos por cartas com Paim Filho.

Note-se que Getúlio não ocupava qualquer cargo público ou partidário, ao contrário do irmão Viriato, intendente, e do pai Manuel Vargas, que se mantinha na chefia partidária local enquanto membro da comissão executiva do PRR. Mas, “apesar de não participar da direção, Getúlio era quem mandava no Partido” (Araújo, 1985: 39). Se Getúlio tinha ou não tal posição no PRR de São Borja é difícil de comprovar, mas o que parece ter estado em jogo era, de um lado, uma espécie de divisão do trabalho político e dos cargos e funções entre três membros da família Vargas: Viriato na Intendência, Manuel Vargas, após tentar passar a liderança partidária à Viriato e não obter a aquiescência de Borges, à testa do PRR e Getúlio Vargas como o mediador entre o grupo familiar e as posições que alguns de seus membros ocupavam e o governo de Borges, além, claro, da ascendência que com isto obtinha na família e entre os demais partidários em São

Borja.

Durante os conflitos, “funcionários públicos, devotados à causa da família Vargas, foram transferidos para outros municípios. O Contingente da força policial [Brigada Militar], enviado para São Borja, sob pretexto de garantir a ordem, promovia conflitos com os partidários da corrente varguista” (Carrazzoni, 1939: 1939: 116).

Em março de 1915, Pedro Burro e um outro “companheiro”, João Gago, assassinaram Benjamim Torres no centro da cidade de São Borja. O primeiro “tomou a direção da Argentina” e o segundo “penetrou na estância de Viriato, perseguido de perto pelo piquete do Inácio de Sá”, um dos chefes federalistas da região que pôs um “piquete” ao encalço dos assassinos de Torres. João Gago, já na fazenda de Viriato, teria sido morto. “O assassinato do dr. Torres açulou mais o ódio contra Viriato. Ele foi obrigado a emigrar para Corrientes [Argentina] com toda a família” (Araújo, 1985: 38). Acusado de mandante do crime, Viriato Vargas teve que retirar-se de São Borja e seu pai voltou a assumir os encargos da chefia político-partidária local. Borges, neste momento, teria ainda feito deslocarem-se tropas da Brigada Militar para a cidade e designou o subchefe de polícia de Porto Alegre para apurar o crime.

Dois anos depois da morte de Torres, porém, a “influência da família [que] estendia-se por vários municípios da região missioneira”, garantiu a eleição dos candidatos identificados com o grupo dos Vargas, sendo que Getúlio foi reeleito para a Assembléia dos Representantes (Araújo, 1985: 39). As eleições deram-se em 1917, época na qual teria havido uma conversa relatada por várias fontes entre Firmino Paim e Borges de Medeiros. Paim teria interpelado Borges sobre o “perigo” de “os Vargas caírem em São Borja”, pois, caso isto ocorresse, “cairei com eles”. À isto Borges teria replicado que “se os Vargas caíssem, cairíamos todos com eles” (apud Araújo, 1985: 39 e Carrazzoni,

1939: 117). Se tal conversa de fato ocorreu, dela se pode ao menos depreender que o poder detido pelo grupo familiar em São Borja não era em nada desprezível sob o ponto de vista de uma certa garantia de controle político-partidário da região. De qualquer modo, o general Vargas e Borges já restabeleciam uma convivência pacífica, o que permitiu mesmo a reeleição de Getúlio, e “o velho Vargas [...] teve seu prestígio restabelecido” (Peixoto, 1960: 18-19).

Getúlio Vargas, porém, manteve-se em São Borja quando os trabalhos da Assembléia se iniciavam em Porto Alegre para a legislatura de 1918-1922. Por não comparecer, há indicações de que Getúlio teria recebido de Borges três telegramas sucessivos. O primeiro, “embarque urgente para Porto Alegre”, que Getúlio ignorou. O segundo, “obséquo embarcar urgente Porto Alegre. Abraços”, também foi ignorado pelo destinatário. Borges enviou ainda um terceiro telegrama, “Partido Republicano necessita sua brilhante cooperação trabalhos da Assembléia. Esperamos não se negará a auxiliar o Rio Grande nesse período incerto. Saudações republicanas”. A este último Getúlio respondeu embarcando no dia seguinte para a capital do Estado (apud Jorge, 1994: 341-342 e Araújo, 1985: 40-41).

Deste processo de disputas internas ao PRR, envolvendo também os federalistas, em São Borja e entre o grupo familiar Vargas e seus clientes com Borges de Medeiros, Getúlio Vargas findou por fortalecer sua posição dentro da própria família e em relação ao presidente do Estado. Seu irmão mais velho, Viriato, o provável sucessor do general Manuel Vargas enquanto chefe político-partidário local, desgastou-se muito no processo ao ponto de seu pai ter de reassumir a liderança. Em São Borja, pois, também se processava, como no Estado como um todo com a morte de Castilhos e a afirmação de Borges no poder, uma crise de sucessão. Nesta Getúlio, ao que parece, não se propôs a tomar o

lugar do irmão, ou mesmo não poderia aspirar a tal, pois havia ainda na “linha sucessória” o secundogênito Protásio Vargas. Manteve-se em uma posição de seguir as orientações e imperativos dos interesses do grupo familiar, ao mesmo tempo em que não deixava de manter correspondência ou encontrar-se com Borges de Medeiros e, mais frequentemente, com o seu secretário do interior, Paim Filho. Este último era “compadre” de Getúlio (Fontoura, 1969: 388) e a quem o próprio se referiu em uma carta como o seu “melhor amigo” (apud Jorge, 1994: 264).

Getúlio Vargas, pois, não chegou a tornar-se ele próprio um “coronel” do interior, ou seja, um estancieiro e chefe político-partidário, mas passou a exercer funções de mediação entre seu grupo familiar e o poder de que dispunha e o presidente do Estado. A partir de seu retorno à Assembléia dos Representantes, passou a atuar como defensor das posições e do próprio Borges de Medeiros, chegando mesmo a tornar-se o “líder da maioria” na casa, ou seja, líder da bancada do PRR (Fontoura, 1969: 243). Nas eleições de 1922 era membro da Comissão de Verificação de Poderes da Assembléia, responsável pelo reconhecimento dos candidatos eleitos, e teria feito parte da “manipulação” dos votos que garantiram a reeleição de Borges de Medeiros na disputa que o opusera à Assis Brasil (Araújo, 1985: 47).

Como resultado desta recondução de Borges ao governo do Estado, os assististas provocam um levante armado em 1923 e Borges encarregou Getúlio Vargas de reunir corpos provisórios em sua região. Este expediu cartas “para os amigos do município” e reuniu o contingente, pois “os estancieiros atenderam-lhe o apelo”. Em uma reunião dos “chefes políticos [...] Getúlio foi aclamado comandante da força, com o posto de major” (Araújo, 1985: 49-50). Contudo, ele não chegaria a participar de batalhas. Tendo sido indicado para a vaga de deputado federal aberta pela morte de Rafael Cabeda por Borges

de Medeiros, foi chamado a assumir o mandato que já fora reconhecido pela Câmara. Getúlio Vargas, então, “entregou o comando do 7º Corpo Auxiliar Provisório a seu primo Deoclécio Dornelles Motta” para seguir para o Rio de Janeiro, “outro ponto na sua trajetória política”, já que “seus serviços estavam sendo mais necessários no setor político do que no campo de batalha, segundo a opinião de seu chefe” (Peixoto, 1960: 1960: 21). “Até ali a sua carreira agitava-se entre dois pontos de referência: São Borja e Porto Alegre. Agora outro ponto na sua rota política: Rio de Janeiro. São Borja ficava na reserva” (Araújo, 1985: 52).

Getúlio se credenciara anteriormente para o cargo a partir do reacerto entre seu grupo familiar e Borges e por seu papel de mediador neste processo. Além disto, era então um já experimentado advogado e notório orador que contava com diversos amigos e ex-colegas de faculdade e do Bloco Acadêmico Castilhistas em posições políticas importantes no Estado. Ele também já demonstrara fidelidade ao chefe do partido no exercício da liderança da bancada na Assembléia dos Representantes e na pronta organização de um corpo de provisórios para lutar contra os revoltosos assisista. No Rio de Janeiro, segundo João Neves, o “partido decidira conferir-lhe a liderança da bancada federal”, uma vez que “quase todos os deputados se haviam rudemente comprometido na campanha presidencial, a favor de Nilo Peçanha”. Desta forma, “a boa política recomendava a transferência do bastão a um representante que não houvesse participado da refrega” (Fontoura, 1969: 286-287). Sua “missão” na Capital Federal seria, pois, tentar evitar uma intervenção por parte de Artur Bernardes no Rio Grande do Sul, atuando tanto no parlamento como fora dele, estabelecendo contatos com políticos e fazendo declarações à imprensa (Jorge, 1984: 546-547 e Peixoto, 1960: 29).

A conjuntura atribulada do início da década de 1920, pois, abria espaço para a

emergência de novas lideranças políticas, o que possibilitou a Getúlio Vargas conquistar uma posição proeminente entre os membros da bancada federal do PRR e no sentido de passar a ser um dos principais mediadores entre Borges e o governo federal, ganhando também trânsito no mundo político-social do Rio de Janeiro. Em 1924 Vargas é reconduzido à Câmara por meio de eleições, mantendo-se como líder da bancada e participando da Comissão de Finanças da casa. Em 1926 é convidado e empossado ministro da Fazenda do governo Washington Luiz, cargo que assume por insistência de Borges, “de-sejoso de ver um político a si subordinado em tão importante posto” (Hartmann, 1984: 42). Em menos de três anos desde que indicado para ser deputado federal Getúlio Vargas é investido como ministro do governo federal. Isto o consagrava como uma das principais lideranças políticas rio-grandenses no Estado e no centro do país.

Como um reconhecimento máximo da atividade de Vargas e de sua rápida ascensão em termos de cargos públicos, em agosto de 1927 “Borges de Medeiros fez a indicação oficial de Getúlio e João Neves como candidatos do Partido Republicano Rio-Grandense à presidência e vice-presidência do Estado. Eles eram os seus discípulos prediletos” (Araújo, 1985: 71). Sobre tal “indicação oficial”, que significava de fato a escolha por parte de Borges do seu sucessor que seria formalizada e legitimada pelas eleições, João Neves refere que Borges teria estado em dúvida entre a escolha de Getúlio Vargas e a de Sérgio Ulrich de Oliveira, “entretanto, ninguém conseguiu jamais apurar se realmente o chefe republicano chegara a fixar-se no nome de Sérgio de Oliveira”. Ainda segundo Neves, havia uma versão de que Borges teria optado por Getúlio Vargas porque Sérgio de Oliveira seria um *habitué* do “Clube dos Caçadores, o *music-hall* das elites”, um cabaré-cassino de luxo no centro de Porto Alegre (Fontoura, 1969: 572-573). Esta versão é também apresentada por Araújo, que relata um encontro entre Protásio

Vargas, irmão de Getúlio, e Borges de Medeiros. O primeiro, então “chefe político de São Borja”, teria sido interpelado pelo segundo sobre a “versão que apresentava Sérgio Ulrich como freqüentador assíduo do Caçadores” a fim de sondar se “não tinham sido os Vargas os autores daquela versão [...] e se não tinha sido por iniciativa deles que ela chegara aos seus ouvidos” (Araújo, 1985: 71), o que ratificaria a tal versão de que Borges ao menos cogitara o nome de Sérgio de Oliveira e de que a disputa entre os possíveis escolhidos já dava-se no nível das acusações morais.

Apesar desta possível dúvida de Borges, as razões que ele próprio arrolou para a escolha de Getúlio Vargas para o seu lugar na presidência em “carta-circular” a “todos os chefes locais” do PRR parecem justificar a decisão. Depois de comentar brevemente o “currículo político” de Getúlio antes de seguir para o Rio de Janeiro, historiando a atividade do mesmo na Assembléia estadual enquanto “líder da maioria republicana” e “coordenador prestativo”, Borges escreveu que:

“no Congresso Nacional a sua atuação discreta, hábil e esclarecida atraiu-lhe a simpatia e a atenção da Câmara, e o notabilizou como líder da representação rio-grandense e como o seu órgão acatado nos trabalhos preliminares da revisão constitucional. O seu merecido destaque na legislatura federal o inculcou naturalmente para o cargo de Ministro da Fazenda, em cujo exercício está aureolado pela confiança do Presidente da República e pela simpatia nacional. É desse posto eminente que vamos retirá-lo para que venha dirigir os destinos do Rio Grande do Sul, trazendo-nos o prestígio e as luzes que conquistou com galhardia, na culta metrópole brasileira” (apud Fontoura, 1969: 385-386).

A carta, ao mesmo tempo um comunicado e formalização de uma decisão do chefe maior do PRR e um arrazoado que visava a legitimação desta que apresentava a chapa Vargas-Neves aos “chefes republicanos”, salienta três aspectos principais da “carreira política” de Getúlio Vargas: a “confiança” dele Borges, do partido e do próprio

presidente da República; a “atitude discreta, hábil e esclarecida”; e a “simpatia nacional”. Enfim, Getúlio era um fiel “republicano” que já demonstrara tal qualidade notorizando-se estadual e nacionalmente, bem como contava com excelente trânsito no governo federal. Na conjuntura política da década de 1920, quando, inclusive, “Artur Bernardes foi o vencedor de fato de 1923”, pois “tinha enfraquecido Borges em seu próprio reduto”, principalmente por tê-lo feito aceitar o acordo de Pedras Altas que o obrigou a não concorrer a um novo mandato à presidência do Estado (Love, 1975: 224), um sucessor de Borges com trânsito no governo federal seria adequado ao esforço deste último em entender-se com o presidente da República.

Sérgio Ulrich de Oliveira era um advogado ligado ao PRR e atuante na região de Uruguaiana. Entre 1901 e 1920 fora membro da Assembléia dos Representantes e entre 1921 e 1923 da Câmara Federal. Um dos “chefes políticos” de Uruguaiana, foi intendente da cidade onde liderava uma facção do PRR. Quando do cerco de Uruguaiana pelas tropas de Honório Lemes e Batista Luzardo em 1923, comandou “civis republicanos”, ou seja, um corpo de provisórios, e esteve sob o comando de Flores da Cunha (Aita et al., 1996: 95 e Schneider, 1981: 49-51). Enfim, Sérgio Ulrich de Oliveira era um advogado e político do PRR com fortes “bases” locais e já notorizado no Estado.

Getúlio Vargas, por seu turno, além de contar com “bases” locais bastante semelhantes, ser igualmente advogado e membro do PRR com também um grande reconhecimento estadual, tinha como vantagem sobre o seu possível concorrente os citados trânsito e notoriedade nacionais. Getúlio também não participou diretamente dos combates na chamada Revolução de 1923, embora tenha recrutado provisórios a pedido de Borges. Mesmo que tenha defendido as posições de Borges na Câmara durante o período do conflito, o que incluía a “denúncia” do movimento dito revolucionário levado a cabo

pelos assistidas, em 1924, depois, portanto, do acordo de Pedras Altas e da “pacificação” do Rio Grande do Sul, ele teria abraçado Batista Luzardo, recém empossado deputado federal pela Aliança Libertadora de Assis Brasil, assim que este desceu da tribuna, declarando: “este é um oposicionista brigão, porém sério, um homem que devemos respeitar” (apud Jorge, 1994: 607). O caso demonstra o relativo distanciamento de Getúlio dos conflitos militares no Estado que possibilitou, àquela altura e no Rio de Janeiro, portanto longe do faccionismo militarizado imperante no Rio Grande do Sul onde provavelmente isto não poderia ocorrer, abraçar um líder político e militar oposicionista que menos de um ano antes atirava com armas de fogo contra os “chimangos”, como eram conhecidos os partidários de Borges. Ou seja, por não ter-se envolvido diretamente nos combates, Getúlio Vargas poderia estar mais à vontade em reconhecer publicamente o “valor” de um adversário. Este distanciamento relativo dos conflitos no Rio Grande do Sul também deve ter contribuído para a sua escolha por Borges em detrimento de Sérgio Ulrich de Oliveira.

Getúlio Vargas, terceiro filho homem de seus pais, pode contar com uma liberdade maior frente aos esforços de seu grupo familiar em manter o poder político-partidário em São Borja. Como já salientado, Viriato Vargas, o primogênito, foi preparado pelo pai como o seu sucessor. Este não conseguiu impor-se como tal, de modo que Manuel Vargas teve de retomar a chefia político-partidária local. Se por volta de 1927 Protásio Vargas é referido como “chefe político” de São Borja, é uma indicação de que o segundo filho homem do general Vargas estava ao menos sendo preparado para suceder este último. Getúlio, por seu turno, enquanto seu pai e irmãos mais velhos cuidavam dos interesses paroquiais do grupo familiar, serviu de mediador entre este e Borges, passou a ganhar a confiança deste e recebeu cargos de âmbito nacional. Enfim, pode circular por

esferas cada vez mais diferenciadas — desde São Borja e seus conflitos impregnados de violência até a “cultura metrópole brasileira”, onde as sutilezas do “juridicismo” contavam mais — passando a dominar suas lógicas específicas. Virgílio de Mello Franco, um dos conspiradores mineiros do movimento armado de 1930, chega a referir em seu livro de memórias sobre a conspiração editado pela primeira vez em 1931, que Getúlio “fazia mais pensar num mineiro que num gaúcho” (Franco, 1980: 203).

Assumindo seu mandato como presidente do Estado do Rio Grande do Sul, “Vargas inicia um novo estilo de governo e de conciliação com o grupo oposicionista” (Trindade, 1979: 167), o que viabilizaria a formação da chamada Frente Única — composta por membros do PRR e do Partido Libertador (PL), formado a partir da Aliança Libertadora em torno de Assis Brasil — que comporia a Aliança Liberal em 1929, quando Getúlio Vargas seria escolhido candidato à presidência da República para as eleições de março de 1930.

O percurso político de João Neves apresenta algumas similaridades com o de Getúlio Vargas. Ele, após formado, retornou para Cachoeira do Sul onde passou a advogar e onde seu pai, “coronel” Isidoro Neves, exercia a intendência municipal desde 1908 e era um dos líderes locais do PRR. Contudo, justamente quando João Neves retorna para sua região natal, por volta de 1912, a liderança política de seu pai passa a ser contestada no município que era também onde Borges de Medeiros tinha terras e diversos familiares. O “coronel” Isidoro fora reeleito para o período intencional subsequente quando operou-se uma cisão entre facções políticas locais. Borges interveio na disputa ao mesmo tempo em que João Neves esteve envolvido com o já citado caso da “chapa especial”.

Este último refere que um “incidente” teria ocasionado a indisposição de seu pai

em manter-se como intendente municipal. Um caso de testamento que envolvia “chefes [...] de numerosas famílias da melhor gente da cidade”, redundou na reclusão judicial de um tabelião que ficou sob a guarda da intendência. Rumores de que o detento pretendia fugir, levaram o subchefe de polícia da região a pleitear a transferência do preso para o “xadrez”, ao que, ainda segundo Neves, “meu pai sentiu-se fundamente atingido por uma desconfiança na sua autoridade”. Ele apela para Borges de Medeiros que tarda em responder-lhe. “Melindrado”, decide que, faltando um mês para assumir o período intencional seguinte, não o faria (Fontoura, 1969: 193-195).

Embora João Neves atribua a “aposentadoria política” de seu pai a este episódio, outras indicações dele próprio permitem concluir que tais “melindres” de seu pai não foram devidos tão somente a este caso de um testamento contestado judicialmente em um município do interior do Estado e que mobilizou desde o intendente municipal até o presidente do Estado. A facção contrária a do “coronel” Isidoro era chefiada pelo “coronel” Horácio Borges, “um dos mais abastados fazendeiros de Cachoeira e irmão da mãe do Sr. Borges de Medeiros”. O mesmo João Neves continua relatando que seu pai concretizou a sua renúncia após assumir o cargo pela segunda vez e indicar o vice-intendente, Horácio Borges, que assumiria em seu lugar, uma vez “que já vinha ocupando a chefia política”. O “prestígio” de Horácio Borges, que habitava a sua estância, “não provinha de posições políticas, [...] mas de sua excepcional bondade, de ter a bolsa sempre à disposição dos que precisavam de auxílio, sobretudo os desafortunados, os doentes, a peonada”. Horácio Borges “conquistara o título de protetor das gentes daquelas cercanias [o 4º Distrito, onde possuía suas terras] que o seguiam e respeitavam”. O pai de João Neves, “amigo” e “compadre” do “coronel” Horácio Borges, teria sido o responsável por “atraí-lo para o lado republicano”, uma vez que este “militava” no Partido

Federalista. A esta “origem” federalista e ao “prestígio” do “coronel” Borges, ao que parece, Neves atribui a irrupção da disputa que se estabelecia agora dentro do PRR e, já que o “coronel” Isidoro “conservou-se afastado do embate [...] coube [a João Neves] ocupar-lhe o lugar, sustentando a causa” (Fontoura, 1969: 196-197).

De modo semelhante e na mesma época em que o grupo familiar Vargas enfrentava em São Borja facções a ele opositoras em um contexto de transmissão do comando político do general Vargas ao seu filho Viriato, em Cachoeira a facção de Isidoro Neves passava também por dificuldades quando o seu filho se propunha a ser o seu sucessor na liderança político-partidária local. A renúncia de Getúlio Vargas ao seu mandato na Assembleia estadual, alegando o caso da “chapa especial” no qual João Neves esteve envolvido, deu-se no ano seguinte ao da renúncia do “coronel” Isidoro em prol do “coronel” Horácio Borges. João Neves refere que, sobre as disputas em Cachoeira, Borges de Medeiros não teria interferido no sentido de “assumir uma atitude radical”, pois o “problema de S. Exa., no caso, transcendia os limites da política para situar-se entre outros respeitáveis deveres [...] sua qualidade de sobrinho do coronel Horácio” (Fontoura, 1969: 198). Contudo, como acima exposto, Borges de Medeiros exigiu a renúncia dos candidatos eleitos na “chapa especial” e tardou em responder ao “apelo” do coronel Isidoro sobre o caso do tabelião preso. Estas disputas em Cachoeira ou em São Borja davam-se no referido contexto em que Borges de Medeiros tentava reforçar o seu poder enquanto centro da rede de relações que compunha o PRR em lugar de Júlio de Castilhos. Para isto aproveitava-se de disputas locais “prestigiando” este ou aquele líder de acordo com razões específicas — atender a “deveres” de parentesco, como em Cachoeira, ou tentar enfraquecer um grupo familiar muito forte, como em São Borja — que, em último plano, buscavam estruturar sua centralidade no PRR e no governo do Estado,

mesmo que isto significasse vitimar alguns antigos “republicanos”.

João Neves escreveu em suas *Memórias*, ao final da década de 1950, que:

“A inesperada sucessão dos acontecimentos da política local ia influir poderosamente na minha vida, aumentando-lhe os encargos e criando em breve ardentes lutas nas quais me vi envolvido por imposição da coerência e pelas inevitáveis ligações com tantos e prestimosos amigos que meu pai soubera granjear.

[...]

A penitência durou vários anos. Não cedi porém, a nenhuma consideração. [...] Mas teimei bem: primeiro porque estava com a boa causa; depois, porque afinal venci em toda a linha. A situação local, que me vi obrigado a hostilizar, desmoronou por completo, e às minhas mãos foram ter a direção do partido e a própria administração municipal, que exerci até vir para a Câmara Federal, em 1928” (Fontoura, 1969: 195).

O “desprestígio” sofrido por seu pai, pois, afetou a pretensa carreira política de João Neves, que teve de se conformar com ser oposição local e com um estado de “penitência” que lhe fechou a possibilidade de ocupar qualquer cargo público de importância que fosse do controle de Borges de Medeiros até a década de 1920. Em 1917, porém, o “coronel” Horácio Borges morre e assume o controle partidário o major Francisco Gama, o que possibilitou “uma trégua tácita nos embates locais” (Fontoura, 1969: 205). Por volta de 1918, devido a problemas pulmonares, ele transfere-se para Minas Gerais, onde chega a contatar alguns políticos mineiros, por conselho do médico Baltazar de Bem. Este último teria tido um encontro com João Neves em 1920, já tendo este regressado à Cachoeira e sendo aquele “o verdadeiro responsável pela situação política do município” após a morte de Horácio Borges (Fontoura, 1969: 226). Neste encontro, “vitorioso epílogo de uma rude batalha”, o “oficialismo”, liderado por Baltazar de Bem, e a “oposição”, liderada por João Neves e composta por seus “amigos”, entram em acordo para restituir “a coesão do Partido Republicano”. Em Cachoeira “a política passou a ser

dirigida por uma Comissão Executiva, integrada por Baltazar, por mim e por Aníbal” Loureiro, então intendente (Fontoura, 1969: 229-230).

O acerto entre as facções, por volta de 1921, possível com a morte do tio de Borges de Medeiros abriu a João Neves novas possibilidades de ascensão, pois, além do acordo local, “foi nesse período que minhas ligações com o Sr. Borges de Medeiros assumiram o caráter de uma solidariedade inquebrantável. Nunca tive outro chefe” (Fontoura, 1969: 230). Neste ano João Neves foi eleito para a Assembléia dos Representantes, onde passou a atuar em favor de Borges de Medeiros, e tornou-se, em 1923, após o afastamento de Getúlio Vargas para o Rio de Janeiro, “líder da maioria”, ocupando o lugar que fora deste último e para o qual fora indicado “em reunião dos deputados majoritários e sob inspiração do Sr. Borges de Medeiros” (Fontoura, 1969: 243-244). Neste período faria ainda nova viagem à Minas Gerais e ao Rio de Janeiro por motivos de saúde. Em 1922 atuou na campanha pela reeleição de Borges de Medeiros, quando “percorri o município, falando em comícios e reuniões, coordenando a ação dos cabos eleitorais, escrevendo na imprensa” (Fontoura, 1969: 271).

Em 1924, por ocasião de um dos levantes “tenentistas”, Francisco Gama, então intendente de Cachoeira, Baltazar de Bem e João Neves recrutaram provisórios no município que comandaram em uma batalha na qual morreu Baltazar de Bem. Como este ocupava o cargo de vice-intendente, João Neves é indicado para o seu lugar. Em 1925 Francisco Gama se afasta da intendência devido a uma crise cardíaca e Neves assume o cargo interinamente. Gama recupera-se, mas volta a ter uma recaída que o afastaria de vez do cargo. João Neves, então, teria buscado uma entrevista com Borges de Medeiros na qual procurava encontrar o “nome de um correligionário” para substituir Gama, ao que o presidente do Estado teria lhe dito que “a escolha já está feita. O intendente [...] és

tu” (Fontoura, 1969: 336-338). Ele permaneceria à frente do governo municipal, acumulando o cargo com o que exercia na Assembléia dos Representantes e com a liderança da maioria até 1928.

Tal acúmulo de cargos possibilitava a João Neves espaços diferenciados de atuação. Enquanto membro da Assembléia e líder da maioria podia notorizar-se nos debates em defesa de Borges de Medeiros que repercutiam na imprensa de Porto Alegre e do interior, “a ponto de não se saber qual o *front* mais explosivo: se o das cochilhas ou o dos discursos” (Fontoura, 1969: 352). Enquanto líder do PRR de Cachoeira e, depois, seu intendente, estava próximo de suas “bases” e contava com os recursos da administração pública para implementar obras de melhorias urbanas, além de poder continuar a exercer a advocacia e mobilizar provisórios em 1924. Neste período participaria de encontros, homenagens e comícios onde freqüentemente era um dos principais oradores, como nas comemorações pelas “bodas de prata” da Faculdade de Direito de Porto Alegre (Fontoura, 1969: 350).

Em 1926 João Neves refere que teria sido convidado por Borges de Medeiros para integrar a chapa oficial para a Câmara Federal, mas recusou o convite por “razões pessoais”, entre as quais arrolava o seu desejo de seguir exercendo a advocacia, “profissão” mais rentável economicamente. Borges teria aceitado seus argumentos (Fontoura, 1969: 373-374). No ano seguinte ele receberia “oficialmente” em reunião dos membros do PRR de Cachoeira a “chefia unipessoal sobre os companheiros”, função que exercia até então “sem investidura oficial”, sendo que Borges, comunicado da decisão, a ratifica (Fontoura, 1969: 375). Porém, neste mesmo ano de 1927, “Borges de Medeiros [...] me comunicava [por carta] ter-se fixado no nome de Getúlio Vargas para presidente do Estado e no meu para vice-presidente”, mas lhe abria a alternativa de aceitar a indicação

para a Câmara Federal. Neves aceita a primeira indicação, pois que “a vice-presidência do Estado, naquele tempo, era um *munus* honorífico”, o que lhe permitiria continuar advogando (Fontoura, 1969: 382-383).

Eleita a chapa Vargas-Neves e tendo o novo presidente chamado para compor o seu secretariado os deputados federais Paim Filho e Oswaldo Aranha, Getúlio “insistiu comigo para que viesse a ocupar uma delas [vagas]. Alegava que seu governo precisava ter aqui [Rio de Janeiro] um líder com excepcional autoridade”, pois Flores da Cunha, que vinha exercendo a liderança do PRR no Congresso, assumia, “da tribuna, uma posição de hostilidade ao governo federal”, o que “inquietava” Getúlio Vargas, “pois sua administração, no Estado, carecia de apoio eficaz do presidente da República” (Fontoura, 1969: 393). João Neves, ainda “relutante”, teria sido “sitiado por companheiros aos quais não poderia negar meus bons serviços junto de Vargas ou do Sr. Borges de Medeiros”, que incluíam que “intercedesse junto ao presidente do Estado em favor de suas pretensões, nomeações para cargos vagos ou interesses semelhantes” (Fontoura, 1969: 397). Em síntese, João Neves assim apresenta os motivos para ter aceitado a cadeira na Câmara, pois que as demandas que recebia, ao contrário de afastá-lo do “fogo da política partidária” o envolviam em “suas chamas” (Fontoura, 1969: 398):

“Além disso, eu sempre fora o homem público, nos últimos anos, mais próximo do chefe do Partido, já então recolhido à sua fazenda situada no meu município. As circunstâncias acabaram por colocar-me a meio caminho de Vargas e de Borges de Medeiros, de modo que naqueles primeiros tempos do novo governo eu já não sabia como resolver as dificuldades da minha situação. Aceitara a candidatura à vice-presidência na esperança, aparentemente fundada, de retirar-me da linha de frente partidária. Mas eis que, precisamente, ela me expunha, mais do que antes, ao dever de atender aos meus companheiros, de examinar seus casos pessoais e municipais, discutir soluções, propô-las e defendê-las perante o governo e a chefia” (Fontoura, 1969: 397).

A partir destas “razões” que expõe, Neves, findando o seu mandato intencional e fazendo o sucessor, pois “a eleição [deste] ia ser para mim um teste de prestígio” (Fontoura, 1969: 399), aceita ocupar a vaga na Câmara, cujas funções acumula com as de vice-presidente do Estado, e passa também a exercer a liderança da bancada do PRR no Congresso. Nestas funções se encontraria quando da articulação para a formação da Aliança Liberal.

Fica claro a partir do que o próprio João Neves refere que as posições que sucessivamente ia ocupando após a “pacificação” das lutas intra-partidárias em Cachoeira se devem a sua habilidade em colocar-se em posições de mediação. Esta “pacificação” foi, ao mesmo tempo, o reconhecimento inicial da centralidade que possuía entre os “amigos” que segundo ele mesmo herdara de seu pai, o que o credenciou a ser um dos artífices desta “paz” após a morte do seu grande empecilho, o “coronel” Horácio Borges e sua relação com seus clientes e seu sobrinho. Com Baltazar de Bem, o sucessor de Horácio Borges, João Neves tinha relações amistosas, pois foi o mesmo que o aconselhou, enquanto médico, a fazer a primeira viagem à Minas Gerais. A partir disto, João Neves voltou a ter boas relações com Borges de Medeiros que o aceita na Assembléia estadual onde passa a defender o chefe do PRR. Nas crises político-militares da década de 1920, João Neves teve a oportunidade de demonstrar a fidelidade a quem se refere como ter sido o seu “único chefe” ao mesmo tempo em que adquire notoriedade no Estado por sua atividade principalmente enquanto orador. A morte de Baltazar de Bem e o afastamento de Francisco Gama o colocariam como “chefe unipessoal” do PRR em Cachoeira, além de proporcionar-lhe o exercício da intendência, o que fortalecia o seu poder neste município enquanto o principal mediador entre este e o governo do Estado e/ou o chefe

do PRR. Borges o convida para assumir uma cadeira na Câmara, mas ele recusa, aceitando, porém, a indicação para a vice-presidência. Quanto a recusa seguida de aceitação de um outro cargo, há indicações de que João Neves aspirava vir a ser o governador do Estado e provavelmente julgasse que seu afastamento do Rio Grande do Sul poderia ser-lhe prejudicial. Ele mesmo refere que Paim Filho opôs “restrições” ao seu nome como vice-governador (Fontoura, 1969: 388), o que indica que haviam outras tensões ou conflitos em jogo do que somente os interesses “pessoais” ou “profissionais” de Neves. Em entrevista publicada em 11 de maio de 1929, quando já deputado federal, declarou que “o meu destino é ser o substituto do Getúlio”, referindo-se à promotoria de Porto Alegre, à liderança da bancada na Assembléia e depois no Congresso e “no governo sou eu o seu substituto” (*Revista do Globo*, n.º 8, 11/05/1929). Em 11 de outubro de 1930, com o movimento armado já deflagrado, Getúlio Vargas indicou Oswaldo Aranha para assumir o governo do Estado enquanto partia para o *front* em trem especial. Neste dia Vargas escreveu em seu *Diário* que João Neves “ficou zangado comigo porque desejava seguir e por outros motivos que não percebi bem, e que me pareceram um tanto fúteis pela irritação de sua sensibilidade” (Vargas, 1995: 9 e nota explicativa que esclarece que João Neves apresentou pedido de renúncia à vice-presidência do Estado porque Vargas decidira transmitir o governo à Oswaldo Aranha).

Antes, porém, que os desdobramentos da chamada Revolução de 1930 afastassem Getúlio e Neves, este último explicitamente apresenta-se como um mediador entre Borges, Vargas e os seus “amigos” que apresentavam-lhe demandas que se multiplicavam por ser ele o vice-presidente. A partir, pois, desta posição aceita finalmente uma vaga na Câmara por insistência de Getúlio que também o designa, junto com Borges, líder da bancada do PRR no Congresso Nacional. Neste outro nível passaria a exercer

outras tantas mediações que serão tratadas adiante, mas que envolviam diretamente Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Mas, até este momento, 1928, suas relações e os correspondentes níveis de ação se restringiam aos espaços municipal/estadual que seriam acrescidos de um outro espaço, o da Capital Federal, onde chegou legitimado e “prestigiado” por Borges e Vargas como deputado federal, líder da bancada e vice-presidente do Rio Grande do Sul, enfim, para os demais colegas do Congresso e para o governo federal, um possível importante mediador entre estes e o Rio Grande do Sul.

Paim Filho também contou com “bases” municipais fortes. Depois de formado em Direito, Paim deslocou-se para Vacaria onde “foi definitivamente introduzido na vida política por seu tio, o coronel Avelino Paim de Sousa, chefe local de grande prestígio” (DHBB, 1984: 2473). Em 1909 é indicado e assume a intendência do município e é eleito para a Assembléia estadual. Em 1912 deixa a intendência e em 1913 a Assembléia, quando é convidado por Borges de Medeiros e assume a Secretaria do Interior e Exterior do Estado. Em 1915 deixa o secretariado e no ano seguinte é nomeado “chefe de polícia do Estado — cargo anteriormente oferecido a Getúlio Vargas, que o recusara”, quando Borges de Medeiros e o grupo familiar Vargas buscavam uma reaproximação (DHBB, 1984: 2473). Paim permaneceu na chefia de polícia até 1918, quando retorna à Assembléia estadual.

Diferente de Getúlio Vargas e João Neves, Paim Filho não parece ter-se atritado com Borges de Medeiros durante o período aqui considerado, ao menos da forma como ocorreu no caso dos dois primeiros. Desde a sua presidência do Bloco Acadêmico Castilhistas, Paim Filho ocupa cargos muito próximos de Borges de Medeiros o que era um índice de seu “prestígio” junto ao chefe e, ao mesmo tempo, permitindo-lhe estabelecer mediações importantes, como no já citado caso das relações entre o grupo familiar Var-

gas e o governo do Estado, principalmente por sua proximidade com Getúlio Vargas. Portanto, nas crises político-militares da década de 1920, Paim Filho já se encontrava “alinhado” com o presidente do Estado.

Na campanha eleitoral de 1922 para a reeleição de Borges de Medeiros “participou ativamente”, bem como no levante armado de 1923, quando, sendo já “coronel da Guarda Nacional, licenciou-se da Assembléia dos Representantes, tendo sido encarregado de organizar a Brigada Provisória do Nordeste” (DHBB, 1984: 2473). À frente desta Brigada Paim Filho se notabilizaria nos combates, tanto quanto Flores da Cunha e Oswaldo Aranha na Brigada do Oeste, dentre os membros da “geração de 1907”, não somente em 1923, mas nos levantes subsequentes. Em 1924, eleito deputado federal, novamente licencia-se para organizar provisórios, o “destacamento Paim, formado por quatro corpos provisórios, num total de 1600 homens”, a fim de lutar contra os rebeldes “tenentistas”, tendo combatido inclusive no Paraná (DHBB, 1984: 2473). Por sua participação nestes conflitos que terminariam por redundar na chamada coluna Prestes, formada pelos rebelados evadidos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, foi nomeado pelo presidente da República, Artur Bernardes, “general honorário do Exército, tendo sido seu fardamento de gala oferecido por seus colegas da Câmara dos Deputados” (DHBB, 1984: 2474). Em 1927 ele é reconduzido à Câmara, mas renuncia no ano seguinte para compor o secretariado do governo de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul como secretário da Fazenda.

Em 1929, quando Paim Filho era secretário de Getúlio Vargas, deu uma entrevista à *Revista do Globo* para Sousa Júnior, seu então ex-secretário de gabinete, na qual é referido por este último que Paim tinha “fama” de “retraído” e “inacessível” (*Revista do Globo*, nº13, 13/07/1929). João Neves, ao comentar as citadas restrições que Paim

teria feito à sua indicação para a vice-presidência do Estado, descreve-o como um “secrário” dentro do PRR, um “direitista”, não pelo culto de certos princípios ou sistemas filosóficos, mas pelo aferro personalista a normas e costumes”. Ainda segundo Neves, para Paim “havia dois Rio Grandes: o castilhista e o maragato, um com todas as virtudes, e o outro com todos os defeitos”, daí que “no íntimo, ele se julgasse com indiscutível direito a recolher a herança do Sr. Borges de Medeiros” (Fontoura, 1969: 388). Estas opiniões sobre Paim Filho de certo modo correspondem ao seu percurso político sempre ligado à Borges de Medeiros e às posições que tomaria durante a campanha da Aliança Liberal e na conspiração que levou ao movimento armado de 1930, como será analisado adiante.

Outros dois membros da “geração de 1907” adquiriram notoriedade militar nos conflitos da década de 1920, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha. José Antônio Flores da Cunha, recém formado em Direito no Rio de Janeiro, foi convidado por Leopoldo de Bulhões, então ministro da Fazenda do governo Rodrigues Alves, para assumir uma delegacia de polícia na Capital Federal. Permaneceu no cargo por cerca de um ano, quando “até capoeira aprendeu para melhor enfrentar os delinquentes” (Schneider, 1981: 39), e retornou ao Rio Grande do Sul, para Santana do Livramento, onde abriu banca de advocacia.

O retorno de José Antônio Flores da Cunha à sua região natal foi marcado por um conflito no qual seria inserido e que envolvia seu grupo familiar e o do coronel João Francisco Pereira de Souza. Este último fora de confiança pessoal de Júlio de Castilhos e comandava o 2º Corpo Provisório estacionado no Cati, região localizada entre Livramento e Quaraí, contingente composto por veteranos da Revolução Federalista. “Após o falecimento de Júlio de Castilhos, em 1903, o presidente Antônio Augusto Borges de

Medeiros passou a manobrar [...], retirando de João Francisco não só o seu poder político como, principalmente, o seu poder militar”. Borges estaria “temeroso de que João Francisco se tornasse um obstáculo a sua indefinida permanência no poder”, ao que Borges “passou ao prestigiamento de outros segmentos dentro do próprio Partido republicano, escolhendo para isso os Flores da Cunha” (Caggiani, 1996: 41-42). Este conflito, pois, assemelhava-se a outros tantos que irromperam no Rio Grande do Sul à época em que Borges procurava impor-se como sucessor de Júlio de Castilhos. Neste caso, como no caso semelhante e posterior em São Borja, Borges de Medeiros aproveitou-se de divisões locais pré-existentes para enfraquecer um potencial adversário e, prestigiando outra facção, buscava mediadores locais fiéis a si próprio. O desentendimento entre a facção dos Flores da Cunha e dos Pereira de Souza deu-se a partir do rompimento entre João Francisco e o coronel Francisco Flores da Cunha, irmão mais velho de José Antônio Flores da Cunha. Francisco Flores fora eleito intendente de Quaraí com o auxílio de João Francisco, quando, “ao findar o seu mandato tentava a reeleição. João Francisco, que se julgava traído pelo jovem político, vetou o seu nome e prestigiou outro candidato que venceu o pleito” (Caggiani, 1996: 46). A partir disto, Francisco Flores tornou-se “um inimigo irreconciliável de João Francisco” e, “valendo-se da influência [...] que exercia sobre seu irmão, [...] pressionou José Antônio Flores da Cunha a seguir seu exemplo” (Caggiani, 1996: 46-47).

Em 1908, o então presidente do Estado, Carlos Barbosa, dissolveu o 2º Corpo Provisório comandado por João Francisco que, não obstante, obteve para si a chefia de polícia da região. Pouco tempo depois, em Livramento, uma “polêmica no terreno das idéias” desenvolveu-se em “ataque pessoal”, levando a entrar “em choque dois grupos: os católicos e os livre-pensadores. Ao último pertencia o coronel João Francisco Pereira

de Souza e seus familiares” (Schneider, 1981: 41). Ao outro grupo pertencia o coronel Francisco Flores, então membro da Assembléia estadual. Segundo Caggiani, os tais “livre-pensadores” convidaram uma escritora chilena para algumas conferências na cidade, enquanto que seus adversários “tumultuaram” estes encontros sob o comando de Francisco Flores, do delegado de polícia e contando com “vários elementos reconhecidamente delinqüentes”. Ao mesmo tempo, os jornais — entre os quais *A Fronteira*, de propriedade de José Antônio Flores da Cunha — e panfletos circulavam com ataques de parte a parte. Em setembro de 1910 dois irmãos do coronel João Francisco foram mortos no Clube Pinheiro Machado por Salustiano Maciel, diretor do jornal *A Fronteira*, seu irmão, delegado de polícia, e por “dois peões do Dr. José Antônio Flores da Cunha”, tendo participado também do tiroteio um juiz da cidade que fora atacado em um “panfleto anônimo”. O juiz, o delegado e o diretor do jornal, que “temiam represálias”, viajaram para Montevideú. José Antônio Flores da Cunha “telegrafou ao presidente da República do Uruguai, Dr. Williman, solicitando que as autoridades daquele país rodeassem de todas as garantias os seus amigos que ali se encontravam refugiados”. No mês seguinte os três retornaram ao Rio Grande do Sul por Porto Alegre, “sendo recebidos [...] por expressivas figuras do Partido Republicano”, entre as quais o presidente da Assembléia, o diretor de *A Federação* e os deputados Getúlio Vargas e Paim Filho. A “impunidade com que foram recebidos os responsáveis pela chacina do Clube Pinheiro Machado, bem como as atenções que lhes foram dispensadas”, ainda segundo Caggiani, “constituem prova evidente de que a estrela de João Francisco estava a apagar-se e que uma nova liderança surgia para ocupar o seu lugar... Eram, sem dúvida, os Flores da Cunha” (Caggiani, 1996: 41-48). José Antônio Flores da Cunha, mesmo não se encontrando em Livramento no período, teve “acusações feitas até pela imprensa” que o davam como man-

dante de um crime premeditado (Schneider, 1981: 42). Tendo sido este um crime premeditado ou não, estes atos de violência findaram por levar à vitória a facção comandada pelos irmãos Flores da Cunha.

Em 1910 José Antônio Flores da Cunha encontrava-se novamente no Rio de Janeiro. No ano anterior fora eleito para a Assembléia estadual, mas, convidado por Pinheiro Machado para ocupar o cargo de delegado auxiliar de polícia na Capital Federal, aceitou a indicação. À época seu primo-irmão Rivadávia Corrêa era ministro da Justiça do governo Hermes da Fonseca. Flores da Cunha torna-se, então, “amigo de Pinheiro Machado”, a quem já conhecia desde o tempo de estudante (Caggiani, 1996: 49 e 54). Pinheiro, porém, era igualmente “amigo” do coronel João Francisco. Embora o primeiro aparentemente não tenha interferido nas lutas entre João Francisco e os irmãos Flores da Cunha, “resolveu que José Antônio Flores da Cunha não poderia entrar na chapa [para deputados federais que vinha organizando] de seu Estado”, aparentemente por causa dos problemas na região da Campanha (Schneider, 1981: 44). Pinheiro Machado, então, contactou o governador do Ceará, Nogueira Accioly, que aceitou incluir Flores da Cunha na chapa cearense para a Câmara Federal. Flores da Cunha seria eleito deputado federal por um Estado no qual nunca estivera e nem esteve para o período legislativo de 1912 a 1914 (Caggiani, 1996: 49-50).

A trajetória de Flores da Cunha até então fora marcada pela ocupação de cargos públicos diferenciados quanto a sua natureza e quanto aos âmbitos de atuação, além de ter sido advogado praticante e ter participado nas disputas com a facção do coronel João Francisco. Delegado de polícia no Rio de Janeiro, membro da Assembléia dos Representantes em Porto Alegre, novamente delegado no Rio de Janeiro e, enfim, deputado federal pelo Ceará. Por um lado, no Rio Grande do Sul ele parecia estar um tanto à som-

bra de seu irmão Francisco Flores e, por outro, no Rio de Janeiro, depender de seu “amigo” Pinheiro Machado e de seus outros contatos, principalmente seu primo Rivadávia Corrêa que, depois do ministério no governo Hermes da Fonseca, passou a ocupar uma das cadeiras no Senado pelo PRR. Esta situação, principalmente a de não ser o líder do grupo familiar e da facção que encabeçava no interior do Estado, permitiu-lhe circular mais livremente, como comprova sua longa permanência no Rio de Janeiro. Contudo, nesta cidade permanecia estreitamente atrelado à Pinheiro Machado, sendo que teria chegado ao “ponto de [...] declarar que, depois do pai Miguel Luiz da Cunha, foi Pinheiro Machado seu melhor amigo” (Caggiani, 1996: 53). Pinheiro foi assassinado em 1915 e foi Flores da Cunha quem acusou no tribunal do júri o réu Manso de Paiva acusado do crime. Cerca de um ano depois da morte de Pinheiro, o seu primo Rivadávia Corrêa enviou um telegrama à Borges de Medeiros:

“Meu primo José Antônio Flores da Cunha em péssimas condições de fortuna, mas com serviços de valor à República e à nossa política, precisando voltar a localizar-se no Rio Grande, necessita que meu querido chefe e amigo o ampare neste momento difícil na sua vida estendendo até ele sua valiosa boa vontade a fim conseguir colocação compatível com seus reais merecimentos. Ficarei imensamente agradecido se tomar a si amparar a quem tanto precisa e tanto merece” (apud Caggiani, 1996: 57).

Borges respondeu ao pedido com um outro telegrama oferecendo “nomeação intendente provisório Uruguaiana, acumulando também delegacia polícia. Perceberá um conto de réis mais ou menos, o que lhe garantirá cônica subsistência” (apud Caggiani, 1996: 57). Flores da Cunha aceitou os cargos e telegrafou à Borges: “pessoalmente vos manifestarei toda minha gratidão, prometendo desde já indefectível lealdade todo devotamente” (apud Caggiani, 1996: 57).

Ou seja, a morte de Pinheiro Machado deve ter trazido problemas para Flores da Cunha no Rio de Janeiro no sentido de conseguir novos e mais importantes cargos, o que também o afetava economicamente. Por intermédio de seu primo consegue de Borges o cargo de intendente e chefe de polícia em um município da região da Campanha, na qual seu irmão exercia sua influência nos municípios próximos de Quaraí e Livramento. Em artigo no jornal *Correio do Povo* de 1980, Rivadávia de Souza escreveu que esta “primeira aparição” de Flores da Cunha em Uruguaiana seria “o berço de sua arrancada para ocupar espaço indiscutível no cenário nacional” (apud Caggiani, 1996: 61). As circunstâncias nas quais assumiu os cargos citados também o beneficiariam e provavelmente devem ter sido pesadas por Borges quando de sua indicação. Em 1917 o PRR de Uruguaiana atravessava uma crise devido às disputas entre duas facções, uma liderada por Sérgio Ulrich de Oliveira e outra por Antônio Monteiro. De 1916 a 1920 cinco intendentes provisórios foram sucessivamente nomeados para o município. Flores da Cunha, o segundo deles, teria logrado “a pacificação dos ânimos” (Schneider, 1981: 49). Não obstante, candidatou-se à Câmara Federal e foi eleito para a legislatura de 1918 a 1920. Renunciou à intendência para assumir o referido mandato, mas, em 1919, “um expressivo grupo de amigos e correligionários promoveu sua candidatura à intendência municipal de Uruguaiana”. Eleito, renunciou, “mesmo contra a vontade de Borges de Medeiros”, ao mandato na Câmara para assumir a intendência de Uruguaiana (Caggiani, 1996: 58). Ou seja, sua atuação em Uruguaiana abriu-lhe um espaço próprio baseado em “amigos e correligionários” que o apoiavam, credenciando-o como mediador entre estas “bases” e o governo estadual.

O segundo período intencional de Flores da Cunha em Uruguaiana seria ainda marcado pela Revolução de 1923, quando ele foi nomeado, com o posto de coronel,

comandante da 2ª Brigada Provisória. Enquanto comandante militar borgista Flores da Cunha lograria alcançar notoriedade semelhante a de Paim Filho. Em 1923 comandou a resistência ao “cerco de Uruguaiana” feito pelas tropas comandadas por Honório Lemes e Batista Luzardo entre outros. Em tal resistência foi auxiliado pelo tenente-coronel Oswaldo Aranha que recrutara e comandava provisórios de “Itaqui, Alegrete e municípios vizinhos” (Lago, 1996: 83). A Brigada comandada por Flores da Cunha, que atuava na região da Campanha, seria a principal força de oposição aos contingentes comandados pelo chefe “rebelde” Honório Lemes. Nos combates sobre a ponte do rio Ibirapuitã, em Alegrete, Guilherme Flores da Cunha, seu irmão, foi morto e ele próprio ferido. Em 1924, por ocasião de um dos levantes “tenentistas”, Honório Lemes novamente “invade” o Rio Grande do Sul vindo do Uruguai. Flores da Cunha, que já encerrara seu mandato intencional em Uruguaiana e ocupava uma cadeira na Câmara Federal para a qual fora novamente eleito, licencia-se do cargo, da mesma forma que Paim Filho, e volta a comandar a citada Brigada em oposição a Honório Lemes, o que se repetiria no ano seguinte. Em 1925 o presidente Artur Bernardes o nomeou general honorário de Brigada do Exército e, ao final deste ano, suas tropas, que contavam também com o contingente de Oswaldo Aranha, aprisionaram Honório Lemes. Em 1926 Flores da Cunha novamente estaria à frente de um comando militar devido a um novo levante “tenentista”.

Sua participação nestes conflitos político-militares da década de 1920 renderam-lhe, pois, uma notoriedade nacional, ao mesmo tempo em que pôde demonstrar sua fidelidade ao chefe Borges de Medeiros. Em uma homenagem que lhe foi prestada em Livramento no ano de 1926, ele terminou um discurso dizendo: “convido-vos, republicanos fronteiriços, a, de pé, dizer comigo: com Borges de Medeiros, *à la vie à la mort*” (apud Caggiani, 1996: 116). Em 1928 Flores da Cunha foi eleito senador pelo PRR e em tal

posição participaria tanto das articulações para a formação da Aliança Liberal quanto da conspiração que levaria ao movimento armado de 1930.

Oswaldo Aranha também notabilizou-se neste período das crises político-militares da década de 1920. O mais novo dos componentes da “geração de 1907”, formou-se em Direito no Rio de Janeiro em 1916 e, no ano seguinte, retornou para sua região natal onde abriu banca de advocacia. Embora não ocupando cargos públicos, sua relação de amizade com Flores da Cunha e o alinhamento político-partidário de seu pai influenciaram-no no sentido de, inclusive, “dirigir” eleições no 4º Distrito de Uruguaiana e, em 1922, manifestar-se publicamente em favor da candidatura Borges de Medeiros “pressionado pelo pai e pelos amigos mais chegados” (Lago, 1996: 74-75). Porém, pouco antes de posicionar-se em favor de Borges, Oswaldo Aranha teria mostrado “incondicional admiração por Assis Brasil”, pois possuía, desde os tempos de estudante, “elos afetivos com [...] os federalistas” (Camargo, 1996: 48-49). De qualquer modo, os imperativos do grupo familiar e de amigos o colocaram disposto a “defender seu partido e Itaqui, município de sua família” (Lago, 1996: 150). Quanto à sua relação com Flores da Cunha, há indicações de que Oswaldo Aranha teria se oferecido até mesmo para apadrinhar o primeiro quando de um duelo que teria marcado com Batista Luzardo, mas que não se realizou (Camargo, 1996: 48). Esta relação datava ainda do período em que estudava no Rio de Janeiro e aprofundou-se quando Oswaldo Aranha abriu sua banca de advocacia em Uruguaiana, município ao lado de Itaqui, quando passa a atuar profissional e politicamente junto de Flores da Cunha.

Quando ocorre a Revolução de 1923, como já apontado, Oswaldo Aranha organiza e comanda tropas de provisórios recrutadas em Itaqui e região. Nomeado tenente-coronel, luta sob o comando geral de Flores da Cunha. Nos combates sobre a ponte do

Ibirapuitã em Alegrete, onde o irmão de Flores foi morto e este ferido, Oswaldo Aranha também receberia ferimentos, da mesma forma que em 1926 no chamado “combate do Seival” (O’Donnell, 1980: 147). Ao seu lado combateram, “entre outros seus irmãos Cneu e Luiz, seu cunhado Dico [...], seu cunhado Ayres Maciel [...] e também o seu grande amigo Flodoardo Silva” (Lago, 1996: 92). Seu engajamento militar a partir de 1923 trouxe-lhe “enorme prestígio e já com a auréola de herói, com a legenda de sua bravura aumentada pelo ferimento recebido e pelo arrojo [...], louros que dividia com seu amigo Flores da Cunha” (O’Donnell, 1980: 153).

Em 1924 Borges de Medeiros o nomeia subchefe de polícia da região da Fronteira, com sede em Alegrete, e seu pai é eleito vice-intendente de Itaqui. No ano seguinte, o presidente do Estado “indicou-o candidato à intendência de Alegrete” e ele é eleito (DHBB, 1984: 164), permanecendo no cargo até 1927. Neste ano seria também eleito para a Assembléia estadual e, logo depois, seria indicado para ocupar a vaga deixada por Getúlio Vargas na Câmara Federal devido a sua ida para o Ministério da Fazenda do governo Washington Luiz (Lago, 1996: 179). Oswaldo Aranha teria interpretado esta indicação por Borges de Medeiros como “um movimento reparador pelo meu sacrificio” (apud Camargo, 1996: 53). Com a eleição de Getúlio Vargas para o governo do Rio Grande do Sul, Oswaldo Aranha é chamado a compor o seu secretariado na pasta do Interior e Justiça, cargo que assume em 1928. Seu cunhado Ayres Maciel escreveu-lhe, em fins de 1927:

“A tua vertiginosa ascensão no cenário político gaúcho, parece-me, não tem igual, pois menos em menos de 4 anos, eis-te de [...] milico a deputado, passando pelos postos intermediários de confiança do chefe e, em todos, conquistando os louros da vitória, na suave estrada que te traçou o destino” (apud Lago, 1996: 179-180).

Por certo “vertiginosa”, a ascensão de Oswaldo Aranha deu-se justamente no contexto das crises do início da década de 1920. Exercendo a advocacia em Uruguaiana e região estreitou relações com Flores da Cunha, Getúlio Vargas e João Neves, entre outros, e iniciou-se na prática político-partidária organizando eleições e prestando apoio à candidatura de Borges de Medeiros ao seu quinto mandato presidencial em 1922. Mas ele também “destinou-se muito cedo a suceder o pai na política, como chefe político do clã”. Embora não fosse o irmão mais velho, era o segundo filho do coronel Euclides Aranha, o primogênito Adalberto Aranha “viveu no Rio de Janeiro desde meados da década de 20” (Camargo, 1996: 37). Oswaldo Aranha inicia sua “carreira política” paralelamente à do pai. Quando Oswaldo Aranha ocupa seus primeiros cargos públicos em Alegrete, o coronel Euclides assume a vice-intendência de Itaqui. O “clã”, pois, mantinha uma “base” local forte em Itaqui a partir da liderança do coronel Euclides Aranha, enquanto Oswaldo Aranha ampliava a sua área de influência a municípios vizinhos, contando com o auxílio de outros irmãos e cunhados que muitas vezes secundavam suas posições, como no caso de sua liderança militar. Oswaldo Aranha, do mesmo modo que Getúlio Vargas, paulatinamente vai conseguindo impor-se como mediador entre os interesses políticos do grupo familiar e a chefia partidária e do governo no Estado. Aproxima-se de Borges de Medeiros conquistando sua confiança e demonstrando sua fidelidade. Em carta à esposa de 1926, Oswaldo Aranha escreve, referindo-se a Borges, que “o presidente recebeu-me como nunca. Ele é realmente generoso comigo” (apud Lago, 1996: 126). O alcance de notoriedade e prestígio político-militar abriu-lhe novas possibilidades de ocupar posições cada vez mais importantes e, com a subida de Vargas ao governo do Estado, já se credenciara para participar da “ascensão de uma segunda geração de políticos rio-grandenses ao poder” (Love, 1975: 233).

Finalizando esta parte do presente capítulo, cabe salientar novamente que os percursos políticos aqui em questão deram-se atrelados à Borges de Medeiros. Como ficou demonstrado, tal atrelamento foi com efeito decisivo para todos os casos na medida em que permitiu a estes políticos o alcance de posições cada vez mais importantes principalmente ao longo da década de 1920. Mesmo sendo tais relações com Borges bastante tensas ao ponto mesmo de terem ocorrido rupturas, principalmente por questões de disputa do poder em nível local e que envolviam os grupos familiares, a resolução destes conflitos abriram as portas para a atuação nos planos estadual e federal que estavam estreitamente controlados por Borges de Medeiros. Sem o “prestigiamento” deste, as portas para a ocupação de cargos eletivos ou não mais importantes era impossível. Por outro lado, o controle do poder local por familiares próximos e/ou por eles próprios constituíam “bases” importantes de apoio e índice de prestígio que os constituía enquanto mediadores entre tais “bases”, que em certos casos incluíam o grupo familiar, e o governo do Estado que se confundia na mesma pessoa com o poder do partido político dominante. Isto é válido para todos os membros da “geração” em questão com exceção de Maurício Cardoso, como já apontado. No plano local, as relações de parentesco, clientelísticas e de posicionamentos em termos de facções políticas aproximavam estes agentes das lógicas a tais relações vinculadas que estavam perpassadas por um grau bastante grande de violência física, incluindo assassinatos, surras, intimidações e a possibilidade de mobilização de “provisórios” em tempos de crises. Porém, nenhum destes agentes limitou-se a atuar neste espaço. Instrumentalizados que estavam em termos culturais, intelectuais e profissionais também manejavam ou foram passando a manejar instrumentos como a oratória, a retórica, a lógica “bacharelesca”, bem como as relações formais e eufemizadas das “sociedades” de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, onde contavam com

relações pessoais herdadas, acumuladas e estendidas.

As tensões entre solidariedades ao grupo familiar, à facção partidária, ao chefe do PRR, aos “amigos e correligionários” bem administradas, aliadas a formações culturais e escolares elevadas, o que abria a possibilidade de tomar contato com correntes de pensamento e movimentos políticos que se desenvolviam em outras partes do mundo, permitiram a estes políticos espaços de atuação diferenciados que iam desde os “duelos”, “organização de eleições”, vendetas pessoais e políticas paroquiais, passando pelas lideranças militares, pela participação em comícios, em tribunas parlamentares, em escritos na imprensa e em cargos político-administrativos no Estado e no Rio de Janeiro. Mas eles buscaram também, e em grande medida foram bem sucedidos, notoriedades que extrapolavam em muito a patronagem que exerciam nos níveis paroquial, estadual e federal e que atravessava as esferas jurídica, partidária, familiares, burocrática e pautava as relações de amizade. “Estas expressões *interesse do Rio Grande, o dever do Rio Grande, a honra do Rio Grande* tinham, para os homens da nossa geração, um sentido quase místico. Nós nos considerávamos soldados do Rio Grande, cavaleiros andantes da sua honra, servidores dos seus ideais” (Fontoura, 1969: 573, grifos no original). Notoriedade militar, enquanto oradores, “tribunos” e “intelectuais” se articulavam para que passassem a se conceber como encarnações do Rio Grande do Sul, seus porta-vozes e intérpretes dos seus desejos, identificação que se foi constituindo ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas assumia o governo do Estado e passou a mediar uma aproximação com os principais líderes da oposição ao PRR que eram também uma oposição à Borges de Medeiros, notadamente, a aproximação com os líderes do Partido Libertador. Esta notoriedade era pois baseada na crença “mística” a eles atribuída pelos outros de que eles de fato encarnavam o que diziam e eles próprios criam encarnar. Ou seja, tornavam-se intérpretes e

senhores do sentido para a sociedade enquanto seus líderes carismáticos.

Os recursos culturais e escolares adquiridos, as viagens realizadas, os laços de amizade estabelecidos com outros políticos, juristas, professores, advogados, funcionários públicos e companheiros de armas os foram autonomizando frente às disputas político-partidárias paroquiais e qualificando-os socialmente para intervir, agindo e dando conta discursivamente das “razões” disto, em outras esferas: comando de tropas, liderança de bancadas, entrevistas aos jornais, atuação em júris, enfim, qualificando-os ao ponto de proporem ações e mobilizações coletivas. O sucesso das “carreiras” políticas dos membros da chamada “geração de 1907” deveu-se tanto à ocupação destas posições de mediação entre diversos níveis e esferas cujas lógicas passavam a dominar, bem como a uma notoriedade adquirida em “feitos heróicos”, seja em ações militares, seja enquanto parlamentares-oradores. Ao final da década de 1920 todos os membros desta “geração” aqui em questão ocupavam posições político-partidárias “de frente” no Rio Grande do Sul e, alguns deles, no próprio país. Nestas posições é que se credenciavam para levarem à cabo as articulações que formariam a Frente Única entre os partidos do Rio Grande do Sul e a Aliança Liberal e, logo depois, a conspiração político-militar que levou ao movimento armado de 1930.

3.2. A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930:

Em 1926, nas “comemorações castilhistas”, o então estudante de Direito e depois secretário de governo de Getúlio Vargas, Luiz Vergara, proferiu um discurso em home-

nagem ao “patriarca” Júlio de Castilhos que se encerrava com uma afirmação de que, “em face da calamitosa situação nacional”, era preciso “*rio-grandensizar o Brasil*”, que “fora considerada pelos conspícuos maiorais partidários [do PRR] um tanto despropositada e arrogante”. No ano seguinte, quando Getúlio Vargas já ocupava o cargo de ministro da Fazenda, Vergara teria com ele se encontrado. Vargas lhe teria dito que: “Já o conheço. Você foi aquele orador que alarmou a circunspeção do Dr. Borges, dizendo que precisávamos *rio-grandensizar o Brasil*, e aqui para nós é bem possível que estivesse com a razão” (Vergara, 1960: 7-8, grifos no original).

Nesta época o Rio Grande do Sul se encontrava ainda político-partidariamente dividido entre os componentes da Aliança Libertadora liderada por Assis Brasil e o PRR chefiado por Borges de Medeiros. Este último tentava reaproximar-se do governo federal, influenciando na sucessão de Artur Bernardes, a quem não apoiara em 1922 quando fizera parte da chamada Reação Republicana que apoiava o candidato Nilo Peçanha. Nas eleições de 1926 para a presidência da República, porém:

“Borges aceitou passivamente a fórmula paulista-mineira e o trapaceiro sistema de convenções que já rejeitara em 1922. Em suas considerações, pesava indubitavelmente um respeito, recentemente adquirido, pelas conseqüências de uma oposição à aliança daqueles dois Estados, já que as conturbações dos anos de Bernardes podiam, em certa medida, ser atribuídas à campanha de 1922. Demais, o Rio Grande do Sul estava em débito político com São Paulo. Em troca da intercessão paulista para minimizar o efeito das revisões constitucionais de Bernardes em 1925, Vargas [então líder do PRR no Congresso] prometera o apoio gaúcho às ambições de São Paulo pela presidência” (Love, 1975: 230).

Neste contexto, pois, “*rio-grandensizar o Brasil*” só poderia ser interpretado pelos “maiorais partidários” como “impetuosidade do estudante improvisado em orador político” (Vergara, 1960: 7). Dois anos depois, porém, tal afirmativa ou outras com um

sentido semelhante, estariam presentes em comícios e nas páginas dos jornais com o intuito de mobilizar o “povo” para a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Este último mesmo se encarregaria de uma outra afirmação a ela semelhante ou complementar em seu manifesto lançado em 4 de outubro de 1930 nos jornais do Rio Grande do Sul, na manhã seguinte, portanto, ao dia em que se desencadeou a chamada Revolução de 1930: “Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico” (apud Franco, 1980: 229).

A partir dos últimos dois anos da década de 1920, as duas grandes facções político-partidárias estaduais formariam uma “frente interpartidária” e o Rio Grande do Sul se inseriria na política nacional como uma unidade centrada na possibilidade de que um rio-grandense pudesse assumir a presidência da República. Isto apenas cinco anos depois dos confrontos armados nos quais estas facções se enfrentaram pelo interior do Estado na chamada Revolução de 1923. Alguns dos principais agentes da estruturação desta unidade que transcendia o paroquialismo e repousava sobre uma espécie de regionalismo recém constituído, foram os componentes da “geração de 1907”. Estes artífices e interpretes deste regionalismo do final da década de 1920 imediatamente se posicionaram, instrumentalizados que estavam, como mediadores entre este plano estadual e o complexo “sistema” inter-oligárquico que regia o Estado brasileiro da época. Igualmente estabeleceram mediações com outros grupos em ascensão social e/ou política no Estado e no país, tais como, principalmente, imigrantes estrangeiros, agrupamentos, quase todos recém formados, de categorias profissionais, de produtores ou de trabalhadores e grupos de militares.

Para isto foi fundamental a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Estado em 1928, enquanto Borges de Medeiros permanecia como “chefe unipessoal” do PRR.

Este último, porém, muda-se de Porto Alegre para as suas terras em Cachoeira do Sul, a estância do Irapuazinho. Por outro lado, os opositoristas à Borges de Medeiros formaram também neste ano, a partir da Aliança Libertadora, o Partido Libertador sob a chefia de Assis Brasil. O novo presidente do Estado passa a aproximar-se destes opositores que, muitos deles, cinco anos antes, participaram e lideraram o levante armado contra o então presidente Borges de Medeiros. Ele “convidou os libertadores a visitá-lo no Palácio do Governo, um gesto jamais cogitado por Borges de Medeiros”, pois “Getúlio podia permitir-se ser mais flexível do que Borges; aos olhos dos libertadores, ele não era um usurpador” (Love, 1975: 242). Além disto, apesar de Getúlio ter recrutados provisórios em 1923, não participou diretamente de batalhas. Com Getúlio Vargas na presidência do Estado, Paim Filho e Oswaldo Aranha foram chamados a compor o seu secretariado e João Neves, seu vice-presidente, assume uma cadeira na Câmara Federal onde passa a ser o líder da bancada do PRR. Flores da Cunha foi eleito para o Senado, Lindolfo Collor permanecia na Câmara e Maurício Cardoso na Assembléia estadual.

Neste contexto, Getúlio Vargas tinha seu poder de atuação limitado, no que concerne ao PRR, por Borges de Medeiros que manteve a chefia partidária, o que significava manter sua centralidade na rede que a ele vinculava a maior parte dos líderes do PRR no interior do Estado. Esta desvantagem aparente de Getúlio Vargas findou por ser para ele um grande trunfo. Claramente impondo-se como o líder de sua “geração”, João Neves, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Paim Filho, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor ficavam cada vez mais dependentes dele, ao mesmo tempo em que a aproximação com os principais chefes Libertadores podia ser capitalizada politicamente por Getúlio Vargas. Desta forma foi-se delineando uma primeira característica da ascensão destes políticos no período, a autonomização frente a Borges de Medeiros, reforçada ainda pelo ci-

tado regionalismo que era também capitalizado por esta nova “geração”. A segunda característica foi a possibilidade aberta por esta “união política” do Rio Grande do Sul de estes políticos colocarem-se como mediadores entre seu Estado e o plano político nacional respaldados por tal “união”, o que os tornou mais agressivos e exigentes frente às demandas ao governo central e frente aos demais líderes estaduais. Por fim, relações antigas de amizades, de parentesco e de escolas, junto com a perspectiva de desencadear um suposto movimento radical de subversão das instituições formais, aproximou muitos destes políticos de líderes militares “tenentistas” ou não que dariam o suporte militar necessário ao golpe de 1930.

O processo deu-se em três momentos principais nos quais a atuação destes membros da “geração de 1907” foi fundamental. Primeiro, a citada aproximação com os Libertadores. Segundo, as articulações político-eleitorais para a formação da Aliança Liberal com o lançamento da chapa, opositora à chapa “oficial” do Catete, encabeçada por Getúlio Vargas para a presidência da República. Terceiro, as articulações político-militares que redundariam na chamada Revolução de 1930.

Em todos estes momentos pesou significativamente o sucesso de alguns destes membros da “geração de 1907” em colocarem-se em posições-chave de mediação. Camargo os qualifica como “*mediadores estratégicos*”, referindo-se tanto a estes rio-grandenses aqui em questão, quanto a uma genérica “geração política mais nova”, que englobaria ainda os mineiros Francisco Campos e Virgílio de Melo Franco. Segundo Camargo tal “mediação estratégica” seria exercida por esta “nova geração” enquanto aglutinadores “de grupos regionalmente diferenciados e politicamente heterogêneos”. Tendo eles acesso direto aos que chama de “velhos *patriarcas* que eram a encarnação mesma da República Velha” — Borges de Medeiros, Antônio Carlos, Olegário Maciel e

mesmo Getúlio Vargas, excluído do grupo dos “novos” — eles se posicionavam como elos de ligação entre eles mediando suas relações (Camargo, 1996: 56-57, grifos no original). Embora esta noção de “mediadores estratégicos” pareça adequada aos casos aqui abordados, a forma como Camargo concebe tal noção simplifica em muito as funções de mediação que os componentes desta “nova geração” exerciam e passaram a exercer a partir dos dois últimos anos da década de 1920, incluindo nesta Getúlio Vargas. Não se constituíram apenas como mediadores entre os “velhos *patriarcas*” e governadores dos Estados em função da articulação da campanha eleitoral de 1929-30 e do movimento armado posterior. Se no plano mais geral do jogo político nacional isto pode ser verificado, as atuações específicas de cada um destes mediadores aponta para tensões e ambigüidades nas tomadas de posições e no exercício das funções de mediação bem mais complexos e variados, como foi mostrado na parte anterior deste capítulo e será aqui ampliado.

O primeiro momento importante no processo que culminou na Revolução de 1930 foi a aproximação entre “republicanos” e “libertadores”. Se, por um lado, os percursos em questão foram marcado em maior ou menor grau por tensões e mesmo conflitos com Borges de Medeiros, o ponto que alcançaram no final da década de 1920 deveu-se em muito a que a centralidade do presidente do Estado e chefe PRR teve que ser aceita. Ou seja, o sucesso destes “jovens políticos” deu-se em grande medida por se inserirem na rede centralizada em Borges de Medeiros. Porém, ao mesmo tempo em que eles passam a ocupar tais lugares, voltam as tensões com respeito ao “velho patriarca” e amplia-se o grau de possibilidade de atuação autônoma frente a ele. E no Rio Grande do Sul, segundo teria dito João Neves em um discurso à época, “no campo administrativo” a “orientação [era] do presidente do Estado”, enquanto que “politicamente [...] obede-

cegos à inspiração e ao comando de Borges de Medeiros, que há de ser sempre o condutor das grandes legiões deixadas por Júlio de Castilhos” (Fontoura, 1963: 41-42). Embora seja muito difícil distinguir o que era “administração” do que era “condução política” no sentido de que ambas as esferas se interpenetravam e estiveram até então centralizadas em Borges de Medeiros, parece que foi necessária uma acomodação entre Vargas e Borges.

Sob este aspecto, o caso relatado por Luiz Vergara de como veio a tornar-se secretário de gabinete de Vargas é significativo. Quando o último era ainda ministro da Fazenda, teria questionado Vergara se este não estaria interessado em um “emprego federal”. Vergara, aceitando a oferta e sendo questionado por Vargas se não sabia de “uma vaga”, mostrou-se interessado no cargo de “fiscal do selo adesivo” que o permitiria também advogar, mas o tal cargo só vagaria com a morte de um seu ex-colega de Faculdade que o ocupava, mas que se encontrava “gravemente doente”. Getúlio Vargas teria lhe dito que “se ele morrer e eu ainda for ministro avise-me”. Tempo depois, quando Vargas iniciava o seu governo no Estado, o ex-colega de Vergara morreu e ele fez chegar ao presidente a notícia. Vargas mandou dizer-lhe que “lembrava bem da promessa e faria de mim o seu candidato no momento oportuno”. O “momento” seria um encontro que teria com Borges de Medeiros, em uma “situação delicada em que se encontravam as relações do presidente com o chefe do Partido”, de modo que Vargas não teria querido fazer as indicações para os cargos vagos (havia outras vagas a serem preenchidas) sem “antes ouvi-lo a respeito”. Desta entrevista entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros Luiz Vergara teria ouvido a seguinte versão dada pelo então secretário de Vargas, João Pinto da Silva:

“Fora cerimoniosa mas cordial e haviam acertado os relógios

para um *modus-vivendi*, que não sofreu posteriormente alterações. Só uma coisa havia deixado Getúlio contrariado e tratava-se infelizmente do caso da minha indicação. Acertara as indicações para os outros cargos e por último, quando se tratou da vaga de fiscal e o presidente disse que para ela tinha um candidato, declarando logo quem era e não esquecendo de acentuar a minha qualidade de jornalista e também companheiro político. O Dr. Borges mostrou-se reservado e depois de dizer que estranhava que eu sendo um jornalista não escrevesse no jornal do Partido *A Federação* e preferisse outro que se apresentava como independente mas tinha colunas abertas aos seus velhos adversários, acabou declarando que lamentava não poder concordar com a minha indicação, mesmo porque tinha um compromisso e desejava atendê-lo. Pois se tratava de um moço que havia sido seu oficial de gabinete e que ele queria premiar pela sua dedicação. Declinou-lhe logo o nome e Getúlio surpreendeu-se de ver que o candidato era um funcionário estadual que ele havia conservado no seu gabinete juntamente com mais dois auxiliares de gabinete do Dr. Borges” (Vergara, 1960: 26-28).

Vergara ainda relata que Getúlio Vargas se “desgostara duplamente com o caso da [...] indicação”: pela “oposição encontrada” e pelo “procedimento do seu auxiliar de gabinete que sem dizer-lhe nada fora solicitar o apadrinhamento do Dr. Borges”. O resultado foi que o ex-oficial de gabinete de Borges de Medeiros ganhou o cargo de fiscal do selo adesivo e Vergara foi convidado por Getúlio Vargas para ocupar este lugar vago em seu gabinete. Vergara aceitou, iniciando “quase dezoito anos de colaboração ininterrupta” (Vergara, 1960: 29-32).

Este caso, além de mostrar como eram preenchidos os cargos públicos, mostra também que as relações entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas foram desde o início marcadas por tensões, ao ponto de ser necessário o estabelecimento de um “*modus-vivendi*”, que pode ser formalmente entendido como a tal separação das esferas de controle de um e de outro, respectivamente, os comandos “político” e “administrativo”. Contudo, fica também claro que mesmo um ato “administrativo” como o preenchimento

dos cargos públicos, de responsabilidade do presidente do Estado, era objeto de barganha. Ou seja, Borges de Medeiros não estava de todo afastado da “administração” e, como é analisado na seqüência, Getúlio Vargas não se limitou a ser apenas um “administrador”. E o caso específico de Vergara aponta igualmente para uma disputa ou ao menos tensão entre padrinhos, de um lado o “velho” chefe do PRR e de outro o “novo” presidente do Estado que parece não se propor a manter-se em uma posição subalterna frente à Borges de Medeiros. Getúlio Vargas só era em parte devedor de sua posição ao chefe do PRR, pois contava tanto com o apoio de suas “bases” no interior do Estado quanto com o prestígio que soube granjear no Rio de Janeiro como parlamentar e ministro, bem como possuía fortes e próximas relações com, principalmente, os outros “jovens políticos” do seu partido, muitos dos quais seus ex-colegas de faculdade, como os demais membros da “geração de 1907”, que ele próprio passa a prestigiar: Paim Filho e Oswaldo Aranha em seu secretariado e João Neves na liderança da bancada na Câmara Federal.

A aparente desvantagem de Getúlio Vargas em ter seu poder limitado por Borges de Medeiros seria-lhe, pois, um trunfo. Apresentando-se ou deixando-se apresentar como um “administrador”, afastou-se das antigas rivalidades entre as facções mutuamente opositoras no Rio Grande do Sul, conseguiu estabelecer relações vantajosas com o governo federal, de quem “obteve importantes concessões econômicas”, ministro de Washington Luiz que fora, e “encorajou” a formação, inclusive “patrocinando”, de “novas associações de grupos de interesse” no Rio Grande do Sul, associações patronais, de trabalhadores, de comerciantes e de produtores que se vinham organizando desde meados da década de 1920 (Love, 1975: 238-241). Mantendo com Borges de Medeiros o tal “*modus-vivendi*”, posicionava-se em relativo afastamento com respeito a ele, o que lhe

permitiu costurar apoios e acordos fora do PRR que se encontrava em grande parte ainda controlado por Borges de Medeiros. Desta forma, a aproximação com os libertadores e o incentivo ao associativismo, de onde saíam novas lideranças e potenciais aliados, muitos dos quais imigrantes ou filhos de imigrantes principalmente da Itália e Alemanha, poderiam constituir recursos importantes que Getúlio Vargas se propunha a controlar.

Mas não somente Getúlio Vargas atuou no sentido de uma aproximação com os tradicionais opositores do PRR. Mesmo que todos os demais membros da “geração de 1907” tenham apoiado Borges de Medeiros a partir dos confrontos armados de 1923, seja diretamente comandando tropas, seja na imprensa ou nos parlamentos, não parece ter havido maiores resistências entre eles a uma aproximação com os líderes do Partido Libertador. Pelo contrário, Oswaldo Aranha, como já salientado, possuía diversos ex-colegas de faculdade filhos de opositoristas ao PRR, como Rubens Antunes Maciel. Em 1927, “seu prestígio parecia crescente mesmo entre os seus opositores”, e “é provável que Rubens Antunes Maciel já estivesse defendendo Oswaldo junto aos libertadores, como continuaria a fazê-lo em 1928, buscando uma aproximação entre aqueles e Aranha” (Lago, 1996: 1996: 187). Durante o ano de 1928, porém, tal aproximação deu-se em atos mais ou menos isolados, como o reconhecimento de candidatos eleitos pelos libertadores em alguns municípios, ou em tomadas conjuntas de posição de parlamentares do PRR e do PL principalmente no Legislativo federal (Lago, 1996: 199-200). Neste plano “partidário” mais amplo, pois, as rivalidades paroquiais podiam ser contornadas ou diluídas em função da ação de líderes individuais em nome de “interesses do Rio Grande do Sul” frente ao governo nacional, ou em função de relações de amizade ou de “gestos” como os de Getúlio Vargas de convidar líderes opositoristas para visitá-lo no Palácio.

A formalização desta aproximação somente ocorreu quando a possibilidade de

eleger presidente da República um rio-grandense se abriu. Em meados de 1929 a recusa de Washington Luiz em apontar um sucessor mineiro para o seu cargo levou a que membros do Partido Republicano Mineiro (PRM) procurassem líderes rio-grandenses para que fosse lançado um candidato do Rio Grande do Sul em oposição ao candidato “oficial” que parecia ser o paulista Júlio Prestes. Em torno da candidatura Getúlio Vargas à presidência da República foi possível formalizar uma aliança eleitoral entre os partidos rio-grandenses que ficou conhecida como Frente Única. Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, pelo lado do PRR, e Francisco Antunes Maciel Júnior e Batista Luzardo, pelo lado dos libertadores, “sendo que este último desde o início de 1928 vinha mantendo contatos com Vargas, apoiado por Plínio Casado e com a tolerância de Assis Brasil”, teriam sido os principais artífices da citada união (Lago, 1996: 259).

Nos planos estadual e nacional, em nome de “interesses do Rio Grande do Sul” e/ou de “reformas liberais” vagas e imprecisas, como é analisado adiante, foi costurado um acordo político-eleitoral visando as eleições presidenciais de março de 1930 entre o PRR e o PL. Isto foi implementado não pelas velhas lideranças como Borges de Medeiros e Assis Brasil, embora não estivessem alheios aos acontecimentos que findaram por contar com seus beneplácitos, mas por novas lideranças emergentes de ambos os lados que passaram a circular principalmente em torno de Getúlio Vargas. Se no plano parquial Batista Luzardo e Flores da Cunha quase envolveram-se em um duelo e se enfrentaram no campo de batalhas, ambos estariam, poucos anos depois, lado a lado atuando em favor da candidatura de Getúlio Vargas (ver fotos de 1930 em Lago, 1996: 164).

Enquanto no Rio Grande do Sul o afastamento de Borges de Medeiros do governo do Estado e a ascensão de Getúlio Vargas permitiam a aproximação entre os partidos locais, no Rio de Janeiro se gestava a formação da chamada Aliança Liberal que lançaria

a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa para presidente e vice da República. A campanha eleitoral e o movimento armado posterior, embora embricados, foram dois momentos diferentes. No primeiro, a ação de João Neves no Rio de Janeiro enquanto líder da bancada do PRR no Congresso foi decisiva. Ele, sempre em contato com Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, acertou o acordo com os políticos mineiros que viabilizou a formação da Aliança Liberal. Ao mesmo tempo, Getúlio Vargas apoiava as ações de João Neves sem, contudo, restringir os contatos de Flores da Cunha e Oswaldo Aranha com políticos paulistas ligados à Júlio Prestes, sendo que ele próprio continuava a manter correspondência com o presidente Washington Luiz. Em meados de 1929, no entanto, de forma geral os líderes políticos rio-grandenses mais importantes do PRR e do PL engajaram-se na campanha eleitoral apoiando a chapa Vargas-Pessoa.

No final do ano de 1928, em homenagem a João Neves, recém empossado no cargo de deputado federal, foi oferecido um banquete no *Jockey Club* do Rio de Janeiro com a presença de vários políticos ligados ao presidente Washington Luiz. Em seu discurso Neves manifestou-se sobre o que considerava a “necessidade” de em pleitos eleitorais se “acatar a deliberação das urnas” e criticou os “partidos” políticos nos quais, segundo ele, imperava “o espírito de caciquismo”. Em suas *Memórias*, João Neves diz que procurava, fazendo tais críticas genéricas, marcar uma posição neutra do Rio Grande do Sul nas discussões à sucessão de Washington Luiz que em breve se abririam, de modo que, como deixa a entender que esperassem dele no banquete, não manifestou um apoio de seu Estado a possíveis candidatos oriundos do Catete. Uma semana depois, em 15 de novembro, porém, Flores da Cunha, participava de um banquete em São Paulo, festa “oficial” organizada pelo governador Júlio Prestes, com quem, entre vários outros políticos paulistas, tinha “íntimas ligações de amizade”. Ainda segundo João Neves, Flores da

Cunha, instado por seus “amigos” paulistas, declarou que os “republicanos rio-grandenses marcharão com os paulistas, ombro à ombro, rumo à vitória”, posição que Oswaldo Aranha também teria à época (Fontoura, 1963: 32-38 e Lago, 1996: 250). Como já salientado, Flores da Cunha estudara em São Paulo e Oswaldo Aranha tinha neste Estado parentes ligados ao Partido Republicano Paulista, como o seu tio José de Freitas Valle. Tanto Flores quanto Aranha tinham também já passado por mandatos federais à época em que Borges de Medeiros buscava uma aproximação com o governo federal depois dos atritos com Artur Bernardes. Neves, por seu turno, era um recém-chegado à Capital Federal e aparentemente não contava com tais tipos de relações com políticos paulistas. Prestigiado por Borges de Medeiros e Getúlio Vargas com a liderança da bancada, João Neves também se encontrava mais livre de constrangimentos de amizades, parentesco, ou posições anteriormente tomadas.

Quanto a Getúlio Vargas, parecia deixar que os demais políticos rio-grandenses agissem mais ou menos livremente, pois enquanto João Neves principiava as conversas com políticos, Vargas mantinha relações “amistosas” com Washington Luiz, recebia informações de vários parlamentares rio-grandenses, bem como de “amigos” como João Daudt de Oliveira, empresário de origem rio-grandense estabelecido no Rio de Janeiro, e parece não ter acordado uma “linha” muito clara de ação para seus parlamentares. Em carta a Daudt de fevereiro de 1929, quando seu nome era já cogitado para encabeçar a chapa oposicionista, Getúlio Vargas escreveu que “nossa atitude em face do problema político deve ser de discrição e silêncio. [...] A regra deve ser ouvir e transmitir, sem prometer” (apud Guimarães et al., 1982a: 106). Ele procurou manter esta posição ao longo de todo o processo, mas deixava que os políticos e “amigos” mais próximos a ele agissem, inclusive incentivando-os, muitas vezes de forma diversa uns dos outros, ao

mesmo tempo em que se mantinha informado sobre o que faziam por eles mesmos ou por terceiros. Desta forma Getúlio Vargas foi-se fortalecendo frente a Borges de Medeiros, aos libertadores, aos demais políticos rio-grandenses e brasileiros, pois passou a mediar as várias composições e os acordos que eram estabelecidos, além de ocupar o cargo político-formal mais importante do Estado. Ou seja, tornava-se o principal mediador entre os vários agentes do jogo, como Borges de Medeiros e o seu PRR, os mineiros, os componentes da “geração de 1907”, Assis Brasil e o PL, Washington Luiz e o governo federal.

Então, Borges de Medeiros passa a ser um dos líderes que tinha muito mais que ser “administrado” do que seguido como um chefe. Em janeiro de 1929 João Daudt escreveu ao secretário de Getúlio Vargas, João Pinto da Silva, relatando que Assis Chateaubriand gostaria de fazer uma entrevista com Borges de Medeiros para um de seus jornais. “O Assis, por indicação do Neves, confiou ao Collor a reportagem. Disse-me o Neves que orientaria e controlaria as *interviews*, o que, conforme acordamos, era indispensável, devido à pouca confiança que inspira o entrevistador” (apud Guimarães et al., 1982a: 100). “Desconfiança” com o entrevistador e “controle” sobre a entrevista. Estes mediadores estratégicos, pois, não agiam como um “bloco [...] emulador de grandes mudanças”, embora o que os unisse era por certo “a dissidência eleitoral cujo objetivo final era um só: o poder” (Camargo, 1996: 57), mas exercendo e disputando posições de mediação. E os “cuidados” com a tal entrevista mostram também que Borges de Medeiros estava perdendo o controle de seus subordinados formais, pois pertencentes ao partido que chefiava.

Neste sentido Getúlio Vargas é quem passou a lucrar, principalmente quando foi assinado o acordo de junho de 1929, entre João Neves e os mineiros Francisco Campos

e José Bonifácio Ribeiro de Andrada, que ficou conhecido como Pacto do Hotel Glória. Este versava sobre o lançamento de um candidato opositorista à situação federal que seria do Rio Grande do Sul: Getúlio Vargas ou Borges de Medeiros. O último não aceita a indicação e Getúlio Vargas finda por ser o escolhido. A partir de então, formalizou-se a chamada Aliança Liberal. O “pacto” firmado no quarto de João Neves no Hotel Glória foi posteriormente ratificado por Borges de Medeiros, procurado em sua estância por Oswaldo Aranha, e levou Getúlio Vargas a escrever à Washington Luiz comunicando-lhe sua disposição de concorrer nas eleições de março de 1930, carta entregue por Flores da Cunha. O governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, faz o mesmo, declarando seu apoio à candidatura de Getúlio Vargas. Em julho, em Porto Alegre, reúne-se um Congresso das Municipalidades, quando a candidatura de Getúlio Vargas é “aclamada” por membros do PRR e do PL e se forma a Frente Única Rio-Grandense entre estes dois partidos.

Lançada a campanha eleitoral, Lindolfo Collor foi escolhido “porta-voz oficial da Aliança” enquanto redator e diretor do jornal *A Pátria*, “órgão oficial” no Rio de Janeiro da Aliança Liberal. Collor também contribuiria como “autor” da “plataforma política [...] com alguma colaboração do candidato aliancista e do jurista Maurício Cardoso”, que seria lida por Getúlio Vargas na Esplanada do Castelo na Capital Federal (Costa, 1990: 35-36). Oswaldo Aranha e Flores da Cunha também passam a atuar ativamente na campanha, seja cumprindo “missões” de contatos políticos, seja em discursos públicos e entrevistas à imprensa. A partir, pois, deste momento os membros da “geração de 1907” de fato comporiam e liderariam um grupo visando um fim específico, a eleição de Getúlio Vargas à presidência da República.

Sobre o caráter deste engajamento na campanha eleitoral cabe citar um encontro

ocorrido em outubro de 1929. Estando Flores da Cunha e João Neves em Porto Alegre, Getúlio Vargas convidou-os ao palácio para uma reunião da qual participaram também Paim Filho e Oswaldo Aranha. Segundo João Neves, Getúlio Vargas teria dito que se predispunha a renunciar a sua candidatura, depois de frustradas suas tentativas anteriores para uma “composição honrosa” segundo a qual ele e Júlio Prestes renunciariam em benefício de um “*tertius*”. Getúlio Vargas se proporia à “desistência da Aliança Liberal, se o sr. Júlio Prestes, de acordo com o sr. Washington Luiz, se obrigasse a cumprir os [...] compromissos para com o povo”, que seriam “realizar o nosso programa”.

“Quando concluiu a exposição, fiquei calado à espera de ouvir, primeiro, os outros companheiros. Paim adiantou-se: *Eu não concordo. Não entrei nesta campanha por causa desses ou outros princípios, mas para levarmos um dos nossos à chefia do Governo da república.*

Como de hábito, falara pouco, com seu jeito mordente e imperativo. Flores e Aranha o apoiaram. Quanto a mim, limitei-me a sorrir, de bom humor.

Vargas ergueu-se do sofá, em que estava recostado, deu três ou quatro passadas pela sala e, voltando-se para nós, exclamou textualmente: *Vocês são uns loucos.* Isso meio sério, meio complacente” (Fontoura, 1963: 191-192).

Em telegrama à Góes Monteiro de 10 de outubro de 1930, o próprio Paim Filho deu uma versão semelhante deste encontro:

“Expus sem demora meu ponto de vista. Pensava então que para mim não se tratava de princípios, porquanto eu era contrário voto secreto, anistia e revogação chamadas leis compressoras, medidas que Aliança inscrevera seu programa. Eu estava com candidato liberal, não pelas idéias que encampara, mas sim pelo candidato e por julgar haver chegado hora do Rio Grande influir mais intimamente destinos da República. Com essa declaração (n)a final concordou bravo general Flores da Cunha” (apud Guimarães et al., 1982a: 295).

Estes quatro participantes da reunião constituíam o principal e mais próximo cír-

culo em torno de Getúlio Vargas. Não necessariamente por relações de amizade mais estreitas com ele ou por manterem eles próprios entre si uma relação estreita. João Neves fora o principal articulador da Aliança Liberal com os mineiros, Oswaldo Aranha um dos principais articuladores da formação da Frente dos partidos rio-grandenses e, como Paim Filho, era secretário de Estado de Vargas, Flores da Cunha fora líder da bancada do PRR no Congresso antes de João Neves e ele e Paim Filho contavam tanto com a notoriedade militar e o generalato honorário como eram dos principais chefes políticos com forte penetração nos municípios onde eram também estancieiros, Uruguaiana e Vacaria, respectivamente, e que eram próximos a Getúlio Vargas. Àquela altura, todos já estavam completamente identificados e comprometidos com a Aliança Liberal e, ao que os relatos da reunião deixam transparecer, principalmente pelo motivo de verem Getúlio Vargas presidente de República, com exceção de Paim Filho, que não estava na “linha de frente” da campanha.

Paim seria ainda o mediador da tentativa de uma forma de acomodação com o presidente Washington Luiz. Em dezembro de 1929, pouco antes de desembarcar no Rio de Janeiro para ler a plataforma da Aliança Liberal, Getúlio enviou justamente Paim Filho ao encontro de Júlio Prestes e Washington Luiz e dos mineiros Artur Bernardes e Antônio Carlos. Desde o lançamento “oficial” da Aliança Liberal em setembro deste mesmo ano, ocorreu entre os mineiros uma dissidência no PRM. O vice-presidente, Fernando de Melo Viana, “rompeu com o PRM, por discordar da indicação de Olegário Maciel para o governo de Minas” (DHBB, 1984: 2474), afastando-se também da Aliança Liberal e aproximando-se do candidato Júlio Prestes. A reunião acima citada ocorreu pouco depois desta dissidência que podia ameaçar a Aliança Liberal, pois esta pressupunha a unidade mineira e rio-grandense em apoio a Getúlio Vargas. Este último, pois, tinha razões

para estar apreensivo, pois suas chances de chegar à presidência, que eram já pequenas, diminuían ainda mais em função deste desentendimento entre os mineiros. Caso não fosse eleito, Getúlio Vargas, que estava no segundo ano de seu mandato, teria ainda que contar com a possível hostilidade do governo federal nos anos restantes de sua presidência no Rio Grande do Sul. A viagem de Paim Filho ao centro do país ficou conhecida como “missão Paim” e dos encontros que teve acordou um “*modus-vivendi*” entre o governo federal e o Rio Grande do Sul. Este consistia em um compromisso de Getúlio Vargas de “não fazer propaganda eleitoral fora de seu Estado, conformar-se com o resultado das eleições, apoiar o governo federal e, caso fosse eleito, manter boas relações com São Paulo” e em um compromisso de Júlio Prestes e Washington Luiz de “reconhecer, na apuração das eleições para o Congresso Nacional, os candidatos gaúchos diplomados, aceitar a possível eleição de Vargas e, no caso de vitória de Prestes, restabelecer as relações entre o governo federal e o Rio Grande do Sul nos termos anteriores à crise sucessória” (DHBB, 1984: 2474). O acordo, mantido em sigilo até o período do levante armado de outubro de 1930 quando Paim Filho o tornou público, foi realizado, dentre os que cercavam mais proximamente Vargas, por seu “amigo e compadre” Paim Filho, que pouco participara tanto das articulações para a formação da frente de partidos do Rio Grande do Sul quanto da Aliança Liberal. No mesmo telegrama citado endereçado a Góes Monteiro, Paim chegou a mostrar-se contrariado com a aliança entre o PRR e o PL, que atribuía ao “esquecimento de(os) princípios programa Júlio [de] Castilhos por parte alguns correligionários” (apud Guimarães et al., 1982a: 293). O acordo não implicava em desistência de Getúlio Vargas em concorrer às eleições, o que naquele momento seria, como visto, quase impossível, pois Getúlio Vargas arriscava-se a perder o apoio de seu principal círculo de sustentação e também não significava que Paim Filho estivesse

ao lado das posições do governo federal. O resultado da “missão Paim” foi muito mais uma espécie de trunfo futuro em caso de derrota eleitoral que permitiria a Getúlio Vargas continuar governando mais ou menos tranqüilamente o seu Estado.

Getúlio Vargas conseguiu durante esta crise sucessória nacional, manter-se tanto ao lado dos defensores de um rompimento mais radical com o governo central — alguns, entre eles Oswaldo Aranha, já cogitavam a possibilidade de um movimento armado e mesmo já buscavam contatos para tal, sendo que o próprio Getúlio Vargas se encontraria com o então líder “tenentista” exilado, Luiz Carlos Prestes, por volta de setembro de 1929 em Porto Alegre (Lago, 1996: 291 e segs.) —, quanto dos que eram menos propensos a tomadas de posições mais radicais, como Paim Filho e Borges de Medeiros. Tão logo Paim concluía a sua “missão” em fins de dezembro de 1929, Getúlio Vargas, desembarcava no Rio de Janeiro para ler o “programa” da Aliança Liberal em praça pública (no dia 2 de janeiro), rompendo uma das cláusulas do recém acordado “*modus-vivendi*”, a que dizia que não faria campanha fora de seu Estado. Antes porém de realizar a leitura do “programa”, teria encontrado-se “secretamente” com o presidente Washington Luiz (Fontoura, 1963: 270).

Ao mesmo tempo, o “*hall* do Hotel Glória [no qual se hospedou Getúlio Vargas] transbordava de deputados, políticos, jornalistas, populares” e, quando da leitura do “programa” na Esplanada do Castelo, “multidões imensas e entusiásticas enchiam o enorme logradouro” (Fontoura, 1963: 272 e 274), o que mostra que Getúlio Vargas adquiriria uma notoriedade que extrapolava em muito a já conquistada no seu Estado natal e que seria dividida e compartilhada com outros dos membros da “geração de 1907” — principalmente os que eram parlamentares no Rio de Janeiro: Lindolfo Collor, também redator de jornal, João Neves e Flores da Cunha que freqüentemente se manifestaram em

público apoiando a Aliança Liberal. Mas esta notoriedade não era restrita aos círculos de elites sociais e políticas, se estendia às tais “multidões imensas”, ou seja, ao que se poderia chamar de uma “popularidade” que a campanha eleitoral lhes trazia em diversos outros Estados do país. A “popularidade” que vinha sendo adquirida foi bem explorada inclusive com um expediente inédito. Segundo João Neves, as seções da Câmara, que eram utilizadas pelos parlamentares da Aliança Liberal para atacar o governo federal, passaram a ser obstruídas pelos congressistas ligados ao governo que a elas não compariavam. Assim, decidiram que “abriríamos [as seções da Câmara] na praça pública, diante de sua sede”, na forma de “comício popular” (Fontoura, 1963: 253). Este expediente interessava em muito aos membros da Aliança Liberal, pois mobilizava os “populares”, mas principalmente chamava atenção da imprensa, ao mesmo tempo em que podia evidenciar as qualidades oratórias destes parlamentares, que, usando os “conteúdos programáticos” de sua campanha, os quais giravam em torno do “voto secreto”, “verdade eleitoral” e “anistia” — esta principalmente aos rebeldes “tenentistas” —, e atacando o governo de Washington Luiz os tornava mais conhecidos.

Mas nestes encontros em frente ao prédio do Congresso a violência também era uma presença constante. No início, ainda segundo João Neves, tais comícios se realizaram com certa tranquilidade, porém, com o passar do tempo, “grupos de facínoras e desocupados, ao serviço do oficialismo”, se fizeram presentes. Em certo momento “a turma facinorosa dos Bambu, Peru *et caterva* [...] trocara tiros com os nossos companheiros” e Flores da Cunha teve de enfrentar um “desacato”, o que o fez descendo “as escadarias já de revólver em punho atirando contra os que intentavam desfeitá-lo” (Fontoura, 254-258). Além destas ocorrências nas ruas, no próprio recinto da Câmara algo semelhante se deu. Em 26 de dezembro de 1929, o deputado do Rio Grande do Sul, Ildefonso Si-

mões Lopes atirou e matou o deputado ligado ao governo, Sousa Filho, de Pernambuco.

Segundo João Neves:

“Caminhei apressadamente para a sala de sessões. Lá estava caído junto a uma porta o corpo do infelizmente colega, e Simões Lopes vinha andando, de braço com Collor e Sérgio de Oliveira. Muito exaltado, exclamava:

— Atirei para impedir que ele apunhalasse meu filho, já caído.

Num relance compreendi *qual o meu dever*. Deixando para mais tarde inteirar-me das circunstâncias, que rodearam o fato, acordou em mim o antigo advogado criminal. O importante — pensei — é tirar Simões daqui, para evitar-se o flagrante” (Fontoura, 1963: 295, grifos apostos ao original).

No entanto, o flagrante não foi evitado e Simões Lopes foi preso. Porém, seria absolvido “pelo júri, muito antes da Revolução”, alegando “legítima defesa” (Fontoura, 1963: 261). Além da violência em si, o caso mostra também a quais “deveres” muitas vezes estavam ligados estes políticos, no caso um “dever” de amizade ou companheirismo. A violência, porém, não se restringiu a estes casos ocorridos no Rio de Janeiro. Depois da leitura do “programa” da Aliança Liberal feita por Getúlio Vargas na Capital Federal, organizaram-se “caravanas liberais” para percorrerem Estados do Norte e Nordeste, das quais participaram, entre outros, João Neves e Batista Luzardo. Este último “teve de suportar um grave conflito” que resultou em um “tiroteio” no qual “morreram duas pessoas, além de várias feridas” (Fontoura, 1963: 295).

Estas manifestações públicas em comícios com o uso dos recursos retórico-oratórios e mesmo da violência, como já apontado, não eram estranhos aos políticos aqui em questão que estavam aptos tanto a manipular “conceitos” e “princípios” quanto um revólver. Já fora assim no Rio Grande do Sul, quando apoiavam Borges de Medeiros na Assembléia estadual, na imprensa ou em comícios valendo-se de referências à Júlio de

Castilhos e a sua “obra política”. Na campanha eleitoral nacional, os recursos permaneceram os mesmos, enquanto que desapareciam as referências citadas e apareciam os motes de “voto secreto”, “verdade das urnas”, “desmandos do governo”, etc.. Da mesma forma, a violência com a qual a maior parte deles lidava ou lidara em seus municípios de origem e mesmo em comícios em Porto Alegre — veja-se o caso do “misterioso” tiro no *meeting* na praça da Matriz ao tempo do Bloco Acadêmico Castilhista — não era uma novidade para a qual não estivessem preparados. Enfim, se eleições no Rio Grande do Sul que implicassem em disputa entre candidatos estavam associadas a crises, esta disputa nacional também se revestia de características de uma crise de acomodação de interesses inter-oligárquicos que reproduziu em escala nacional as práticas corriqueiras de violência e acusações mútuas entre as facções em disputa. E, tal qual no Rio Grande do Sul, quem dominava o governo findou por vencer o pleito eleitoral. Em 1 de março de 1930 a chapa Vargas-Pessoa saiu-se derrotada.

Porém, antes mesmo do resultado eleitoral, uma alternativa mais radical já se esboçava. “Independentemente do fato de quem fez os primeiros contatos com os tenentes já tendo em mente um movimento armado, e não apenas um apoio político à campanha da Aliança Liberal”, Oswaldo Aranha, em outubro de 1929, “já estava mantendo contato com três dos principais tenentes [Luiz Carlos Prestes, João Alberto e Siqueira Campos], orientando-os e tomando providências práticas para a compra de armas para uma revolução” (Lago, 1996: 296). Prestes, como visto, teria se entrevistado com Getúlio Vargas nesta época e Juarez Távora teria sido apresentado a ele por Oswaldo Aranha. Este último, por sua vez, tinha entre os “tenentes” vários ex-colegas de Colégio Militar da época em que lá estudara no Rio de Janeiro. Enquanto secretário de governo de Getúlio Vargas e valendo-se destas antigas relações, Oswaldo Aranha mediaría os contatos

com os “tenentes” e, depois, com outros militares, o que trazia a Getúlio Vargas um outro trunfo político independente do controle de antigos líderes como Borges de Medeiros e Assis Brasil, sem mencionar outros do resto do país. No mesmo sentido, João Neves também sondava os mineiros, de quem se aproximara nas articulações para a formação da Aliança Liberal, para a possibilidade de uma reação armada. Em caso de derrota eleitoral, João Neves escreveu em carta à Oswaldo Aranha que, a “corrupção” e o “esbulo”, que “Antônio Carlos [presidente de Minas Gerais] supõe [...] possa começar já no reconhecimento de senador e deputados, [...] agravaria mais a situação e justificaria ainda melhor o apelo à repulsa violenta” (apud Lago, 1996: 299). Ou seja, paralelamente à campanha eleitoral, alguns dos apoiadores da Aliança Liberal já cogitavam e mesmo se preparavam materialmente para uma alternativa “violenta” à possível perda eleitoral.

Como escreveu Virgílio de Melo Franco:

“Encontravam-se nessa época escondidos no Rio de Janeiro os oficiais revolucionários de 1922 e 1924, Siqueira Campos, Estillac Leal, João Alberto e Juarez Távora, além de muitos outros [...]. Esses militares trataram de se pôr em ligação com os elementos mais extremados da Aliança Liberal, srs. João Neves, Flores da Cunha, Afrânio de Melo Franco e eu próprio. Enquanto isto se passava no Rio de Janeiro, o sr. Oswaldo Aranha, no Rio Grande, recebia a visita do sr. Luiz Carlos Prestes, chefe supremo dos revolucionários, iniciando, assim, a primeira fase da conspiração.

Então não havia ainda, propriamente, uma preparação revolucionária, mas apenas uma conspiração, marchando em sentido lateral à propaganda eleitoral” (Franco, 1980: 120-121).

Esta “conspiração lateral”, levada a cabo ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas enviava Paim Filho para realizar a sua “missão”, incrementou-se quando a Aliança Liberal perdeu as eleições, principalmente porque Minas Gerais e Paraíba passaram a sofrer represálias do governo federal. A facção de João Pessoa na Paraíba, segundo João

Neves, “não lograra eleger um só deputado”, segundo a junta apuradora do Congresso sob o controle do governo federal, e “o mesmo aconteceu até certo ponto em Minas, onde a junta diplomou quatorze partidários dos srs. Carvalho de Brito e Melo Viana para *degolar* outros tantos correligionários do PRM.” No Rio Grande do Sul, porém, “não ocorrera este problema”, uma vez que “verificou-se mais tarde [...] que nossa não-depuração constituía parte integrante do acordo por [...Paim Filho] aqui celebrado [...] com o sr. Washington Luiz” (Fontoura, 1963: 210-211, grifos no original). Assim, os candidatos eleitos para o Congresso pelo Rio Grande do Sul não foram “degolados”: Paim Filho assumiu uma vaga no Senado ao lado de Flores da Cunha, enquanto Lindolfo Collor e João Neves retornaram à Câmara dos Deputados.

Em contraposição aos mais extremados, Borges de Medeiros, logo após as eleições, concederia uma entrevista ao jornal do Rio de Janeiro *A Noite*, na qual aceitava o resultado eleitoral e declarava finda a Aliança Liberal. João Neves, decidido a continuar a “campanha” mesmo após a derrota eleitoral, refere que a entrevista teria sido “cavilosamente ajeitada” pela direção do jornal. Borges de Medeiros, de qualquer modo, recua e faz publicar em *A Federação* um “comunicado” no qual “não considerando encerrada a pugna política, admitia o prosseguimento dela pela pregação doutrinária e a ação parlamentar em torno dos postulados da Aliança Liberal” (Fontoura, 1963: 309). Virgílio de Melo Franco escreveu que, enquanto Borges de Medeiros dava a entrevista e publicava o “desmentido”, Batista Luzardo encontrava-se com Antônio Carlos em Minas Gerais e com Eptácio Pessoa em Petrópolis, onde “uma solução revolucionária” teria sido avaliada. Após os referidos encontros, Batista Luzardo retornou em 25 de março de 1930 por via aérea à Porto Alegre. Assim que desembarcou, encontrou-se com Oswaldo Aranha, João Neves, Flores da Cunha, Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, Sérgio Ulrich de Oli-

veira e João Carlos Machado. No dia seguinte, foi recebido no Palácio do Governo por Getúlio Vargas e “a este expôs, o sr. Luzardo, não só a conversa que na véspera tivera com aqueles senhores, como também o ponto de vista dos srs. Antônio Carlos e Epitácio Pessoa. Tendo o sr. Getúlio Vargas concordado plenamente com as sugestões nascidas na conferência da véspera”. Em 28 de março, Luzardo volta ao Rio de Janeiro e “expôs-me minuciosamente todo quanto se passara durante sua curta permanência em Porto Alegre” (Franco, 1980: 148-149):

“— O sr. Borges de Medeiros desmentira os termos da entrevista publicada em *A Noite*, retificando-a em certos pontos e atenuando, assim, os desastrosos efeitos por ela produzidos... Quanto ao sr. Getúlio Vargas, não tinha o sr. Batista Luzardo dúvidas. Apoiado pela ala moça do seu partido, o candidato da Aliança Liberal marcharia decididamente para a revolução. O sr. Oswaldo Aranha, centro de toda conspiração que, havia muito, marchava lateralmente à campanha política, combinou com o sr. Luzardo mandar ao Rio e a Minas o seu irmão, sr. Luiz Aranha, armado de plenos poderes para discutir com Minas e a Paraíba os termos em que os três Estados se comprometeriam a entrar na revolução” (Franco, 1980: 149).

A partir desta citação de um dos envolvidos na conspiração para o movimento armado de 1930 e que não era do Rio Grande do Sul, pode-se depreender que em torno de Getúlio Vargas um núcleo mais radical e restrito constituído por uma “ala moça do seu partido” se estruturava e era composto por todos os membros da chamada “geração de 1907” com exceção de Paim Filho. Este último, seu “compadre e amigo” recém-eleito senador e com quem Vargas continuava a manter boas relações, passou a ser um dos mediadores entre Getúlio Vargas e o governo federal, enquanto que os demais articulavam um movimento armado. Borges de Medeiros, por seu turno, “não se decidira nem poderia decidir-se, naquela altura, por uma solução extralegal” (Fontoura, 1963: 309), o

que permite supor ter ele estado até então mais ou menos alheio à “conspiração” em andamento. Nesta conjuntura, novamente, Getúlio Vargas reforçava sua posição central mediando todas estas posições sem aparentemente aderir a qualquer uma delas. Mesmo Borges de Medeiros, que permanecia controlando o PRR, delegou a Getúlio Vargas a fixação da “linha de conduta da bancada” federal, que deveria ser definida, segundo João Neves, “como era dos nossos estilos e tradições”, pelo chefe do partido, ou seja, Borges de Medeiros. Getúlio Vargas não o faz, porém, sem consultar João Neves, então em Cachoeira, e o próprio Borges de Medeiros, enviando a Irapuazinho, para com ele conversar e definir tal “linha”, Oswaldo Aranha. João Neves, paralelamente a isto, encontrou-se com o chefe do PRR quando apresentou-lhe a sua redação do que ficou conhecido como “heptálogo”, sete pontos que deveriam pautar a conduta do governo do Estado do Rio Grande do Sul e da bancada do PRR no Congresso frente ao governo federal, com o qual Borges de Medeiros, ainda segundo o mesmo João Neves, teria concordado. Este “heptálogo”, além de conter pontos gerais que prescreviam que o governo do Estado manteria “relações apenas oficiais porém não políticas com o atual governo da República”, previa também a recondução de João Neves à liderança da bancada federal do PRR e “integral subordinação de todos os representantes republicanos na Câmara e no Senado às determinações emanadas da chefia suprema e da presidência do Estado” (Fontoura, 1963: 311-314). Paim Filho não concordou com o referido “heptálogo”, assim como, em um primeiro momento, Getúlio Vargas. O último, após algumas alterações no texto, findou por concordar com ele, mas Paim Filho continuou a recusar aceitá-lo, ao que Borges de Medeiros e Getúlio Vargas optaram por autorizá-lo “a defender sua posição pessoal no Congresso” (Brandi apud Lago, 1996: 313).

Neste momento, pois, dentre os membros da “geração de 1907” as posições se

clarificam. Oswaldo Aranha intensifica os contatos com os militares, “tenentistas” ou não, após a desistência do possível candidato a líder militar do movimento armado, Luiz Carlos Prestes, ter desistido de participar dele declarando-se “comunista”. Contata Euclydes de Figueiredo e Góes Monteiro, sendo que o último acabou por ser escolhido como o líder militar da “revolução” (Lago, 1996: 325-330). João Neves volta a assumir a liderança da bancada federal do PRR em aberta oposição ao governo, e Lindolfo Collor e Flores da Cunha seguiram a mesma “linha”, todos, ao mesmo tempo, realizando contatos visando ampliar e/ou consolidar a conspiração. Maurício Cardoso, então na Assembléia estadual, “participou dos entendimentos com Borges de Medeiros para conseguir sua adesão ao movimento [...e] entre outras funções, [...] atuou como especialista em códigos, traduzindo ordens dadas pelo governo federal e cifrando as orientações distribuídas aos conspiradores” (DHBB, 1984: 628). Paim Filho, por seu turno, “orientou sua atuação parlamentar no sentido da colaboração com o governo federal” (DHBB, 1984: 2474).

Em julho de 1930, porém, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, parece desistir de apoiar a revolta armada. Um telegrama de Estillac Leal, citado por Virgílio de Melo Franco, dizia: “Francisco Campos telegrafou Oswaldo Aranha dizendo que Antônio Carlos desistiu completamente luta armada. Aproveitando este pretexto Getúlio também recuou motivando renúncia de Oswaldo” (apud Franco, 1980: 176). Ao renunciar ao cargo de secretário do Interior do governo de Getúlio Vargas, ele telegrafou à Virgílio de Melo Franco: “Minha convicção você e eu vítimas mistificação vergonhosa. Estou farto dessa comédia. Impossível continuar sob direção chefe [Getúlio Vargas] tão fraco que desanima próprios soldados” (apud Franco, 1980: 175). Quanto a renúncia, esta é uma das versões, a outra é de que a mesma seria parte de um “plano” do qual Vargas

participava e que objetivava, afastando aparentemente o principal conspirador, confundir o governo federal, levando-o a crer em uma ruptura entre Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas (Lago, 1996: 321-322). De qualquer forma, Oswaldo Aranha continuou a manter os contatos que vinha realizando, bem como acertando a compra de armas no exterior. Sua renúncia, porém, fez com que João Neves voltasse a Porto Alegre.

Em homenagem à Oswaldo Aranha foi organizado um banquete no Clube do Comércio em Porto Alegre no qual, além de João Neves e Oswaldo Aranha, também estava presente Flores da Cunha. Segundo Neves, enquanto este se desenrolava, chegou a notícia do assassinato de João Pessoa e, “cerca de nove horas da noite quando saíamos, enorme massa de povo estacionava na praça da Alfândega clamando por um ato de completa reparação”. Flores, Neves e Aranha passaram então a discursar frente a tal “povo” prometendo a “reparação” (Fontoura, 1963: 355). No dia seguinte, Virgílio de Melo Franco chegou a Porto Alegre de navio e relatou assim o que presenciou: “todas as ruas por onde passávamos fervilhavam de povo e de barulho [...] e, de quando em quando, um grito mais alto de *viva a revolução* se distinguia” (Franco, 1980: 183), o que evidencia o sucesso na mobilização deste “povo” por parte dos líderes mais radicais. Em fins de julho de 1930, pois, estavam em Porto Alegre Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco e Maurício Cardoso, todos hospedados no Grande Hotel que “virou ostensivo quartel-general da conspiração” (Fontoura, 1963: 364), além de “vários outros militares revolucionários de 22, 23, 24, 25 e 26”, o “general Miguel Costa, o capitão Estillac Leal e o tenente Alcides de Araújo” (Franco, 1980: 187).

O assassinato de João Pessoa foi explorado largamente pelos que pregavam o levante armado. A conjuntura que até então parecia desfavorável a eles — Borges de Medeiros, antes da morte de Pessoa, teria mesmo enviado “aos chefes locais [do PRR]

uma carta-circular dando por extinta” a Frente Única de partidos rio-grandenses (DHBB, 1984: 1318) —, levou-os a intensificar a ofensiva em favor de sua posição. Contudo, havia ainda no Rio Grande do Sul um líder a ser convencido, segundo João Neves, “um homem capaz de perturbar a marcha das articulações pelo seu veto ou de consagrá-la pelo seu *placet*”, ou seja, Borges de Medeiros (Fontoura, 1963: 367). O processo de articulações para convencer Borges de Medeiros a apoiar um movimento armado foi tanto característico sob o aspecto de ressaltar a importância que este ainda mantinha no Estado, quanto de suas relações com Getúlio Vargas e os conspiradores. Virgílio de Melo Franco aponta que o chefe do PRR era contra um movimento armado e que Getúlio Vargas foi durante estes últimos meses antes de 3 de outubro “bravio e destemido”, estando sempre no centro da conspiração (Franco, 1980: 200-203). João Neves, em suas *Memórias*, ao contrário, tende a atenuar a contrariedade de Borges de Medeiros para com um levante armado, enquanto descreve a atuação de Getúlio Vargas como de “procrastinação” do movimento (Fontoura, 1963: 368-377).

De qualquer modo, Othelo Rosa, poucos dias depois do assassinato de João Pessoa, retornava da estância do Irapuazinho para Porto Alegre a fim de publicar em *A Federação* declarações de Borges de Medeiros contra um movimento armado. Antes, porém, encontrou-se com Getúlio Vargas no Palácio para comunicar-lhe sobre as declarações. Getúlio, então, convocou para uma reunião Oswaldo Aranha, João Neves e Flores da Cunha para discutir-se o caso. Segundo Virgílio de Melo Franco, Flores da Cunha se mostrava disposto a, junto com Batista Luzardo, “no caso de não ser possível recompor a unidade gaúcha”, que Borges de Medeiros queria extinta, irem para Uruguaiana iniciar um “levante”, enquanto que “nós [Aranha, Virgílio, Neves, Collor e Maurício Cardoso] seguiríamos para Cachoeira, cuja guarnição [do Exército] era integralmente nossa, e nos

atiraríamos à luta” (Franco, 1980: 202). No entanto, decidiu-se que Oswaldo Aranha seguiria para Irapuazinho com uma carta de Getúlio Vargas dando-lhe “poderes escritos [...] para desempenhar a missão” de convencer Borges de Medeiros a apoiar o movimento armado (Fontoura, 1963: 371). A versão de Virgílio de Melo Franco sobre esta “missão” de Oswaldo Aranha é a de que ele obteve sucesso em conseguir o apoio de Borges de Medeiros devido a sua “irreverência natural [...] e a sua incontestável sedução pessoal [que] foram sempre um trunfo com que ele contou para lidar com o sr. Borges de Medeiros” (Franco, 1980: 203). João Neves, por sua vez, apresenta uma versão mais detalhada e um pouco diferente. Ele relata que um dia antes de Oswaldo Aranha embarcar no trem para Cachoeira a fim de encontrar-se com Borges de Medeiros tendo em mãos a carta de Getúlio Vargas, ele Neves teria abordado o vice-intendente de Cachoeira que saía do Palácio do governo que lhe teria dito que se encontrara com Vargas a fim de receber “ordens”. João Neves relatou o caso a Oswaldo Aranha que, no dia seguinte e já no trem para Cachoeira, teria encontrado este mesmo vice-intendente. Aranha o teria também abordado e retirado dele uma outra carta endereçada à Borges de Medeiros na qual Getúlio Vargas desautorizava a carta que Oswaldo Aranha levava consigo. Este último, portando as duas cartas conflitantes, teria descido do trem e voltado a Porto Alegre de carro, onde avistou-se novamente com Getúlio Vargas e findou por obter dele uma reafirmação dos tais “poderes escritos”. Só então voltou a deslocar-se para Cachoeira, entrevistou-se com Borges de Medeiros e obteve dele o consentimento ao levante armado (Fontoura, 1963: 372-373).

Apesar das divergências entre as versões acima, cabe salientar que ambas mostram que o ponto ao qual chegaram os membros da “geração de 1907” ao final da década de 1920 os tinha autonomizado frente a Borges de Medeiros de tal modo que este não

era mais para eles a referência básica senão única para a tomada de posições no jogo político, da mesma forma que o pertencimento ao PRR, como mostra a disposição de Flores da Cunha de, junto com seu ex-antagonista em duelo, Batista Luzardo, iniciarem um levante armado em Uruguaiana. Neste momento e *ad hoc*, formou-se um grupo engajado em torno da possibilidade da luta armada cujo centro, mesmo com pretensas “vacilações”, era ocupado por Getúlio Vargas, que, ao que parece, não se dispunha a lançar-se na revolta sem o apoio de Borges de Medeiros. Tanto pelo reconhecimento nacional que consolidara na campanha da Aliança Liberal, quanto pelo cargo que ocupava de presidente do Rio Grande do Sul, que punha em suas mãos os recursos humanos (Brigada Militar, polícia e funcionalismo) e econômicos (possibilidade de compra de armas e equipamentos) do Estado e o legitimava como o mediador por excelência das relações do Rio Grande do Sul com os demais presidentes de Estados e com o governo federal, Vargas se impunha como o centro de qualquer possibilidade de ação que se pretendesse bem sucedida.

Os demais membros da “geração de 1907”, embora atuando com certo grau de autonomia frente a Getúlio Vargas de acordo com os cargos que ocupavam e em função dos recursos adquiridos de que dispunham em termos escolares, culturais, técnicos, econômicos, de relações sociais e em termos de clientelas — Batista Luzardo junto com Flores da Cunha possivelmente poderiam mobilizar a maior parte da população de Uruguaiana para o pretense levante armado unindo suas clientelas que até então constituíam facções opostas —, no nível do jogo político estadual e nacional não podiam dele prescindir. Segundo João Neves:

“Para nós as cartas estavam lançadas. Não economizávamos qualquer sacrifício para associarmos, no arranque, todos os valores da nossa gente, desde o sr. Borges de Medeiros e o

sr. Getúlio Vargas até os conterrâneos mais humildes. Queríamos a *levée en masse*, como sucedeu em França durante os anos heróicos de 1789.

Mas, se não fosse possível a *grande*, fariamos a *pequena* revolução” (Fontoura, 1963: 368, grifos no original).

Contudo, não seria necessário correr os riscos de uma “pequena revolução”, pois Borges de Medeiros e Getúlio Vargas terminaram por aceitar o desencadeamento da “grande revolução”. O interessante nesta imagem de João Neves sobre as dimensões hipotéticas do movimento é que a diferença entre a “pequena” e a “grande” revolução seria a participação ou não de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, o que ratifica o que se vem comentando tanto sobre a persistência do primeiro ao centro do PRR quanto sobre a centralidade recém conquistada pelo segundo em termos estaduais e nacionais. Tal é ainda reforçado pelas várias vezes nas quais Getúlio Vargas “orientava” por cartas os conspiradores ou enviava algum deles em “missões” de contatos com líderes de outros Estados ou de testemunho de situações, principalmente no Rio de Janeiro, desde as articulações para a formação da Aliança Liberal. Feita a decisiva opção pelo levante armado, Getúlio Vargas, segundo Virgílio de Melo Franco, entregou “em absoluto, a direção dos trabalhos preparatórios da revolução” a Oswaldo Aranha. Em meados de setembro este teria considerado tais “trabalhos” concluídos e foi comunicar isto a Vargas. O presidente do Estado, porém, ainda enviaria Lindolfo Collor ao Rio de Janeiro para “entender-se com os generais” Fragoso, d’Agrogne e Andrade Neves para que, uma vez iniciado o movimento, “o governo não fosse cair em mãos de aventureiros”. Collor esteve ainda em Minas “onde se entendeu com os membros do seu novo governo” chefiado pelo sucessor de Antônio Carlos, Olegário Maciel (Franco, 1980: 212-213 e 221). Enfim, o que João Neves chamou de “procrastinação” ou de “indecisões e perplexidades”

de Getúlio Vargas (Fontoura, 1963: 373) e o que, contraditoriamente, Virgílio de Melo Franco chamou de “bravura” e “destemor” foram, com efeito, os grandes trunfos no sentido de confundir o governo federal quanto a sua posição. Primeiro de resguardar-se como governador do Estado, sem dúvida, caso o movimento fosse abortado, mas também tornando-se cada vez mais indispensável como centro do movimento. Mantinha-se assim no controle da conspiração ao mesmo tempo em que parecia e aparecia não conspirando, o que fazia com que, como salienta Lago, mesmo com toda a movimentação nas ruas descrita por Virgílio de Melo Franco, ou com os contatos feitos com oficiais militares, o comandante do Exército no Rio Grande do Sul, de confiança de Washington Luiz, general Gil de Almeida, e o próprio presidente da República se mantivessem pouco propensos a crer em um movimento armado de maiores proporções (Lago, 1996: 363-364).

Ultimados os contatos conspiratórios a partir do retorno a Porto Alegre de Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha radiografou para Juarez Távora — que lideraria o levante no Norte do país, “pedindo-lhe que indicasse dois ou três dias próximos” mais convenientes para o início do movimento que deveria se dar ao mesmo tempo em todo o país. Tendo Távora apontado três datas, “dentre as quais o dia 3 de outubro” e tendo sido consultados os mineiros, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha terminam por optar em conjunto por esta data (Franco, 1980: 223), o que mostra que Vargas, a partir dos últimos acertos, principalmente com Borges de Medeiros, os mineiros e com os militares de alto escalão no Rio de Janeiro, assumiu as responsabilidades finais para o desencadeamento da “revolução”. As cinco horas da tarde do dia 3 de outubro Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e alguns de seus filhos e Lindolfo Collor invadiam o quartel general da 3ª Região Militar na rua da Praia onde se encontrava o general Gil de Almeida, enquanto que Maurício Cardoso, comandando “grupos civis armados”, ocupava algumas das mais

importantes repartições públicas federais na cidade (Franco, 1980: 225-226). João Neves, então em Cachoeira, participou lá do levante (Fontoura, 1963: 411-413). Ao mesmo tempo, no Palácio do governo do Estado era instalado o “quartel general revolucionário”, onde permaneceram Getúlio Vargas e Góes Monteiro.

No dia seguinte foi publicado nos jornais de Porto Alegre o “manifesto revolucionário” de Getúlio Vargas que terminava com: “não foi em vão que o nosso estado realizou o milagre da união sagrada. É preciso que cada um dos seus filhos seja um soldado da grande causa. Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico” (apud Franco, 1980: 229). Este final do manifesto é característico do que se vem analisando sobre a centralidade de Getúlio Vargas, pois, ao mesmo tempo em que cita a “união sagrada”, ou seja, a Frente Única, apela para uma espécie de regionalismo apartidário militarizado, fatalista e agressivo — “soldado da grande causa”, “destino heróico” — recentemente urdido em função mesmo da ascensão dos componentes de sua geração e de sua liderança. Ou seja, Getúlio Vargas apresenta o movimento que lidera como sendo algo além do faccionismo reinante até pouco tempo atrás, da mesma forma que propõe um outro princípio identitário para os “rio-grandenses” enquanto “soldados da causa” que, enfim, estava expressa na frase de efeito do então estudante de direito Luiz Vergara: “rio-grandensizar o Brasil”. Enquanto líder do movimento, Getúlio Vargas se apresentava como a encarnação mesma deste regionalismo salvacionista da nação brasileira.

Mesmo assim, João Neves refere que esta liderança de Getúlio Vargas ainda seria discutida por partidários do PL, para os quais teria havido a questão de qual “norma a seguir” assim que fosse deposto o governo Washington Luiz: apoio a Getúlio Vargas ou a uma Junta Provisória. Assis Brasil teria se manifestado em favor do apoio a Getúlio

Vargas “como chefe unipessoal” de um novo governo (Fontoura, 1963: 440). Ou seja, já em um primeiro momento, como ocorreria depois em vários outros, o questionamento sobre a legitimidade de Getúlio Vargas assumir o governo poderia ser levantado. Contudo, ao final de 1930, onde qualquer legitimação para um novo governo teria que passar pela adquirida em um comando “revolucionário”, a centralidade de Getúlio Vargas se impunha como a única alternativa possível, sob pena de os “revolucionários”, como logo depois ocorreria, se dissolverem em várias facções em disputa pelo espólio da “Revolução”. O sucesso de Getúlio Vargas deu-se, em grande medida, porque conseguiu “fazer mediações quase impossíveis, arbitrando os contrários, sem saber no próprio curso dos acontecimentos qual seria o desfecho final do litígio” (Camargo, 1996: 76).

Mas, como apontado, logo no início do movimento já se esboçavam os atritos e defecções que ocorreriam a partir de então. Assim que Getúlio Vargas assegurou sua posição de “chefe civil” da Revolução, seguiu para o *front* militar na divisa do Paraná com São Paulo, deixando no governo do Estado do Rio Grande do Sul o seu secretário do Interior, reempossado para assumir o governo, Oswaldo Aranha. João Neves, o vice-presidente eleito de Getúlio Vargas, o único dos membros da “geração de 1907” envolvido na “revolução” que não estava em Porto Alegre em 3 de outubro, parece ter-se “desgostado” com a escolha que o preteria em benefício de Oswaldo Aranha, então muito mais próximo a Getúlio Vargas enquanto o principal articulador da conspiração. Aranha e Vargas, depois de 3 de outubro, escreveram para João Neves convocando-o a vir para Porto Alegre e oferecendo-lhe “postos” à sua escolha, mas este não aceitava. No entanto, quando o trem que levaria Getúlio Vargas ao *front* militar passou por Cachoeira, João Neves embarcou nele “como simples soldado”, mas na “composição principal”, ou seja no vagão do “estado-maior”, que contava com Getúlio Vargas, Góes Monteiro,

Flores da Cunha e Maurício Cardoso, além de Ildfonso Simões Lopes, Maciel Júnior, Luiz Vergara e Luiz Aranha, irmão de Oswaldo Aranha (Fontoura, 1963: 435-444).

Em 24 de outubro uma Junta Governativa composta por militares derrubou Washington Luiz. Getúlio Vargas, então, enviou ao Rio de Janeiro Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor para encontrarem-se com os militares membros da Junta. Estes conseguem que os militares concordem em entregar o governo a Getúlio Vargas que, em 31 de outubro chega ao Rio de Janeiro e assume o Governo Provisório em 3 de novembro. No dia da posse as “comemorações” a ela vinculadas possibilitaram o ato mais caricatural deste movimento em sua vinculação com o citado “regionalismo salvacionista”. A lógica do “Rio Grande, de pé, pelo Brasil!” e do “rio-grandensizar o Brasil” findou por permanecer fixada na fotografia dos cavalos que os filhos de Flores da Cunha e outros ataram ao obelisco da avenida Rio Branco (Caggiani, 1996: 124-127).

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo, através do estudo das trajetórias dos componentes da chamada “geração de 1907”, explicar de que forma, a partir de quais recursos e sob quais condições estes agentes conseguiram atingir posições político-partidárias cada vez mais importantes desde os níveis mais paroquiais até o nível nacional. Para isto estruturou-se a análise em três partes correspondentes aos capítulos do trabalho: primeiro, as origens sociais e o contexto histórico-sociológico no qual se inseriam; segundo, as reconversões de recursos herdados em recursos culturais e escolares ao tempo da realização dos estudos de nível superior; e, terceiro, o alcance e exercício de posições de mediação entre várias esferas desde os planos municipais-regionais passando aos planos estadual e federal.

Assim, no primeiro capítulo analisaram-se as origens sociais e o contexto histórico-sociológico no qual se inseriam, bem como os estudos iniciais dos membros da “geração de 1907”. Com exceção de Collor, pode-se constatar que os demais nasceram em uma posição social elevada dentro dos padrões do Rio Grande do Sul e, em sua maioria, foram filhos de “coronéis” que contavam com envolvimento na política partidária enquanto líderes de facções nos municípios nos quais possuíam suas estâncias. Assim, os membros da referida “geração” puderam herdar do grupo familiar recursos de tipo econômico e de relações sociais que foram em grande medida reconvertidos em recursos escolares e culturais, bem como predisposições de alcançar posições de destaque social.

Inicialmente, cursaram escolas “de elite” no Rio Grande do Sul e em outros Estados do centro do país credenciando-se para o ingresso em faculdades de direito.

O segundo capítulo foi dedicado aos momentos e contextos da realização dos estudos em nível superior e da análise específica da Faculdade de Direito de Porto Alegre e da “vida acadêmica”. Ficou clara a relação entre as instituições de ensino superior e a política partidária. No caso do Rio Grande do Sul, os agentes que compunham a instituição de ensino superior deste tipo, tanto professores como alunos, e o próprio processo de instalação da mesma, estavam estreitamente relacionados com o partido político dominante, o PRR, de modo que a crise intra-partidária de 1906-7 se reflete diretamente dentro da escola. A militância estudantil torna-se militância político-partidária e aproxima os jovens estudantes das velhas lideranças do PRR, ao mesmo tempo em que permite que eles alcancem um reconhecimento enquanto “intelectuais” e “novos valores” que se credenciam para assumir posições de liderança, primeiro no meio estudantil e depois no plano político-partidário. O conflito político-eleitoral de 1906-7 oportunizou a muitos destes estudantes a prática retórico-oratória e a oportunidade de demonstrarem-se “partidários combativos”. Abriu-lhes espaços para demonstrarem-se “cultos e inteligentes”, no sentido do reconhecimento por parte dos velhos líderes políticos e da parcela da população em geral de seu valor intelectual e de combatividade, pois apareciam em comícios, redigiam um jornal e lideravam um “bloco” estudantil de apoio à facção “oficial” em disputa com uma facção “dissidente”. Por outra, souberam reverter os recursos econômicos e de relações sociais herdados em recursos teórico-práticos (saber jurídico, cultura geral, retórica, oratória) que favoreciam este reconhecimento que lograram adquirir. Ao mesmo tempo atuaram no sentido de ampliar a rede de relações sociais na qual se inseriam, então, como mediadores entre os estudantes e as lideranças do PRR.

Concluídos os estudos superiores e adquirido o diploma, retornaram aos municípios ou regiões do interior do Estado nos quais os grupos familiares de origem possuíam terras e exerciam liderança político-partidária através de um ou mais de seus componentes. Organizam escritórios de advocacia e passam a atuar em diversos júris em causas criminais e cíveis, bem como prestando assessorias jurídicas diversas. Abriu-se, pois, mais um espaço de aparecência social na medida em que a profissão de advogado poderia ser exercida como uma forma de alcançar notoriedade, mas também de estreitar relações com “correligionários e amigos” que podiam ser defendidos ou orientados sem a cobrança de honorários em dinheiro. O exercício da advocacia veio acompanhado também da iniciação nas participações político-partidárias que se desenvolviam ao lado de pais, tios ou irmãos que já se dedicavam a estas.

No terceiro capítulo buscou-se analisar especificamente as participações político-partidárias desde os planos municipal-regional, passando pelo plano estadual até o nacional. No plano paroquial envolveram-se em disputas entre facções locais comandadas por “coronéis”, seus familiares próximos, contra outros tantos “coronéis” seus “inimigos”. Envolveram-se em casos de assassinato, de arregimentação de eleitores e organização de eleições, estando sempre ao lado da facção comandada por algum membro do grupo familiar. Neste período de afirmação de Borges de Medeiros no PRR e no governo do Estado entraram mesmo em conflito com este ou eram parte de facções por este usadas para enfrentar potenciais rivais. Contudo, ao final da década de 1910 e início da década seguinte todos passaram a ser “fiéis” partidários de Borges de Medeiros o que valeu-lhes cargos cada vez mais importantes. Assentos na Assembléia dos Representantes, intenções, liderança partidária local, assentos na Câmara Federal, diretor de *A Federação*, no caso de Collor. Assim, nas crises político-militares da década de 1920 todos agiram

de conformidade com a orientação de Borges de Medeiros, inclusive ganhando comandos militares, o que lhes valeu grande prestígio frente ao chefe do partido e popularização e reconhecimento estadual e nacional, pois também passam a ocupar cargos de indicação do presidente do Estado no Rio de Janeiro. Em função das crises que aceleravam o jogo das disputas por posições e cargos em termos de ascensões e quedas, ao final do período lograram ocupar posições “de frente” na política-partidária do Rio Grande do Sul, constituindo-se mesmo em mediadores entre o Estado e a Capital Federal, ao mesmo tempo em que se autonomizavam frente aos “patriarcas” do PRR, principalmente Borges de Medeiros. Valendo-se destas posições é que passaram a articular a campanha político-eleitoral da Aliança Liberal e o posterior movimento armado de 1930, pondo-se à frente de uma “revolução” que reivindicava, canalizava e apresentava demandas coletivas de Estados e setores da sociedade brasileira.

Do que foi exposto e analisado, pode-se identificar que o exercício de funções de mediação por parte de todos os agentes em questão é a chave para explicar o sucesso que obtiveram em termos da conquista de posições cada vez mais importantes. Neste contexto as eleições não funcionavam como uma forma de seleção da elite política, mas como a legitimação outorgada pelo chefe do partido de posições socialmente alcançadas e em reconhecimento ou retribuição por atos de lealdade. O nome incluído nas chapas oficiais era já a garantia da eleição. Assim, o jogo político se desenrolava como uma disputa entre mediadores, uns tentando manter-se em suas posições, outros buscando assumi-las e outros tantos “inventando” novas posições deste tipo (como a mediação entre parcelas da população de origem “imigrante” e/ou associados a corporações, que se multiplicam a partir de meados da década de 1920, com o Estado). Neste sentido é que contavam os recursos e o domínio de lógicas diversificados. Filhos de “coronéis”, em sua

maioria, e tendo se tornado também “coronéis”, se distinguiam claramente de um qualquer “coronel” corrente que tivesse como trunfo quase que exclusivamente seu poder econômico e o controle sobre uma clientela de peões e “amigos e correligionários” em um distrito qualquer do interior. Mesmo que os biógrafos em geral salientem as origens e qualidades “campeiras” dos membros do grupo em questão, seu sucesso esteve justamente no afastamento destas origens ao adquirirem recursos jurídicos, escolares e culturais e estabelecerem relações com militares, políticos de outros Estados, com membros da “boa sociedade” brasileira, além é claro e, em função disto, lograrem uma notoriedade que extrapolava os estreitos limites paroquiais e as origens sociais “campeiras”.

Grynszpan salienta que:

“É principalmente na capacidade de operar com códigos e idiomas diversos, abrindo acesso a múltiplas esferas e contando, por isso mesmo, com recursos variados, que parecem assentar-se as possibilidades de sucesso e longevidade das estruturas de patronagem. Ela lhes confere versatilidade, plasticidade, possibilidade de promover manobras de conversão, assumindo feições e posturas distintas em diferentes contextos” (Grynszpan, 1990: 89).

Em função da importação do modelo estatal instituiu-se no Brasil uma ordem jurídico-política baseada em regras escritas. Pode-se identificar para o período em estudo esferas jurídica, política, escolar, cultural, corporativas, etc. Contudo, as características que assumiram, como visto para os casos escolar e jurídico, apontam para que, além ou aquém das regras formais, os procedimentos estavam perpassados pela patronagem. O domínio dos procedimentos formais que os diplomas ratificavam no caso do direito constituía recurso fundamental não somente para o ingresso na área, mas pelas possibilidades de exercício das práticas ambivalentes dos procedimentos formalmente requeridos e a necessária prática da patronagem. Esta maestria habilitava a que seu detentor pudesse

se apresentar como mediador entre a esfera jurídica e os que demandassem dela algum bem ou direito, mas igualmente entre outras esferas, como as corporações e o Estado. Na prática o que contava não era a procedência legal de um pleito, mas a qualidade social do pleiteante e do seu constituinte, um advogado bem relacionado contava muito mais do que uma causa tecnicamente bem estruturada. Da mesma forma, na esfera política as regras formalmente pressupunham mecanismos de seleção eleitoral e de representação para o preenchimento dos cargos dos Executivos e Legislativos. Porém, na prática os que ocupavam tais posições eram os socialmente qualificados mediadores que se inseriam na teia de relações entre os diversos agentes que a compunham. Dependendo do cargo e da posição almejada, os que contavam com variados recursos, dominavam lógicas diversas e estavam mais ou menos próximos do, no caso do Rio Grande do Sul, chefe do partido dominante e do governo, se qualificavam para a ascensão, pois, em se tornando mediadores passavam a encarnar tais posições. Estes mediadores não se inseriam no jogo político como representantes de indivíduos que lhes delegavam a representação política, mas como encarnações dos grupos/facções que controlavam (os “correligionários e amigos” recorrentes na documentação). É deste modo que deve ser entendida a passagem citada de Grynszpan e as relações entre as esferas que se davam por meio do exercício da patronagem. No presente caso, a patronagem podia assumir nos planos mais paroquiais formas violentas e pouco eufemizadas e, quanto mais ao nível nacional, mais se transmutava em eufemismos como a linguagem bacharelesca, as referências “civilizadas” aos adversários, as citações “ideológicas”, as referências a gerais princípios morais e a recorrência a exemplos de casos importados do Ocidente enquanto modelos que o Brasil deveria seguir.

O caso da relação entre Batista Luzardo e Flores da Cunha é típico. Nas disputas

paroquiais quase se envolveram em um duelo e enfrentaram-se no “cerco de Uruguaiana”. Poucos anos depois, em função dos arranjos entre o governo Vargas e os líderes da oposição libertadora, Luzardo e Flores passam a agir em comum enquanto lideranças de projeção nacional, chegando mesmo em certo momento a se proporem em conjunto a iniciar uma “revolução brasileira” com os recursos próprios que ambos detinham em Uruguaiana. De rivais à morte na paróquia a solidários líderes político-partidários quanto a ação no sentido da pregada “Revolução”. Sua força residia justamente em terem sido ambos grandes patrões-mediadores paroquias que lograram passar a atuar também enquanto mediadores nos planos estadual e nacional cujas vicissitudes findaram por aproximá-los.

De forma geral, pois, as trajetórias em questão desenrolaram-se em função do que Grynszpan chamou de “manobras de conversão”, ou seja, na habilidade destes agentes em reconverter recursos herdados e adquiridos em outros e mais variados recursos. Os atos de reconversão são múltiplos de forma que, ao final de uma vida, os biógrafos podem se deliciar apontando as qualidades e atuações de qualquer destes agentes enquanto “militar”, “advogado”, “político”, “benfeitor”, “jurista”, etc., como no caso da biografia de Oswaldo Aranha feita por O’Donnell, que divide seu livro em capítulos que nomeia, entre outros, como: “o estudante”, “o advogado do Brasil”, “o revolucionário”, “ministro de várias pastas”, “o semeador de idéias”, etc. (O’Donnell, 1980). A questão não é a de discutir se Oswaldo Aranha foi ou não “o advogado do Brasil” ou um “semeador de idéias”, mas explicar como ele logrou de fato transitar por todas estas esferas, dominando as lógicas próprias da “ideologia”, do “Direito”, da burocracia estatal. Mas ao mesmo tempo em que Aranha se tornava “jurista”, “revolucionário”, ministro de Estado ou diplomata, ele costumava presentear “a amigos que visitavam sua fazenda” com

crias de seu gado, sendo que “ninguém poderia elogiar ou apreciar algo que fosse de Oswaldo, porque era quase certo que no dia imediato o objeto admirado estaria em sua casa, como presente do amigo”. A Oswaldo Aranha, “para conseguir vantagem para os amigos [...] não existiam obstáculos” (O’Donnell, 1980: 46 e segs.).

A lógica da reciprocidade que constitui a patronagem atravessa as diferentes esferas sociais. Mas somente o domínio desta lógica e a posse dos recursos mormente econômicos para o exercício da patronagem não explicam as posições alcançadas pelos componentes da dita “geração de 1907”. O que caracterizou as trajetórias em questão foi o domínio das citadas lógicas variadas, principalmente a jurídica, a burocrática-institucional, a jornalística, dos combates e liderança militares, que iam dominando a partir de reconversões de recursos previamente detidos. Isto inclusive possibilitou a que Collor e Maurício Cardoso, que não tinham origens sociais diretamente vinculadas ao mundo da estância e nem os recursos sociais dos grupos familiares dos demais, pudessem aparecer na “linha de frente” das lideranças políticas ao final da década de 1920, pois adquiriram recursos próprios ao investimento no jogo político como os de relações sociais e os culturais e escolares.

Depois da ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal, este grupo de “revolucionários” imediatamente se dissolve enquanto tal e estes agentes passam a ter suas “carreiras políticas” condicionadas pelas possibilidades dadas a partir da nova grande divisão faccional do país: os que estavam ao lado de Vargas e os que lhe eram adversários. O período pós revolucionário seria marcado pelas clivagens operadas em torno desta divisão e das discussões sobre o que seria a “verdadeira revolução”, uns e outros acusando-se de a terem “traído”.

BIBLIOGRAFIA

DE REFERÊNCIA CONCEITUAL:

- BADIE, Bertrand, HERMET, Guy. *Política comparada*. México, Fondo de Cultura, 1990.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELMAN-BIANCO, Bela (Org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987. p. 159-193.
- BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELMAN-BIANCO, Bela (org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987. p. 195-223.
- BOISSEVAIN, Jeremy. Patronage in Sicily. *Man*, n. 1(1), p. 18-33, mar., 1966.
- BOURDIEU, Pierre. Descrever e prescrever: nota sobre as condições de possibilidade e os limites da eficácia política. Tradução de Luiz Alberto Grijó para fins didáticos de *Drécrire et prescrire: note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique*. *Actes de la recherche en sciences sociales*, p. 69-73, maio, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Paris, Minuit, 1984. p. 53-96, Le conflit des facultés.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 31, p. 2-3, jan., 1980a.
- BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Minuit, 1989. p. 371-559.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980b. p. 209-231, Les modes de domination.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papius, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados – revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.
- CORADINI, Odaci Luiz. “Grandes famílias” e elite “profissional” na medicina no Brasil.

- Cadernos de ciência política (série: pré-edições)*, Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995.
- CORADINI, Odaci Luiz. Processo e resultados eleitorais: um exemplo e um comentário sobre as bases das controvérsias em sua interpretação. *Cadernos de ciência política (série: pré-edições)*, Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 5, 1997.
- DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia Arcaica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. *Estudos leopoldenses*, n. (28)127, p. 67-85, mai./jun., 1992.
- FINLEY, Moses I. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- GARCIA Jr., Afrânio. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 98, p. 20-33, jun., 1993.
- GARCIA Jr., Afrânio. Reconversion des élites agraires: du pouvoir local au pouvoir national. *Études rurales*, n. 131-132, p. 89-105, jul./dez., 1993.
- GELLNER, Ernest. Patronos y clientes. In: GELLNER, Ernest et al. *Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas*. Madri, Jucar, 1986. p. 9-16.
- GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 14, p. 73-90, out., 1990.
- HALL, Anthony. Patron-client relations: concepts and terms. In: SCHMIDT, S. W. et al. (Org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977. p. 510-512.
- LACROIX, Bernard. Le politiste et l'analyse des institutions, comment parler de la présidence de la République? In: LACROIX, Bernard, LAGROYE, Jacques. *Le président de la République, usages et genèses d'une institution*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992. p. 13-77.
- LACROIX, Bernard. Ordre politique et ordre social; objetivisme, objectivations et analyse politique. In: BIRNBAUM, P., LECA, J. (Org.). *Traité de Science Politique*. Paris, PUF, v. 1, 1985. p. 469-565.
- LANDÉ, Carl H. A base diádica do clientelismo. Tradução para fins didáticos de Introduction: the diadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. et al. (Org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977a. p. xiii-xxxvii.
- LANDÉ, Carl H. Política de grupo e política diádica: notas para uma teoria. Tradução para fins didáticos de Group politics and dyadic politics: notes for a theory. In: SCHMIDT, S. W. et al. (Org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977a. p. 506-510.

- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- MAYER, Adrian C. A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELMAN-BIANCO, Bela (org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987. p. 127-158.
- MÉDARD, Jean-François. Le rapport de clientèle: du phénomène social à l’analyse politique. *Revue française de sciences politiques*, n. 26(1), p. 103-131, fev., 1976.
- MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, tomo III, v. 3, 1981. p. 557-596.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1979.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática, 1990.
- SAINT MARTIN, Monique de. Une grande famille. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 31, p. 2-3, janeiro, 1980.
- SCOTT, James C. Corruption, machine politics, and political change. *The american political science review*, n. 63(4), p. 1142-1158, dez., 1969.
- SCOTT, James C. Patronazgo, o explotación? In: GELLNER, Ernest et al. *Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas*. Madri, Jucar, 1986. p. 35-61.
- SCOTT, James C. Political clientelism: a bibliographical essay. In: SCHMIDT, S. W. et al. (Org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977. p. 483-505.
- SILVERMAN, Sydel. El patronazgo como mito. In: GELLNER, Ernest et al. *Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas*. Madri, Jucar, 1986. p. 17-33.
- WEINGROD, Alex. Patronazgo y poder. In: GELLNER, Ernest et al. *Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas*. Madri, Jucar, 1986. p. 63-77.
- WOLF, Eric R. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Pesants and peasant societies*. Harmondsworth, Penguin Books, 1979. p. 50-68.
- WOLF, Eric R. Kinship, friendship and patron-client relations in complex societies. In: SCHMIDT, S. W. et al. (Org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977. p. 167-177.

UTILIZADA COMO FONTE DE INFORMAÇÕES:

- AITA, Carmen et al. (Org.). *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do RS, 1996.
- ARAÚJO, José Francelino de. *A escola do Recife no Rio Grande do Sul – influência dos nordestinos na magistratura, no magistério e nas letras jurídicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Inst. dos Advogados/FIRR/Sagra, 1996.
- ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre, Globo, 1985.
- ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre, Renascença, v. 3, 1993.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EST, 1983.
- BERNARDI, Mansueto. *Obras completas: a revolução de 30 e temas políticos*. Apresentação, ensaio introdutório e notas de Ítalo Marcon. Porto Alegre, EST/Sulina, 1981.
- BERTOL, Silvana. *Quem faz caso de estudantes?: um estudo da participação política do Bloco Acadêmico Castilhistas*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História/PUCRS, 1993.
- BRAGA, André. *Faculdade de Direito de Porto Alegre: subsídios para sua história*. Porto Alegre, Fac. de Direito da UFRGS (mimeo), v. 1, 1975a.
- BRAGA, André. *Faculdade de Direito de Porto Alegre: subsídios para sua história*. Porto Alegre, Fac. de Direito da UFRGS (mimeo), v. 2, 1975b.
- CAMARGO, Aspásia et al. *Artes da política – diálogo com Ernani Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- CAMARGO, Aspásia. Oswaldo Aranha: a estrela da revolução. In: CAMARGO, Aspásia, ARAÚJO, João H. Pereira de, SIMONSEN, Mário Henrique. *Oswaldo Aranha – a estrela da revolução*. São Paulo, Mandarim, 1996. p. 19-102.
- CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-rio-grandense*. Porto Alegre, Globo, 1937.
- CÉSAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 7-28.
- COSTA, Licurgo. *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*. Florianópolis, Lunardelli,

1990.

(DHBB) DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1984. Verbetes: Aranha, (Ciro, Luís, Missão, Oswaldo e Renato Egídio de Sousa), p. 160-190; Cardoso, Maurício, p. 628-631; Collor, Lindolfo, p. 837-840; Cunha, (Flores da e Francisco Flores da), p. 1015-1026; Fontoura, João Neves da, p. 1313-1326; Franco, Virgílio de Melo, 1359-1364; Paim Filho, Firmino, p. 2473-2475; Vargas, (Benjamim, Getúlio, Lutero); p. 3436-3505 e 3508-3509.

DORIA, Francisco Antônio. *No tempo de Vargas – memórias, reflexões e documentos*. Rio de Janeiro, Revan, 1994.

ELMIR, Cláudio Pereira. Olhares sobre si e o outro: as várias faces do coronelismo. *Caderno de estudos*, Porto Alegre, UFRGS/PPGH, n. 8, p. 24-49, dez., 1993.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo, Globo, v. 2, 1993.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1995.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2ª ed., 1996.

FERREIRA FILHO, Arthur. Ciclo castilhistas na política rio-grandense. In: BECKER, Klaus. *Enciclopédia rio-grandense – o Rio Grande atual*. Canoas, Ed. Regional, v. 3, 1957. p. 1-69.

FONTOURA, João Neves. *Accuso!* Rio de Janeiro, s/Ed., 1933.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 30*. Porto Alegre, Globo, 1963.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre, Globo, 1969.

FRANCO, Sérgio da Costa. Getúlio Vargas e outros ensaios. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1988.

FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre, Fac. de Filosofia da UFRGS, 1962. p. 193-216.

- FRANCO, Sérgio da Costa.. Panorama geral da revolução federalista. In: FÉLIX, Loiva O., RAMBO, Arthur B. (Org.). *A revolução federalista e os teuto-brasileiros*. Porto Alegre/São Leopoldo, Ed. da UFRGS e Ed. UNISINOS, 1995. p. 27-38.
- FRANCO, Virgílio A. de Melo. *Outubro, 1930*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- FREITAS, Décio. O mito da produção sem trabalho. In: FREITAS et al. (Org.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- GALVANI, Walter. *Um século de poder – os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado et al. (Org.). *A revolução de 30 – textos e documentos*. Brasília, Ed. UnB, tomo I, 1982a.
- GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado et al. (Org.). *A revolução de 30 – textos e documentos*. Brasília, Ed. UnB, tomo II, 1982b.
- HARTMANN, Ivar. *Getúlio Vargas*. Porto Alegre, Tchê, 1984.
- HENRIQUES, Affonso. *Vargas o maquiavélico*. São Paulo, Palácio do Livro, 1961.
- HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha – uma biografia*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1994.
- JORGE, Fernando. *Getúlio Vargas e o seu tempo – um retrato com luz e sombra*. São Paulo, Queiroz, v. 1, 1987.
- JORGE, Fernando. *Getúlio Vargas e o seu tempo – um retrato com luz e sombra*. São Paulo, Queiroz, v. 2, 1994.
- JUVENAL, Amaro. *Antônio Chimango*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1982.
- LAGO, Luiz Aranha C. do. *Oswaldo Aranha, o Rio Grande e a Revolução de 1930: um político gaúcho na República Velha*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- MEDEIROS, Borges de. *O poder moderador na república presidencial*. Porto Alegre, Ass. Legislativa, 1993.
- MELLO, Leda Collor de (Org.). *Retrato de Lindolfo Collor*. Santos, UNICEB, 1990.
- NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, tomo III, v. 2, 1978. p. 259-291.
- NUNES, Zeno Cardoso & NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de regionalismo do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1986.
- O'DONNELL, F. Talaia. *Oswaldo Aranha*. Porto Alegre, Sulina, 1980.

- PEIXOTO, Alzira V. do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, Globo, 1960.
- PELANDA, Nilze. *Flores da Cunha*. Porto Alegre, Tchê, 1986.
- PESAVENTO, Sandra J. *A revolução federalista*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- PINTO, Céli R. Jardim. *Contribuição ao estudo da formação do partido republicano rio-grandense (1882-1891)*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em Ciência Política /UFRGS, 1979.
- PINTO, Céli R. Jardim. *Positivismo – um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre, L&PM, 1986.
- PORTO, Aurélio et al. *Flores da Cunha na opinião de seus contemporâneos*. Porto Alegre, Globo, s/d.
- SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre, Tabajara, 1973.
- SCHNEIDER, Regina Portella. *Flores da Cunha: o último gaúcho legendário*. Porto Alegre, EST/Martins Livreiro, 1981.
- SILVA, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília, UnB, 1982.
- SILVA, Hélio. *1930 – a revolução traída*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 3, 1966.
- ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos (perfil biográfico e escritos políticos)*. Porto Alegre, Globo, 1930.
- SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- SOARES, Mozart Pereira, SILVA, Pery P. Diniz da. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934-1964)*. Porto Alegre, UFRGS, 1992.
- SPALDING, Walter. *Os construtores do Rio Grande*. (3 vols.) Porto Alegre, Sulina, 1974.
- TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.
- TRINDADE, Hélió (Org.). *Perfis parlamentares 8: João Neves da Fontoura*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978.
- TRINDADE, Hélió (Org.). *Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul, 1891-1937*. Porto Alegre, Sulina, 1980.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo/Rio de Janeiro, Siciliano/FGV, 1995. (2v.)

VARGAS, Manuel Sarmanho. *Depoimento televisivo à Flávio Alcaraz Gomes*. Porto Alegre, TV Guaíba, 1993.

VERGARA, Luiz. *Fui secretário de Getúlio Vargas*. Porto Alegre, Globo, 1960.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *O Rio Grande do Sul e a política nacional: as oposições civis na crise dos anos 20 e na revolução de 30*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.

ANEXOS

ANEXO 1

“O salão em que teve lugar a sessão solene de instalação, no pavimento superior de edifício em que funciona a Inspeção Geral da Instrução Pública, apresentava bellissimo aspecto.

O teto e as paredes laterais foram guarnecidas de ramos de flores artificiais que se cruzavam em todos os sentidos, imprimindo à sala um aspecto risonho e festivo.

Ao fundo, larga mesa, destinada à sessão da Congregação da Faculdade, vendo-se, sobre a parede, o retrato do ilustre jurista brasileiro Dr. Teixeira de Freitas.

Às 2 e $\frac{1}{4}$ começaram a chegar os convidados e, dentro em pouco, o salão ficou inteiramente repleto, tomando-se acanhado para conter tão numerosa assistência, em que *se notavam muitas exmas. familias*.

Os convidados eram recebidos, no vestibulo, por uma missão da Congregação.

Tendo chegado os Srs. Desembargadores Borges de Medeiros e Carlos Flores, Presidente do Estado e Diretor da Faculdade Livre de Direito que tomaram assente à mesa dos trabalhos, foi aberta a sessão de inauguração.

A presidência foi ocupada pelo Sr. Desembargador Carlos Flores.

À sua direita, tomou assento o Sr. Presidente do Estado, Desembargador Borges de Medeiros, seguindo-se os Srs. Coronel Salustiano dos reis, comandante da guarnição federal, Desembargador James de O. Franco e Souza, presidente do Superior Tribunal do Estado, Drs. Manoel André da Rocha e Pacheco Prates, membros da Congregação da Faculdade Livre de Direito, J. F. Da Silva Nunes e Francisco Soares de Almeida, representantes dos governos de Portugal e do Paraguai.

À esquerda: Drs. James Darcy, Secretário da Faculdade, João J. Pereira Parobé, Diretor da Escola de Engenharia, Dr. Martins Costa Júnior, Secretário da Fazenda; Desembargador Epaminondas Ferreira, vice-diretor da Faculdade; Drs. Timotheo Pereira da Rosa, Plínio Casado e Possidônio Mancio da Cunha, membros da Congregação.

Entre as pessoas presentes, notavam-se: *Dr. Júlio de Castilhos*, Dr. Montauray Leitão, intendente municipal, General Dioga Ferraz, chefe do distrito telegráfico, Eugênio P. Cardoso Malheiros, tenente-coronel Aurélio de Bitencourt e capitão Francisco Pedro, secretário e ajudante de ordens do governo do Estado; Drs. Barreto Vianna, João V. De Abreu e Silva e Gregório de Paiva Meira, do corpo docente da Escola de Engenharia, major Cherubim Costa, chefe de polícia do Estado e reitor do Ginásio do Rio Grande do Sul, Frederico Fitzgerald, Américo V. Cabral e Achyles Porto Alegre, lentes do Ginásio, bispo americano Sr. Lee Kinsolving, desembargador Alcides Cavalcanti, Drs. Vossio Brigido, delegado fiscal, Diogo Sarmento Leite e Arthur Franco, da Faculdade de Medicina e Farmácia, Sebastião Leão, Normélio Rosa, Azevedo e Souza, Leonardo Macedônia, Fausto Neves de Souza e Alcides Cruz da Faculdade de Direito; coronel Bento Porto, tenente-coronel Marcos de Andrade, diretor geral dos Correios, Srs. Júlio Bozano, Eurico Ciapelli e Agustin Fernandez, representantes dos governos do Uruguai, Itália e Espanha; Dr. Jardelino de Senna, juiz da 3ª vara, Germano Petersen, conselheiro municipal, Domingos Martins Pereira de Souza, André Leão Puente, da Escola Brasileira, Dr. José Pinto Guimarães, alferes Virgílio Cunha, ajudante de ordens do comando da guarnição, major Evaristo do Amaral, Dr. Fábio B. Leite e Arthur Toscano, d'A Federação; representantes do funcionalismo público federal e estadual, membros do magistério público e particular, acadêmicos de todas as escolas desta Capital, alunos de diversos estabelecimentos e muitas outras pessoas cujos nomes naturalmente nos escapam à memória.

Às 3 $\frac{1}{4}$, o Sr. Desembargador Carlos Flores, Diretor da Faculdade Livre de Direito, tomando a palavra, declarou aberta a sessão.

Em seguida leu o discurso inaugural.

Suas últimas palavras foram acolhidas por uma prolongada salva de palmas que por algum tempo ouviu-se no recinto.

Teve depois a palavra o Dr. James Darcy, Secretário da Faculdade e orador oficial da solenidade que pronunciou o discurso que amanhã reproduziremos em sua íntegra.

A oração do ilustrado advogado foi acolhida, ao terminar, por nova e abundante salva de palmas, recebendo o orador os cumprimentos e felicitações das pessoas que mais próximo se achavam.

Antes de encerrar a sessão, o Sr. Desembargador Carlos Flores dirigiu a palavra às pessoas presentes, agradeceu-lhes o comparecimento àquela festa e congratulando-se com todos pela fundação do instituto de instrução superior que se inaugurava sobre auspícios mais risonhos e que vinha contribuir para o desenvolvimento intelectual do Rio Grande do Sul.

S. Exa. Justificou a ausência do Sr. Bispo Diocesano D. Cláudio Ponce de Leão, que por motivo imperioso deixava de comparecer, cedendo assim ao convite que lhe fora dirigido pela Congregação da Faculdade.

Encerrou a sessão.

As autoridades e mais pessoas presentes foram então cumprimentar o Desembargador Flores e Dr. James Darcy e a Congregação da Faculdade pelo auspicioso fato.

Também receberam muitas felicitações e cumprimentos o Desembargador Borges de Medeiros, presidente do Estado, e Júlio de Castilhos.

Durante a solenidade, uma *banda marcial* da brigada militar se fez ouvir no vestibulo, tocando várias peças.

Muitos vivas foram erguidos pela mocidade acadêmica das diversas escolas reunidas à nova Faculdade, antes e depois de começar a sessão inaugural” (*A Federação*, 04/05/1900, apud Braga, 1975a: 31-5, grifos apostos ao original).

ANEXO 2 (Quadro elaborado a partir dos dados contidos em Braga, 1975a: 41 e segs.)

NOME, ANO E LOCAL DE NASCIMENTO (*) E MORTE (+):	CURSO DE DIREITO:	FACULDADE LIVRE DE DIREITO DE PORTO ALEGRE :	CARGOS PÚBLICOS E ATIVIDADES LIGADAS AO DIREITO:	OUTRAS ATIVIDADES OU INFORMAÇÕES:
CARLOS THOMPSON FLORES * PORTO ALEGRE, 1843 + PORTO ALEGRE, 1904	1865 SP	- 1900 - LENTE - CATEDRÁTICO - PRÁTICA FORENSE - 1900/4 - Diretor (1º) - 1904 - Regência da disciplina de DIREITO PRIVADO	- 1866/71 - Promotor em Porto Alegre - 1875 - Juiz em São João do Cai (região de Montenegro) - 1878 - Auditor de Guerra - Desde 1890 - Convocado Superior Tribunal do Estado - 1878/1880 - Vice-Presidente da Província - 1891/6 - Constituinte no RGS e Assembléia dos Representantes pelo PRR - 1893 - Desembargador - 1894/1904 - Procurador Geral do Estado - 1896/7 - Vice-Presidente Superior Tribunal do Estado	- Colaborou em <i>A Reforma</i>
MANOEL ANDRÉ DA ROCHA * NATAL (RN), 1860 + PORTO ALEGRE, 1942	1883 RE	- 1900 - LENTE - CATEDRÁTICO - DIREITO COMERCIAL - 1901/37 - Regência DIRETO COMERCIAL, quando opta em vista de Lei pela magistratura - 1904/36 - Diretor (2º) - 1909 - Um dos fundadores e 1º Diretor da Escola de Comércio Universidade de Porto Alegre e assume em 1936/7	- 1883 - Promotor em cidades do interior do RN - 1885/91 - Juiz em Canguçu, depois em Trairi (RN) e enfim, Lagoa Vermelha. Cai junto com o governo de Castilhos e passa a advogar em Lagoa Vermelha quando retorna de Castilhos - 1893 - Volta a Juiz com o retorno de Castilhos - 1893/5 - Juiz em Passo Fundo - 1896 - Juiz em Porto Alegre, passa a ser convocado para o Superior Tribunal do Estado - 1903 - Desembargador na vaga deixada por Borges de Medeiros - 1904 - Chefe de Polícia do Estado, interino - 1905 - Procurador Geral do Estado - 1921/35 - Presidente do Superior Tribunal do Estado até aposentadoria - 1935/7 Consultor Geral do Estado - Participou de comissões para reformas judiciárias	- Foi colega de Germano Hasslocher, Barros Cassal e J. M. Gonçalves Chagas quando estudantes em Recife - Condecorações da França e Itália - Livros jurídicos publicados
ANTÔNIO FAUSTO NEVES DE SOUZA * PARATI (RJ), 1850 + PORTO ALEGRE, 1903	1872 SP	- 1900 - LENTE - CATEDRÁTICO - DIREITO CIVIL - 1901 - Assume regência, licenciando-se em outubro	- 1880/1 - Juiz em Alegrete - 1888/90 - Promotor em Alegrete - 1890/2 - Juiz concursado em Alegrete - 1892/até licença? - Juiz em Porto Alegre e São Leopoldo - 1894/1901 - Convocações para o Superior Tribunal do Estado	
ANTÔNIO NUNES GOMES PEREIRA * RECIFE + ?	1888 SP	- 1900 - LENTE - CATEDRÁTICO - DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DIPLOMACIA - 1901 (01/jan) Renunciou		
ARTHUR PINTO DA ROCHA * RIO GRANDE, 1864 + RIO DE JANEIRO, 1930	1890 Coimbra	- 1900 - LENTE - CATEDRÁTICO - HISTÓRIA DO DIREITO - 1901/10 - Regência em outra cátedra até licenciar-se - 1911 - Posto em disponibilidade pela Congregação	- Advogado "dos mais notáveis da época" - 1892/6 - Assembléia dos Representantes pelo PRR - 1894/1905 - Câmara Federal pelo PRR - 1907 - apoia Abott contra Borges - 1918/26 - Câmara Federal pelo PRR - 1930 - Ministro do Superior Trib. Militar, nomeado por W. Luís	- Foi Diretor de <i>A Federação</i> - 1907 - Fundador e Diretor da <i>Gazeta do Comércio</i> - "Poeta" - "Escritor" - Vários livros publicados
EPAMINONDAS FERREIRA * S. J. DO NORTE, 1853 + PORTO ALEGRE, 1934	1874 RE	- 1900 - LENTE - CATEDRÁTICO - TEORIA DO PROCESSO CIVIL, COMERCIAL E CRIMINAL - 1900/4 - Vice-Diretor da Faculdade - 1904 - "Impedido de lecionar", renuncia	- 1875 - Promotor em São João do Cai - 1878 - Juiz em Porto Alegre - 1879 - Diretor e Delegado da Instrução Pública em Porto Alegre - 1880/92 - Juiz em Triunfo, Vacaria, Triunfo, Itaqui, Triunfo e depois Rio Pardo - 1894 - Desembargador - 1904/14 - Vice-Presidente do Superior Tribunal do Estado - 1914/20 - Presidente do Superior Tribunal do Estado	
FRANCISCO DE P. AZEVEDO E SOUZA * PELOTAS, 1845 + PORTO ALEGRE, 1916	1867 SP	- 1900 - LENTE - CATEDRÁTICO - DIREITO CRIMINAL - 1902 - Afasta-se - 1904 - Renuncia - "Não lecionou"	- 1871/8 - Promotor em Rio Grande e Pelotas - Juiz em Porto Alegre	
PAULO HASSLOCHER * STA. CRUZ, 1862 + MLÃO, 1911	1883 RE	- 1900 - LENTE - CATEDRÁTICO - DIREITO CRIMINAL - 1903 - Destiga-se	- 1897/1900 - Assembléia dos Representantes pelo PRR - 1900/11 - Câmara Federal pelo PRR - 1929/30 - Assembléia dos Representantes pelo PRR	- Colaborou em <i>A Reforma</i> e em <i>A Federação</i> , e foi diretor do <i>Jornal do Comércio</i> - Escreveu livros literários e históricos

JAMES FITZGERALD DARCY * RIO GRANDE, 1876 + RIO DE JANEIRO 1952	1896 RJ	- 1900 - Discurso inaugural da Faculdade. Secretário até 1903. LENTE CATEDRÁTICO -- FILOSOFIA DO DIREITO, exercendo regência - 1903 - Se afasta em licença - 1909 - Posto em disponibilidade pela Congregação, recebendo título de professor honorário	- 1901/3 - Assembléia dos Representantes pelo PRR - 1903/8 - Câmara Federal pelo PRR, renunciando - Advogado no Rio de Janeiro - 1912/24 - Vice-Presidente da Caixa Federal - 1926 - Presidente do Banco do Brasil - 1919/20 - Consultor Geral da República - Exerceu ainda diversos cargos públicos e representações oficiais e atividades junto a empresas privadas	- 1900/2 - Redator Chefe de <i>A Federação</i> - Membro correspondente do IHG de São Paulo - Publicou tese de doutoramento e conferência literária
JOAQUIM ANTÔNIO RIBEIRO * URUGUAIANA, 1862 + PORTO ALEGRE, 1925	1884 SP	- 1900/10 - LENTE CATEDRÁTICO - DIREITO CIVIL, exercendo a regência - 1911/20 - Regência em outras disciplinas	- 1884 (?)/9 - Advogado em Uruguiana - 1890 - Delegado especial da Instrução Pública - 1891/1901 - Procurador da Fazenda do Estado - 1903 - Promotor Público em Pelotas - 1903/4 - Procurador da República - Foi Conselheiro Municipal em Porto Alegre por duas legislaturas e Presidente do Conselho em 1911 (pelo PRR ?)	
JOSÉ DE ALMEIDA M. COSTA JR. * PENEDO (AL), 1866 + PORTO ALEGRE, 1945	1887 SP	- 1900 - LENTE CATEDRÁTICO LEGISLAÇÃO COMPARADA SOBRE DIREITO PRIVADO - 1903 - Renunciou	- 1888/9 - Promotor em Cachoeira - 1889/90 - Promotor em Porto Alegre - 1894/1900 - Câmara Federal pelo PRR - Secretário de Governo na presidência de Júlio de Castilhos - 1898 - Secretário de Estado da Fazenda por mais de um ano - Após exonerado, passa a advogar	
MANOEL DE CAMPOS CARTIER * PORTO ALEGRE, 1862 + PORTO ALEGRE, 1918	1883 SP	- 1900 - LENTE CATEDRÁTICO - CIÊNCIA DAS FINANÇAS E CONTABILIDADE DO ESTADO - 1901 - Posto em disponibilidade pela Congregação	- Advogou em Porto Alegre - 1884 - Promotor em Triunfo - 1887/8 - Assembléia Provincial pelo PL (?) - 1889/90 - Juiz em Montenegro - 1897/1912 - Câmara Federal pelo PRR - 1912 - Advocacia em Porto Alegre	- Foi redator de <i>A Reforma</i> à convite de Gaspar Silveira Martins no Império
MANOEL PACHECO PRATES * LIVRAMENTO, 1856 + URUGUAIANA, 1938	SP 1886	- 1900/11 - LENTE CATEDRÁTICO - DIREITO ROMANO com regência da disciplina e de outras - 1912 - Posto em disponibilidade pela Congregação	- 1894/5 - Juiz Substituto em Porto Alegre - 1894/1911 - Diretor Geral da Instrução Pública em Porto Alegre - 1911 - Transfere-se para SP a fim de lecionar Direito Romano no Largo de São Francisco por nomeação federal. Recebe título doutoral - 1934 - Aposentadoria compulsória. Regressa à Porto Alegre	- Publicou artigos na revista da Faculdade de Direito de São Paulo e livros jurídicos - Primo de Júlio de Castilhos
MARÇAL PEREIRA DE ESCOBAR * ITAQUI, 1853 + ?	SP 1888	- 1900 - LENTE CATEDRÁTICO - DIREITO ADMINISTRATIVO CIÊNCIA ADMINISTRAÇÃO - 1903/6 - Em licença - 1911 - Posto em disponibilidade pela Congregação	- 1878/80 - Promotor em Pelotas - Foi Procurador fazendário em Porto Alegre - 1890/1 - Chefe de Polícia - 1891/4 - Deputado constituinte estadual e Assembléia dos Representantes pelo PRR - 1894/1905 e 1912/7 e 1921/3 - Câmara Federal pelo PRR	
PLÍNIO ALVIM * PORTO ALEGRE, 1853 + PORTO ALEGRE, 1938	SP 1877	- 1900/8 - LENTE CATEDRÁTICO - DIREITO CIVIL com regência de disciplinas - 1909 - Licencia-se - 1911 - É afastado pela Congregação	- 1977/9 - Atuou como Promotor em Porto Alegre e Maquiné e Juiz em Porto Alegre - 1883 - Promotor em Bagé - 1892 - Juiz em Porto Alegre	- 1891 - Funda e dirige com outros a revista <i>A Lei</i> , de caráter jurídico (saíram 3 números)
PLÍNIO DE CASTRO CASADO * PORTO ALEGRE, 1870 + ?	SP 1892	- 1900/24 - LENTE CATEDRÁTICO - DIREITO PÚBLICO CONSTITUCIONAL regência desta e de outras disciplinas até pedir licença ao final do período - 1932 - Posto em disponibilidade pela Congregação	- 1889/91 - Amanuense da Secretaria da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguiana - 1891 - Promotor em São José do Cai - 1893/6 - Promotor em Porto Alegre - 1897/1900 - Câmara Federal pelo PRR - 1900 - Advocacia em Porto Alegre - 1924/30 - Câmara Federal pelo PL, tendo sido líder da minoria - 1927/9 - Foi Vice-Presidente do Partido Democrático Nacional (PD paulista e PL do RS) - 1930 - Participa da Revolução no Rio de Janeiro. É nomeado Interventor no estado do Rio até 1931 - 1931 - Ministro do Supremo Tribunal Federal - 1934 - Ministro e Vice-Presidente do Superior Tribunal Eleitoral - 1938 - Aposenta-se	
POSSIDÔNIO M. CUNHA JR. * PELOTAS, 1863 + RIO DE JAN., 1931	SP 1884	- 1900 - LENTE CATEDRÁTICO ECONOMIA POLÍTICA - 1903/7 - Com licenças, regeu disciplina até o afastamento - 1911 - Posto em disponibilidade pela Congregação	- Advogou no Rio de Janeiro e Pelotas - 1891 - Secretário de Estado da Fazenda de Júlio de Castilhos e Constituinte estadual - Ten. Coronel Honorário do Exército nomeado por Floriano por serviços prestados na Rev. Federalista - 1897/9 - Câmara Federal pelo PRR - 1913/28 - Assembléia dos Representantes pelo PRR - Fundou e presidiu diversas companhias públicas e privadas, tais como a Força e Luz de Porto Alegre e a Telefônica, ou a Fiação e Tecidos de Porto Alegre	

TIMÓTHEO PEREIRA DA ROSA * PORTO ALEGRE, 1871 +1948	SP 1890	- 1900 - LENTE - DIREITO CATEDRÁTICO COMERCIAL - Até ser posto em disponibilidade de (1919 - ?), permuta cadeiras, tira licenças - 1905/6 - Vice-Diretor da Faculdade	- 1890 - Promotor em São João do Cai e depois Porto Alegre - 1903 - Exonera-se da promotoria e é nomeado Auditor de Guerra da Brigada Militar - 1913/6 - Assembléia dos Representantes pelo PRR	- 1904 - Publica livro jurídico
LEONARDO MACEDÔNIA F. E SOUZA * CACHOEIRA DO SUL, 1872 + PORTO ALEGRE, 1947	SP 1891	- 1900 - LENTE SUBSTITUTO - 2ª SEÇÃO - 1904 - LENTE CATEDRÁTICO CRIMINAL - Rege uma série de disciplinas até aposentadoria 1902/40 - Desde 1932, reeleito em 1934, Vice-Diretor - 1938/40 Diretor (4º) - 3º Diretor da Escola de Comércio - Secretário, Bibliotecário, Tesoureiro (à construção do novo prédio, colocando "do seu bolso" para pagar operários)	- Advogado "militante" - 1892/3 - Promotor em Curitiba - 1893/4 - Promotor em São João do Cai (região de Montenegro) - 1894/8 - Procurador da República no PR - 1899 - Promotor em Porto Alegre - 1931 - Indicação Federal, Membro do Conselho Contulivo do Estado - 1935/6 - Presidente do Conselho Penitenciário do RS	- 1º Pres. e fundador da OAB/RS - 1932 - Membro da IHGRGS - 1935/9 - Presidente do IHGRS - Discursos, artigos legais, etc. publicados
ALCIDES CRUZ * PORTO ALEGRE, 1867 + PORTO ALEGRE, 1916	SP 1897	- 1900 - LENTE SUBSTITUTO - 2ª SEÇÃO - 1909 - LENTE CATEDRÁTICO - 1901/16 - Regência de uma série de disciplinas até morrer	- 1900 - Promotor em Porto Alegre - Advogado em Porto Alegre e Encruzilhada - 1893 serviu, na Rev. Federalista, como Capitão na Infantaria da Guarda Nacional - 1895/8 - 1º Oficial na organização do Tesouro do Estado - Representante do Patrimônio Nacional nos Estados do Sul - 1897/1901 e 1913/7 - Assembléia dos Representantes pelo PRR	- Jornalista "de reconhecidos méritos". - Colaborou com <i>A Federação, Jornal do Comércio, Correio do Povo, Mecenas</i> , fundou a <i>Gazeta do Foro</i> - Publicou livros histórico-jurídicos - Fez traduções
NORMÉLIO ROSA * RIO GRANDE, 1870 +1971	SP 1891	- 1900 - LENTE SUBSTITUTO - 6ª SEÇÃO - 1903 - Passa a reger disciplinas - 1911 - LENTE CATEDRÁTICO - Até 1940 - Regência de disciplinas, quando se aposenta	- Advogado - 1893 - Secretário Interino da Junta Comercial - 1934/7 - Diretor da Caixa Econômica Federal, optando ao final do período pela Cátedra na Faculdade de Direito	
JOSÉ I. DE ANDRADE NEVES NETO * PORTO ALEGRE, 1873 + STA. MARIA, 1923	SP 1894	- 1900 - LENTE SUBSTITUTO - 1ª SEÇÃO - 1901 - LENTE SUBSTITUTO - 2ª SEÇÃO - 1905 - Renunciou	- 1895/6 - Juiz em Porto Alegre - 1897/9 - 2º Promotor em Porto Alegre - 1899/1903 - Procurador da República	- "Poeta exímio, jornalista de escol, orador fluente" - Fundou <i>O Mecenas</i> , cenáculo literário - 1901 - Um dos fundadores da Academia Rio-Grandense de Letras - Publicou livro sobre Fernando Abott e de temas culturais
ANTÔNIO M. LOUREIRO CHAVES * TRIUNFO, 1870 + PORTO ALEGRE, 1934	SP 1893	- 1900 - LENTE SUBSTITUTO - 7ª SEÇÃO - Não lecionou - 1904 - Renunciou	- 1893/6 - Advogado em Porto Alegre - 1896/1903 - Juiz em Porto Alegre - 1903 - Procurador Fiscal e Chefe do Contencioso do Tesouro do Estado - 1913 - Secretário de Estado da Fazenda - 1925 - Secretário de Estado Interino do Interior e Exterior - 1925 - Secretário de Estado Interino de Obras Públicas - 1929/30 - Assembléia dos Representantes pelo PRR - Membro do Conselho Consultivo do Estado	- Desde 1901, colaborador em <i>A Federação</i> na seção "Palestras Jurídicas" - 1902 - Fundador da <i>Gazeta do Foro</i>
ANTÔNIO AUGUSTO PIRES * SÃO SEPÉ, 1867 + PORTO ALEGRE, 1944	SP 1890	- 1900 - LENTE SUBSTITUTO - 4ª SEÇÃO - Renunciou em 1901, não lecionou.	- 1891 - Promotor em São Sebastião do Cai e Santa Maria - 1891 - Advogou em Porto Alegre - 1909 - Passa a advogar em Santa Maria - Foi Vice-Intendente de São Sepé, exerceu a Intendência	- 1909 - Santa Maria, pecuarista e fazendeiro nesta e em São Gabriel e São Sepé
ANTÔNIO CARLOS P. DA CUNHA * PORTO ALEGRE, 1870 + ?	SP 1895	- 1900 - LENTE SUBSTITUTO - 5ª SEÇÃO - "Não aceitou nomeação para lecionar"	- Advogado em Porto Alegre. - 1912 - Promotor em Porto Alegre - 1929 - "Lançou" em comício a candidatura Vargas - 1934 - Oficial do Registro de Imóveis - Porto Alegre	- "jornalista de escol" - "algum tempo", Diretor do <i>Jornal do Comércio</i>
RICARDO PEREIRA MACHADO * Porto Alegre, 1872 + Porto Alegre, 5/jan/1955	RJ (Medicina) 1872	- 1900 - LENTE SUBSTITUTO - MEDICINA PÚBLICA - 1903 - LENTE CATEDRÁTICO com regência da disciplina - 1905 - Afasta-se - 1906 - Exonera-se	- Representou o governo em conferências econômicas no Uruguai e Argentina - Diretor de Higiene no estado - Foi à Câmara Federal como representante classista	- Fazendeiro em Rio pardo

SEBASTIÃO A. DE LÊÃO * Porto Alegre, 20/jan/1860 + Porto Alegre, 10/fev/1903	RJ (Medicina) 1888	- 1900 - LENTE CATEDRÁTICO - MEDICINA PÚBLICA - 1903 - Morre antes de lecionar a disciplina	- 1898 - Um dos fundadores da Faculdade de Medicina de Porto Alegre - 1896 - Legista. Foi ainda Presidente da Sociedade de Medicina, médico da Santa Casa e major do Corpo de Saúde da Guarda Nacional	- Colaborou no <i>Correio do Povo</i> e em <i>A Federação</i> , além de outros jornais - Historiador sob o pseudônimo de Coruja Filho, tendo publicado sobre o assunto na imprensa
--	--------------------------	--	---	---